

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



A BATALHA DE TORO E AS RELAÇÕES
ENTRE PORTUGAL E CASTELA

Dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV

António Carlos Martins Costa

Dissertação de mestrado em História Medieval

Lisboa
2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



A BATALHA DE TORO E AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E CASTELA

Dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV

António Carlos Martins Costa

Dissertação de mestrado em História Medieval
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
orientada pela Professora Doutora Manuela Mendonça
e co-orientada pelo Professor Doutor José Varandas

Lisboa
2011

ÍNDICE

RESUMO	2
ABSTRACT	3
PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS	4
AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	6
1. A “MEMÓRIA” DE TORO	14
1.1. Uma “batalha historiográfica”	15
1.2. O lado português	17
1.3. O lado espanhol	30
2. O SONHO IBÉRICO: AS ESTRATÉGIAS DE PORTUGAL E DE CASTELA	36
2.1. O percurso da tentativa ibérica	37
2.2. A retoma do “ciclo castelhano”	39
2.3. A busca da aliança portuguesa	43
2.4. A mão de D. Isabel	50
2.5. A mão de D. Joana	56
2.6. Um trono e duas rainhas	60
3. A ACÇÃO DA DIPLOMACIA	66
3.1. Da acção diplomática ao ritual da guerra	67
3.2. A caminho da guerra...	69
3.3. Guerra na Ibéria e acordos diplomáticos	76
3.4. De Toro a Alcântara	82
4. DA BATALHA QUE TODOS QUERIAM EVITAR	91
4.1. Uma guerra de transição	92
4.2. Antecedentes	102
4.3. A batalha	114
4.4. Consequências	124
5. IMPACTOS	132
5.1. No trilho da paz	133
5.2. As consequências nos reinos ibéricos	135
5.3. A divisão do Atlântico e as sequelas na Expansão	141
5.4. As ressonâncias na cristandade ocidental	146
CONCLUSÃO	150
FONTES E BIBLIOGRAFIA	154

RESUMO

A Tese de Mestrado que se pretende levar a cabo incide a sua atenção sobre as conexões entre Portugal e Castela que, não perdendo de vista o “sonho ibérico”, envolveriam os reinos numa importante querela na segunda metade do século XV.

Num primeiro capítulo, traçar-se-á um conspecto historiográfico sobre a Batalha de Toro, procurando dar sentido às interpretações lusas e espanholas que vêm sendo feitas.

Pretende-se, num outro ponto, observar as estratégias portuguesa e castelhana que conduziriam à Guerra que oporia as duas Coroas entre 1475 e 1479, destacando os processos políticos, os modelos económicos e os sistemas sociais que as enquadram.

Em terceiro lugar, pretende-se reconstituir a acção de uma actuante diplomacia luso-castelhana que, no conflito em causa, daria mostras dos seus reflexos por toda a Península Ibérica e, mesmo, junto dos mais importantes reinos da Cristandade.

O quarto capítulo procura a observação do ponto de vista militar da contenda, em geral, e da Batalha de Toro, em particular, numa época de charneira na forma de fazer a guerra. Desmistificando uma “Revolução Militar” abrupta, a campanha demonstrará o cruzamento do paradigma medieval com as novidades que a modernidade já anunciava. Procurar-se-á, em simultâneo, ter em conta as especificidades bélicas de ambos os contendores.

O último ponto do nosso trabalho centrar-se-á nos impactos que a guerra em questão, de que será objecto de especial atenção o Tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479-1480, produziu em vários níveis: a divisão do Atlântico e as sequelas na expansão ibérica, as consequências nos reinos peninsulares e, por fim, as ressonâncias europeias e no Papado que deixou.

ABSTRACT

THE BATTLE OF TORO AND THE RELATIONS BETWEEN PORTUGAL AND CASTILE: POLITICAL AND MILITARY DIMENSIONS

This Master's thesis intends to focus on the connections between Portugal and Castile, which lead both kingdoms to an important dispute in the second half of the fifteenth century.

In the first chapter will be outlined a historiographic conspectus about the Battle of Toro, trying to understand the Portuguese and the Spanish interpretations which have been made until the present.

It is intended, at another point, the observation of the Portuguese and the Castilian strategies which lead to the war that oppose the two crowns between 1475 and 1479, highlighting both political and economic models and their social systems.

Thirdly, we intend to reconstruct the action of an actuating Luso-Castilian diplomacy which evolves from that conflict and showing their reflections across the Iberian Peninsula, and even among the most important kingdoms of Christendom.

The fourth chapter attempts to observe the military point of view of the dispute, in general, and the Battle of Toro, in particular. Demystifying an abrupt "Military Revolution", the Toro campaign will demonstrate the intersection of the medieval paradigm of the art of war with the novelties that became to arrive with the modernity. We can't also forget at the same time the specificities of war of both contenders.

The last point of our work will focus on the major impacts of that war. Will be given particular attention to the several themes observed in the Treaty of Alcáçovas-Toledo signed in 1479-1480: such as the division of the Atlantic and the impacts on the Iberian expansion, the consequences in the Iberian kingdoms and, finally, the resonances over the Papacy and the Christian European kingdoms.

PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS

- História Medieval – História Política – História Militar – Relações Internacionais – Batalha – Reinos Ibéricos.
- Medieval History – Political History – Military History – International Relations – Battle – Iberian Kingdoms.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de mestrado corresponde a um período de trabalho concentrado do qual jamais conseguimos reconhecer devidamente a todos os que, de uma forma ou de outra, connosco partilham esta experiência e contribuem para a sua execução. A todos esses fica expresso, desde já, o meu pedido de desculpas.

Começo por dirigir os meus agradecimentos à Professora Doutora Manuela Mendonça e ao Professor José Varandas que em boa hora aceitaram, respectivamente, a orientação e a co-orientação deste trabalho que, com todo apoio e solicitude, acompanharam.

Agradeço aos demais professores do Mestrado em História Medieval que, nos respectivos seminários, me fizeram crescer cientificamente. Nesse âmbito, cumpre-me também dirigir uma palavra de amizade aos colegas de curso com quem tive a sorte de estudar e de trocar ideias, em particular, à Inês Lourinho, à Filipa Santos, ao Francisco Mendes, ao Luís Gonçalves e ao André Oliveira Leitão.

Não posso esquecer outras amizades, como o Coronel Francisco de Sousa Lobo, que me inculcaram o gosto pela História Militar. Mas também não posso deixar passar os nomes de outros amigos que, de forma alegre, me acompanharam durante a realização deste trabalho: Sofia Rebelo Pinto, Tiago Almeida Matias, António Trindade Souza, Francisco Teles da Gama, Manuel Gabirra, Telmo Mendes Leal, Francisco Leal de Almeida, entre tantos outros que não me ocorre referenciar.

E por último, mas verdadeiramente jamais, deixo expresso um profundo agradecimento aos meus pais e ao meu irmão, que estiveram incondicionalmente do meu lado e souberam compreender as minhas ausências e falhas familiares nos mais diversos momentos.

INTRODUÇÃO

No dizer de Jean Délumeau, se a Cristandade era, ainda nos alvares do século XIV, “uma nebulosa de formas indefinidas e com um futuro incerto”, a época do Renascimento seria “o período em que a Europa se define politicamente”, sob um modelo em que a “relação de forças substitui o ideal de unidade europeia realizada sob a autoridade do imperador”¹. A centúria de Quatrocentos foi, portanto, paradigmática no processo de definição de fronteiras por várias unidades políticas em transformação. Relacionado com essa dinâmica estava, naturalmente, o caminho de reforço dos poderes centrais que, havia séculos, os reis encetavam, com avanços e recuos, contra os potentados senhoriais.

Seria, segundo Manuela Mendonça, do “mundo em pedaços”, aludindo às crises de Trezentos, “que posteriormente emergiram os Estados, cuja reorganização nos aparece visível nos últimos anos do século XV”². As instituições, reguladoras e aplicadoras do poder, vinham-se aperfeiçoando e reforçando os vínculos entre o soberano, o súbdito e o território. O fortalecimento das monarquias estaria intimamente ligado a esta dinâmica de apropriação e delimitação dos espaços. O esforço bélico que os Estados empreenderam nestes projectos impulsionou a evolução dos aparelhos militares, os quais significavam um pilar cada vez mais preponderante na afirmação dos poderes centrais³.

Na charneira da Idade Média para a Modernidade, a geografia política do Ocidente conheceria, portanto, alterações substanciais. A perplexa afirmação do Papa Pio II, em meados do século XV, de que “Os turcos devastam um país após outro”⁴, dava conta da sua marcante progressão sobre o Ocidente, num movimento que vinha ganhando expressão desde os finais da centúria anterior. Após extinguirem o Império Bizantino, com a conquista de Constantinopla, em 1453, os turcos avançariam para Leste, sobre o Mar Negro

¹ DÉLUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*. Lisboa, Edições 70, 2004, p. 27.

² MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. 2ª ed.. Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 33.

³ Jorge Borges de Macedo salienta que, nos finais da Idade Média, “A constituição de potências de direcção centralizada na pessoa do rei, assistido por corpos de consulta política, foi acompanhada de uma grande capacidade bélica” (MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. 2ª ed., revista e ilustrada. Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 89).

⁴ ASTON, Margaret, *O Século XV*. Lisboa, Verbo, 1968, p.13.

e para Oeste, dominando os Balcãs e chegando mesmo, em 1480, a apoderar-se de Otranto, já na Península Itálica⁵. No Nordeste europeu, os Jagelão, reunindo entretanto a Polónia e a Lituânia sob o seu ceptro, disputavam espaço não apenas com os cavaleiros teutões que, em 1410, derrotavam, na Batalha de Tannenberg, mas também com os turcos, que progressivamente conquistavam o seu território meridional, no qual impunham reverses significativos⁶. Ainda ao redor dos reinos do Báltico, vivia-se, na Escandinávia de Quatrocentos, um “braço-de-ferro” entre a Dinamarca, que ali exercia a sua hegemonia, e a Suécia que, alcançando uma importante vitória na Batalha de Brunkeberg, em 1471, criava condições para a sua libertação e para o seu domínio naquela península⁷.

Num eixo mais central, o Sacro Império Romano-Germânico, quase somente ligado por alguma identidade cultural e linguística, veio a dar, no século XV, passos importantes no sentido de uma maior unidade política. Era a afirmação progressiva dos Habsburgo que, com vários êxitos e ligações matrimoniais bem sucedidas, conseguiam alargar os seus domínios. A Sul, na fragmentada Península Itálica, ainda que algumas pequenas unidades tivessem conhecido um assinalável alargamento (como seria o caso dos Estados Pontifícios, que viriam a englobar Perugia e Bolonha), o final de Quatrocentos seria revelador das respectivas debilidades, quando foram alvo de invasões externas, desde Milão a Nápoles, mormente como consequência das políticas expansionistas da França e de Aragão, que elegeram aquele espaço como palco privilegiado para as suas disputas⁸.

Mais a Ocidente, a França e a Inglaterra, na frente das respectivas alianças, digladiavam-se, sobretudo em solo continental, até ao termo da Guerra dos Cem Anos, em meados do século XV. A contenda resultaria favorável a França, culminando na expansão dos limites da monarquia da flor-de-lis, com o conseqüente recuo das posições inglesas, que ficaram resumidas a Calais. Posteriormente, enquanto que a Inglaterra, derrotada e mergulhada numa crise sociopolítica, se envolvia num conflito interno, protagonizado pelas

⁵ A impressionante expansão otomana do século XV consolidava os turcos enquanto senhores do Mediterrâneo Oriental, situação que as conquistas do Egipto e de Chipre, já no século XVI, viriam a acentuar (DÉLUMEAU, Jean, *Ob. Cit.*, p. 25).

⁶ A retracção dos domínios meridionais dos reis da Polónia face aos turcos conheceu momentos decisivos com a Batalha de Varna, em 1444, onde foi derrotado Ladislau III, e, já no início do século seguinte, com a perda definitiva da Moldávia (IDEM, *Ibidem*, p. 25).

⁷ RIIS, Thomas, *The New Cambridge Medieval History*. Ed. Christopher Allmand. Vol. 8 – c. 1415 – c. 1500. Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 687-702.

⁸ VIVES, Jaime Vicens, *Historia General Moderna: del Renacimiento a la crisis del siglo XX*. Vol. 1 - Siglos XV-XVIII. [Barcelona], Vicens-Vives, [1982], p. 95-99.

duas maiores casas senhoriais, a Guerra das Rosas, e só após 1485 entraria num período de estabilidade, com a vitória dos Tudor, a monarquia francesa, ao invés, revigorada pelo sucesso da Guerra dos Cem Anos, procedia a um alargamento interno dos seus domínios, consolidando o espaço nacional. Sob os reinados de Carlos VII e, sobretudo, de Luís XI, a Coroa polarizou energias para enfrentar os potentados senhoriais, absorvendo os domínios do Ducado da Borgonha, as possessões da Casa de Anjou (os ducados de Bar e de Anjou), o Maine e a zona da Provença, e preparando ainda a incorporação da Bretanha, realidade que se consubstanciaria sob o governo de Francisco I⁹.

Na Península Ibérica dos finais da Idade Média, as dinâmicas em torno da definição dos espaços nacionais eram também uma realidade, não só no âmbito dos movimentos de disputa territorial com o Islão, que duravam desde o século VIII e se fechariam no XV, mas também nas tentativas de hegemonia de umas monarquias cristãs sobre outras. Não eram novos estes propósitos, pois haviam acompanhado o processo de Reconquista, numa clara tendência para a construção de unidades políticas maiores. Era recorrente o objectivo perseguido pelos *reinos da cruz* na aspiração à antiga unificação do espaço peninsular da Hispânia romana ou do reino dos Visigodos¹⁰.

A baixa medievalidade ibérica parece ter sido um período propício a este género de projectos, progressivamente viabilizados pelo facto da ameaça muçulmana se reduzir ao cada vez mais débil reino de Granada e à circunstância das monarquias cristãs se julgarem consolidadas. A prová-lo, basta lembrar como Portugal, que tinha fronteiras delimitadas desde os finais de Duzentos, almejou, na acção de D. Fernando, defensor da Dinastia de Borgonha, tomar o reino de Castela, então sob o domínio Trastâmara. O mesmo aconteceu, embora com sinal contrário, pouco depois, quando da crise sucessória portuguesa, 1383-1385, quando as forças castelhanas reivindicavam a posse de Portugal. Se é certo que, em nenhum dos casos, resultou qualquer união política, as tentativas não se podem negar. No século XV, seria a vez do reino aragonês, após a chegada ao trono de um ramo dos Trastâmara, em 1412, procurar exercer a sua hegemonia sobre Navarra e, em alguns momentos, sobre Castela, mormente durante o período áureo dos infantes de Aragão. Sob estas tendências, no último quartel da centúria de Quatrocentos, a morte de D. Henrique IV

⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 83.

¹⁰ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*. Coleção Batalhas da História de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, QuidNovi, 2006, p. 8.

de Castela, em 1474, abriria um outro ciclo de guerra, que será objecto do nosso estudo,, com implicações por todo o xadrez peninsular e mesmo além-Pirinéus. D. Afonso V de Portugal, arvorando-se defensor dos direitos da princesa D. Joana (sobrinha com quem contraiu matrimónio e que, segundo os opositores à sua realeza, era apontada como fruto de uma relação extraconjugal da rainha D. Joana, mulher de D. Henrique IV, com D. Beltrán de la Cueva), disputa, entre 1475 e 1479, o trono de Castela a D. Isabel, meia-irmã do falecido monarca e casada com o herdeiro do trono de Aragão, reino que, declaradamente, a viria apoiar na contenda.

A génese deste conflito ficou também marcada por uma forte mentalidade senhorial, de que a formação de poderosos bandos, que no caso castelhano procuravam mesmo impor candidatos ao trono, ao sabor dos respectivos interesses, numa forte demonstração de vigor e resistência frente ao poder central. Em geral, embora viessem, há alguns séculos, surgindo elementos estruturantes para a edificação dos Estados e a reconstrução das monarquias fosse visível, a força senhorial era ainda muito expressiva. A própria crise geral do século XIV, que chegou a empobrecer as formações políticas e a abalar os poderes centrais, dera aos senhores algumas hipóteses na recuperação de certas prerrogativas. Na centúria seguinte, olhando para o caso ibérico, assistiu-se mesmo à concentração de bens e à constituição de grandes casas que, patrimonialmente mais ricas, se revelariam politicamente influentes e poderosas. As circunstâncias do advento de novas dinastias em Castela e em Portugal, na segunda metade do século XIV, na sequência de guerras civis, com profundas divisões internas, tinham dado azo a múltiplas recompensas pelos monarcas. Era quase um imperativo das próprias Casas Reais, de Trastâmara e de Avis, recentemente no trono, visando enobrecer as respectivas linhagens e congregar o poderio em torno de figuras saídas da realeza e, portanto, próximas. Estavam, no entanto, a viabilizar poderosas castas em títulos, cargos e honrarias, que alcançariam uma influência determinante no processo posterior¹¹.

Para lá dos projectos de hegemonia peninsular, que acompanharam a dinâmica da reconquista, e da acentuada mentalidade senhorial, que marcara a centúria de Quatrocentos em Portugal e em Castela, a guerra pelo Trono de D. Henrique IV teria na sua base as

¹¹ GERBET, Marie-Claude, *Las noblezas españolas en la Edad Media. Siglos XI-XV*. Madrid, Alianza Editorial, 1997, p. 275-285; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. Vol. 2 – A formação do Estado Moderno (1415-1495). Lisboa, Verbo, 2001, p. 209-211.

aproximações familiares entre estas duas Casas Reais peninsulares. As mesmas haviam-se estreitado por meados do século XV, após um período de afastamento, ditado pelo risco que Portugal correu na sequência da morte de D. Fernando. De facto, desde o casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela, que levou à crise de 1383-1385 e colocou em causa a independência do reino, que a Coroa portuguesa prosseguia uma política de casamentos que, passando pela Inglaterra, Borgonha e Aragão, visava consolidar a sua soberania face ao reino castelhano, com quem só em 1431 assinou as pazes definitivas. Foi durante a regência do infante D. Pedro que, contando os infantes de Aragão como opositores comuns, Portugal e Castela reataram os casamentos reais com a união do rei viúvo, D. João II de Castela, a D. Isabel, filha do infante D. João. Pareciam fortalecer-se os laços entre as duas monarquias na década seguinte quando, em 1455, D. Henrique IV, também em segundas núpcias, se casou com outra infanta portuguesa, D. Joana, a irmã mais nova de D. Afonso V. Seria, portanto, com base nesta ligação que o monarca castelhano, para enfrentar os seus opositores internos, esperava encontrar apoio no reino do cunhado. Portugal seria, assim, progressivamente inserido nos projectos sucessórios de D. Henrique IV, pelo que, ocorrido o seu falecimento em 1474, logo no ano seguinte se consubstanciaria o casamento de D. Afonso V com a pequena D. Joana e a imediata coroação de ambos como reis de Portugal e de Castela.

Foi no âmbito do quadro exposto que se desenrolou a contenda que, opondo D. Afonso V aos futuros Reis Católicos, entre 1475 e 1479, conduziu à Batalha de Toro. Esta guerra, que nos propomos observar, não parece hoje devidamente implantada no imaginário colectivo português, carecendo de novos olhares no panorama historiográfico nacional. Pensamos que um estudo deste género, ao reavaliar o conflito em análise, mau grado todas as limitações epistemológicas a que está sujeito, poderá cooperar cientificamente de uma forma plural: ajudar, por um lado, a fazer luz sobre esse momento pouco conhecido da história portuguesa, uma vez que acompanha a participação lusa mais de perto; mas também contribuir para complementar outras visões do conflito que, menos familiarizadas com o nosso ponto de vista, poderão assim optimizar a sua objectividade.

Para concretizar o nosso projecto, decidimos estabelecer como ponto de partida um conspecto historiográfico. Com ele procuramos, com recurso a diversas obras e escritores, acompanhar a evolução na interpretação, quer de um quer de outro lado da fronteira dos ex-

contendores de Toro. Nessa linha, pretendemos inserir a sucessão de trabalhos nos respectivos universos espaço-temporais, na certeza de que, entendidos no seu período e no seu contexto, transmitem as correntes e ideologias dos autores, a par das respectivas intenções sobre os públicos-alvo visados. Esperamos, por fim, que essa “viagem” a que o conspecto nos “conduz” permita, observado o estado da matéria com uma certa amplitude, uma melhor compreensão do objecto para a abordagem que se segue.

Procuraremos, em jeito de enquadramento, acompanhar o processo que, reanimando o “Sonho Ibérico”, conduziu ao conflito luso-castelhano de 1475-1479. Importa seguir as estratégias políticas das Dinastias de Avis e de Trastâmara que, retomando os casamentos régios nos meados de Quatrocentos, viabilizariam, ao longo dos reinados de D. Afonso V e de D. Henrique IV, a aproximação política que convidava à agregação das Coroas. Pretendemos descortinar como o poder neo-senhorial, movimentando-se ao sabor de interesses económicos e sociais, se manifestava capaz de pôr em causa a própria autoridade régia e porventura condicionar esses projectos matrimoniais. Procuraremos, nesse contexto, compreender como o conflito ibérico pelo trono castelhano tomou contornos internacionais com a ingerência de Aragão e de Portugal que, em campos opostos, defenderiam, respectivamente, os direitos reais de D. Isabel e D. Joana.

A diplomacia, verdadeiro “ritual da guerra”, protagonizava, com o aproximar da Modernidade e à medida que as unidades políticas se consolidavam, um período de intensificação da respectiva actividade e de enorme transformação quanto à forma e ao conteúdo das suas práticas. Procuraremos demonstrar como, de forma activa e dinâmica, os contendores procuraram usar as respectivas representações diplomáticas em diferentes momentos, fosse para obter acordos políticos, alianças militares ou mesmo apoios junto do Papado. Desse modo, os beligerantes dariam escala ao conflito que, excedendo uma dimensão luso-castelhana, ganharia uma significativa expressão ibérica e, de certa forma, além-Pirinéus.

O esforço bélico empregue, a face mais visível da guerra, ocorre numa época em que se registam, por todo o Ocidente, mudanças estruturais na forma de combater. Os dispositivos militares dos finais do século XV encontravam-se num período de charneira e, à orgânica medieval do exército, acresciam já laivos de modernidade, particularmente sentidos na crescente institucionalização das cadeias de comando, na expansão do

recrutamento, nas novidades do armamento, nas reformas dos dispositivos táticos e na complexificação da organização logística. No quadro peninsular, Castela, ainda envolvida na guerra da Reconquista, e Portugal, que no reinado do *Africano* vinha intensificando as operações no Magrebe, absorviam também as especificidades bélicas dos respectivos teatros de operações.

Será, como tal, importante observar militarmente o conflito luso-castelhano que, conhecendo diversos palcos de guerra e uma intensidade variável ao longo do tempo, teria, na campanha liderada por D. Afonso V, um número considerável de operações. O *Africano* entraria no reino vizinho na Primavera de 1475 e, em 1 de Março do ano seguinte, travar-se-ia, em condições muito especiais, a emblemática Batalha de Toro. Mas terá sido militarmente decisiva no contexto da guerra? Procuraremos, para tentar dar essa resposta, acompanhar o conflito até ao seu desfecho, observando a multiplicidade operacional em Castela, em Portugal e, mesmo, nos espaços ultramarinos em descoberta.

Concluiremos o nosso trabalho com um capítulo dedicado às consequências da campanha, que chegariam através do complexo tratado assinado nas Alcáçovas, em 4 de Setembro de 1479 e ratificado em Toledo, em 6 de Março do ano seguinte. Compreendendo quatro acordos diferentes, mas com uma interdependência total quanto à sua aplicação, observaremos os respectivos impactos em Portugal e em Castela já que, para além do restabelecimento da concórdia, o acordo consagrou projectos políticos bem mais vastos do que aquele que originou a guerra. Com efeito, enquanto estes dois reinos seguiriam os seus destinos de forma independente, cremos que o mesmo não se passaria com as demais monarquias ibéricas, pois, na órbita desta paz, suceder-se-iam profundas mudanças que envolveriam os reinos de Aragão, de Navarra e de Granada¹².

As sequelas deste Tratado excederam, portanto, o espaço continental disputado, já que, por força do mesmo Tratado e pela primeira vez, dois reinos da Cristandade repartiram áreas de influência no mar. Criavam-se as condições para uma futura divisão mais definitiva, consagrada em Tordesilhas! Mais longe na nossa análise, veremos, finalmente, até que ponto as pazes assinadas entre D. Afonso V e D. Isabel e D. Fernando vieram a ter repercussões na Cristandade Ocidental. Embora a letra do acordo não contemplasse resoluções sobre outras unidades políticas, tentaremos observar, sobretudo no âmbito da

¹² MACEDO, Jorge Borges de, *Ob. Cit.*, p. 102.

divisão do oceano, que efeitos ela acarretou nas ligações de Portugal e de Castela com os reinos de além-Pirinéus e mesmo em relação ao Papado, a quem, até então, sempre coubera o papel de regulador, árbitro e legitimador do espaço cristão.

1.

A «MEMÓRIA» DE TORO

“Por quanto as cousas notavees e dignas de grande memoria especialmente aquellas que sam feitas pelos grandes rex e príncipes devem ser manifestas a todos”

(PEREIRA, Gabriel, «Descrição da Batalha de Toro». In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 369-370.)

“Houve «várias» batalhas de Toro. A que de facto ocorreu no campo de Castro Queimado, (...) a que cada um dos protagonistas viveu ou julgou ter visto, a que cada um dos cronistas compôs (...), a que nós, à distância, tentamos visitar.”

(DUARTE, Luís Miguel, *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003. vol. 1. p. 391.

1.1.

UMA «BATALHA HISTORIOGRÁFICA»

São algumas as memórias que nos chegam da Guerra Luso-Castelhana de 1475-1479, com ênfase na Batalha de Toro, já que esta, independentemente do seu valor militar, se tornou o ponto mais emblemático de toda a campanha.

Ao investigador, a quem num processo heurístico e hermenêutico compete uma interpretação reconstrutiva dos acontecimentos, a partir das fontes e dos trabalhos que ao longo dos tempos focaram o tema em questão, é de todo importante conhecer e compreender o panorama historiográfico existente. É nesse conjunto que assenta, *a priori*, a memória do objecto de estudo que permite ser um ponto de partida para a investigação, possibilitando a não repetição e acrescentando conhecimento, vitais para a construção da crítica e para a formulação de novas hipóteses.

No conspecto historiográfico que apresentamos, tomemos em conta como as diversas abordagens ao tema em estudo são narradas de acordo com o seu tempo e com o seu contexto. Consideremos também como essas múltiplas perspectivas, com diferentes pontos de vista, chegam a transmitir diversos graus de intencionalidade e de alcance que revelam, por um lado, as motivações, a formação ou a ideologia do autor e, por outro, os públicos-alvo. No campo historiográfico, saliente-se ainda que o confronto luso-castelhano em análise envolve no seu debate “nacionalidades” diferentes, as quais, *grosso modum*, terão sido de certa forma responsáveis por um outro confronto, o da interpretação¹³.

No imaginário colectivo português resta uma frouxa memória da Batalha de Toro, sobretudo quando comparada com outras do passado nacional¹⁴. É, actualmente, um confronto não muito divulgado, numa guerra luso-castelhana a que pouco se alude, por sua

¹³ A historiografia espanhola, em geral, inclina-se para uma vitória dos isabelinos na Batalha de Toro, enquanto a portuguesa tem sugerido tendencialmente um sucesso, mesmo que tívio, do exército “lusó”. Em Portugal, é corrente a ideia de que embora D. Afonso V tenha retirado a meio da batalha, também D. Fernando, seu adversário, o fizera por temor do avanço do herdeiro do trono português. Só o príncipe D. João acabou por ficar senhor do campo, de onde, dentro da mesma visão, se diz ter saído em vitória.

¹⁴ A Batalha de Toro ainda está longe de se tornar tão célebre como outras da história de Portugal, como seja o caso evidente da Batalha de Aljubarrota, com cerca de um século de antecedência, cuja vitória decisiva veio a ser objecto de muitas mais observações, as quais a consolidaram fortemente no imaginário colectivo português.

vez num reinado de que não é dos mais explorados da história portuguesa.

Podemos procurar várias razões que expliquem o afastamento deste recontro dos grandes temas de interesse da historiografia nacional. O facto de, por si só, a Batalha de Toro não ter sido militarmente decisiva e, no cômputo geral do conflito, o objectivo que levou à intervenção portuguesa não ter sido alcançado, ainda que não tenha resultado numa derrota, podem ser motivos que justifiquem não ter sido dada maior atenção ao tema. Fica ainda a ideia que a historiografia nacional, ao tratar o século XV, privilegia, implantada a Dinastia de Avis, o processo dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, tido como a “página de ouro” da história do país. A atenção parece voltar-se, desde a conquista de Ceuta em 1415, para a epopeia ultramarina, “ofuscando” os acontecimentos no reino. Do não muito explorado reinado de D. Afonso V, o *Africano*, quase sempre lembrado como o rei-cavaleiro pelo seu ardor guerreiro, prevalece a memória do empenho da Coroa nas conquistas no Norte de África, que lhe valeram o cognome. A nível interno, a tradição historiográfica fez transparecer a imagem de um rei politicamente inábil e que, por oposição ao que seria a obra de seu filho e sucessor, D. João II, permitiu um enorme fortalecimento das casas senhoriais, as quais adquiriram uma grande influência política.

1.2.

O LADO PORTUGUÊS

Mas o que se escreveu em Portugal sobre a Batalha de Toro e sobre o conflito que a envolveu? E em que circunstâncias?

Passados os relatos de participantes, como foi o caso de D. João II, e da composição de crónicas, no que se destacaram Rui de Pina, Garcia de Resende e Damião de Góis, terá sido no século XVII que, pela primeira vez, efectivamente se estudou o tema em questão.

Se a centúria de Seiscentos testemunhou, segundo Rui Bebiano, uma profusa escrita da guerra como elevação das monarquias europeias, decorrente do longo percurso de centralização¹⁵, as circunstâncias que em Portugal se viviam, mormente as relacionadas com o processo restaurador, davam azo a que se acentuasse o seu “destino autónomo” procedendo-se, a par da lembrança de factos fundadores, à exposição de “uma forma recorrente e especialmente destacada” dos “mais violentos, decisivos e gloriosos combates travados”¹⁶. Nessa senda, pouco depois da Guerra da Restauração (1641-1668), foi publicada em latim a *Vida e Feitos de D. João II*,¹⁷ dedicada por D. Manuel Telles da Silva¹⁸ (segundo Conde de Vilar Maior e primeiro Marquês de Alegrete) a D. Pedro II, obra que, embora compreenda mesmo um certo tom laudatório em torno do exemplo do virtuoso monarca biografado, contém já um certo nível de crítica e de esforço na busca de informação. É considerável a cobertura à Guerra Luso-Castelhana, que talvez se possa relacionar com o facto de serem recentes as circunstâncias de luta com o reino vizinho e com a própria participação do autor, sendo o discurso centrado no brilhante desempenho militar do *Príncipe Perfeito* ao longo do conflito. Evidenciando a Batalha de Toro, refere a

¹⁵ BEBIANO, Rui, *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa: séculos XVI-XVIII*. Coimbra, Minerva, 2000, p. 21.

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 32-33.

¹⁷ Para o presente trabalho socorremo-nos de uma edição fac-similada, transcrita e anotada, que passamos a aludir: SILVA, Manuel Telles da, *Vida e Feitos de D. João II de Manuel Telles da Silva, Marquês de Alegrete. Introdução, tradução e notas de Miguel Pinto de Meneses*. [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

¹⁸ D. Manuel Teles da Silva destacou-se na segunda metade do século XVII, enquanto militar, na Guerra da Restauração, onde chegou a combater como Coronel. Foi ainda camareiro e conselheiro de D. Pedro, Regedor da Justiça, Vedor da Fazenda, membro do Conselho de Estado, tendo assumido também um papel activo no tratado com Filipe V e no Tratado de Methuen (IDEM, *Ibidem*, p. 8-9).

bravura de D. Afonso V e de D. João e, mau grado mencione a fuga das forças do primeiro, salienta o desbarato que o segundo provoca nos castelhanos e como ficou senhor do campo, fazendo o próprio D. Fernando retirar¹⁹. Para o autor, “A vitória foi sem dúvida dos portugueses”²⁰, tendo o príncipe continuado a fazer a guerra para glória militar, no que “fatigava Fernando com incursões”, possibilitando uma postura firme no estabelecimento da paz²¹.

Ainda que a historiografia barroca portuguesa não tenha privilegiado propriamente o tempo de D. Afonso V, como afirma Saúl António Gomes²², a *História del Reyno de Portugal*²³, escrita em castelhano pelo português Manuel de Faria e Sousa e publicada em 1730, parece ter sido uma exceção a essa tendência. Embora as armas portuguesas continuem de certa forma a ser apresentadas como vencedoras, com base no sucesso joanino na Batalha de Toro, o autor, que refere ter-se chegado ao Tratado das Alcáçovas sem vencedores nem vencidos, mostra a sua visão favorável ao clima de paz com Castela, de que beneficiava ao tempo que escrevia, sublinhando como “poniendo silencio en las armas entre estos dos Reynos, hasta que junto y unidos, no por ellas, antes por divina permission se comunican dos naciones contrarias como si fueran una misma.”²⁴. Estava à vista como no século XVIII, embora se conservasse quanto à memória da guerra “o essencial da mesma atitude reverencial diante da vertente épica da vida dos homens”, se faziam já sentir os reflexos da cultura das Luzes que, a par das suas mensagens de paz, dirigia “críticas sistemáticas da atitude guerreira tomada como fundamento da legitimidade política e máxima de governação”²⁵.

Durante a segunda metade do século XIX, a historiografia portuguesa daria um significativo contributo ao confronto em análise com uma profusão de trabalhos através da corrente romântica, que encarava o papel da guerra como um “indispensável motor do

¹⁹ É interessante notar que D. Manuel Telles da Silva, mau grado admita as diferentes sortes de D. Afonso V e D. João na Batalha de Toro, salienta a valentia de ambos, considerando-os mesmo, apesar de admitir as suas diferenças de carácter, como “iguais em valor militar” (IDEM, *Ibidem*, p. 71).

²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 69.

²¹ IDEM, *Ibidem*, p. 69.

²² GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o “africano”*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores: Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 23-24.

²³ SOUSA, Manuel de Faria e, *História del Reyno de Portugal*. Amberes, Juan Bautista Verdussen, 1730.

²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 255.

²⁵ BEBIANO, Rui, *Ob. Cit.*, p. 23.

próprio processo histórico”²⁶, e, depois, da corrente positivista, que tanto enfatizava os acontecimentos político-militares.

Em 1858, António Pedro Lopes de Mendonça publicou o artigo «A Batalha de Toro»²⁷ nos *Annaes das Sciencias e das Lettras*, que constitui como que um tímido prenúncio da atenção que a temática viria a ser alvo. Por esta altura, os militares portugueses davam um primeiro passo na matéria através do tenente de Engenharia Osório de Vasconcellos que, na obra *Batalhas dos Portuguezes*²⁸, escreveu um capítulo que intitulou, à semelhança do anterior, de «A Batalha de Toro». Mau grado o sentido de exaltação patriótica, num livro que procurava a “comemoração de feitos heróicos” como “um estímulo e um incentivo” para reerguer o país²⁹, este estudo constitui uma enorme mais-valia pela grande relevância concedida aos aspectos tácticos da manobra dos exércitos na peleja.

Ao caminhar-se para o fim do século, Oliveira Martins, nome incontornável no estudo do período em causa, criticava a falta de visão política de D. Afonso V que “julgou que o reino de Castela era a nova África da sua velhice”³⁰, conforme diz na sua *História de Portugal*, editada em 1879. Por oposição ao *Africano*, o fascínio que sentia pela acção de seu filho, D. João II, fizera-o projectar uma obra a seu respeito. Porém, a morte de Oliveira Martins, em 24 de Agosto de 1894, só conseguiu composição do primeiro capítulo de *O Príncipe Perfeito*³¹, publicado pela primeira vez em 1896, intitulado, exactamente, «Toro». Para o efeito deslocara-se a Espanha, já doente, procurando conhecer o campo de batalha e investigar o confronto. Deste seu estudo resultou uma narrativa de um combate que teria sido tipicamente medieval, à base do choque de cavalaria. De desfecho militarmente indeciso, politicamente veio a constituir uma vitória para o partido de D. Isabel, pois “nas batalhas como a de Toro, a vitória é de quem a afirma e canta, e de quem lhe frui as

²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 26.

²⁷ MENDONÇA, António Pedro Lopes de, «A Batalha de Toro». *Annaes das Sciencias e Lettras*. Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1858.

²⁸ VASCONCELOS, Alberto Osório de, «A Batalha de Toro». In *Batalhas dos Portuguezes*. Lisboa, Editores C. S. Afra & Comp.^a, [s.d.].

²⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 5.

³⁰ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*. 16^a ed.. Lisboa, Guimarães Editores, 1972, p.184-185.

³¹ IDEM, *O Príncipe Perfeito*. Introdução e notas de Henrique de Barros Gomes. Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1954.

consequências imediatas”³².

Também Alberto Pimentel havia escrito uma biografia, de D. Joana, personagem até então menos explorada. Na obra a que chamou *Rainha sem Reino (Estudo Histórico do Século XV)*³³, publicada em 1887, expôs uma perspectiva da problemática da Guerra da Sucessão de Castela centrada nesta princesa. Enfatizando as intrigas palacianas, procurou contrabalançar algumas afirmações da historiografia espanhola em torno da ilegitimidade de D. Joana, tentando reabilitar a sua memória e, com ela, a honra portuguesa³⁴.

De facto, parecia que o orgulho luso, ferido, seria o motor para surgirem na historiografia nacional, na viragem para o século XX, novos estudos, como os de António Francisco Barata e Sousa Viterbo, a que a Batalha de Toro daria título. O primeiro, incomodado com a publicação da obra *Reparaciones Historicas* de Sánchez Moguel em 1894, abre um debate historiográfico com o académico madrileno por este ter afirmado que “Toro es, en efecto, el desquite de Aljubarrota”³⁵. Em 1896, Barata faz editar dois estudos semelhantes, tendo o segundo³⁶ destes resultado de uma exposição mais desenvolvida do primeiro, em que rebate a ideia de equiparar as batalhas. Argumentava, para tanto, como eram diferentes as conjunturas políticas de ambas as peijas, e, do ponto de vista militar, como eram distintas as forças envolvidas, o desenrolar e os resultados dos confrontos, recusando uma derrota portuguesa em Toro. Sousa Viterbo, que em 1900 deu à estampa *A Batalha de Touro*,³⁷ também rejeitava a comparação militar desta refrega à de Aljubarrota, tendo dado o seu contributo, principalmente, no levantamento e composição biográfica dos combatentes portugueses em Toro³⁸.

³² IDEM, *Ibidem*, p. 13.

³³ PIMENTEL, Alberto, *Rainha sem Reino (Estudo Histórico do Século XV)*. Porto, Barros & Filha Editores, 1887.

³⁴ São notáveis algumas das sugestões de Alberto Pimentel que, ao focar as intrigas palacianas à volta de D. Henrique IV, critica a sua corte, “que é o mundo que mais boqueja e moteja, crearam em torno de D. Joana, de Portugal, uma lenda de devassidão” (IDEM, *Ibidem*, p. 36). Procurava, assim, equilibrar a imagem desta portuguesa, monarca consorte de Castela, que a historiografia espanhola dava, sem hesitação, por leviana, atribuindo a paternidade da Excelente Senhora a D. Beltran de la Cueva. Para o seu tempo, o autor atreve-se ainda ao aventar a hipótese de envenenamento do monarca castelhano pelos partidários de D. Isabel (IDEM, *Ibidem*, p. 36).

³⁵ BARATA, António Francisco, *A Batalha de Toro*. Barcelos, Typografia da Aurora do Cavado, 1896, p. 9.

³⁶ O segundo referido estudo de António Francisco Barata, com o mesmo título do anterior, encontra-se publicado em: IDEM, *A Batalha de Toro*. Évora, Minerva Eboense, 1896.

³⁷ VITERBO, Sousa, *A Batalha de Touro. Alguns Dados e Documentos para a sua Monographia Histórica*. Lisboa, Typographia Universal, 1900.

³⁸ O supra-citado trabalho de Sousa Viterbo envolveu, naquela época, um assinalável trabalho de pesquisa que, segundo o próprio, passou pelo recurso a crónicas, consulta de chancelarias, observação epitáfios nas

Na última década de Oitocentos, a Guerra da Sucessão de Castela ganhava espaço na historiografia portuguesa, em narrativas bastante descritivas, pela prática mais corrente na composição de Histórias de Portugal, como foram os casos das de Henrique Schaefer e de Manuel Pinheiro Chagas. O primeiro, no segundo volume da sua colecção (publicado em 1893),³⁹ deixa a sua marca na crítica à aceitação passiva da cronística castelhana em geral e salienta na Batalha de Toro um confronto de forças muito desiguais⁴⁰: advogava que os portugueses se bateram com bravura, defendendo que não tinham sido derrotados no campo, mas admitia que o desempenho de D. Afonso V “abalou o seu poder e ainda muito mais o que a opinião que d’elle havia”⁴¹, entre os apoiantes castelhanos, acarretando consequências para o curso da discórdia. Manuel Pinheiro Chagas dedica à temática da Guerra Luso-Castelhana seis capítulos do segundo volume da sua *História de Portugal Popular e Illustrada*, publicado em 1899⁴². O autor, que fora militar de carreira, coloca ênfase, para além da observação política (legítima abertamente a realeza de D. Joana), nas questões bélicas, sobretudo operacionais, fazendo várias considerações críticas à condução da campanha em Castela por D. Afonso V, que acreditava ter sido levada a bom termo se fosse D. João quem estivesse no comando⁴³. A Batalha de Toro, da qual faz uma observação bastante táctica, seria disso exemplo, concluindo que ninguém a ganhou, ainda que, como Schaefer, admitisse a perda de prestígio que trouxe para o *Africano* e as respectivas decorrências no curso de conflito⁴⁴.

Seria a partir da instauração do regime totalitário saído do Golpe de 28 de Maio de 1926 que, excepção feita praticamente ao estudo de Manuel Rodrigues Lapa (intitulado *D.*

igrejas, entre outros (IDEM, *Ibidem*, p. 8).

³⁹ SCHAEFER, Henrique, *História de Portugal – Desde a fundação a monarquia até à Revolução de 1820 – Vertida fiel, integral e directamente por F. de Assis Lopes. Continuada sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. P. Sampayo*. vol. 2. Porto, Escripório da Empresa Editora, 1893.

⁴⁰ Ao narrar a Batalha de Toro, Schaefer faz contrastar a bravura com que D. Afonso V e D. João se batiam com a retirada de D. Fernando, o qual “sabendo apenas que tinha fugido da batalha sem sequer haver desembainhado a espada, alli onde seu real adversário a manejava com bravura cavalleirosa” (IDEM, *Ibidem*, p. 407).

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 409.

⁴² CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal Popular e Illustrada*. 3ª Edição. vol. 2. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1899, p. 423-484.

⁴³ Nas críticas que faz ao comando de D. Afonso V em Castela, Pinheiro Chagas não se coíbe de mostrar a admiração que sentia pelo filho, atrevendo-se a fazer suposições: “Ah! Se fosse o príncipe D. João, o grande D. João II, que dirigisse a campanha, como as coisas como as coisas correriam de outra maneira!” (IDEM, *Ibidem*, p. 447).

⁴⁴ Manuel Pinheiro Chagas, um tanto à semelhança de Schaefer, também assinalou a retirada de D. Fernando, tentando relativizar a visão vitoriosa da historiografia espanhola, o qual “julgando a batalha completamente perdida, e, dando d’esporas ao cavallo, fugiu à rédea solta em direcção a Zamora” (IDEM, *Ibidem*, p. 454).

Afonso V e o Príncipe D. João – Ensaio sobre uma Regência⁴⁵ e publicado em 1925), a Guerra Luso-Castelhana de 1475-1479 conheceria um novo impulso historiográfico, mormente a acção da Batalha de Toro. A ditadura procura desde cedo, conforme oficializa em 1932, o ensino de uma História de Portugal “cuja acção tem de ser eminentemente nacionalizadora”, reconhecendo ao Estado a competência e o dever de “fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História” e de “definir a verdade nacional”⁴⁶, vindo o programa nacionalista do Estado Novo a passar para o ensino da disciplina, segundo Sérgio Campos Matos, os valores do regime como a fé, a família e a pátria⁴⁷. O discurso pedagógico da história que o Estado promovia, centrado no destinatário com um tom exortativo, destacava as acções militares, em que os portugueses eram representados cobertos de glória⁴⁸. Neste quadro brota literatura que, logo nos anos 30, explora a intervenção militar portuguesa em Castela e a Batalha de Toro sob diversos âmbitos.

Na *História de Portugal* sob a direcção de Damião Peres, a qual recebeu várias distinções do regime autoritário, Ângelo Ribeiro dedica, em 1931, três descritivos capítulos à guerra que opôs D. Afonso V aos futuros Reis Católicos, um dos quais só dedicado à Batalha de Toro, com várias considerações “pró-portuguesas”⁴⁹. Fortunato de Almeida, no seu *Curso de História de Portugal*,⁵⁰ legitimava, à semelhança de Ângelo Ribeiro, a causa da intervenção portuguesa, simplificava a visão do confronto na “construção” do inimigo castelhano e, relativizando o valor da Batalha de Toro, optava por dar ênfase aos actos de heroísmo que nessa peleja se registaram em torno do estandarte português, afirmando que “A História não regista abnegação nem mais perfeito espírito de sacrifício à pátria, simbolizada na sua bandeira.”⁵¹. Em voga, o confronto com Castela seria até observado do ponto de vista numismático com o trabalho de Pedro Batalha, dado pela primeira vez à estampa em 1933, intitulado *Moedas de Toro: estudo das Moedas d’ El Rei D. Afonso V*

⁴⁵ LAPA, Manuel Rodrigues, *D. Afonso V e o Príncipe D. João – Ensaio sobre uma Regência*. Guimarães, Typografia Minerva Vimaranesense, 1925.

⁴⁶ MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 58.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 59.

⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 74.

⁴⁹ RIBEIRO, Ângelo, *História de Portugal*. Direcção Literária de Damião Peres. vol. 3. Barcelos, Portucalense Editora, 1931, p. 115-161.

⁵⁰ ALMEIDA, Fortunato de, *Curso de História de Portugal*. 9ª ed.. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 175-176.

⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 176.

que têm as armas de Portugal, Castela, e Leão⁵². Mas seria o olhar sobre os actos de heroísmo que prevaleceria, conforme mostra o aparecimento do estudo de António Machado de Faria, publicado em 1959, sobre o recuperador do estandarte real, *Gonçalo Pires da Bandeira. Herói da Batalha de Toro*⁵³. Um ano antes, a própria *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, da alçada do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, ia mais longe no artigo «As sombras dum sonho de glória – A Batalha de Toro»⁵⁴, da autoria de Magnus Bergström. Este confronto, ponto alto da guerra, é narrado de forma algo fantasiosa, quase visual, com um discurso patriótico que, transcendendo a indefinição militar do confronto e o objectivo não atingido do trono de Castela, projecta uma mensagem de abnegação e exaltação dos símbolos nacionais, como é o caso do estandarte⁵⁵.

Também os militares, em especial, consagraram uma considerável atenção à Guerra da Sucessão de Castela durante o regime autoritário. Do pedido do Ministério da Guerra ao oficial de cavalaria Carlos Selvagem (pseudónimo de Carlos Tavares Afonso dos Santos), logo em 1926, para que realizasse um compêndio que abrangesse a “História Militar e Naval da Pátria Portuguesa”, resultou o *Portugal Militar*, dado à estampa cinco anos mais tarde. Seguindo as correntes do regime e visando sobretudo as escolas militares, não admira um certo cunho nacionalista, tendo o autor dado maior atenção à Batalha de Toro⁵⁶. Salienta os heroísmos do decepado Duarte de Almeida e do recuperador do estandarte real Gonçalo Peres e, equiparando D. Afonso V a D. Fernando como cabos de guerra, acaba por atribuir a vitória portuguesa a D. João, numa narrativa em que complementa a cronística lusa com dados, quase seguramente, de auto-recriação sua. Nos anos 40, e com semelhante olhar patriótico, o general Ferreira Martins, na *História do Exército Português*, quase

⁵² Apesar da versão utilizada para este trabalho corresponder a uma edição de 1935, a primeira publicação da obra ocorreu dois anos antes. Veja-se: BATALHA, Pedro, *Moedas de Toro: estudo das Moedas d' El Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela, e Leão*. 2ª Edição. Lisboa, [s. n.], 1935.

⁵³ FARIA, António Machado de, *Gonçalo Pires Bandeira. Herói da Batalha de Toro*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1959.

⁵⁴ BERGSTRÖM, Magnus, «As sombras dum sonho de glória – A Batalha de Toro». *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Série 3, nº 9 (Mar. 1958).

⁵⁵ Bergström, ainda que tenha louvado o denodo das tropas portuguesas, sabiamente comandadas na frente pelo valente D. João e por seu pai “o batalhador de Arzila, o guerreiro que tem a coragem do leão e a astúcia do tigre”, acentua, como é visível na conclusão, uma cena de respeito aos símbolos máximos da nação com o príncipe, comovido, a beijar o estandarte português, resgatado com esforço de mãos inimigas (IDEM, *Ibidem*).

⁵⁶ SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar: compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 226-233.

resume a intervenção portuguesa na Guerra Luso-Castelhana à Batalha de Toro⁵⁷. Ao descrever a peleja que, “considerada militarmente indecisa, fez fracassar a causa de D. Afonso, cujo êxito só uma decisiva vitória militar teria podido garantir”, parece acrescentar alguns pormenores dedutivamente, como sejam os casos dos efectivos militares e da duração da batalha em que, de acordo com o seu discurso, destaca também os casos de heroísmo em torno do estandarte real, tema que parecia ser pedra de toque para os militares. Em Fevereiro de 1960, no segundo número do *Jornal do Exército*, o capitão de Cavalaria Manuel Cerqueira, no artigo sobre a tradição dos porta-bandeiras no Exército Português, aludiria à valentia do Decepado em Toro⁵⁸. No número de Fevereiro de 1962 do mesmo periódico, passado cerca de um ano sobre o início dos levantamentos em Angola e poucos meses sobre a perda dos territórios portugueses na Índia, quando a palavra de ordem neste jornal apelava aos valores do sacrifício extremo e entrega total pela pátria, surgia um artigo dedicado ao mesmo «Duarte de Almeida, o Decepado» que, através de uma banda desenhada muito expressiva, salientava seu heroísmo na Batalha de Toro⁵⁹.

No entanto, durante o período final do Estado Novo, vários académicos portugueses elaboraram o *Dicionário de História de Portugal*, publicado de 1963 a 1971, sob a direcção de Joel Serrão, seguidor da Escola dos *Annales*. A marca desta corrente historiográfica, que se pautou por uma mais isenta e interdisciplinar aproximação à cientificidade, ficou desde logo espelhada no artigo da Batalha de Toro⁶⁰, a cargo de Gastão de Mello de Matos que, com uma postura aberta e anti-dogmática, deixava mesmo algumas questões em aberto. A discussão em torno de uma pretensa vitória e os actos de heroísmo davam lugar à avaliação da peleja no conjunto da guerra. Expunha-se, aparentemente sem complexos, como o exército português na Batalha de Toro tivera sortes opostas com o sucesso de D. João e a retirada de D. Afonso V, à semelhança do que fizera D. Fernando. O gesto custara uma tremenda perda de prestígio ao rei português, cada vez com menos apoios, tornando-se o confronto, militarmente indeciso, politicamente importante para o desfecho da contenda, em 1479. Seriam estas linhas gerais que as Histórias de Portugal perfilhariam.

⁵⁷ MARTINS, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português*. Lisboa, Editorial Inquérito Lda., 1945, p. 95-96.

⁵⁸ CERQUEIRA, Manuel, «Os Porta-Bandeira, sua tradição». *Jornal do Exército*. Ano 1, n.º 2 (Fev. 1960).

⁵⁹ «Duarte de Almeida, o Decepado». *Jornal do Exército*. Ano 3, n.º 28 (Abr. 1962).

⁶⁰ MATOS, Gastão de Mello de, «TORO, Batalha de». *Dicionário da História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão. vol. 4. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 530-532.

Em 1972 Oliveira Marques, na sua *História de Portugal*,⁶¹ referiu como foi fatal para o *Africano* não ter conseguido uma vitória decisiva em Toro, o que feriu o seu crédito entre os seus partidários castelhanos e junto de Luís XI, rei de França. Nos finais dos anos 70, Joaquim Veríssimo Serrão, no segundo volume da sua *História de Portugal*,⁶² reforçava a ideia de “resultado indeciso do ponto de vista militar, mas que veio a traduzir-se numa vitória política para os Reis Católicos”. Humberto Baquero Moreno, em 1983, com uma abordagem eminentemente política do reinado de D. Afonso V, na *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, refere-se sinteticamente a Toro sem lhe dar uma importância categórica⁶³. Nos inícios dos anos 90, menor espaço daria José Mattoso a esta temática na *História de Portugal* que dirigiu: não se tratando especialmente do seu período de investigação, apelidou a Batalha de Toro de “curiosíssima” e encadeou-a no conjunto de insucessos políticos do *Africano*⁶⁴. Pouco depois, na *História de Portugal* dirigida por João Medina, Henrique Barrilaro Ruas registou, com uma certa ironia, como um acontecimento que poderia ter sido neutro (já que os dois reis abandonaram o campo) ou até positivo para Portugal (pelo triunfo joanino) acabou por contribuir para inviabilizar o projecto afonsino em Castela⁶⁵. Dada à estampa em 1998 a *Nova História de Portugal*, sob direcção de Joel Serrão e de António Henrique de Oliveira Marques, foi um conjunto de historiadores constituído por João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga que se debruçou sobre a conjuntura da época, assinalando Toro como mais uma etapa do conflito, a qual teria levado D. Afonso V a buscar desesperadamente o apoio do rei francês⁶⁶. Na *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos, publicada em 2009, foi Bernardo Vasconcelos e Sousa quem historiou sobre o tema e que, sem colocar o ónus da guerra na Batalha de Toro, considerou, com uma leitura política e diplomática da questão, como sem apoios a coroa castelhana se tornava inacessível ao *Africano*⁶⁷.

⁶¹ MARQUES, António Henrique de Oliveira, *História de Portugal*. 7ª ed.. Lisboa, Palas Editores, 1977.

⁶² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. vol. 2 - A formação do Estado Moderno (1415-1495). Póvoa do Varzim, Editorial Verbo, 2003, p. 91-95.

⁶³ MORENO, Humberto Baquero, *História de Portugal*. Dir. de José Hermano Saraiva. vol. 3.. Lisboa, Publicações Alfa, 1983, p. 131.

⁶⁴ MATOSO, José, *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. vol 2.. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 506.

⁶⁵ RUAS, Henrique Barrilaro, *História de Portugal*. Dir. de João Medina. vol. 4 – O mar sem fim. A aventura. Alfragide, Ediclube, 2004, p. 447-449.

⁶⁶ DIAS, João José Alves et [al.], *Nova História de Portugal*. vol. 5 – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 691.

⁶⁷ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *História de Portugal*. Coord. de Rui Ramos. 3ª ed.. Lisboa, A Esfera dos

Ao aproximarmo-nos do fim do século XX, a produção de estudos biográficos sobre os reis reforçaria o conhecimento da peleja em questão. Manuela Mendonça publicou, em 1991, a obra *D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal*,⁶⁸ onde a guerra com Castela e, particularmente, a Batalha de Toro, são observadas com base na acção do audaz príncipe e nas suas práticas governativas durante a regência. Não muito depois, no âmbito das comemorações dos descobrimentos portugueses e a um ano de se realizar em Lisboa a exposição mundial (Expo 98), Alfredo Pinheiro Marques dava à estampa uma biografia do mesmo monarca⁶⁹ que, mau grado fosse mais vocacionada para a sua política ultramarina, expunha a luta com o reino vizinho como um período de exercício do príncipe no comando (onde, por oposição ao pai, mostrou competência), durante o qual teve tempo de experimentar os seus fiéis e de conhecer as forças de oposição interna. Em 2005, inserido numa colecção de biografias dos monarcas portugueses, foi publicado o livro *D. João II*⁷⁰, da autoria de Luís Adão da Fonseca, onde, no meio de uma exploração político-militar da luta com Castela, a Batalha de Toro é assinalada, mau grado o sucesso do príncipe biografado, como o ponto em que se desvanecem as aspirações de seu pai ao trono daquele reino. Um ano depois, na mesma régia colecção, Saúl António Gomes construía um discurso próximo, ainda que mais centrado na figura de D. Afonso V, que biografava⁷¹. Também em 2006 era dado à estampa um estudo da autoria de Humberto Baquero e de Isabel Vaz de Freitas, intitulado *A Corte de D. Afonso V. O Tempo e os Homens*⁷², cuja investigação se fez com um considerável equilíbrio e profundidade, permitindo um olhar importante sobre ambos os contendores da Guerra da Sucessão Castelhana. Paulo Drumond Braga daria à estampa em 2008 a biografia do pouco estudado infante D. Afonso⁷³, filho de D. João II, observando as inconclusivas acções armadas, com ponto alto em Toro, centrado neste que foi o penhor no Tratado das

Livros, 2010, p. 163-167.

⁶⁸ MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

⁶⁹ MARQUES, Alfredo Pinheiro, *Vida e Obra do "Príncipe Perfeito" Dom João II*. Figueira da Foz, Centro de Estudos do Mar e das Navegações: Mira, Câmara Municipal de Mira, 1997.

⁷⁰ FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores: Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

⁷¹ GOMES, Saúl António, *Ob. Cit.*

⁷² MORENO, Humberto Baquero e Isabel Vaz de Freitas, *A Corte de D. Afonso V. O Tempo e os Homens*. Gijón, Ediciones Trea, 2006.

⁷³ BRAGA, Paulo Drumond, *O Príncipe D. Afonso, Filho de D. João II*. Uma vida entre a guerra e a paz. Lisboa, Edições Colibri, 2008.

Alcáçovas.

Também no último quartel do século XX, os estudos no âmbito de uma abordagem militar do conflito vieram em crescendo. Se nessa óptica se registavam casos pontuais, como os dois estudos de Humberto Baquero Moreno que abordavam as operações fronteiriças na Guerra Luso-Castelhana de 1475-1479⁷⁴, o grande avanço de que a História Militar beneficiou na passada década de 90 acelerou o aparecimento de novos trabalhos. Da aproximação entre as instituições militar e universitária, na viragem de milénio, resultou a *Nova História Militar de Portugal*, tendo aí Luís Miguel Duarte historiado sobre a guerra em causa, focando especialmente a Batalha de Toro, e, através de um discurso anti-dogmático, preocupou-se em situar o confronto no contexto da Revolução Militar dos finais da Idade Média⁷⁵. José Varandas reforçaria a ideia da importância da Batalha de Toro como ponto de análise do exército português naquele período, já que só voltaria a entrar em operações em solo europeu em 1640 com a Guerra da Restauração⁷⁶. A Academia Portuguesa da História, já em 2005, promoveria a Coleção Batalhas da História de Portugal, tendo Manuela Mendonça abraçado o volume *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*,⁷⁷ no qual traça um alargado olhar político-militar entre os dois reinos. As Forças Armadas, na *Revista Militar*⁷⁸, aludiriam à Batalha de Toro através do General Gabriel Espírito-Santo, o qual a apontou como mais um momento do desabrochar da instituição militar em Portugal que caracterizou o reinado de D. Afonso V. O Exército, em especial, ao dedicar desde Abril de 2009 um suplemento do seu jornal aos «Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português», não se cingindo “a escolha somente às grandezas militares, mas escolha também dos grandes desastres”⁷⁹, daria cobertura a «D. Afonso V e a

⁷⁴ Os referidos dois estudos de Humberto Baquero Moreno, centrados nas operações fronteiriças, encontram-se publicados: MORENO, Humberto Baquero, «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478». *Sep «Anais»*. 2ª Série. vol. 25. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1971; IDEM, «Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos». *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. Série 2, vol. 10 (Porto, 1993).

⁷⁵ DUARTE, Luís Miguel, *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. vol. 1. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2003, p. 372-391.

⁷⁶ VARANDAS, José, «Os exércitos medievais: continuidade e ruptura nas vésperas da conquista do Novo Mundo». *Actas. Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas. 2 a 5 Novembro 2007*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007.

⁷⁷ MENDONÇA, Manuela, *A Guerra Luso-Castelhana, século XV*. Coleção Batalhas de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, QuidNovi, 2006.

⁷⁸ ESPÍRITO-SANTO, Gabriel, «Estado, Nação e Instituição Militar». *Revista Militar*. nº 2971 (Dez. 2007), p. 1339-1342.

⁷⁹ LOUSADA, Abílio Pires et [al.], «Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português». *Jornal do*

Batalha de Toro» no número de Dezembro de 2009. A abordagem far-se-ia com uma significativa partilha de saberes das especialidades do trio de autores, todos oficiais professores no Instituto de Estudos Superiores Militares, em história militar, estratégia e táctica, respectivamente⁸⁰.

Este particular conflito militar com Castela tem sido também estudado em abordagens políticas, diplomáticas e sociais, que aludem, mais directamente, à época em questão. Neste contexto vem a propósito o olhar de Jorge Borges de Macedo que, na genérica *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*⁸¹, observa a Batalha de Toro a partir das conjunturas geopolíticas peninsulares, então em transformação. Joaquim Veríssimo Serrão deu também um contributo importante do ponto de vista político-diplomático, primeiro ao publicar as *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*⁸² em 1975 (onde salienta a importância para Portugal da aliança com a França, procurada mais insistentemente por D. Afonso V após o momento em que “as armas não tinham chegado para impor em Toro” o objectivo que seguia), e depois, por ocasião dos quinhentos e cinquenta anos do nascimento de D. João II, ao enquadrar as conexões entre «Portugal e Castela no século XV»⁸³. Manuela Mendonça, ao dar à estampa em 1994 *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*, fazia alusão ao impacto da luta armada com Castela, mormente de Toro, na assinatura do Tratado das Alcáçovas⁸⁴. No mesmo ano, José Marques publicava a sua obra *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média* onde, através de um conjunto de estudos, aludiu ao “amargo sabor” de Toro, num texto em que procurou explorar também os reflexos da campanha na administração militar de Portugal⁸⁵, bem como ao impacto causado pela acção do regente na preparação da saída para o reino vizinho, às vésperas batalha, num outro

Exército. Ano 50, nº 583 (Abr. 2009), p. I-VIII.

⁸⁰ IDEM, «D. Afonso V e a Batalha de Toro». *Ibidem*. Ano 50, nº 590 (Dez. 2009), p. 73-84.

⁸¹ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de força*. 2ª ed.. Lisboa, Tribuna da História, 2006.

⁸² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1975.

⁸³ IDEM, «Portugal e Castela no século XV». *O Tempo Histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento. Actas do Colóquio 2, 3 e 4 Maio 2005*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, MMV.

⁸⁴ MENDONÇA, Manuela, «Sequelas do Tratado das Alcáçovas: os refugiados das duas coroas em Portugal e Castela». In *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Colibri, 2004.

⁸⁵ MARQUES, José, «Relações luso-castelhanas no século XV». *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

capítulo que intitulou de «O Príncipe D. João e a recolha da prata das Igrejas para custear a guerra com Castela»⁸⁶. Julieta Araújo fez publicar, em 2009, *Portugal e Castela na Idade Média*⁸⁷, obra em que fez uma ampla observação do processo histórico entre destes dois reinos no conjunto peninsular desde os finais do século XIV aos do XV, considerando a Batalha de Toro o epílogo de uma “estranha guerra”, em ambos os intervenientes reclamavam vitória. Ao dar à estampa, em 2005, a obra *A Dinastia de Avis e a construção da União Ibérica*⁸⁸, David Martelo chama de “atração fatal” ao projecto de D. Afonso V, o qual, “sem objectivo militar definido”⁸⁹, teria encontrado na batalha em causa o ponto final na aventura castelhana. Observando a peleja de um ponto de vista eminentemente sociológico, Margarida Garcez estudou a nobreza castelhana que apoiou D. Afonso V na luta pelo trono do reino vizinho, explicando a sua partidarização pela ascendência portuguesa da maior parte desse grupo⁹⁰.

⁸⁶ IDEM, «O Príncipe D. João e a recolha da prata das Igrejas para custear a guerra com Castela». *Ibidem*.

⁸⁷ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa, Edições Colibri, 2009.

⁸⁸ MARTELO, David, *A Dinastia de Avis e a Construção da União Ibérica*. Lisboa, Edições Sílabo, Lda., 2005.

⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 52.

⁹⁰ VENTURA, Margarida Garcez, «A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro: opções senhorialistas nas vésperas de um estado centralizado». *Anais da Academia Portuguesa da História*. 2004. (Sep. do *Symmvs Philologvs Necnon Verborvm Imperator*. Colectânea de Estudos de Homenagem ao académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º Aniversário).

1.3.

O LADO ESPANHOL

Observando esta temática em Espanha, é notória a sua forte presença no imaginário do país. A Guerra da Sucessão Castelhana, em geral, e a Batalha de Toro, em particular, inscrevem-se num período tendencialmente benquisto na memória colectiva dos espanhóis e apreciado pela sua historiografia. Trata-se do tempo dos Reis Católicos no qual, segundo sintetiza António Dominguez Ortiz, “...las novedades que trajo aquel reinado fueren de tal magnitud que justificán la iniciación de una nueva Edad”,⁹¹ referindo-se aos acontecimentos então operados, pelo que aponta os casos da união de Castela a Aragão, do fim da Reconquista, do Descobrimento da América e da autoridade da instituição monárquica.⁹² Deste ciclo reconhece Joseph Pérez que “la idealización de los Reyes Católicos fue, pues, muy temprana”, tendo sido “los soberanos convertidos en héroes míticos...”,⁹³ o que, como veremos, viria a acontecer não só pela acção de vários autores espanhóis como por estrangeiros que se debruçaram sobre essas temáticas.

De facto, desde cedo o governo de D. Fernando e D. Isabel se encontrou biografado por uma considerável profusão de cronistas ⁹⁴ que, sendo-o oficialmente ou não, compuseram, sobretudo nos finais do século XV e também no XVI, uma versão idílica e vitoriosa do partido “isabelino”, o verdadeiro partido castelhano. O próprio rei D. Fernando, durante a Guerra Luso-Castelhana, tinha, à semelhança do que faria D. João II em Portugal, relatado a Batalha de Toro à sua maneira (um êxito total), que mandara difundir pelo reino. Teria deste modo começado a construção da memória do conflito, mas no século XIX, com algum critério historiográfico, podemos já observar o estudo da questão a compor-se efectivamente.

⁹¹ DOMINGUEZ ORTIZ, António, *Historia de España Alfoquara*. vol. 3 – El Antiguo Régimen: Los Reyes Católicos y los Austrias. Madrid, Alianza Editorial, 1981, p. 9.

⁹² IDEM, *Ibidem*, p. 9-10.

⁹³ PÉREZ, Joseph, «Segunda Parte – España Moderna (1474-1700). Aspectos Políticos y Sociales». In *Historia de España*. Dir. Manuel Tuñon de Lara. vol. 5 – La frustración de un Império (1476-1714). Barcelona, Editorial Labor, S. A., 1980, p. 139.

⁹⁴ Entre os que compuseram crónicas à volta de Fernando e Isabel, entre os finais de Quatrocentos e a centúria seguinte, destacaram-se: Alonso de Palência, Fernando del Pulgar, Lorenzo Galindez de Carvajal, Diego de Valera, Gonzalo de Ayora, Alonso de Santa Cruz, Andrés Bernáldez e António de Nebrija.

Em 1838, era já a Espanha uma unidade política que integrava os antigos reinos medievais, quando William Prescott publicou, nos Estados Unidos da América, uma obra sobre o reinado dos Reis Católicos, sete anos depois traduzida para castelhano⁹⁵, na qual apresentava um período em que os monarcas haviam sabiamente, com a ajuda da providência, construído um estado ordenado a partir do caos que herdaram. No meio de um discurso especialmente apologético em relação a D. Isabel, a Batalha de Toro é narrada como um enorme e determinante triunfo militar do seu partido na guerra com Portugal. O sucesso na refrega ficava a dever-se a uma melhor manobra dos isabelinos, fazendo o autor questão de sublinhar que D. Fernando não saíra do campo antes da meia-noite e de que o príncipe português, ainda que ordenadamente, havia retirado, pondo de parte qualquer êxito dos contrários. Idêntica apreciação faria o Barão de Nervo ao dar à estampa, em 1874, a obra *Isabelle La Catholique, Reine d'Espagne, sa vie, son temps, son règne. 1451-1504*⁹⁶, na qual, mostrando-se também um admirador confesso da monarca, foi especialmente crítico para com D. Afonso V, que desencadeou a guerra para satisfazer as suas ambições. Este autor reforçava o significado da Batalha de Toro como vitória completa e definitiva das armas de D. Isabel. Para acentuar a sua linha destacam-se, por um lado, uma retirada dramática do rei português no meio de muitas baixas e, por outro, omissões em relação aos desempenhos de D. Fernando e de D. João que, por ventura, poderiam condicionar o exposto.

No século XX, finda a guerra civil e definitivamente implantada a ditadura franquista em 1939, estavam criadas as condições em Espanha, um tanto à semelhança do que acontecera em Portugal, para a construção de um discurso que exaltava os feitos do país. Então, houve na Catalunha uma tendência historiográfica que, embora fiel ao regime, tentou reabilitar a figura de D. Fernando, até aí relegado para segundo plano em relação a D. Isabel. As obras de Ricardo del Arco⁹⁷, em 1939, e de Andrés Giménez Soler⁹⁸, em 1941, exaltavam a acção do monarca enquanto construtor do estado moderno espanhol unificado, pelo que a Guerra Luso-Castelhana era olhada como um dos primeiros sucessos

⁹⁵ PRESCOTT, William H., *Historia del Reinado de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*. 2. t.. Madrid, Imp. De M. Rivedenyra, 1845-1846.

⁹⁶ DE NERVO, Baron, *Isabelle La Catholique, Reine d'Espagne, sa vie, son temps, son règne. 1451-1504*. Paris, Michel Lévy Frères, Éditeurs, 1874.

⁹⁷ DEL ARCO, Ricardo, *Fernando el Católico, artífice de la España Imperial*. Zaragoza, Editorial Heraldo de Aragón, 1939.

⁹⁸ GIMÉNEZ SOLER, Andrés, *Fernando el Católico*. Barcelona, Labor, 1941.

do aragonês que, tomando a nobre posição de defender o trono herdado pela sua mulher, conseguiu em Toro esmagar os portugueses com os seus imensos dotes militares.

De vários sectores da sociedade, o discurso patriótico seria também visível em torno de D. Isabel, tendo o próprio Arcebispo de Granada, D. Rafael Garcia y Garcia de Castro, publicado a apologética obra *Virtudes de la Reina Católica*⁹⁹ em 1961, reforçando a legitimidade da rainha ao trono castelhano e o justo destino providencial que a colocou nesse lugar. Mas além da Igreja espanhola, também das forças armadas se perfilava uma exposição, através do General Jorge Vigón, expressa na obra *El Ejército de los Reyes Católicos*¹⁰⁰, dado à estampa em 1968. O reinado era observado do ponto de vista da instituição militar e das suas operações, sendo a Guerra da Sucessão Castelhana um triunfo isabelino, com o autor a considerar, num discurso tendencioso, que a Batalha de Toro foi uma derrota completa para os portugueses e que era mesmo inexato qualificá-la de militarmente indecisa.

A visão de vitória castelhana em Toro, que a historiografia espanhola revia no partido isabelino, era então ponto assente, transparecendo mesmo nalguma historiografia estrangeira, como fora o caso da obra *A History of Spain* de Harold Livermore¹⁰¹, publicada pela primeira vez em 1958. Em Espanha, a produção das histórias nacionais reafirmavam-no de forma mais veemente. Perez de Bustamante¹⁰², em 1963, que tomou como grandes feitos de armas as batalhas de Toro e de Albuera. José Luís Mijares¹⁰³, em 1968, através de um discurso laudatório, e também centrado em D. Isabel, considerava a guerra civil decidida pelo triunfo de Toro. Até Fernando Díaz-Plaja¹⁰⁴, que em 1972 apelava à revisão da calúnia feita a D. Henrique IV e das “alturas” a que se “elevaram” os Reis Católicos na historiografia, considerava que em Toro fracassara a iniciativa portuguesa, abrindo-se o caminho aos Reis Católicos para a sujeição dos nobres e para a conquista de Granada.

Finda a ditadura franquista, o período para a transição democrática em Espanha apresentava, *grosso modum*, a convivência de um discurso que, embora já não apresentasse tão linearmente os êxitos isabelinos, fazia ainda assentar numa completa vitória na Batalha

⁹⁹ GARCIA Y GARCIA DE CASTRO, Rafael, *Virtudes de la Reina Católica*. Madrid, Conselho Superior de Investigaciones Científicas, 1961.

¹⁰⁰ VIGÓN, Jorge, *El Ejército de los Reyes Católicos*. Madrid, Editora Nacional, 1968.

¹⁰¹ LIVERMORE, Harold, *A History of Spain*. 2.nd Edition. London, George Allen & Unwin Ltd., 1968.

¹⁰² PEREZ DE BUSTAMANTE, CIRIACO, *Compendio de Historia de España*. Madrid, Atlas, 1963.

¹⁰³ MIJARES, José Luís, *Civilización Española*. Madrid, Editora Nacional, 1968.

¹⁰⁴ DÍAZ-PLAJA, Fernando, *Otra Historia de España*. Barcelona, Plaja & Janes, Editores, 1972.

de Toro a coroa de D. Isabel e a pacificação do território (como eram os casos de José Luís Comellas¹⁰⁵ e Joseph Pérez¹⁰⁶), com uma outra corrente que atenuava a visão de um categórico sucesso militar na refrega. Passado o regime totalitário, esbatia-se o discurso eminentemente nacionalista e reuniam-se mesmo condições para expor uma revisão do reinado dos Reis Católicos, para o que Antonio de la Torre havia já chamado à atenção nos anos 50, sendo Luís Suárez Fernandez e Miguel Ladero Quesada rostos importantes nessa renovação. O primeiro, escrevendo nos anos 80 sobre o período em causa na *História General de España y América*¹⁰⁷ (por si coordenada) e na *Hitoria de España*¹⁰⁸ (coordenada por Angel Dique), explorou a Guerra da Sucessão Castelhana de um prisma político-militar esvaziando a importância bélica que a Batalha de Toro representava, ainda que moralmente importante para o desenrolar da guerra que perdurou, sobretudo com lutas fronteiriças. Ladero Quesada, que interviera na *Historia de España*¹⁰⁹ coordenada por Lara Hernández e publicada no final da década de 80, admitia, passada a pouco sangrenta Batalha de Toro, que a guerra chegaria ao termo também por decisão portuguesa, mormente do círculo que rodeava o príncipe, que considerava prioritário o avanço atlântico. Por volta da mesma década, surgiram várias obras sobre os Reis Católicos que, em linhas gerais, seguiam esta corrente, como fora o caso do britânico Hillgart¹¹⁰, que apontara mesmo um D. Fernando falho na estratégia, e dos espanhóis Emílio Sola Castaño¹¹¹ e Luís Suárez Fernandez¹¹², que acentuaram Toro não como uma vitória militar castelhana, mas enquanto momento de perda de prestígio para D. Afonso V.

A historiografia catalã, centrada na figura de D. Fernando de Aragão, parecia, no entanto, manter-se mais lisonjeira quanto aos resultados político-militares do partido

¹⁰⁵ LUIS COMELLAS, José, *Historia de España Moderna y Contemporânea (1474-1975)*. 2ª ed.. Madrid, Ediciones Rialp, 1978.

¹⁰⁶ PÉREZ, Joseph, *Historia de España*. Dir. de Manuel Tuñón de Lara. vol. 5 - La frustración de un Império (1476-1714). Barcelona, Editorial Labor, 1980.

¹⁰⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Historia General de España y América*. t. 5 – Los Trastámara y la Unidad Española (1369-1517). Coord. Luís Suárez Fernández. Madrid, Editones Rialp, 1981.

¹⁰⁸ IDEM, *Historia de España*. vol. 7 – Los Trastámara y los Reyes Católicos. Coord. Angel Montenegro Duque. Madrid, Editorial Gredos, 1985.

¹⁰⁹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel, «La España de los Reyes Católicos». In *Historia de España*. Dir. de Lara Hernández. t. 4 – De la crisis medieval al Renacimiento (siglos XIV –XV). 2ª ed.. Barcelona, Editorial Planeta, 1989.

¹¹⁰ HILGARTH, J. N., *Los Reyes Católicos 1474-1516*. Barcelona, Ediciones Grijalbo, 1984.

¹¹¹ SOLA CASTAÑO, Emílio, *Los Reyes Católicos*. Madrid, Ediciones Anaya, 1988.

¹¹² SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Los Reyes Católicos. La conquista del trono*. Madrid, Ediciones Rialp, 1989.

isabelino, que o aragonês comandava no terreno. Na *Historia de Catalunya*¹¹³, publicada em 1979, Vicens I Vives enfatizava a importância da liderança do príncipe de Aragão e a participação determinante na guerra com Portugal de outros militares aragoneses, cuja ofensiva teria sido paralisada na Batalha de Toro, sendo aí definitivamente afirmado o trono dos Reis Católicos. Marcelo Capdeferro, seis anos depois, embora privilegiando uma visão sociopolítica desta guerra na *Otra Historia de Cataluña*¹¹⁴, reforçava o êxito de D. Fernando na decisiva Batalha de Toro.

Nos anos 90, outros trabalhos houve que se centraram na relação de Portugal com Castela nos finais da Idade Média. Em 1994, José Luís Martín Martín apresenta «La frontera hispano-portuguesa en la guerra, en la paz y el comercio»¹¹⁵, explorando em grande medida o exemplo do impacto e dos modos de vida na raia durante a Luta da Sucessão de Castela. Cinco anos depois, Paz Romero Portilla, na sequência dos seus estudos, daria à estampa *Dos Monarquias Medievales ante la Modernidad. Relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*¹¹⁶, em que aborda a guerra luso-castelhana de um amplo ponto de vista político-diplomático, considerando que a Batalha de Toro, que recusa comparar à de Aljubarrota, acarretou sobretudo consequências políticas, levando o príncipe D. João a entender que o caminho das armas não seria o mais adequado e a dar prioridade ao projecto atlântico.

Na viragem para o novo milénio, é notória a observação do conflito sob a forma de várias biografias que, entretanto, se desenvolveram. Ainda em 1998, Tarcísio de Azcona biografava a mal amada D. Joana, revelando uma maior abertura da historiografia espanhola¹¹⁷. Nome de referência nesta matéria, Luis Suárez Fernández dedicar-se-ia agora a biografar separadamente os Reis Católicos. Em 2000, dava à estampa *Isabel I, Reina*¹¹⁸,

¹¹³ VICENS I VIVES, Jaime, *Història de Catalunya*. vol. 5 – El segle XV – Els Trastàmars. Barcelona, Cupsa Editorial, Editorial Planeta, 1979.

¹¹⁴ CAPDEFERRO, Marcelo, *Otra Historia de Cataluña*. Barcelona, Editorial Acervo, 1985.

¹¹⁵ MARTÍN MARTÍN, José Luís, «La frontera hispano-portuguesa en la guerra, en la paz y el comercio». *Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

¹¹⁶ ROMERO PORTILLA, Paz. *Dos Monarquias Medievales ante la Modernidad. Relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*. La Coruña, Universidad da Coruña, 1999.

¹¹⁷ AZCONA, Tarcísio de, *Juana de Castilla, mal llamada la Betraneja (1462-1530)*. Madrid, Fundacion Universitaria Española, 1998.

¹¹⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, Reina*. Barcelona, Editorial Ariel, 2000. A presente obra encontra-se já traduzida em português (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, Rainha de Castela*. Trad. de Ana Doolin. Coimbra, Edições Tenacitas, 2008).

em que observa a peleja centrando-se na rainha, referindo que Toro, sem qualquer dos lados se declarar vencido, marca uma etapa do conflito, passando-se das grandes movimentações militares aos ataques fronteiriços. Em 2004, ao publicar a biografia *Fernando, el Católico*¹¹⁹, aproximava-se mais do desenrolar operacional da Guerra, onde a Batalha de Toro é tratada como um entre vários combates. Despojando-a do lustro que outros lhe quiseram dar, ao apresentar uma refrega tipicamente cavaleiresca, e recusando atribuir uma clara vitória a qualquer dos contendores, o autor dava conta das interpretações historiográficas mais equilibradas que marcavam os tempos recentes.

¹¹⁹ IDEM, *Fernando, el Católico*. Barcelona, Ariel, 2004.

2.

**O «SONHO IBÉRICO»:
AS ESTRATÉGIAS DE PORTUGAL E DE CASTELA**

*Mas Afonso, do Reino único herdeiro,
Nome em armas ditoso em nossa Hespéria,
Que a soberba do bárbaro fronteiro,
Tornou em baixa e humílima miséria,
Fora por certo invicto cavaleiro,
Se não quisera ir ver a terra Ibéria (...)*

(CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal de Castro. 3ª ed. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992, Canto IV, estrofe 54, p.109)

*“Se o processo de reconquista da Península,
por parte dos cristãos, favoreceu a
organização de vários reinos independentes
(absolutamente necessários, no momento, para
a defesa e a consolidação do domínio do
território), a verdade é que a ideia de unidade
e até de Império perseguiu desde cedo as
várias lideranças.”*

(MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*. Coleção Batalhas da História de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, QuidNovi, 2006, p. 8)

2.1.

O PERCURSO DA «TENTAÇÃO IBÉRICA»

É hoje pacífico, entre a historiografia luso-espanhola, que o sonho da união ibérica percorreu a Idade Média peninsular. Essa aspiração parecia ser, segundo Menéndez Pidal, uma questão de fundo para as monarquias da Cruz, a par da luta com o Crescente com raízes no século VIII, enquanto “consecuencia de la unidad cultural, de la comunidad trayectoria histórica y de la homogeneidad étnica de los pueblos”¹²⁰. São visíveis, desde os primórdios da Reconquista, as alusões à antiga Hispânia romana e, sobretudo, ao “glorioso Reino de los Godos”, com o qual já os soberanos asturianos se esforçaram por estabelecer ligações genealógicas¹²¹. Seria, no entanto, ao longo da baixa Idade Média que as Coroas cristãs, à medida que ganhavam expressão territorial e maturidade política, repetiriam as tentativas de agregação, geralmente levadas a cabo por Leão e Castela que, no contexto peninsular, exerciam uma força centrípeta sobre os demais reinos. Dessas dinâmicas, de que nos fala Manuela Mendonça, podemos encontrar exemplo nas acções de monarcas como Fernando Magno, ou mesmo nos projectos imperiais de Afonso VI, de Afonso VII, de Fernando III (que unificaria definitivamente as Coroas castelhana e leonesa) e de seu filho, Afonso X, diante dos quais Portugal, Aragão e Navarra conseguiriam fazer valer as respectivas legitimidades seguindo, no momento, um caminho autónomo¹²².

Os monarcas de Portugal e de Castela, em particular, viveram alternadamente o projecto da união nos finais da medievalidade¹²³. Os casamentos entre as respectivas Casas

¹²⁰ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de España*. Fundada por Ramón Menéndez Pidal. Dir. José Maria Jover Zamora. 3ª ed.. Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1983. t. XVII, vol. 1, Dir. de Ramón Menéndez Pidal, p. XIV.

¹²¹ IDEM, *Ibidem*, p. XI-XII.

¹²² MENDONÇA, Manuela, In *Ob. Cit.*, p. 8-12.

¹²³ Ressalve-se que até aos finais do século XIV, quando D. Fernando apresentou candidatura ao trono castelhano, a Portugal tinha cabido uma posição tendencialmente defensiva face a Leão e a Castela. Se exceptuarmos praticamente o desejo de D. Afonso Henriques de expansão sobre a Galiza, para onde dirigiu várias campanhas antes e depois da Conferência de Zamora (VENTURA, Margarida, *Guerra da Definição das Fronteiras 1096-1297*. Batalhas da História de Portugal. Lisboa. QuidNovi, 2006. p. 45-72), verificamos que foi o reino luso que esteve na mira dos seus vizinhos ibéricos cristãos, conforme mostram as partilhas projectadas entre os monarcas leoneses e castelhanos sobre a ainda jovem monarquia portuguesa, em 1158, no Tratado de Shagún; as contrapartidas, em meados da centúria seguinte, da intervenção castelhana de Fernando III ao lado de D. Sancho II de Portugal durante guerra civil frente ao Conde de Bolonha; e, de certa forma, a

Reais, muitas vezes celebrados para selar pazes, ocasionavam quase paradoxalmente outros tantos conflitos quando, face a uma crise sucessória no reino vizinho, proporcionavam a oportunidade de ingerência com a defesa dos direitos de um candidato próximo, conforme se verificou nas quebras dinásticas das duas monarquias na segunda metade de Trezentos. Bisneto de Sancho IV, D. Fernando de Portugal assumiu-se o legítimo herdeiro da Dinastia de Borgonha, afastada em 1369 pelos Condes de Trastâmara, procurando – debalde – pela força da espada cingir a Coroa castelhana¹²⁴. À morte do rei *Formoso*, em 1383, seria D. João I de Castela, casado com a infanta portuguesa D. Beatriz, a usar da força com vista a alcançar o trono luso, onde se acabaria por sentar o Mestre da Ordem Militar de Avis¹²⁵.

Mantinha-se tal desiderato nas cabeças coroadas da Ibéria quando o falecimento de D. Henrique IV de Castela, nos finais de 1474, viabilizou a abertura de um novo conflito pela sucessão. Dividida, a maior monarquia ibérica ver-se-ia disputada por D. Afonso V de Portugal, que casou com a filha do defunto monarca, D. Joana, e D. Isabel, meia-irmã de D. Henrique IV, que colheu apoio no reino de Aragão, de que era herdeiro o seu marido, D. Fernando. Acompanharemos a proximidade entre Portugal e Castela, com base no matrimónio da irmã do *Africano* com D. Henrique IV em 1455, responsável pela guerra que se travou entre os dois reinos, de 1475 a 1479. Pelo meio, procuraremos destacar as sucessivas estratégias de política externa (com vista à sucessão de Castela) e interna (grande dificuldade do exercício régio), num reino altamente condicionado por uma mentalidade senhorial com enormes interesses económicos e sociais.

reivindicação que Afonso X de Castela fez, inicialmente, pela posse do Algarve (MENDONÇA, Manuela, «O omnipresente sonho da União Ibérica». In *Ob. Cit.*, p. 8-12).

¹²⁴ MARTINS, Armando, *Guerras Fernandinas. 1369-1371. 1372-1373. 1381-1382*. Batalhas da História de Portugal. Lisboa, QuidNovi, 2006, p. 49-51.

¹²⁵ A propósito das principais acções político-militares da Crise de 1383-1385, leia-se: DUARTE, Luís Miguel, *Guerra pela Independência. 1383-1389*. Coleção Batalhas da História de Portugal. Lisboa, QuidNovi, 2006; MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.; MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*. Coleção Batalhas de Portugal. Lisboa, Tribuna da História, 2003.

2.2.

A RETOMA DO “CICLO CASTELHANO”

Apesar do sucesso da causa do Mestre de Avis em 1385, eleito rei de Portugal nas Cortes de Coimbra e vitorioso na decisiva Batalha de Aljubarrota, o caminho para a paz com o reino vizinho seria longo e complexo¹²⁶: um período de cerca de quarenta anos que, no dizer de Joaquim Veríssimo Serrão, “manteve entre as duas coroas uma desconfiança mútua”.¹²⁷ Por esse tempo, a nova Dinastia portuguesa desenvolveu uma estratégia político-diplomática bem expressa na orientação matrimonial, que podemos agrupar em ciclos, procurando a afirmação da independência do reino face a Castela e o reconhecimento da jovem Casa reinante que, sendo de origem bastarda, procurava legitimação política.

Em primeiro plano, tirando partido da breve pretensão ao trono castelhano pelo Duque de Lencastre e da Guerra dos Cem Anos, constata-se um “ciclo inglês” com os casamentos de D. João I com D. Filipa de Lencastre, em 1386, e de D. Brites, bastarda do rei de *Boa Memória*, com o Conde de Arundel, em 1405. De seguida, quando Castela entrou em dissídio com o seu vizinho oriental por causa das perturbações senhoriais provocadas pelos “infantes de Aragão”¹²⁸, desenvolveu-se um “ciclo aragonês” com os matrimónios, em 1428, de D. Duarte com D. Leonor, irmã do rei D. Afonso V de Aragão,

¹²⁶ Após 1385, a recusa de Castela na aceitação de uma derrota definitiva levou Portugal a manter uma “defesa activa” – verificando-se algumas investidas militares fronteiriças e a renovação de sucessivas tréguas – até à Paz de Ayllon de 1411, prosseguindo depois um estado de “paz vigilante” até os esforços diplomáticos atingirem o acordo definitivo, assinado em Medina del Campo, em 1431, e ratificado em Almeirim, em 1432. (MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. 2ª Ed. Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 72-84).

¹²⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Portugal e Castela no séc. XV». *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio 2, 3 e 4 de Maio de 2005. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, p. 15.

¹²⁸ Os filhos do infante D. Fernando de Antequera, regente de Castela à morte de seu irmão D. Henrique III e rei de Aragão desde 1412, continuavam a representar uma ameaça ao exercício do poder real – que procuravam influenciar – no seu reino de origem, onde mantinham um vasto património senhorial, cargos e títulos, ao mesmo tempo que constituíam uma ameaça externa. Este ramo dos Trastâmara chegado à realeza aragonesa havia desencadeado uma estratégia que o disseminava por todas as coroas cristãs peninsulares: D. Afonso V herdara, em 1416, o ceptro de Aragão; D. João tornara-se rei consorte de Navarra em 1418 e, por viuvez, regente desde 1441; D. Maria chegara a rainha de Castela ao casar, em 1420, com D. João II; D. Leonor subira ao trono de Portugal, em 1433, por estar consorciada com D. Duarte. Em território castelhano, suportados pelo eixo de Aragão e de Navarra, os irmãos D. Henrique, Mestre de Santiago e Conde de Albuquerque, e D. Pedro, Duque de Notho, arrastavam outras franjas da nobreza no braço-de-ferro com a Coroa tendo em vista o incremento dos seus interesses senhoriais (ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 33).

e, pouco depois, do infante D. Pedro com D. Isabel, filha do Conde de Urgel (que havia perdido a luta pelo trono para D. Fernando, pai de D. Leonor). Por fim, podemos ainda aceitar a existência de um “ciclo borguinhão” com o casamento, em 1430, da infanta D. Isabel com Filipe, *o Bom*, Duque da Borgonha, pressionando a França e, uma vez mais, Castela, tendencialmente aliada deste reino¹²⁹.

Entretanto, a paz perpétua assinada a 30 de Outubro de 1431, em Medina del Campo, vinha coroar um conjunto de esforços diplomáticos e afastar o espectro da ameaça castelhana ao trono português¹³⁰. Criada esta base, seria sob o governo do infante D. Pedro que Portugal, contando os “infantes de Aragão” por inimigos comuns, conheceria maiores aproximações políticas a Castela. O infante das “sete partidas”, que disputara entre 1438 e 1441 a regência do reino com a viúva de D. Duarte, D. Leonor, passara a ter nos irmãos desta a principal ameaça externa. Responderia, por isso, afirmativamente aos sucessivos pedidos de auxílio bélico de D. João II e do Condestável D. Álvaro de Luna para aplacar os levantamentos senhoriais que os “aragoneses” encabeçavam em Castela até, em 1445, serem subjugados na Batalha de Olmedo. A viuvez do monarca castelhano de sua prima D. Maria de Aragão (que lhe assegurara a sucessão no príncipe D. Henrique), ocorrida nesse ano, deu a D. Álvaro a oportunidade de procurar noiva para o seu soberano no reino em que sabia poder contar com um aliado no poder¹³¹. As negociações, levadas a cabo em 1446, conduziram a um rápido acordo com o regente português para o enlace de sua sobrinha D. Isabel (filha do defunto infante D. João e de D. Isabel, filha do Duque de Bragança). A boda, realizada a 23 de Junho de 1447 em Madrigal de las Altas Torres, reatava os casamentos reais luso-castelhanos. Mas a questão parecia mais profunda e esta “decisiva viragem”¹³² da política matrimonial da Casa de Avis seria confirmada com outro enlace.

Diz o cronista Rui de Pina que em 1455, separado de D. Branca de Navarra, D. Henrique IV de Castela “se concertou com El Rey de Portugal, que lhe deu por molher a Yfante Dona Joana sua Irmaã, que sem dote e com soos corregimentos de sua pessoa, casa

¹²⁹ MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 15-19.

¹³⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. vol. 2 - A formação do Estado Moderno (1415-1495). 9ª Ed. Lisboa, Verbo, 2003, p. 18.

¹³¹ ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 188-194.

¹³² MENDONÇA, Manuela, *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Colibri, 2004, p. 12.

e câmara, que foram muito Reaes, e de gram cumprimento a recebeo por molher”¹³³. Esta questão começara havia dois anos, quando o ainda príncipe das Astúrias, D. Henrique, suplicou ao Papa Nicolau V a anulação do casamento que mantinha há treze anos com D. Branca de Navarra, argumentando que esta lhe não havia proporcionado descendência¹³⁴. Posto fim ao enlace, D. Branca terá acrescentado a sua voz às falas, já correntes, de que o herdeiro do trono castelhano “era inhabel pera poder gerar”¹³⁵. O gesto de D. Henrique provocava, ainda, a animosidade de Navarra e de Aragão (o rei D. João, pai da infanta, era regente, na primeira Coroa, e lugar-tenente, na segunda, em nome do irmão, D. Afonso V, que se radicara em Nápoles) e fragilizava, para além da questão pessoal, a sua situação política. A influência do valido D. João Pacheco (descendente de portugueses), Marquês de Vilhena, levara o príncipe a voltar-se para o único reino peninsular onde poderia encontrar apoio e, em simultâneo, uma noiva para que tivesse a oportunidade de contrariar os rumores acerca da sua presuntiva impotência e conceber um herdeiro¹³⁶. O rei de Portugal, por seu lado, aproveitaria para reforçar as boas relações com o reino vizinho, essenciais para os avanços no Atlântico e para a expansão no Magrebe, bem como para resolver da melhor forma o futuro da irmã mais nova sentando-a no trono castelhano¹³⁷.

O processo negocial, iniciado em 1453, deixa transparecer desde cedo uma necessidade premente de D. Henrique em conseguir o casamento português, desejo visível nos compromissos assumidos, contrastando os significativos investimentos castelhanos com as isenções para o reino de origem de D. Joana¹³⁸. Após a morte de D. João II de

¹³³ PINA, Rui de, «Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V». In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977. Cap. CXXXVI, p. 769.

¹³⁴ MORENO, Humberto Baquero; FREITAS, Isabel Vaz de, *A Corte de D. Afonso V. O Tempo e os Homens*. Gijón, Ediciones Trea, 2006, p. 63.

¹³⁵ GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*. Ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Fernandes. Lisboa, Universidade Nova, 1977. Cap. XXV, p. 83.

¹³⁶ Segundo o biógrafo de D. Isabel, a Católica, Luís Suárez Fernández, o nascimento dos filhos do segundo matrimónio de D. João II de Castela (D. Isabel, em 1451, e D. Afonso, em 1453) pressionava D. Henrique, pois eram já vistos na óptica da sua sucessão. Veja-se: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, Rainha de Castela*. Trad. de Ana Doolin. Coimbra, Edições Tenacitas, 2008, p. 19-22.

¹³⁷ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*, p. 26-28.

¹³⁸ A documentação informa-nos que em 13 de Dezembro de 1453, em Medina del Campo, o Príncipe das Astúrias, apenas “por el grand debdo e amor” a D. Joana e sem se referir a quaisquer questões matrimoniais, fazia à infanta uma generosa doação de 100.000 florins de ouro aragonês através do embaixador e procurador português, doutor Lopo Gonçalves, também do Desembargo do rei e Alcaide de Montemor-o-Velho. (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos - 2». In *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. vol. 1. Valladolid, Gráficas Andrés Martín, 1958. p. 13). Torna-se curioso que num primeiro acordo matrimonial, assinado sete dias depois no

Castela, ocorrida a 20 de Julho de 1454, o recém-entronizado monarca deu prioridade ao tema do enlace e ao fim de um mês, a 22 de Agosto, mandou uma embaixada para o representar na Corte lusa¹³⁹. Retomadas as negociações, vantajosamente exploradas por D. Afonso V em exigências económicas e institucionais, assinar-se-iam em Lisboa as derradeiras capitulações matrimoniais a 22 de Janeiro de 1455¹⁴⁰. D. Henrique IV não perdeu tempo em confirmar as cláusulas em Segóvia, a 25 de Fevereiro¹⁴¹, tendo D. Afonso V avalizado a partida da noiva depois de, a 16 de Abril, certificar o cumprimento dos trâmites da parte castelhana¹⁴². Em Córdova, a 21 de Maio, já o Arcebispo de Tours presidia às celebrações do casamento real¹⁴³ que propiciaria nos tempos próximos entre as duas Coroas “uma política de certa proximidade”¹⁴⁴.

mesmo local, tivesse sido estabelecido igual valor de dote: na prática, D. Henrique pagava a si próprio. (IDEM, «Documentos - 3». *Ibidem*, p. 14-23).

¹³⁹ Está documentada de Segóvia, em 22 de Agosto de 1454, a concessão de poderes de procurador e embaixador D. Henrique IV ao seu capelão-mór, Fernán Lopez de la Orden, com vista ao concerto do seu matrimónio com a infanta D. Joana de Portugal (IDEM, «Documento 5». In *Ibidem*, p. 25).

¹⁴⁰ O sentido das capitulações matrimoniais assinadas em Lisboa a 21 de Janeiro de 1455, que definiram o casamento de D. Henrique IV de Castela e de D. Joana de Portugal, ficava bem exposto no início do documento: “al dicho señor rey de Castilla plaze de casar con la dicha señora infante sin alguna dote e se contentar de la dicha señora solamente.” Ao reino de origem de D. Joana, praticamente, quase só caberia o seu transporte e o de toda a comitiva de acompanhantes e servidores, além de assegurar os objectos pessoais e guarda-roupa condigno à infanta. Já da parte castelhana, o rei haveria de entregar em arras 20.000 florins de ouro do cunho de Aragão; cederia para património da futura rainha de Castela, “en toda su vida”, Ciudad Real e Olmedo, “com todas sus tierras e terminos e jurisdiccion cevil e criminal, alta e baxa, e mero e mixto imperio, rentas, patronadgos de yglesias”; faria pagar anualmente “para ayuda del mantenimiento de su persona e casa...un quento e quinhientos mill maravedis”; comprometia-se a reconhecer a propriedade, “mueble o raiz”, que a consorte adquirisse ou lhe fosse oferecida, que faria “dello libremente todo lo que quisiere”; autorizava-se a consorte a levar, para “servicio de su casa e camara”, doze donzelas, uma dona e uma ama, além de outras mulheres de mais baixa condição, as quais “el dicho señor rey de Castilla mandara bien tractar, agasajar e gaiardonar de su servicio, cada una en su grado”; além do serviço feminino palaciano, poderia escolher “omes y servidores, qualles e quantos viere que para servicio de su persona e casa cuplen”; com vista à gestão do seu património senhorial, D. Joana teria a liberdade de designar para “todas sus tierras e casa a todos los ofiçiales quales e como le ploguiere”, fossem castelhanos ou portugueses, exclusividade de nomeação que somente não contemplaria “aquellos ofiçiales que segund costunbre de los reynos de Castilla son llamados mayores, los quales, despues que ella fuere con el dicho señor rey de Castilla, seran puestos a juicio de amos,” embora coubesse somente à consorte a escolha do chanceler-mór, contador-mór e do dispenseiro-mór (IDEM, «Documento 6». In *Ibidem*, p. 25-41).

¹⁴¹ IDEM, «Documento 7». In *Ibidem*, p. 41.

¹⁴² IDEM, «Documento 8». In *Ibidem*, p. 42.

¹⁴³ VALERA, Diego de, *Memorial de Diversas Hazañas. Crónica de Enrique IV, ordenada por Mosén Diego de Valera*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, Espasa-Calpe, 1941. Cap. VII, p. 17-19.

¹⁴⁴ MENDONÇA, Manuela, «A etapa castelhana». In *D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 98.

2.3.

A BUSCA DA ALIANÇA PORTUGUESA

Nos finais da Idade Média, a autoridade monárquica assistiu a um despertar do poderio senhorial. Portugal e Castela não escaparam a essa tendência. As mercês que as dinastias de Avis e de Trastâmara, chegadas aos respectivos tronos no final de Trezentos, distribuíram pelos seus apoiantes, primeiro, e por membros saídos das próprias famílias reais, depois, contribuíram para a constituição de grandes Casas¹⁴⁵. Cumulada de títulos, tenças e património, no qual as prerrogativas de jurisdição se equiparavam aos direitos reais,¹⁴⁶ a nobreza procurava acercar-se dos mais altos cargos políticos de onde, cerceando o exercício régio, estava em vantagem para alimentar as suas ambições económico-sociais. Não admiram, portanto, as manifestações de força dos grupos senhoriais, já visíveis em território português aquando da morte de D. Duarte na disputa pela regência (1438-1441) e, em solo castelhano, ao longo do reinado de D. João II (1419-1454) com os conflitos entre “bandos”, um dos quais com os “infantes de Aragão” à cabeça, que procuram impor-se ao próprio monarca pela força das armas.

¹⁴⁵ Em Portugal, a constituição de grandes Casas senhoriais aquando da subida ao trono de D. João I encontra exemplo em D. Nuno Álvares Pereira, feito Conde de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos (património, por casamento da filha D. Leonor, que chegaria quase todo a D. Afonso, bastardo do rei) para agraciar o seu apoio contra Castela. A Coroa seguiria uma política de atribuição de grandes potentados – enobrecendo a linhagem da Dinastia e concentrando o património senhorial na sua órbita – através dos filhos segundos, como foram os casos dos infantes D. Pedro e D. Henrique, feitos, em 1411, respectivamente, Duque de Coimbra e Duque de Viseu, títulos ainda não existentes no reino. Por esta altura, também os apoiantes da chegada ao poder dos Trastâmara haviam sido “ricamente dotados y recibieron además títulos como de conde o de duque, hasta entonces desconocidos en Castilla”, aos quais se somariam, na primeira metade de Quatrocentos, as grandes Casas dos “Infantes de Aragão”, filhos do infante D. Fernando de Antequera (antes da chegada ao trono de Aragão, em 1412, durante a regência, à morte de seu irmão D. Henrique III e na menoridade de D. João II, praticara uma política de favorecimento económico-social próprio). Veja-se: DUFOURQ, Charles, e GAUTIER-DALCHÉ, Jean, *Historia Económica y Social de la España Cristiana*. Barcelona, Ediciones «El Abir», 1983, p. 270-273; MARQUES, António Henrique de Oliveira, *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. 4 – Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 81-86.

¹⁴⁶ Os senhores, de acordo com o estudo de Charles Dufourq e Jean Gautier-Dalché centrado na nobreza castelhana no século XV, exerciam nos seus “estados” a maior parte dos direitos reais, fosse por concessão do soberano ou por usurpação. Os ditos “Grandes”, sobretudo, possuíam jurisdição civil e criminal; praticavam alta e baixa justiça; criavam feiras e mercados; erigiam povoações e designavam-lhes território; estabeleciam multas e impostos, além das rendas que cobravam sobre as actividades que se praticavam no seu espaço. (DUFOURQ, Charles, e GAUTIER-DALCHÉ, Jean, *Historia Económica y Social de la España Cristiana*, p. 270-273).

O modelo de centralização do poder régio que D. Pedro procurou exercer na sua regência (1439-1448), e pelo qual o D. Álvaro de Luna tanto pugnou no reino vizinho, conheceu grandes resistências e revelou-se efêmero. Em Portugal, o ódio àquele estilo de governação por parte substancial dos senhores (capitaneados pelo Duque de Bragança) conduziu ao afastamento do regente da Corte e à sua morte no ano seguinte, em 1449, na Batalha de Alfarrobeira, isolamento político que o Condestável castelhano acusou: sem poder contar com o aliado português, a maior exposição à pressão nobiliárquica (num “movimento” em que pontificou a jovem rainha D. Isabel, também ela uma Bragança...) fê-lo ser também arredado do poder e, finalmente, executado em 1453¹⁴⁷. Assim, se o início do governo de D. Afonso V dava alento ao crescimento desenfreado de poderosos potentados senhoriais, como era o caso da ascendente Casa de Bragança, que “arrastaria consigo um grupo significativo de nobres, aspirando a recuperar velhas prerrogativas feudais”,¹⁴⁸ também o reinado de D. Henrique IV, subido ao trono castelhano em 1454, parecia seguir um caminho idêntico.

Diz Bernáldez, que “luego que reinó uso pacificamente de gran magnificencia com ciertos caballeros é grandes señores de su reino”¹⁴⁹. Contudo, à medida que decaía o impulso inicial das campanhas sobre Granada, cujos proveitos proporcionaram largas mercês, uma poderosa nobreza, sem propostas que a canalizasse para uma acção comum, rapidamente promoveria a agitação social na defesa dos seus interesses. A Liga que se começou a formar em 1458¹⁵⁰ reeditava os bandos senhoriais, que marcariam o governo de D. Henrique IV, opondo-se tendencialmente um grupo favorável ao exercício régio a outro

¹⁴⁷ ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 210-211; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Relaciones Diplomáticas entre Portugal y Castilla en la Edad Media». *Primeiras Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal*. 25 a 27 de Maio de 1988. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988, p. 231-232.

¹⁴⁸ ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 214.

¹⁴⁹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, Cura que fué de la villa de los Palácios, y Capellan de D. Diego Deza, Arzobispo de Sevilla*. t. 1. Sevilla, Imprenta que fué de J. M. Geofrin, 1869, Cap. I, p. 3.

¹⁵⁰ A associação de senhores que principiou em 1458 e resultou na chamada “Liga de Tudela” tinha à testa o então o monarca de Navarra e também já de Aragão (por morte de seu irmão D. Afonso V, nesse ano, sem descendência legítima), enquanto Duque de Peñafiel, pelo Conde de Haro, pelo Marquês de Santilhana, pelo Arcebispo de Toledo e pelo Almirante Enríquez, aos quais se opunham, ao lado do rei, o Marquês de Vilhena, o seu irmão, Mestre de Calatrava, a par do Conde de Plasência, do Conde de Alba e do Arcebispo de Sevilha (GERBET, Marie Claude, *Las Noblezas españolas en la Edad Media*. Madrid, Alianza Editorial, 1997, p. 290-293).

que o contestava, ambos caracterizados por uma volátil alternância dos respectivos seguidores¹⁵¹.

Neste quadro, o monarca começara a reinar sob a influência do seu valido D. João Pacheco, agora Mordomo-mor do reino. No entanto, a guerra que rompeu em 1460 contra D. João de Navarra e de Aragão, que para formar um poderoso bloco peninsular retinha o primeiro trono ao filho D. Carlos, proporcionou a ascensão na Corte de um pajem de origens humildes, D. Beltrán de la Cueva, que progressivamente foi ganhando espaço ao Marquês de Vilhena junto de D. Henrique IV¹⁵². O soberano, apostando simultaneamente numa estratégia sociopolítica de elevação a altos cargos e dignidades elementos de menor condição “creyendo poder contar así con su servicio y fidelidade en todo momento”¹⁵³, fê-lo em 1462 Conde de Ledesma, Mestre da Ordem de Santiago e, mais tarde, Duque de Albuquerque. Abriam-se-lhe, ainda, as portas o Conselho, em paridade com o seu sogro, D. Pedro González de Mendonza, Marquês de Santilhana, mas também com D. Afonso Carrilho, Arcebispo de Toledo, e com D. João Pacheco, pondo em causa as forças destes dois, geralmente coligados, e anunciando uma mudança nas inclinações do soberano¹⁵⁴.

A 28 de Fevereiro de 1462, em Madrid, a rainha D. Joana dava finalmente à luz uma menina, que recebeu o nome mãe e para grande alegria do pai foi jurada Princesa das Astúrias nas Cortes aí reunidas em Maio. Contudo, rapidamente a situação se alterou. A gravidez da consorte de D. Henrique IV, que só acontecera ao fim de sete anos de casamento e no momento em que D. Beltrán era cumulado de honrarias, seria usada,

¹⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 275-276.

¹⁵² Ainda monarca regente de Navarra, e lugar-tenente de seu irmão D. Afonso V em Aragão, D. João casou com a filha do Almirante castelhano, Joana Enríquez, de quem teve como varão D. Fernando, nascido em Sos, em 10 de Março de 1452. Segundo Luís Suárez Fernández, as incompatibilidades de D. João com o filho havido de D. Branca de Navarra e as ambições da sua segunda mulher, levaram o monarca a gizar com um plano que passaria por herdar D. Fernando com ambos os reinos (FERNÁNDEZ, Luís Suárez, *Fernando, el Católico*. 1ª ed. Barcelona, Editorial Ariel, 2004, p. 17-19). Em 1460, retaliando a Liga de Tudela e procurando evitar que o seu inimigo D. João construísse uma monarquia peninsular mais ampla, D. Henrique IV de Castela apoiara a sublevação de D. Carlos, que exigia ao pai a entrega do trono de Navarra. Seria neste contexto que D. Beltrán de la Cueva se destacaria na Corte, ganhando especial evidência quando, morto o Príncipe de Viana, se tornou num dos principais entusiastas da candidatura do rei soberano castelhano, em resposta ao apelo feito em 1462 pela nobreza catalã sublevada, numa guerra que acabaria um ano depois com a sua renúncia aos tronos navarro e catalão (ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 229-234).

¹⁵³ VAL, Maria Isabel del, *Isabel La Catolica, Princesa (1468-1474)*. Valladolid, Instituto “Isabel la Catolica” de Historia Eclesiastica, 1974, p. 19.

¹⁵⁴ MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 100.

conforme definiu José Luís Commellas, como “arma política”¹⁵⁵ por um bando que moveria uma feroz oposição à Coroa: fazendo eco da pretensa impotência do monarca, a par dos boatos de conduta leviana da rainha e acusando as donzelas do seu séquito luxuriosas e frívolas, atribuía àquele fidalgo a paternidade da recém-nascida, já apodada de “Beltraneja”; recusando jurá-la herdeira, e exigindo o afastamento de D. Beltrán, propunha a sucessão no pequeno meio-irmão do rei, D. Afonso (nascido do casamento de D. João II com D. Isabel de Portugal)¹⁵⁶. Colocar-se-ia à cabeça dos sublevados o próprio Marquês de Vilhena, particularmente agastado com a perda de influência, seguido pelo Arcebispo de Toledo, pelo Mestre de Calatrava, D. Pedro Girón, pelo Almirante Fradique Enriquez e pelo seu genro D. João II de Aragão que, enquanto Duque de Penafiel, retaliava em Castela as ambições de D. Henrique IV aos tronos da Catalunha e de Navarra¹⁵⁷.

Seguir-se-ia um autêntico braço-de-ferro em que o poder monárquico, desafiado pela poderosa oligarquia, daria mostras de debilidade através de uma série de decisões desencontradas. Em 16 de Maio de 1464, o crescente número de revoltosos constitui-se numa Liga que, em 28 de Setembro, protagonizaria um levantamento em Burgos ao apresentar um *Manifiesto de Quejas e Agravios* contra o governo do rei. Mas o soberano logo acorreu a entrevistar-se com os seus opositores entre Cigales e Cabézon e, em Novembro, aceitava retirar a sucessão a D. Joana em favor do meio-irmão, na condição de que ambos viessem a casar. Porém, sob a pressão da rainha e de D. Beltrán, o monarca rapidamente voltaria com a palavra atrás recusando-se a assinar a formalização do acordo preparada em Medina del Campo, a 16 de Janeiro de 1465, pela facção nobiliárquica¹⁵⁸. Em consequência, a resposta do grupo do Marquês de Vilhena iria mais longe: em 15 de Junho de 1465, os sublevados depunham, em efígie, D. Henrique IV e faziam aclamar D. Afonso,

¹⁵⁵ COMELLAS, José Luís, *Historia de España Moderna y Contemporanea (1474-1975)*. 2ª ed. Madrid, Ediciones Rialp, 1978, p. 70.

¹⁵⁶ Os trajes e os comportamentos das damas portuguesas foram, segundo Julieta Araújo, censurados pela cronística castelhana, que se indignava com os hábitos da Corte galante que, em Portugal, a Dinastia de Avis vinha construindo desde a sua chegada ao trono. Parece ter havido, contudo, um exagero da parte de alguns cronistas, favorecendo a ideia que se vulgarizou a partir dos boatos dos inimigos de D. Henrique IV (ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 224-225).

¹⁵⁷ PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reyes Catolicos*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. vol. I. Madrid, Espasa-Calpe, 1943, Cap. I, p. 5-6.

¹⁵⁸ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana*, p. 30-31; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, Rainha de Castela*, p. 30-31.

então com 12 anos, naquela que ficou conhecida por “Farsa de Ávila”¹⁵⁹. O movimento seria secundado pelos revoltas de Toledo, Sevilha e Córdoba¹⁶⁰ e levaria o monarca e os seus apoiantes ¹⁶¹ a abrir hostilidades, desencadeando uma intensa guerra civil em que, segundo a ênfase da cronística castelhana, “dispertó la cobdicia, y creció la avaricia, cayó la justicia y señorió la fuerza, reino la rapiña, y disoluciose la lujuria”¹⁶². A contenda teria como ponto alto a Batalha de Olmedo, em 20 de Agosto de 1467, cujo resultado dúbio levou ambos os lados a reclamar vitória¹⁶³. Só a precoce morte de D. Afonso, ocorrida a 5 de Julho do ano seguinte¹⁶⁴, possibilitaria uma nova trégua, de que trataremos mais adiante.

Foi neste contexto, em que era hostilizado por uma parte importante da nobreza, a nível interno, e através do bloco navarro-aragonês, a nível externo, que D. Henrique IV procurou explorar diplomaticamente uma nova ligação a Portugal, eventualmente baseada noutros matrimónios.

Diz o cronista Rui de Pina, a par de Zurara,¹⁶⁵ que no início de 1464, durando a campanha militar em Marrocos, D. Afonso V se foi encontrar com D. Henrique IV em Gibraltar, “onde por meo do Conde de Ledesma tinha vistas concertadas”¹⁶⁶. Então, os dois soberanos “teveram suas praticas e concórdias, cuja sustancia foy requerer El Rey Dom Anrrique liança a ElRey Dom Affonso, pera contra os grandes de Castella” que defendiam os direitos sucessórios para o seu meio-irmão. Era desejo do monarca castelhano, para selar este compromisso de auxílio, “que a Ifante Dona Ysabel sua Irmã casasse com ElRey Dom Affonso, e Dona Joana que entam era avyda por sua filha, e jurada por Princesa de Castella, casasse com D. Joam Princepe de Portugal”, pelo que ali se “fizeram acordos prometidos e

¹⁵⁹ De acordo com o cronista Diego de Valera, estando o grupopositor ao monarca em Ávila, no mês de Junho de 1465, foi montado um cadafalso “y en la silla vna estatua, a la forma del rey don Enrrique, com corona el na cabeça e çetro real en la mano”. Lidas publicamente as acusações, foram-lhe sucessivamente retirados os símbolos reais até se derrubar a estátua e, logo, “el príncipe don Alfonso subió en el mismo lugar, donde por todos los grandes que ende estavan le fué besado la mano por rey y señor natural” (VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. XXVIII, p. 97-99).

¹⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. XXIX, p. 100-101.

¹⁶¹ Encabeçavam o grupo de apoio ao monarca na Guerra Civil de 1464-1468 D. Bêltran de la Cueva, já Duque de Albuquerque, e a linhagem dos Mendonza, parentes por afinidade deste último, como eram o caso do Marquês de Santilhana e do Conde de Tendilha (IDEM, *Ibidem*, Cap. XXX, p. 102-103).

¹⁶² BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. I, p. 8.

¹⁶³ VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. XXXVIII, p. 123-136.

¹⁶⁴ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. II, p. 9; VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. XL, p. 137-139.

¹⁶⁵ Diz Gomes Eanes de Zurara que, quando se preparava o assalto a Tânger com o infante D. Fernando, o rei D. Afonso V “andaua en concerto de sse veer com elRey de Castella” (ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978, Cap. CRv., p. 342).

¹⁶⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLIV, 809.

jurados nas maaões de Dom Jorge Bispo d'Évora¹⁶⁷. A premência do assunto, que parecia agradar ao rei português, é sugerida por Rui de Pina e Damião de Góis: ambos salientam que, vindo do Norte de África, D. Afonso V aportou em Tavira e, passada a Páscoa em Évora, logo “foy a Elvas, e d' hy com alguns Senhores e Fydalgos escolhidos secretamente se foy em Romaria a Santa Maria de Guadalupe. E de hy pera concerto já praticado se foy a ho lugar da ponte do Arcebispo”¹⁶⁸. Terá sido nesse local que o *Africano* “se vio com elrei dom Anrrique, e com ha rainha sua irmã”¹⁶⁹, e “ally tiveram as mesmas pratycas e acordos de Gibraltar sobre casamentos e lianças, que em nom ouveram effeyto” pois, adiantava o cronista, D. Isabel casaria com D. Fernando de Aragão e D. João com D. Leonor¹⁷⁰.

Apesar disso, o sentido dos acordos, embora diluída a sua viabilidade entre as hesitações e contradições de D. Henrique IV, não se perdia e um ano depois o rei voltava-se para Portugal quando, em consequência da “Farsa de Ávila”, “lhe allevantaram a obediencia e a deram ao Yfante Dom Afonso, que em moço alevantaram por Rey”¹⁷¹. A crónística indica, e a documentação confirma, o desesperado envio da rainha D. Joana à cidade da Guarda para pedir socorro ao irmão¹⁷². De facto, a 6 de Julho de 1465, próximo da fronteira portuguesa, em Zamora,¹⁷³ D. Henrique IV concedia à mulher poderes de “livre administraçon” para “trautar, concertar, assentar e firmar” o casamento de D. Afonso V com a infanta D. Isabel, que selaria o desejado apoio militar contra os sublevados,¹⁷⁴ tendo o monarca português e a irmã assinado as capitulações matrimoniais a 12 de Setembro, na mesma cidade beirã, aí confirmadas três dias depois¹⁷⁵. O soberano, inclinado a imiscuir-se

¹⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLIV, 809.

¹⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLVII, p. 814.

¹⁶⁹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XVIIJ, p. 52.

¹⁷⁰ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLVII, 814.

¹⁷¹ IDEM, *Idem*, Cap. CLVIII, 814.

¹⁷² GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XVIIJ, p. 52; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLVIII, 814.

¹⁷³ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 9». In *Ob. Cit.*, p. 43.

¹⁷⁴ IDEM, «Documento 10». *Ibidem*, p. 43-44.

¹⁷⁵ O documento em que D. Afonso V de Portugal, juntamente com a irmã, chega a acordo para o matrimónio com D. Isabel, confirma desde logo as anteriores tentativas: “avia estado muitas vezes fallado e praticado sobre o casamento...e sobre certas confederações e lianças”. Dada a urgência, previa-se, conseguida a dispensa pontifícia, a entrega da infanta dentro de 8 meses, fixando-se o dote de 100 000 dobras de ouro e as arras em 30 000 dobras de ouro, para o que contribuiriam Torres Vedras e Santarém. A futura rainha de Portugal receberia as vilas, os lugares e as rendas que as consortes da Dinastia de Avis tiveram, podendo mesmo guardar a vila de Alenquer para toda a sua vida em caso de viuvez. A um filho maior, feito Duque de Coimbra, seriam mesmo entregues de juro e herdade, além desta localidade, Montemor-o-Velho, Tentúgal e Portalegre. Quanto ao auxílio bélico, estipulava-se, caso os senhores insubordinados não votassem à obediência régia (conforme uma primeira embaixada portuguesa proporia), que D. Afonso V contribuisse com uma força de 1500 cavaleiros e 3000 peões. Este contingente deveria concentrar num ponto da fronteira a

em Castela (tinha já realizado, no dizer de Pina, “alguns percebymentos”), fez então reunir Cortes na Guarda, “nas quaes a Raynha em nome d’ ElRey e seu requereo a dita ajuda”¹⁷⁶. No entanto, foram manifestadas grandes contrariedades nesta assembleia e feita grande pressão pelos senhores do Conselho, que tendencialmente se oporiam ao projecto castelhano lembrando que era “em fim conhecida a condiçam variavel do dito Rey Dom Anrrique”¹⁷⁷. Ficaria, pois, anulada a intervenção de D. Afonso V no reino vizinho. Assim, enquanto que D. Henrique IV teve de seguir a sua luta sozinho, o *Africano*, parecia desistir do sonho dos casamentos reais luso-castelhanos¹⁷⁸, que só as circunstâncias viriam a alterar.

determinar, dentro de um mês e meio, devendo o monarca castelhano pagar dois meses de soldo adiantado. O acordo, mais amplo, estabelecia ainda uma plataforma de cooperação militar, terrestre e marítima, face a outro grande inimigo dos dois monarcas: o Islão. Se solicitado, D. Afonso V comprometia-se a auxiliar D. Henrique IV frente aos muçulmanos de Granada, enquanto que o monarca castelhano apalavrava o seu empenhamento no combate aos mouros do Magrebe, se requisitado pelo rei português. (IDEM, «Documento 10». In *Ibidem*, p. 43-57).

¹⁷⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLVIII, p. 815.

¹⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLVIII, p. 815.

¹⁷⁸ Segundo o biógrafo de D. Afonso V, Saúl António Gomes, o monarca ao mandar, em 1466, preparar um túmulo conjugal para si e para a sua defunta consorte, D. Isabel, dá a entender que já não suporia um outro casamento seu (GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o “africano”*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores: Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 198-199). Quanto ao Príncipe D. João, a ideia do seu enlace com a prima D. Leonor, que o rei promovia para consolar o irmão D. Fernando do “maó escallamento de Tangere”, foi ganhando força, segundo Rui de Pina, pelos anos de 1466, 1467 e 1468, acordo que só se “afirmou de todo” aquando da vinda deste irmão do rei da conquista de Anafé, ocorrida em 1469 (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLIX, p. 815-816).

2.4.

A MÃO DE D. ISABEL

Em 5 de Julho de 1468, em Cardeñosas, próximo de Ávila, morria subitamente o infante D. Afonso, conforme ficou escrito¹⁷⁹. Enquanto que alguns nobres sublevados, duvidando do sucesso da sua causa, se entregavam à obediência do rei, os demais não tardaram em encontrar uma nova bandeira: a infanta D. Isabel¹⁸⁰. No entanto, a meia-irmã de Henrique IV, segundo o cronista Pulgar, “deliberó de no tomar título de reyna en vida del rey su hermano, e de se conformar com él, sy, quitos todos los escândalos, le jurase para después de sus días la subçesión del reyno”¹⁸¹. O desgaste dos enfrentamentos parecia convidar à procura de uma solução pacífica: o monarca, perante a garantia de deposição das armas do Marquês de Vilhena e dos seus seguidores, aceitou em assumir uma nova sucessora para o trono de Castela¹⁸².

Para que o pacto fosse alcançado mediante um acto público de reconciliação promoveu-se um encontro entre os irmãos e, em 19 de Setembro, D. Henrique IV e D. Isabel reuniam-se em Toros de Guisando. Diante do Mosteiro dos Jerónimos e na presença do Bispo de León, enquanto núncio apostólico de Paulo II,¹⁸³ as partes comprometiam-se com o acordo alcançado na véspera entre Cadalso e Cebrenos que, articulado juridicamente, seria dia 24 dado a conhecer ao reino¹⁸⁴. O monarca, sob a promessa de aceitação de D. Isabel e “queriendo proveer como estos reynos non ayen de quedar nin queden sin legitimos subçesores”, declarava-a sua sucessora ao trono e perdoava todos o que o haviam contestado. Cedia à meia-irmã um avultado património, “para que pueda sustener e sostenga su persona e casa e real estado”, constituído pelo Principado das Astúrias, pelas

¹⁷⁹ O cronista Diego de Valera procura deixar a impressão de uma morte provocada por envenenamento: “Lo qual más se cree ser yerbas” (VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. XL, p. 138).

¹⁸⁰ Embora a primogénita do segundo casamento do monarca, a existência do irmão D. Afonso, nascido dois anos depois, relegava-a para na linha de sucessão (VAL, Isabel del, *Ob. Cit.*, p. 58).

¹⁸¹ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. II, p. 10. Segundo Damião de Góis, pesava na decisão de D. Isabel o pouco auspicioso resultado da Batalha de Olmedo (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XXXVI, p. 90).

¹⁸² LADERO QUESADA, Miguel Ángel, In *Historia de España*. Dir. de Lara Hernández. t. 4 – De la crisis medieval al Renacimiento (siglos XIV –XV). 2ª ed.. Barcelona, Editorial Planeta, 1989, p. 362.

¹⁸³ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. II, p. 14-15.

¹⁸⁴ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «De Portugal, Guisando y Otras Cuestiones». *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos em Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. vol. 2. Lisboa, Colibri, 1995. p. 780-781.

ciudades de Ávila, Huete, Ubeda, Alçaras, bem como pelas vilas de Molina, Medina del Campo e Escalona “con sus fortalezas e alcaçares e jurediçion e señorio alto e baxo çevil e criminal e con las rendas e otros pechos e derechos”. Quanto à rainha, que, dizia no mesmo documento, “de un año a esta parte no ha usado linpiamente de su persona”,¹⁸⁵ o monarca prometia esforçar-se pela obtenção do divórcio e assegurava enviá-la para fora do reino em quatro meses; decidia, porém, manter em Castela a pequena D. Joana, agora arredada do trono e com futuro a designar. Por sua vez, D. Isabel comprometia-se a não casar sem o aval do irmão que, não a obrigando a qualquer noivo, poderia vetar ou aprovar as suas escolhas¹⁸⁶. Ainda assim, a solução não era consensual no reino e logo foi censurada pelo poderoso clã dos Mendonza que, com a guarda da rainha e da filha, suplicava a intervenção do Papa Paulo II, conforme mostra uma carta do Conde de Tendilha de 28 do mesmo mês¹⁸⁷.

Uma vez herdeira do trono de Castela, o casamento de D. Isabel tornava-se num tema altamente apelativo a nível internacional e, no espaço de um ano, não faltaram pretendentes: pela Inglaterra, o Duque de Gloucester, futuro Ricardo III; pela França, o Duque de Berry e Guiena, irmão de Luís XI; por Aragão, o príncipe D. Fernando, filho de D. João II; e por Portugal, o próprio rei D. Afonso V¹⁸⁸. A questão terminaria, no entanto, resumida a estes dois últimos que, na Corte de Castela, contavam com os respectivos grupos de apoiantes, começando agora a desenhar-se uma nova realidade geopolítica. De um lado, colocava-se a hipótese de ligação com Portugal, apostado no desbravamento do desconhecido Mar-Oceano, na ocupação de pequenas ilhas atlânticas e na conquista de

¹⁸⁵ A rainha D. Joana, que tendo ido viver há algum tempo sob a guarda do Arcebispo de Sevilha e que acabaria por falecer a 13 de Junho de 1475 no Convento de S. Francisco de Madrid (aos 36 anos de idade), ter-se-ia envolvido com um jovem (segundo de Damião de Góis era sobrinho daquele prelado), Pêro de Castilla, de quem teve dois filhos: Pedro e André. (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XXXVIII, p. 92-93) De acordo com Luís Suárez Fernández, a consorte de D. Henrique IV estaria em adiantada fase de gravidez do primeiro aquando do Pacto de Toros de Guisando, a qual, sabendo-se claramente não ter sido gerada pelo monarca, reforçava a argumentação dos partidários da infanta D. Isabel na defesa dos seus direitos sucessórios e fragilizava a anterior posição do rei que, no acordo com a irmã, punha em causa a sua paternidade sobre D. Joana: declarava a primeira, como vimos, herdeira da sua Coroa para que aqueles reinos não fiquem sem legítimos sucessores (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, rainha de Castela*, p. 49).

¹⁸⁶ VAL, Isabel del, «Documento 3». *Ob. Cit.*, p. 365-372.

¹⁸⁷ Numa carta de 28 de Setembro de 1468, expedida de Buitrago, o Conde de Tendilha, que ali acolhera recentemente a consorte de D. Henrique IV e a filha (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XXXVII, p. 92-93), defende com a rainha os direitos sucessórios da pequena D. Joana junto do Pontífice, alegando a sua legitimidade de nascimento, o juramento enquanto herdeira pelos três estados e, mesmo, o reconhecimento pelo Papado (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 12». In *Ob. Cit.*, p. 58).

¹⁸⁸ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana*, p. 38-39.

praças em Marrocos; do outro, a hipótese da união a Aragão, mais envolvido nos meandros da política continental e orientado para o apetecível Mediterrâneo (por onde passava ainda parte importante do comércio, inclusivé o dos produtos orientais)¹⁸⁹.

D. Henrique IV, reaproximando os Mendonza e novamente sob influência do Marquês de Vilhena,¹⁹⁰ tendia a renovar os casamentos luso-castelhanos que se projectaram em 1464 e, ainda no ultimo trimestre de 1468, “screueo a elrei dom Afonso que lhe enviase pera isso seus embaxadores”¹⁹¹. Opunha-se, em primeiro plano, o Arcebispo de Toledo, que “no cesava por secretos mensajeros a suplicar y requerir a amnoestar a la prinçesa no consentiese en el casamiento del rey de Portugal, ni otro alguno acetase, salvo el príncipe de Aragón, él qual era más onorable e más provechoso”¹⁹². Seguiam-no parte substancial dos senhores que haviam tomado a causa do infante D. Afonso e de D. Isabel, e que mantinham ligações mais próximas com o ramo aragonês dos Trastâmara e viam nesse reino maiores interesses: eram os casos do Conde de Treviño, do Conde de Benavente e do Almirante D. Fradique, avô materno do príncipe de Aragão, que “aprovechó mucho, atrayendo muchos grandes a este consentimiento”¹⁹³.

D. Isabel, mau grado a educação fortemente marcada pela cultura portuguesa, como notou Isabel del Val¹⁹⁴, ia afastando da sua mente a hipótese de um casamento luso favorecendo o projecto aragonês. A cronística castelhana acentua, como factor de escolha, a idade de D. Fernando: “era mozo y hombre de buena discreción”¹⁹⁵, apenas com menos um

¹⁸⁹ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa*. Constantes e Linhas de força. 2.^a ed.. Lisboa, *Tribuna da História*, 2006, p. 98-102.

¹⁹⁰ D. João Pacheco, Marquês de Vilhena, opunha-se veementemente à hipótese de casamento de D. Isabel com D. Fernando pois, segundo Luís Suárez Fernández, parte substancial do seu poderio económico-social assentava em património que, anteriormente, fora pertença dos infantes de Aragão. Via, portanto, na concretização do enlace da princesa com o herdeiro desse reino uma ameaça aos seus interesses. (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Fernando, el Catolico*, p. 30-31).

¹⁹¹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XXXVIII, p. 95.

¹⁹² VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. XLIV, p. 149.

¹⁹³ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. V, p. 24.

¹⁹⁴ D. Isabel tinha três anos quando, em 1454, ficou órfã de pai. A partir de então, no dizer de Isabel del Val, a infanta recebeu uma educação marcada pela cultura portuguesa: primeiro, em Arévalo, onde residiu, juntamente com a sua mãe, a portuguesa e rainha-viúva D. Isabel, e com a sua avó materna, do mesmo nome, que de Portugal para ali se deslocara; depois, a partir de 1462, a infanta foi levada para a Corte régia e passou a viver na Casa da rainha D. Joana até a abandonar, em 1467, para tomar abertamente o partido do irmão D. Afonso. Num e noutro espaço, D. Isabel convive com vários oficiais, damas e servidoras lusas, ao mesmo tempo lhe é inculcada uma forte influência portuguesa da língua, nas modas, nos costumes religiosos e lúdicos. (VAL, Isabel del, «Isabel La Católica. Una princesa “portuguesa”». *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*, p. 33-55).

¹⁹⁵ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. V, p. 25.

ano que a princesa. O rei português tinha mais vinte. Porém, as poucas palavras de Pulgar, de que “los grandes que habia en el reyno...deseaban que fuese rey de Castilla”¹⁹⁶, sugerem que a ligação aragonesa era desejada por uma expressiva parte dos nobres castelhanos, sanando com maior facilidade os conflitos internos, partindo do pressuposto de que o governo dos dois reinos seria pacífico e as condições ficassem, desde logo, estipulado nas capitulações matrimoniais. Se, por ser mulher, houvesse qualquer contestação à sua realeza, D. Isabel, tendo em D. Fernando o mais directo herdeiro ao trono castelhano (era, então, o único descendente por varonia de D. Henrique III), anulava com o casamento esta hipotética oposição externa. Se se decidisse por Portugal, segundo Manuela Mendonça, D. Isabel arriscaria Castela a um provável domínio por parte deste reino, cujo monarca tinha já descendência assegurada (o príncipe D. João e a infanta D. Joana), além de que a proximidade desta monarquia a D. Joana fazia perigar, a qualquer momento, os seus direitos ou a sua sucessão¹⁹⁷.

Numa corrida contra o tempo, em Janeiro de 1469 apresentava-se, em Ocaña, a D. Henrique IV a solicitada embaixada portuguesa. Era liderada por D. Jorge da Costa, agora Arcebispo de Lisboa, figura de confiança de D. Afonso V que estivera já envolvido nos meandros desta política de alianças aquando dos acordos de Gibraltar¹⁹⁸. Levava poderes para negociar “por muger la princesa para el rey de Portugal”¹⁹⁹, mas já não o enlace do príncipe com D. Joana, como também alvittrara o monarca castelhano, uma vez que havia ganho força a ideia do seu casamento com a prima, D. Leonor. Os embaixadores portugueses esperariam cerca de vinte de dias na aldeia de Cienpozuelos uma resposta definitiva de D. Isabel que, em Madrid, protelava para ganhar tempo a seu favor. Acabaria o Arcebispo por se despedir, “sin haber conclusión alguna de su embaxada”²⁰⁰ com a promessa de – um cada vez mais impaciente – D. Henrique IV em dobrar a vontade da irmã²⁰¹.

¹⁹⁶ IDEM, *Ibidem*, Cap. V, p. 25.

¹⁹⁷ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*, p. 38.

¹⁹⁸ IDEM, *D. Jorge da Costa. “Cardeal de Alpedrinha”*. [Lisboa], Edições Colibri, 1991, p. 41-42.

¹⁹⁹ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. V, p. 23.

²⁰⁰ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. V, p. 25.

²⁰¹ O monarca havia, primeiro, procurado convencer a meia-irmã por meios brandos mas, perante a forma evasiva que apresentava, ameaçou encarcerá-la no Alcácer de Madrid, situação que só não se efectivou por, então, começarem alguns levantamentos em Ocaña, onde decorriam as Cortes a que presidia (ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 245-246).

A princesa simularia, para não abrir ruptura, seguir as disposições que o próprio rei passava a negociar com o homólogo português. A 30 de Abril os dois monarcas, ratificando as antigas pazes e estabelecendo uma nova cooperação político-militar, estabeleciam acordos matrimoniais: D. Afonso V casaria com D. Isabel no espaço de dois meses após a sua entrada em Castela, prevendo-se que, no caso de incumprimento desta, D. Joana seria reabilitada enquanto Princesa das Astúrias e entregue ao soberano português para com ela casar aos 12 anos, podendo nesse caso fazer guerra legitimamente, com D. Henrique IV, ao bando que viesse a apoiar a anterior²⁰². De uma forma ou de outra D. Afonso V seria rei de Castela e a documentação mostra como não perdeu tempo em atrair os magnates daquele reino à sua causa em troca da garantia de privilégios económicos e sociais²⁰³. Aparentemente, tudo parecia correr a seu favor e, a 23 de Junho, já o Papa Paulo II concedia a bula de dispensa de parentesco para o matrimónio com D. Isabel²⁰⁴.

²⁰² O documento de 30 de Abril de 1469 estabelecia que entre Portugal e Castela, “acordado e asentado que se ratifiquen las pases que estan fechas”, “quel dicho señor rey de Portugal aya de casar e case con la señora princesa doña Ysabel”, a quem o congénere castelhano se comprometia a ajudar. O tempo, que se estimava breve, “se aya de concluyr e concluya a todo su leal poder, e se consuma el matrimónio dentro de los dos meses primeros siguientes contados del dia quel dicho señor rey de Portugal entrare en estos reynos poderosamente”, prevendo-se castigos para quem impedisse. Uma vez casado, D. Afonso V poderia intitular-se príncipe das Astúrias, passar a viver na Corte castelhana e, entrando nas cidades e vilas, seria recebido como herdeiro do trono castelhano-leonês; o rei de Portugal deveria, entretanto, jurar fidelidade a D. Henrique IV como filho e príncipe e cumprir as leis de Castela. Este, honrando-o como filho e príncipe, deveria apoiá-lo na luta contra rebeldes; os possíveis descendentes seriam criados em Castelo e o mais velho, por direito o herdeiro, casaria com D. Joana, se nascido dentro de cinco anos após o casamento; o casal real reinaria em Castela e, se Isabel morresse primeiro, D. Afonso conservaria o governo até transmitir a filhos. No caso de o casamento não se realizar, levantando-se a hipótese de Isabel rejeitar acordo, ficava disposto que, se não se celebrasse em dois meses, D. Afonso V receberia a sobrinha para com ela casar aos 12 anos e, uma vez reabilitada herdeira do trono, poderia fazer guerra ao bando que apoiasse D. Isabel (VAL, Isabel del, «Documento 17». *Isabel La Católica, Princesa (1468-1474)*, p. 440-449).

²⁰³ É sintomático da necessidade do apoio senhorial à causa que - pelo casamento com D. Isabel ou com D. Joana - conduziria D. Afonso V ao trono castelhano o estabelecimento de confederações como a que, em Ocaña, se assinou a 2 de Maio de 1469 entre o rei português e o Arcebispo de Sevilha, D. Afonso de Fonseca, o Mestre de Santiago e Marquês de Vilhena, D. João Pacheco, o Conde de Plasênciã, D. Álvaro de Stuñiga, o Marquês de Santilhã, D. Diego Furtado de Mendonça, o Bispo de Siguença, D. Pedro Gonçalves de Mendonza, e D. Pedro de Velasco, filho primogénito do Conde de Haro. O monarca português, em troca do apoio nobiliárquico para aquando da sua entrada em Castela, comprometia-se a manter os seus privilégios e honrarias: “a vos los dichos prelados e grandes, que en esta escriptura firmaredes vuestres nonbres...guardaremos bien e leal e verdaderamente las vidas, personas, casas, dignidades e estados...e vos acreçentaremos quanto buena e honestamente podieremos.” (IDEM, «Documento 18». In *Ibidem*, p. 449-452).

²⁰⁴ Na bula de dispensa de consanguinidade para o matrimónio de D. Afonso V com a princesa D. Isabel, o pontífice salientava a esperança, face à instabilidade, “dissidia et calamitatis”, que esta união trouxesse, como teve em conta e era dever dos reis cristãos, “unitatem e concordiam” para os reinos de Leão e Castela (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 15». In *Ob. Cit.*, p. 66-67).

Jogando numa duplicidade diplomática, a meia-irmã de D. Henrique IV tinha já sua decisão tomada no início do ano quando, a 7 de Janeiro, empossava secretamente os seus procuradores com vista às negociações com os aragoneses, das quais resultaria o contrato matrimonial que o príncipe D. Fernando assinaria, em Cervera, exactamente três meses depois (7 de Março)²⁰⁵. Intensificaram-se, de seguida, os contactos entre os partidários de D. Isabel e o rei de Aragão, há muito apostado em conseguir a mão da princesa para o seu herdeiro²⁰⁶. Aproveitando uma deslocação à Andaluzia de D. Henrique IV, que conhecendo as negociações da princesa com Aragão lhe exigira um juramento de que nada faria contra a sua vontade durante a sua ausência, D. Isabel evadiu-se de Madrigal para Valladolid, controlada pelos seus apoiantes. Ali chegaria entretanto, disfarçado de almocreve, o seu noivo aragonês²⁰⁷. A princesa ainda terá escrito uma carta ao irmão a solicitar o seu acordo para a opção escolhida, sem sucesso. Mas estava disposta a dar o passo em frente a qualquer preço: a 19 de Outubro, mediante uma falsa bula exibida pelo Arcebispo de Toledo, subia ao altar com D. Fernando²⁰⁸.

²⁰⁵ D. Isabel, em Janeiro de 1469, teria já a sua escolha matrimonial feita uma vez que, no dia 7 de Janeiro de 1469, dava poderes a Gutierre de Cárdenas e Gonzalo Chacón para se encontrarem com os representantes de Aragão, Pierres de Peralta e Pedro de la Cavalleria, a fim de negociarem as condições do casamento. (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Fernando, el Catolico*, p. 32; IDEM, «Capitulações de Cervera». In *Isabel I, rainha de Castela*, p. 67).

²⁰⁶ Desde a morte de D. Afonso que o monarca aragonês encomendara a Pierres de Peralta (compadre do Arcebispo de Toledo), Condestável de Navarra, o contacto com os conselheiros de D. Isabel a propor o casamento desta com o seu filho e herdeiro D. Fernando. O Condestável, na qualidade de procurador de seu rei, acompanharia estrategicamente em Castela os actos que puseram fim à Guerra Civil e, mesmo, o acordo Toros de Guisando (IDEM, *Fernando, el Catolico*, p. 31).

²⁰⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XXXVIII, p. 95.

²⁰⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ, In «O casamento». In *Isabel I, rainha de Castela*, p. 70-71.

2.5.

A MÃO DE D. JOANA

O enlace de D. Isabel e D. Fernando significava, segundo Julieta Araújo, “a vitória de uma parte importante da nobreza castelhana, que esperava desta forma destruir D. Henrique e, manobrando o jovem casal, manter velhas prerrogativas no reino.”²⁰⁹. O rei, acusando a irmã de violar o pacto de Toros de Guisando, anulava os seus direitos ao trono e reabilitava D. Joana, que reafirmava sua filha e declarava herdeira dos seus reinos. Em Val de Lozoya, a 26 de Outubro de 1470, reconhecia solenemente que “la herençia e subçesion e el principado dellos es devido e pertenesçe a la princesa doña Juana”²¹⁰.

D. Henrique IV tinha agora em D. Joana o trunfo que, fortalecido com um favorável casamento, lhe permitiria beneficiar de uma aliança e governar com autoridade. Do mesmo modo poderia combater os senhores que defendiam os direitos sucessórios de D. Isabel, a nível externo abertamente amparada pelo bloco de Aragão-Navarra (onde reinava D. João, seu sogro, que no segundo reino contava agora com D. Leonor, filha do casamento com D. Branca de Navarra, enquanto lugar-tenente). Sucederam-se, então, tentativas de concerto de matrimónio junto de várias Coroas. Em 1471, o monarca castelhano negociava a mão da Princesa para D. Fradique²¹¹, filho de Fernando I de Nápoles, esperando um forte apoio militar²¹². Nessa altura, Luís XI de França, preocupado com a construção de uma forte

²⁰⁹ ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 247.

²¹⁰ No documento que dá conta do acto de Val de Lozoya, datado de 26 de Outubro de 1470, o monarca justificava o anterior reconhecimento de D. Isabel por esperar acatamento e seguimento das suas determinações, agora revogado por “grand deservio mio e en quebrantamiento de la dicha su fe e juramento, e contra la dispersion de las leyes destes dichos regnos y en grand turbaçion e escândalo dellos, fizo e cometyo todo lo contrario...contra mi prehemencia real e en derogacion della”. Como tal, o rei, por “próprio motu e çierta çiençia e poderio real absoluto”, revogava e anulava o anterior juramento aos três estados. A D. Joana, já jurada sucessora nas Cortes de 1462, deixava “la herençia e subçesion” do reino. Para clarificar a legitimidade da princesa face, como está escrito, às “malinas vocês”, o casal real jurava solenemente diante dos conselheiros e cortesãos. A rainha fazia juramento, sacramentado por comunhão solene, com as mãos entre as do Cardeal de Albi de que: “yo so çierta que la dicha princesa doña Juana es fija legitima e natural del dicho rey mi señor”. O monarca, em moldes semelhantes, declarava: “es mi fija legitima e natural e de la dicha reyna mi muger”. (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 16». In *Ob. Cit.*, p. 67-70).

²¹¹ ARAÚJO, Julieta, *Ob. Cit.*, p. 249.

²¹² Um documento de 1471 com instruções de D. Henrique IV a Diego de Saldanha, embaixador castelhano em Nápoles, dava conta de terem existido, recentemente, contactos com vista ao enlace de um filho de D. Fernando I com D. Joana. O rei de Castela, face à falta de eco após as primeiros sondagens, pedia ao

monarquia castelhana-aragonesa quando mantinha diferendos na fronteira do Rossilhão, enviara já o Cardeal de Albi a propor o casamento para o seu irmão Carlos, Duque de Guiena²¹³: chegariam mesmo a ser assinadas, em Medina del Campo, as capitulações do matrimónio, que só não se terá realizado porque logo o noivo morreu “de peçonha”²¹⁴. Afigurava-se, uma vez mais, a hipótese portuguesa, mas era agora impossível a D. Henrique IV escolher o noivo que, em 1464 e em 1468, projectara para D. Joana. O príncipe casava a 22 de Janeiro de 1471, em Setúbal, com a prima D. Leonor (filha dos Duques de Viseu), embora o matrimónio tivesse ficado estabelecido no ano anterior: misturando afectos familiares com política D. Afonso V, segundo Rui de Pina, procurou dar conforto do “maó escallamento de Tangere, de que o Ifante Dom Fernando ficou muy anojado e triste”²¹⁵, e determinou com o irmão o já ventilado enlace da sua filha mais velha com o herdeiro do trono, D. João. Do mesmo modo lhe assegurou o da sua filha D. Isabel com o sucessor do poderoso ducado de Bragança, D. Fernando, Conde de Guimarães (localidade de que seria nesta ocasião elevado a Duque), reforçando a influência crescente que as grandes casas já detinham junto da Corte. Como tal, o monarca castelhana dirigiu as suas atenções para o seu homólogo português, já viúvo, recuperando-se, de certa forma, as

embaixador que dissesse que se vinham recebendo outras propostas para a mão da princesa e, como tal, desejava saber se o congénere napolitano estava interessado naquele matrimónio (nesse caso, o embaixador levava poderes bastantes para negociar as capitulações) ou “si por algunas consideraciones lo non pudiere fazer determinadamente, nos enbue luego dezir su voluntad, porque nos dispogamos en este caso en otra parte”. D. Henrique IV propunha, caso o rei de Nápoles anuisse à hipótese do casamento e não lhe fosse conveniente alienar para o filho património de cidades e vilas, a doação de “gran suma de dineros” para aplicar na – já aguardada – “guerra contra los que perturban la herençia e succesyon de la dicha nuestra fija”. O monarca castelhana propunha, por ventura para captar a vontade dos interlocutores, amplas contrapartida económicas e sociais como dote: o principado das Astúrias “com todas sus rentas e pechos e derechos”. Constando a Henrique IV que Fernando I de Nápoles negociava o casamento de um outro filho seu com uma filha do rei de Aragão, aconselhava a desfazer essas negociações pois, como previra, far-se-ia guerra a esse reino, coisa que não seria saudável entre irmãos. Propunha ao napolitano, uma vez celebrado o matrimónio, a tomada da Sicília (bem próximo de Nápoles) ao príncipe de Aragão, reino que deveria deixar ao filho que se casava com D. Joana. Por fim, esperando “paz e sosyego” nos reinos de Castela, contava que o casamento, a realizar-se, se fizesse breve, e que o infante napolitano houvesse de estar em solo castelhana em pouco mais de meio ano. (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 17». In *Ob. Cit.*, p. 70-72).

²¹³ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XI, p. 38.

²¹⁴ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XL, p. 98.

²¹⁵ Terá sido após a vinda do infante D. Fernando da conquista de Anafé, em 1469, e necessariamente antes da sua morte, ocorrida a 18 de Setembro de 1470, que com o rei “afirmou de todo” o já projectado casamento do príncipe D. João com a sua filha, D. Leonor, ao mesmo tempo que promovia o enlace de outra filha, D. Isabel, com o herdeiro do poderoso Ducado de Bragança, D. Fernando, Conde de Guimarães, por essa ocasião elevado a Duque (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLIX, p. 815-816). O monarca prestigiava, desta forma, as grandes Casas senhoriais, em permanente crescimento no seu reinado.

capitulações matrimoniais que ambos haviam assinado em 1469, que previam, no caso de incumprimento de D. Isabel, o seu casamento com D. Joana.

Escreveu Damião de Góis, referindo-se a 1472: “no qual ano, e assy no passado entre os Reis de Castella e de Portugal ouve de huma parte e da outra muytas embaaxadas, aynda sobre lianças e mudança de casamento d’ElRey Dom Afonso com a Pryncesa Dona Joana sua sobrinha”²¹⁶. Diego de Valera vai ao encontro do cronista português ao afirmar que, em 1471, “el rey don Enrrique de Castilla enbió su embaxada al rey don Alonso de Portugal, para afirmar el casamiento de doña Juana” e que, ao tempo “que los embaxadores llegaron, fallaron al rey de Portugal enbaraçado, que se partia para Africa”²¹⁷. Mas, antes de partir para a tomada de Arzila, o monarca, “como supo de la venida de los embaxadores, salió de la nao donde estaba para los oyr, de que los grandes ovieron gran enojo, sospechando la causa de la embaxada, e suplicándole que no quisiese venir en el casamiento de doña Juana”. Face à pressão senhorial, que se manifestava adversa ao projecto castelhano, “el rey de Portugal determinó de azeptar el casamiento, e después de aver hablado secretamente com los embaxadores, en público dixo él aver salido de la nao por respeto de quien los enbiaba”. Aos embaixadores terá pedido que transmitissem a D. Henrique IV que, “dándole Dios próspero subçeso, com muy buena voluntad se vería com él”²¹⁸.

As vistas entre os reis, concertadas por meio de D. João Pacheco, Marquês de Vilhena e Mestre de Santiago, deram-se em 1472 entre Elvas e Badajoz²¹⁹. A essa cimeira teriam mesmo vindo os embaixadores de D. Isabel e de D. Fernando “pera com evidentes causas impedir o dito casamento”. Diante da força que o partido isabelino já significava, e à medida que se vislumbrava a solução bélica, “no caso e negocio entrevieram tantas duvidas, e com esperança de tantos males e divisoões de Reino a Reino, que El Rey de Portugal tendo sobr’isso muitas vezes conselho, nunca em vyda d’ ElRey Dom Anrrique se acharam taaes meos, com que parecesse razam elle aceitar e concordar o dito casamento.” Argumentavam os conselheiros do monarca português, no dizer de Rui de Pina, “ser a Rainha de Cezillia yntitullada por Pryncesa de Castela, de que tinha a mor parte dos

²¹⁶ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLXXI, p. 827.

²¹⁷ VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. LXV, p. 200.

²¹⁸ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXV, p. 200.

²¹⁹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XL, p. 99; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXI, p. 827; PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XIII, p. 46-47.

Grandes e Senhores della, em que ho mal da guerra era tam certo como o bem da vitoria duvidoso”²²⁰. Face a tamanhas resistências, segundo Damião de Góis, D. Afonso V ainda “pedio em arrefens, e segurança de sua pessoa e da Princesa donna Joanna sua sobrinha, e por elRei dom Anrique se nam atreuer a lhe fazer ha entrega destes lugares se partiram sem tomarem conclusam”²²¹. Porém, ao despedir-se, D. Henrique IV teria manifestado ao cunhado que “em sua vida, ou depois de sua morte per totalas vias, e modos possíveis, faria tanto que este casamento viesse em effecto”²²².

Não causará estranheza a insistência do monarca castelhano no envolvimento do congénere português. Em Castela, agitavam-se então os senhores, ao sabor das suas conveniências, alternando de bando: o Arcebispo de Toledo, tradicionalmente isabelino, passar-se-ia para a facção de D. Joana por se sentir ultrapassado na promoção a Cardeal por um dos Mendonza, D. Pedro Gonzalez, apoiado por D. Isabel e D. Fernando, que por seu lado beneficiariam da aproximação deste poderoso clã²²³. E era nesse jogo de contrapartidas²²⁴ que ambas as facções procuravam captar o maior número de magnates, os quais, sucessiva e desmesuradamente agraciados com doações e amplas prerrogativas, despertaram levantamentos de resistência popular de carácter anti-senhorial, que completariam as complexas tensões sociais do final deste turbulento reinado²²⁵.

²²⁰ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXI, p. 827.

²²¹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XL, p. 99.

²²² IDEM, *Ibidem*, Cap. XL, p. 99-100.

²²³ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, rainha de Castela*, p. 91-92.

²²⁴ Em 27 de Abril de 1472, em Escalona, a própria rainha D. Joana, perante o compromisso do Marquês de Vilhena, do Conde de Ureña e do Bispo de Burgos e de outros fidalgos em não abandonarem a defesa dos direitos de sua filha, prometia guardar as vidas e o património, protegendo-os dos seus contrários. (ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela*, p. 250). D. Isabel, como mostra um documento datado de 17 de Outubro de 1469, vinha também agraciando os seus partidários, “acatando los muchos e buenos serviçios” de D. Troilo Carrilho, doava-lhe a vila de Atienza, “merçed e donaçion perpetua, non revocable, de juro de herdad” (VAL, Isabel del, Isabel, «Documento 26». *Isabel La Catolica, Princesa (1468-1474)*, p. 467-468.)

²²⁵ VALDEÓN BARUQUE, Júlio, «La conflitualidad social en Castilla». *El Tratado de Tordesillas y su Época. Congreso Internacional de Historia*. Salamanca, Junta de Castilla y León, 1995, p. 318.

2.6.

UM TRONO E DUAS RAINHAS

Na madrugada de 12 de Dezembro de 1474, na alcáçova de Madrid, D. Henrique IV, “fallesçido de todas sus fuerzas”, fechava os olhos pela última vez²²⁶. No dia seguinte, iniciado o cortejo fúnebre em direcção ao Mosteiro de Santa Maria del Paso, “sin ponpa alguna de las que se acostunbravan fazer a los grandes príncipes”²²⁷, já D. Isabel se adiantava aos seus opositores com um aparatoso acto propagandístico²²⁸. Em Segóvia, passando ao lado dos tradicionais lutos e mesmo na ausência do marido (combatia os franceses no Rossilhão ao serviço de seu pai, D. João II de Aragão), a irmã do monarca apressou-se a fazer levantar pendões e “luego se yntituló Reina de Castilla e de León”²²⁹. Sustentavam-na um poderoso grupo de senhores, que ali acorreriam a beijar-lhe a mão em troca da confirmação ou da recepção de cargos e honrarias: o Cardeal D. Pedro de Mendonza, agora feito Chanceler-mor, o seu irmão Marquês de Santilhana, D. Diego de Mendonza, o Duque de Alba, D. Garcia Alvarez de Toledo, o Almirante e tio de D. Fernando de Aragão, D. Afonso Enriquez, e o Condestável e Conde de Haro, D. Pedro Fernández de Velasco²³⁰.

D. Isabel, segundo Manuela Mendonça, fundamentara a sua rápida aclamação na informação que lhe fora transmitida de que D. Henrique IV, já disposto a uma reconciliação final, se preparava naqueles dias de Dezembro para ir a Segóvia reconhecê-la por sucessora. Por isso, “aos que a confrontavam acerca do testamento régio, sempre afirmou não o conhecer e garantiu a sua inexistência.”²³¹ A cronística castelhana alinha neste propósito, ora omitindo as últimas vontades do defunto soberano, como são os casos de Andrés Bernáldez²³² e de Hernando del Pulgar²³³, ora indicando que o mesmo expirou sem lhe conseguirem arrancar o nome daquela que se sentaria no trono, conforme refere Diego

²²⁶ VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. C, p. 290-295.

²²⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. C, p. 294.

²²⁸ LADERO QUESADA, Angel, *Ob. Cit.*, p. 366.

²²⁹ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XXI, p. 65.

²³⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. XXI, p. 65-67.

²³¹ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*, p. 49.

²³² BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. X, p. 32-35.

²³³ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XX, p. 63-64.

de Valera²³⁴. Opõem-se, dando voz aos partidários de D. Joana, os cronistas portugueses, defendendo a realização de um testamento por D. Henrique IV nos seus últimos dias, pelo qual reconhecia a sucessão na filha e pedia ao monarca português que casasse com ela e que defendesse os seus régios direitos: Rui de Pina escreve que o “Testamento foy logo trazido a ElRey Dom Afonso”²³⁵, enquanto que Damião de Góis chega a sustentar que o documento foi retido e, mais tarde, mandado destruir em Castela²³⁶. Assim sendo, se a existência de tal testamento era uma forte arma que legitimava a realeza de D. Joana e a entrada de D. Afonso V em Castela, ao mesmo tempo que colocava D. Isabel sob a condição de usurpadora, seria fulcral para o *Africano* usá-lo na “batalha jurídica” que viria a travar a nível internacional (mesmo do ponto de vista da formação das alianças e da obtenção da bula papal, conforme veremos). Ora, tanto quanto sabemos, essa exposição nunca aconteceu, pelo que nos parece que o testamento nunca terá chegado às suas mãos: pensamos que, ou não terá existido ou, a ter sido realizado, terá sido desviado pelos partidários de D. Isabel, com o propósito de legitimarem a sua realeza. Ainda que não se consiga apurar a quem caberia o trono castelhano de acordo com a vontade de D. Henrique IV, o facto de não ter havido qualquer acto oficial que invertesse o juramento de Val de Lozoya e a presença de embaixadores portugueses em Junho e Julho de 1474, conforme atestam Ângelo Ribeiro e Saul António Gomes, a transmitirem na Corte vizinha a anuência do rei de Portugal para o casamento com D. Joana²³⁷, indiciam que o monarca castelhano terá morrido, no final desse ano, apostado nesta solução.

Assim parece ter sido e o novo Marquês de Vilhena, D. Diogo Pacheco (sucederá ao pai, falecido em Outubro de 1474), manteve-se do lado do rei até ao seu fim. Face à rápida aclamação de D. Isabel e à pressão que esta lhe movia para a entrega de D. Joana, que tinha à sua guarda em Madrid, o Marquês tratou de capitanear o grupo de senhores que defendia

²³⁴ VALERA, Diego de, *Ob. Cit.*, Cap. C, p. 290-295.

²³⁵ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIII, p. 829.

²³⁶ O cronista, fundando-se em elementos castelhanos, alega que o testamento de D. Henrique IV esteve oculto num cofre e que, em 1504, D. Isabel, estando já moribunda em Medina del Campo, pediria que lho trouxessem, tendo sido então mandado queimar por D. Fernando de Aragão ou entregue a um licenciado da sua confiança (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLI, p. 100-102).

²³⁷ De acordo com Ângelo Ribeiro e Saul António Gomes, D. Henrique IV continuava a insistir com D. Afonso V para o casamento com D. Joana, tendo o monarca português acabado por anuir através de uma embaixada chefiada por João Fernandes da Silveira que, em Junho e Julho de 1474, acompanharia o rei de Castela pela Extremadura, na companhia do Marquês de Vilhena, D. João Pacheco (RIBEIRO, Ângelo, *História de Portugal*. vol. 3. Barcelos, Portucalense Editora, 1931, p. 122-123; GOMES, Saúl António, *Ob. Cit.*, p. 202).

os direitos ao trono daquela menina²³⁸, então com doze anos. Ainda em Dezembro fez chegar a Estremoz um forte apelo a D. Afonso V: comunicando a morte de D. Henrique IV, pedia-lhe que entrasse urgentemente em Castela onde, uma vez casado com a princesa sua sobrinha e levantado rei daqueles reinos (como salientava ser desejo do defunto monarca), poderia contar com muitos e poderosos apoios senhoriais e, mesmo, concelhios²³⁹.

Numa corrida contra o tempo, D. Afonso V convocou para o mesmo local, ainda antes do fim do ano, “grande e jeral conselho, pera que foram ally juntos com ElRey e com o Pryncipe, todollos grandes e pryncipaaes do Reyno”²⁴⁰. Impunha-se a decisão acerca da intervenção militar no reino vizinho que, como estudou Paz Romero Portillo, representava para a Coroa portuguesa a oportunidade de pugnar por desafios políticos a vários níveis: além da postura cavaleiresca na defesa dos direitos de D. Joana, estava em jogo a formação de um poderoso bloco castelhano-aragonês que, a par do desequilíbrio peninsular que representaria, reforçaria o seu peso nos mares (Norte, Mediterrâneo e Atlântico) e poderia, mesmo, exercer maior pressão na Santa Sé e conseguir privilégios que ameaçassem as navegações lusas para o Atlântico Sul; sorria, ainda, a hipótese de implantação da hegemonia portuguesa sobre a Península Ibérica²⁴¹.

Reunido o Conselho, as opiniões divergiram com uma corrente a favor da empresa castelhana, na qual se distinguia o príncipe, e uma outra que se lhe opunha, sustentada por um poderoso grupo senhorial em que se destacava o Arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, e o Duque de Guimarães, D. Fernando, primogénito do Duque de Bragança. Grande entusiasta da expedição junto de seu pai, “com esperança de acrecentar seus Reynos de Portugal”, D. João marcava a sua posição e procurava mesmo influenciar vários conselheiros a darem o seu parecer positivo ao monarca²⁴². Reagiram energicamente os

²³⁸ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XXV, p. 80.

²³⁹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLI, p. 100.; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIII, p. 829.

²⁴⁰ PINA, Rui de, *Ibidem*, Cap. CLXXIII, p. 829.

²⁴¹ ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquias medievales ante la modernidad. Relaciones entre Portugal e Castilla (1431-1479)*. La Coruña, Universidad da Coruña, 1999, p. 139.

²⁴² Segundo Rui de Pina, no Conselho que reuniu em Estremoz para decidir acerca da entrada em Castela, o príncipe D. João “desejando que ElRei seu Padre com esperança de acrecentar seus Reynos de Portugal, aceitasse, e nom escusasse do casamento e empresa de Castela, tinha suas fallas e maneyras com esses pryncipaaes, a que revellava seus desejo com que os commovia, pera que conselhassem ElRei seu Padre, e o esforçassem pera ysso.” (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIII, p. 829). Também Damião de Góis refere que, quanto à hipótese de entrada em Castela, “ho Príncipe dom Ioam mais que nenhua outra pessoa insistio” (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 103-105). Manuela Mendonça vê na tomada de posição do herdeiro do trono português mais uma afirmação sua perante alguns senhores que, já por si contrariados no

grandes poderes neo-senhoriais, “aqueles que tinham mais interesse na defesa das respectivas casas do que num projecto político e de fortalecimento do reino” e que, como importantes famílias de magnates que eram, mantinham as suas ligações com os grandes castelhanos e com D. Isabel, ela própria uma Bragança²⁴³. Como tal, pelas vozes do Arcebispo de Lisboa e do Duque de Guimarães, aos quais “este negócio nunca pareceo bem”,²⁴⁴ defendiam “por muytas causas que allegaramm foy que ElRey em tempos de tanta devisam, e com tamanho poder contrairo como tynha, nom devia de entrar em Castela nem aceitar a empresa dela, e leixalla aos naturaaes que a quisessem favorecer e suster.”²⁴⁵. Mau grado as resistências, num duelo entre duas concepções de poder em oposição, o apoio do príncipe parece ter dado força ao rei para levar o Conselho a acatar uma solução de compromisso: D. Afonso V, “ante de se tomar fynal assento”²⁴⁶, acordou enviar primeiro ao reino vizinho Lopo de Albuquerque, seu camareiro-mor, a saber “quantos e quaaes eram os cavalleiros da vallia da Rainha Dona Joana, e concertarse com elles, e tomar delles certydam d’ obediencia”²⁴⁷.

Em Castela, o clima de agitação social é enfatizado por Bernáldez quando escreve que “las parcialidades de los caballeros no cesaban, cada uno buscando favores é haciendo ligas, unos declarándose por una parte, otros por outra, otros dilatándose tiempo”²⁴⁸. D. Isabel e D. Fernando, entretanto reunidos, ultrapassavam os seus diferendos e chegavam a acordo para a partilha do governo, em 15 de Janeiro, naquela que ficou conhecida por “Concórdia de Segóvia”: havia um reino para dominar²⁴⁹. Pela mesma altura, tirando partido das movimentações nobiliárquicas, Lopo de Albuquerque terminava o périplo castelhano e entregava a D. Afonso V, já em Évora, os compromissos devidamente autenticados por um poderoso bando de parentelas senhoriais que se agrupavam em torno do Marquês de Vilhena e do Duque de Arévalo, aos quais se juntaria ainda o influente

conselho aquando da tomada de Arzila, em 1471, veriam agora consolidar o poder do príncipe, o qual nesta sequência seria nomeado regente de Portugal (MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal*, p. 102-103).

²⁴³ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV.*, p. 53.

²⁴⁴ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 105.

²⁴⁵ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIII, p. 829.

²⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLXXIII, p. 829.

²⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLXXIII, p. 829.

²⁴⁸ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. X, p. 35.

²⁴⁹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, Isabel, *Historia de España*. vol. 7 – Los Trastámara y los Reyes Católicos. Coord. Angel Montenegro Duque. Madrid, Editorial Gredos, 1985, p. 211-213.

Arcebispo de Toledo²⁵⁰. Segundo o estudo de Margarida Garcez, tinham estes principais senhores ligações familiares, respectivamente, aos Pachecos, aos Pimentéis e aos Cunhas que se exilaram em Castela com o advento da Dinastia de Avis, os quais haviam constituído entretanto vastos senhorios na zona da fronteira (em especial na região do Douro)²⁵¹.

O rei, “deste recado mui satisfeito”²⁵², reuniu prontamente o Conselho. A elite que se opunha ao projecto castelhano procurou inviabilizá-lo até à última com “outros muytos inconvenientes, que com tudo se apontaram, e se offereceram”²⁵³. Saía vencida, desta feita, diante da predisposição do monarca, escudada na vontade do príncipe e agora com o alento de fortes apoios castelhanos, que determinou “aceitar como aceitou a empresa, e sem escusa entrar em Castella”, dando então início aos preparativos diplomáticos e militares, conforme veremos²⁵⁴. Entrava-se num processo irreversível.

Em Março, ao redor de D. Joana, o Marquês de Vilhena e os seus seguidores afirmaram abertamente a sua realeza²⁵⁵ e, no castelo de Trujillo (domínio de D. Diego Lopez Pacheco), logo se estabeleceu com uma embaixada portuguesa o acordo para os sponsais do rei com a pequena sobrinha, entretanto para ali trazida por estar mais próximo da fronteira luso-castelhana²⁵⁶. Pôde, então, o *Africano* entrar legitimamente em Castela. Deixando a regência de Portugal ao príncipe D. João (que reforçava a sua confiança junto

²⁵⁰ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 105; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIII-CLXXIV, p. 829-830.

²⁵¹ O êxodo de Portugal dos referidos Pachecos, Pimentéis e Cunhas em Castela ocorreu ora durante a própria Crise de 1383-1385, por tomarem o partido de D. Beatriz, ora por posterior incompatibilidade com D. João I, decidido a reaver parte substancial do património doado após as Cortes de 1397. Os seus descendentes e parentelas constituiriam, funcionando com enorme solidariedade linhagística, o núcleo dos apoiantes da causa de D. Joana nos inícios de 1475. Pelos Pacheco, reuniram-se em torno do Marquês de Vilhena, D. Diogo Pacheco, os seus irmãos, a Condessa de Medelín, D. Beatriz Pacheco (casada com o Marquês de Cádiz D. Rodrigo Ponce de León) e o Senhor de Moguer, D. Pedro Portocarrero, e os seus primos, o Conde de Ureña e Senhor da Puebla de Montalbán, D. Afonso Téllez Girón, e o Mestre de Calatrava, D. Rodrigo Téllez Girón. O Duque de Arévalo, D. Álvaro de Estuñiga, casado com D. Leonor Pimentel, colheu o apoio de seu irmão, o Conde de Miranda, Diego Estuñiga. Da parte dos Cunhas, então já ditos “Acuñas” em Castela, registam-se a participação do Arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrillo, também ele um Acuña, e do seu primo e também eclesiástico Bispo de Burgos, D. Luís de Acuña (GARCEZ, Margarida, «A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro: opções senhorialistas nas vésperas de um Estado centralizado». *Separata do SVMVS PHILOLOGVS NECNON VERBORVM IMPERATOR. Colectânea de Estudos em Homenagem ao seu académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º Aniversário*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p. 235-253).

²⁵² GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 105.

²⁵³ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIV, p. 830.

²⁵⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIV, p. 830.

²⁵⁵ FREITAS, Isabel Vaz de, *D. Joana, a Excelente Senhora 1462-1530*. Colecção Rainhas e Infantas de Portugal. Coord. de Manuela Mendonça. Vila do Conde, Quidnovi, 2011, p. 27.

²⁵⁶ GOMES, Saúl António, *Ob. Cit.*, p. 207.

do pai e ensaiaria agora aquelas que seriam as linhas do seu governo centralizador), nos últimos dias de Maio o monarca passava a raia em Arronches para alcançar Plasência, cidade dos Duques de Arévalo onde o esperava o núcleo dos seus apoiantes. No dia 29 desse mês era celebrado, na Sé, o matrimónio do monarca de 43 anos com a jovem sobrinha de 13, no meio de “grandes feestas e prazeres”, seguidas de aparatosas “cirimonias de trombetas e Reys d’armas” que adornavam a aclamação do régio casal,²⁵⁷ que logo expedia um manifesto a justificar a sua realza²⁵⁸. Ao lado de D. Joana, e para fermento da guerra que começava, D. Afonso V intitulava-se agora “Rey de Castella de lliam de portugual de Tolledo de gualiza de cordoua de murçia de Jaen dos algarues daaquem e daallem mar em África dalyazira de gibeltar e senhor de Biscaya e de mollina.”²⁵⁹.

²⁵⁷ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXVIII, p. 833.

²⁵⁸ GOMES, Saúl António, *Ob. Cit.*, p. 206-207.

²⁵⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Documento X». In *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1975, p. 159.

3.

A ACÇÃO DA DIPLOMACIA

“...a ElRey Dom Afonso...pera as cousas de Castella nom lhe respondiam conforme a seu proposito, e que nom fora por fallecimento de seu esforço, cuidado e dillygencia, pois em Portugal e Castella em Roma em França e Borgonha tinha procurado todo o que pera sua empresa pareceo convinyente e necessário...”

(PINA, Rui de, «Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V». In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, Cap. CCII, p. 861-862).

“D. Afonso V de Portugal não se apercebeu do pouco alcance nacional das suas posições. Apoiado em alguns responsáveis castelhanos, pretendeu chamar a favor das suas teses os interesses europeus.”

(MACEDO, Jorge Borges de, «De novo a Península Ibérica». In *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. 2ª Ed. Vol. 1. Lisboa, Tribuna da História, 2006. p. 102).

3.1.

DA ACÇÃO DIPLOMÁTICA AO RITUAL DA GUERRA

Na segunda metade de Quatrocentos, as cabeças coroadas do Ocidente “ainda lutavam entre si pela afirmação das fronteiras e, no campo interno, pela supremacia do poder régio”²⁶⁰. Esse caminho proporcionou o desenvolvimento da diplomacia, cuja acção se intensificava no âmbito das voláteis relações que se estabeleciam entre as diversas unidades políticas: do Papado ou do Império às monarquias, passando pelos potentados senhoriais. Desde o século anterior, vinham-se multiplicando os embaixadores ocasionais que, acompanhados de salvo-condutos, credenciais e procurações, cruzavam terras e mares num assinalável movimento até, de forma progressiva, darem lugar à criação de missões permanentes no estrangeiro. As embaixadas, acompanhando o desenvolvimento das instituições e do direito, cresciam quanto ao número e à formação dos seus elementos: aos nobres e eclesiásticos, que tantas vezes as compunham, iam-se juntando os juristas. Neste âmbito, a etiqueta do processo diplomático foi-se complexificando e, para lá das regras dos contactos pessoais, passou a comportar um conjunto de rigorosas fórmulas e de adornos nos discursos e nos textos²⁶¹.

O conflito que, entre 1475 e 1479, se travou pelo trono do maior reino peninsular enquadra-se nesta dinâmica de transformações. Procuraremos, portanto, sistematizar, caracterizar e estabelecer nexos entre as manobras diplomáticas que, intimamente ligadas às acções bélicas, excederam um linear confronto luso-castelhano. Pretende-se, deste modo, desenvolver o processo que preparou a eclosão da guerra, partindo da morte de D. Henrique IV; expor a busca e obtenção de acordos políticos e de alianças militares, num braço-de-ferro particularmente visível durante uma primeira fase do conflito; por fim, após o impasse da Batalha de Toro, explicar os derradeiros esforços dos contendores na diplomacia, em

²⁶⁰ MENDONÇA, Manuela, *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Colibri, 2004, p. 11.

²⁶¹ MARQUES, António Henrique de Oliveira, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. 4 – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 327-332.

que se destaca a intervenção directa do rei português em França, até ao início das negociações que estabeleceriam o acordo de paz.

3.2.

A CAMINHO DA GUERRA...

Falecia D. Henrique IV de Castela na entrada do dia 12 de Dezembro de 1474, em Madrid e, em pouco mais de vinte e quatro horas, a sua meia-irmã, em Segóvia, preparou com os seus partidários mais próximos e com a oligarquia desta cidade a respectiva aclamação. Rei morto, rainha auto-proclamada. D. Isabel, com exíguas manifestações de pesar, abreviara o tradicional luto régio, não aguardara por uma vinda representativa de senhores e de procuradores concelhios ou até pela chegada do marido que, ao serviço de Aragão, se batia com os exércitos franceses na fronteira pirenaica. Nas próprias cerimónias segovianas de dia 13, segundo Ana Isabel Manchado, “el lujo fue sacrificado en beneficio de la rapidez”²⁶². Parecia ser essa a arma de D. Isabel que, ao antecipar-se a qualquer oposição, procurava legitimar a sua realeza e, consecutivamente, ir tomando a posse do reino, através de um efectivo exercício. Nessa óptica, D. Joana e os seus partidários ver-se-iam obrigados a disputá-la²⁶³.

Estavam lançados os dados para uma roda-viva de contactos. No dizer de Bernáldez, até ao início do ano seguinte, “muchas embajadas fueron y vinieron de los caballeros de Castilla de la liga de la Señora Doña Juana, particulares y generales, al Rey D. Alonso de Portugal, covidándole com ella casar, é com Castilla para reinar”²⁶⁴. Terá sido nesse contexto que o Marquês de Vilhena fez chegar a Estremoz, ainda em Dezembro de 1474, a notícia da morte do rei e o apelo a D. Afonso V para rapidamente passar a Castela, desposar a sobrinha e, defendendo os seus direitos, com ela se sentar no trono. Apesar das promessas do Marquês de apoio nobiliárquico e concelhio no reino vizinho,²⁶⁵ a forte

²⁶² CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel, *Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad*. Madrid, Sílex Ediciones, 2006, p. 44.

²⁶³ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Proclamación de Isabel». In *La conquista del trono*. Madrid, Ediciones Rialp, 1989, p. 75.

²⁶⁴ BERNÁLDEZ, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, Cura que fué la villa de los Palácios, y Capellan de D. Diego Deza, Arzobispo de Sevilla*. t. 1. Sevilla, Imprenta que fue de J. M. Geofrin, 1869, Cap. XVI, p. 59.

²⁶⁵ Prometia o Marquês de Vilhena, no dizer de Damião de Góis, o apoio de parte substancial da nobreza castelhana, “allem de quatorze cidades, das prinçipaes do regno”, aos quais se juntariam muitos outros senhores e concelhos (GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*. Ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Fernandes. Lisboa, Universidade Nova, 1977. Cap. XLIII, p. 104).

oposição senhorial ao projecto castelhano, no Conselho que reuniu, levou o monarca português a suspender a decisão definitiva e, num gesto de prudência diplomática, determinou primeiro saber quantos e quais eram ao certo os seguidores de D. Joana. A delicadeza da missão confirma-se na escolha de um dos seus mais íntimos cortesãos para a levar a cabo: Lopo de Albuquerque, o camareiro-mor, que ainda em 1474 partiu para Castela, com cartas especialmente endereçadas ao Marquês de Vilhena, ao Duque de Arévalo e a “outros muytos de sua parentella e valia”²⁶⁶, para recolher solenes promessas que, oficialmente, os comprometeriam com a causa portuguesa²⁶⁷. Paralelamente, sabemos que o rei português exortava os nobres castelhanos a defenderem a realeza de D. Joana, conforme mostra uma missiva sua, datada de Estremoz de 27 de Dezembro de 1474, dirigida ao Marquês de Cádiz e Conde de Arcos, D. Rodrigo de León²⁶⁸. A crónica castelhana chega a afirmar que nestes contactos, procurando subtrair apoiantes a D. Isabel, D. Afonso V terá enviado aos cavaleiros adversos, a par de cartas com promessas de “muchas mercedes”, “muchos cruzados de oro, é muchas tazas é piezas de plata labrada, pensando que los que recibiesen no le faltarian”²⁶⁹. Quer assim tenha sido, quer não, parece ter sido o regresso bem-sucedido do diligente Lopo de Albuquerque, chegado a Évora em Janeiro de 1475 com as “autenticas certydoões” dos senhores castelhanos²⁷⁰, que levou o monarca português, mesmo face a nova resistência no Conselho²⁷¹, a assumir o desafio²⁷².

²⁶⁶ PINA, Rui de, «Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V». *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, Cap. CLXXIII, p. 829-830.

²⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. CLXXIII, p. 829-830. GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 105.

²⁶⁸ Na carta datada de 27 de Dezembro de 1474, de Estremoz, D. Afonso V fazia chegar ao poderoso nobre andaluz, o Marquês de Cádiz e Conde de Arcos, D. Rodrigo de León, a sua posição favorável aos direitos reais de D. Joana, agora desamparada pelo falecimento de D. Henrique IV. Lembrava o monarca como a sobrinha era nascida de um casamento legítimo, “jurada e aprouada por verdadera e legítima subçesora de todos los dichos Regnos” e novamente assim declarada pelo pai à hora da morte, na presença de testemunhas, pelo que os súbditos apenas a si deveriam reconhecer por rainha. Como tal, D. Afonso V rematava a epístola com um repto peremptório: “vos rogamos que querays muy bien guardar la obligaci6n de e fieldad a ella, como a verdadera Reyna desos Regnos deués e asy obedescaes e Reconoscaes, tomando su bos e non de otra alguna presona, por Requerimientos que de lo contrairo vos sean al presente e puedan ser fechos”. (AZCONA, Tarcísio de, «Apéndice de Documentos - Documento 21». *Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja 1462-1530*. Madrid, Fundación Universitaria Española, 1998. p. 194-195).

²⁶⁹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XVI, p. 60.

²⁷⁰ Pelas certidões, os senhores castelhanos prometiam a D. Afonso V que, uma vez casado com D. Joana, seria obedecido “como a proprio Rey de Castella” (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIV, p. 830). Segundo Rui de Pina, a importância da acção diplomática desenvolvida por Lopo de Albuquerque levaria o rei, já em Plasência, a fazê-lo Conde de Penamacor (IDEM, *Ibidem*, Cap. CLXXVII, p. 832).

²⁷¹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 105.; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIV, p. 830.

²⁷² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «A sucessão de Castela». In *História de Portugal*. vol. 2 – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 9ª ed.. Póvoa do Varzim, Editorial Verbo, 2003. p. 91.

D. Afonso V colocava agora os olhos no panorama internacional. Beneficiava das relações com o espaço onde vinha desenvolvendo a cruzada da sua vida: após a conquista de Arzila e da ocupação de Tânger, em 1471, assentara tréguas de vinte anos com Mulei Xeque²⁷³ (então senhor da primeira vila e oponente da realeza dos merínidas), o qual, no ano seguinte, alcançou o trono de Fez e deu início à Dinastia Oatácida²⁷⁴. Mas o *Africano*, como notou Virgínia Rau, via-se sobretudo favorecido pelos esforços político-diplomáticos da Dinastia de Avis para cimentar a sua posição no concerto das principais unidades políticas cristãs, com destaque para os casamentos reais promovidos (aparentavam-no já com as Casas de Castela, de Aragão, de Inglaterra, da Borgonha e do Império), numa dinâmica a que havia dado sequência no seu reinado²⁷⁵. Procurou, por isso, colher os seus frutos.

Como registou Damião de Góis, o confronto que se preparava teria uma dimensão internacional que ultrapassava a oposição do rei de Portugal aos castelhanos contrários à realeza de D. Joana²⁷⁶. Naturalmente que D. João II, que reinava em Aragão e, através da sua filha e lugar-tenente D. Leonor, em Navarra, prestaria todo o auxílio a D. Fernando, marido de D. Isabel. Portanto, havendo diferendos pelo domínio do Rossilhão entre a França e Aragão, segundo Manuela Mendonça, conviria a D. Afonso V que Luís XI desencadeasse uma forte investida contra este reino. Desse modo, o monarca aragonês não poderia conceder ao filho o apoio desejado, o que enfraqueceria a capacidade bélica de D. Fernando na frente portuguesa. Por outro lado, também a França sairia beneficiada, já que Castela, empenhada na guerra com Portugal, se veria privada de auxiliar Aragão nas melhores condições²⁷⁷.

Nesse quadro, a urgência numa tomada de decisão levou D. Afonso V, em 8 de Janeiro de 1475, através do arauto Lisboa, a escrever ao rei de França para lhe dar conta de que em breve entraria em Castela e que confiava no respeito de Luís XI pela aliança que

²⁷³ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXVI, p. 823-824.

²⁷⁴ O estabelecimento de tréguas entre Mulei Xeque e D. Afonso V, em 1471, passou desde logo pelo reconhecimento dos domínios lusos no Magrebe (Ceuta, Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger, com os respectivos termos e lugares) e, como garantia de cumprimento, pela vinda do herdeiro e sucessor do marroquino para a Corte portuguesa. Veja-se: FARINHA, António Dias, *Os portugueses em Marrocos*. 2ª ed., revista. Lisboa, Instituto Camões, 2002, p. 25-26.

²⁷⁵ RAU, Virgínia, *Estudos de História Medieval*. Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 66-67.

²⁷⁶ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLVII, p. 112.

²⁷⁷ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*. Coleção Batalhas da História de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, Quidnovi, 2006, p. 63.

existia entre os dois reinos²⁷⁸. Dada a premência do assunto, e por talvez recear qualquer atraso da viagem ou um outro percalço (não fossem os seus inimigos interceptar o arauto), o monarca português enviou de Estremoz uma nova carta a Luís XI, datada de dia 30 do mesmo mês, de teor semelhante à anterior, mas com um novo dado: para evitar que o partido de D. Isabel invocasse razões de impedimento canónico para o casamento entre tio e sobrinha, rogava a intervenção do monarca francês junto do Papa, com vista a obter a necessária dispensa. Sustentava, na missiva, que havia testemunhas de que o defunto rei de Castela, no leito de morte, declarara por legítima herdeira D. Joana²⁷⁹.

D. Isabel e D. Fernando, ultrapassando as suas divergências governativas pela “Sentença Arbitral” de Segóvia em meados de Janeiro, faziam reunir o Conselho naquela cidade. Os rumores de uma entrada portuguesa em Castela, na defesa dos direitos de D. Joana, dominavam os debates. Já a braços com uma precária situação interna, os reis procuraram jogar no panorama internacional em várias frentes. Na defesa dos seus interesses, determinaram mesmo medidas contraditórias: a 7 de Fevereiro enviavam o seu secretário, Pulgar, como embaixador a Luís XI, na esperança de ver reconhecida a sua realeza e a manutenção da paz com Castela, apesar de, sabendo da importância do apoio aragonês, terem escrito a 23 de Janeiro a prometer o envio de 2.000 lanças a D. João II de Aragão, quando este sofria o cerco a Perpignan²⁸⁰. A pequena monarquia de Navarra constituía também uma preocupação, pois a agitação interna poderia enfraquecer o reino e facilitar uma entrada francesa, pelo que D. Fernando prometeu enviar à irmã, D. Leonor, uma força de 1.300 cavaleiros e 1.000 peões²⁸¹. Para neutralizar a delicada fronteira meridional haviam sido dados, a 30 de Janeiro, amplos poderes ao adiantado-mor e Conde de Cabra, D. Diego Fernández de Córdoba, para assentar novas tréguas com o rei de Granada, Abu-l-Hassan’ Ali²⁸².

²⁷⁸ O arauto Lisboa não terá tardado a seguir viagem pois a 22 de Fevereiro já a carta, escrita a 8 de Janeiro em Estremoz, se encontrava traduzida do latim para o francês (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. p. 96).

²⁷⁹ Quanto à segunda carta de D. Afonso V para Luís XI, datada de 30 de Janeiro de 1475 de Estremoz, desconhece-se o enviado que a transportou, sabendo-se apenas que chegou à Corte francesa em meados de Abril (quando Olivier le Roux já seguira para Lisboa) e que depois partiu para Roma. (IDEM, «Portugal e o reino de França (1435-1475)». In *Ibidem*, p. 96).

²⁸⁰ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Ob. Cit.*, p. 101-103.

²⁸¹ IDEM, *Ibidem*, p. 101.

²⁸² IDEM, *Ibidem*, p. 105.

Relativamente a Portugal, foi o Conselho de Castela partidário da abertura de negociações. Já aquando da morte de D. Henrique IV, D. Isabel encomendara ao embaixador português, que se encontrava em Castela, Pedro de Sousa, que transmitisse votos de boa vontade a D. Afonso V²⁸³. Agora, a par dos contactos entre o rei português e o bando de D. Joana, investiriam num imenso esforço diplomático para evitar a ligação que se preparava e, em Fevereiro, faria chegar ao reino vizinho duas embaixadas. A primeira foi liderada pelo Professor de Direito na Universidade de Salamanca, o doutor Andrés de Villalón, que se fez acompanhar pelo militar Vasco de Vivero²⁸⁴. Procurou sustentar a legitimidade sucessória de D. Isabel face a D. Joana, justificar a sua aclamação por vontade do defunto monarca e, por fim, dissuadir D. Afonso V de abrir guerra²⁸⁵. Falhado o objectivo, logo outra missão penetrou o território alentejano, desta feita composta por religiosos: o franciscano Pedro de Marchena e o dominicano Afonso de S. Cipriano²⁸⁶. O envio dos mendicantes pretendeu sensibilizar D. Afonso V a preferir a amizade e o parentesco, que mantinha para com o jovem casal, a um conflito injusto e incerto. Propunham-lhe ainda que, a querer casar sua sobrinha, D. Joana, o fizesse com o pequeno D. Diogo, Duque de Viseu, numa clara amostra da familiaridade entre D. Isabel e as grandes Casas portuguesas. Por outro lado, e para maior aproximação entre as Coroas, sugeriam ao rei português que desposasse a infanta D. Joana de Aragão, irmã de D. Fernando. Percebendo como os consórcios alvitrados inviabilizavam de todo a união com a

²⁸³ IDEM, *Ibidem*, p. 102.

²⁸⁴ EDWARDS, John, *The Spain of the Catholic Monarchs 1474-1520*. Oxford, Blackwell Publishing, 2002, p. 26-27.

²⁸⁵ No documento com as instruções para o doutor Andrés de Vilallón, os futuros Reis Católicos começam por ordenar-lhe que transmita a D. Afonso V a sua indignação pelo envio de cartas e de mensageiros portugueses a algumas cidades e cavaleiros, “rogandoles e amonestandoles que recibiesen por su reina e señora a su sobrina e ofreçiendoles su favor y ayuda”. Salientava-se, de seguida, que o rei português sabia, como era público e notório, que D. Isabel era já “obedesçida e resçibida” pelos três Estados enquanto rainha de Castela, cuja legitimidade era explicada: sabendo do nascimento ilegítimo de D. Joana, D. Henrique IV jurou príncipe sucessor o irmão D. Afonso e, morto este, a D. Isabel. Esta fazia expor que, apesar de alguns terem promovido a divisão entre esta e o irmão, o monarca “estava determinado de se conformar e concordar con nosotros e suçesion” quando a morte o surpreendeu no caminho de Segóvia, para onde se deslocava a fim de lhe transmitir essa sua derradeira vontade (o Cardeal, o Arcebispo de Toledo e o Marquês de Vilhena eram disso testemunhas). Por fim, rogava-se a D. Afonso V que cessasse o seu projecto castelhano, sendo mesmo convidado a renovar as “alianças e confederaciones e amistades que antes estavam fechas entre los dichos reys e reynos” (para o que os embaixadores levavam poder bastante), caso contrário daria azo “a guerras e males e bolliçios e escândalos”, de que seria inteiramente responsável (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 18». *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. vol. 1. Valladolid, Gráficas Andrés Martín, 1958. p. 73-74).

²⁸⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, Rainha de Castela*. Trad. de Ana Doolin. Coimbra, Edições Tenacitas, 2008, p. 141.

herdeira dos tronos de Leão e Castela, D. Afonso V respondeu negativamente aos religiosos e terá afirmado que não desampararia a razão e a justiça que tinha a sua sobrinha, pois, a fazê-lo, “seria notado e vituperado por todos”²⁸⁷.

Em Março, os partidários da filha de D. Henrique IV, chefiados pelo Marquês de Vilhena, declararam publicamente a realeza de D. Joana e assentaram-se, em Trujillo, as capitulações matrimoniais com D. Afonso V²⁸⁸. O rei de Portugal havia tomado a posição de entrar em Castela e teria, por seu lado, de dar o passo diplomático, admoestando a ocupação do trono castelhano e requerendo a sua posse a D. Isabel e D. Fernando. Tê-lo-ia feito, como diz o seu biógrafo, Saul António Gomes, “com a convicção de que tal não sucederia”, mas ciente de que seria “necessário para autorizar juridicamente as acções de guerra que se anunciavam”²⁸⁹. D. Afonso V, segundo Damião de Góis, certo de que “o representar desta embaxada requeria muita prudência e constancia d’ animo, sem medo, nem spanto de theatros, nem de coroas reaes, ellegeo pera isso Rui de Sousa, pessoa que alem de sua antiga nobreza, era mui sagaz, e bom cortesão”²⁹⁰. De facto, o conselheiro e agora embaixador do rei, que terá deixado Évora no final de Março e alcançado Valladolid no início do mês seguinte²⁹¹, deparar-se-ia com um verdadeiro cenário festivo: ali se comemorava, havia semanas, a recente entronização régia com “feestas e justas Reaaes”²⁹². Como estudou Ana Isabel Manchado, a cidade vivia dias plenos de cortejos, galas e jogos e, pela soma do aparato e da sumptuosidade cortesã, produzia-se um quadro em que todos eram levados a contemplar a nova realeza no seu máximo esplendor²⁹³. Afinal, a braços com um reino dividido e na iminência de uma guerra com o estrangeiro, não seria a propaganda mais uma forma da Corte dos jovens monarcas transmitir – para dentro e para fora de Castela – a imagem da sua fortaleza?

Dando início ao derradeiro braço-de-ferro diplomático, Rui de Sousa terá começado por sustentar a legitimidade de D. Joana, filha de D. Henrique IV, jurada pelos três estados

²⁸⁷ SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das relações politicas, e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portuguesa athe aos nossos dias ordenado, e composto pelo 2.º Visconde de Santarem*. t. 1. Lisboa, Impressão Régia, 1828, p. 314.

²⁸⁸ AZCONA, Tarcísio de, *Ob. Cit.*, p. 55-60.

²⁸⁹ GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o “africano”*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores: Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006. p. 204.

²⁹⁰ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLIII, p. 106.

²⁹¹ EDWARDS, John, *Ob. Cit.*, p. 26.

²⁹² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIV, p. 830.

²⁹³ CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel, *Ob. Cit.*, p. 82-85.

como “sua vnica, e legitima herdeira”²⁹⁴ e que, apesar da agitação caluniosa, assim tornou a ser declarada pelo rei, em Val de Lozoya, no último acto quanto à sucessão. De seguida, pela forma “nem liçita diante de Deos, nem dos homens” de se terem intitulado reis de Castela e Leão, D. Isabel e D. Fernando eram acusados, juridicamente, de usurpação do trono. Acrescentava o embaixador que, em virtude de D. Henrique IV ter pedido ao monarca português que casasse com D. Joana e lhe defendesse os direitos reais, que este poderia entrar de imediato em Castela, mas, preferindo não usar a força em terra onde iria reinar, exigia-lhes que deixassem o governo a bem. Posto isto, concluía: ou aceitavam “tam honesta, e razoada offerta” ou ficaria “o direito nas mãos de Deos, e na ventura das armas”²⁹⁵. Face a esta exposição, registada por Damião de Góis e pelo castelhano Hernando del Pulgar, os jovens monarcas reúnem o Conselho e respondem a Rui de Sousa. Em primeiro, que lhes causava muito espanto o rei de Portugal “despertar materia tan ynjusta”²⁹⁶, pois bem sabia como aqueles reinos não pertenciam a D. Joana. Questionavam, de seguida, a autenticidade dos cavaleiros que acorriam a pedir-lhe socorro, pois, ao longo do reinado anterior, haviam dado mostras de ser “movidos más por sus propios intereses que por este derecho que publicauan”. Por fim, pediam que D. Afonso V deixasse aquela demanda, pois, caso contrário, seria inteiramente responsável pelas mortes e destruições que se sucederiam²⁹⁷.

Terão ainda feito, os futuros Reis Católicos, segundo Pulgar, um esforço *in extremis* para desviar o Marquês de Vilhena do apoio a D. Joana²⁹⁸ e contado com uma missiva do Cardeal Mendonza para demover D. Afonso V dos males da guerra²⁹⁹. O sucesso foi nulo. Como escreveu Rui de Pina, a propósito dos actos de Valladolid, esgotara-se já a “justificação de leis” e a Coroa de Castela ficava somente à “disposição e força das armas”³⁰⁰.

²⁹⁴ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLIII, p. 107.

²⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, Cap. XLIII, p. 108-109.

²⁹⁶ PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reyes Católicos*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. vol. 1. Madrid, Espasa-Calpe, 1943, Cap. XXX, p. 97.

²⁹⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. XXX, p. 97-98.

²⁹⁸ IDEM, *Ibidem*, Cap. XXI, p. 99.

²⁹⁹ IDEM, *Ibidem*, Cap. XXIV, p. 114.

³⁰⁰ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCIV, p. 830.

3.3.

GUERRA NA IBÉRIA E ACORDOS DIPLOMÁTICOS

A guerra ia mesmo começar. Ainda em Abril, como atesta a documentação, D. Isabel e D. Fernando convocam o exército para “deviar e resistir poderosamente” à aguardada invasão do rei de Portugal³⁰¹. D. Afonso V, confiada a regência do reino ao príncipe D. João, cruzou a fronteira de Arronches a 25 de Maio e marchou para Plasência, onde, quatro dias depois, foi celebrado o seu casamento com D. Joana e se procedeu à aclamação de ambos. Já rei de Castela e de Leão, tinha a legitimidade necessária para combater o partido isabelino e rapidamente deu início às acções bélicas, num teatro de operações que compreendia zona de Zamora, Toro e Arévalo, na região do Douro. Ali contava um grande número de apoiantes e se mantinha próximo da fronteira portuguesa³⁰². Inaugurava-se, então, um novo período na diplomacia.

As fontes revelam-nos, desde logo, um contacto diplomático considerável entre os contendores que, numa fase que duraria sensivelmente até à Batalha de Toro (em Março do ano seguinte), coexistiu com as operações militares. Sabemos como, entre 27 de Julho e 4 de Agosto de 1475, estando D. Afonso V e D. Fernando frente-a-frente em Toro, foram trocadas missivas a um ritmo quase diário: os monarcas, fazendo-se anunciar por reis de armas, esgrimiram de forma bastante cortês as razões jurídicas das respectivas causas e chegaram a projectar um duelo entre os dois, o que não se concretizou³⁰³. Mas as subtilidades da diplomacia luso-castelhana levariam até, por mais de uma vez, a ponderar do assentamento de paz. No mesmo mês de Agosto, repelidas as tropas fernandinas para Medina del Campo e perante uma delicada situação militar, os Reis Católicos aceitaram a intervenção mediadora do Cardeal D. Pedro de Mendonza junto de D. Afonso V, a qual parece ter estado perto de resultar: os jovens monarcas concordaram com o perdão dos seus opositores (com restituição de bens e de honras), com o pagamento de pesadas

³⁰¹ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 20». *Ob. Cit.*, p. 75.

³⁰² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. vol. 2 – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 9ª ed.. Póvoa do Varzim, Editorial Verbo, 2003, p. 91-94.

³⁰³ SESMA MUÑOZ, Angel, «Carteles de Batalla cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)». *Revista Portuguesa da História*. t. 16 (1978). (Sep Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). p. 277-295.

indemnizações de guerra e com um elevado dote a atribuir a D. Joana. Contudo, D. Isabel recusou ceder a Portugal o reino da Galiza e as praças castelhanas já conquistadas e inviabilizou o acordo.³⁰⁴ Mais tarde, decorrendo o cerco de D. Afonso V a Zamora (onde D. Fernando, por sua vez, sitiava o castelo) em Fevereiro de 1476, promoveu-se um encontro entre delegações dos oponentes, “em huma Ylha que se faz no Doiro”³⁰⁵, no qual, apesar da aposta em representações social e academicamente relevantes,³⁰⁶ não se logrou um ajuste já que, de acordo com Rui de Pina e Hernando del Pulgar,³⁰⁷ “despois de muytos debates e pratykas, cada hum teve em tamanho seu partido, que se nom pode achar meo que parecesse bom per todos ficarem concordes”³⁰⁸.

Prevalecendo o estado de guerra na Península, seria além-Pirinéus que se jogaria o estabelecimento das alianças. A partir de França, Luís XI vinha desenvolvendo uma enorme duplicidade diplomática, sempre em função do alargamento e poder da sua monarquia. Em 30 de Janeiro de 1475, decerto procurando anular um provável apoio militar a Aragão, escrevia de Paris a D. Fernando, a quem tratava por rei de Castela, de Leão e da Sicília, manifestando interesse na continuidade da aliança entre os seus reinos, a qual propunha mesmo que fosse reforçada com o casamento do delfim Carlos com a sua filha primogénita, D. Isabel³⁰⁹. Por outro lado, antevedendo que a intervenção portuguesa em Castela levaria Aragão a assumir mais uma frente de guerra, o rei francês incentivava D. Afonso V através do seu conselheiro e secretário, Olivier le Roux, enviado em meados de Abril para transportar a resposta às missivas portuguesas de Janeiro: informava estar a diligenciar em Roma para a obtenção da dispensa canónica para o matrimónio entre o monarca e a sobrinha, o que então Joaquim Veríssimo Serrão já provou não corresponder à verdade, e

³⁰⁴ SANTARÉM, Visconde de, *Ob. Cit.*, t., p. 318-319.

³⁰⁵ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 843.

³⁰⁶ As comitivas que se encontraram no mouchão do Douro, próximo de Zamora, eram compostas, da parte de D. Afonso V, por D. Álvaro, filho do Duque de Bragança, por Rui de Sousa e pelo doutor António Nunes, e do lado de D. Fernando pelo Almirante, pelo Duque de Alba e por um licenciado de Ciudad Rodrigo (SANTARÉM, Visconde de, *Ob. Cit.*, t. 1, p. 320).

³⁰⁷ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XLI, p. 199-200.

³⁰⁸ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 843.

³⁰⁹ Sabe-se que Luís XI faria levar a carta de 30 de Janeiro para D. Fernando de Aragão uma embaixada, com poder para negociar o referido casamento, composta pelos Bispos de Albi e de Lombez, por Roger, senhor de Grantmont, e pelo secretário Pierre de Sacierges, juiz de Quercy (DAUMET, Georges, *Étude sur l' alliance de la France et de la Castille au XIV e e tau XU e siècles*. Paris, Libraire Émile Bouillon, 1898. p. 117-118.; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 96-97).

manifestava interesse na aliança, embora, servindo-se uma vez mais da acção do *Africano*, a subordinasse à prévia garantia de tréguas com a Inglaterra, inimiga da França³¹⁰.

De facto, tudo nos indica que Luís XI ponderava a concessão de apoio³¹¹. No dizer de Joaquim Veríssimo Serrão e de Manuela Mendonça, o apoio imediato a D. Afonso V suscitava-lhe algumas reservas dado que Portugal, passada a Guerra dos Cem Anos, mantinha uma aliança com a Inglaterra, sendo que, nesses termos, receava a vizinhança de uma poderosa monarquia luso-castelhana. Contudo, defender a causa dos Reis Católicos não constituiria menor ameaça para a França, uma vez que do seu sucesso resultaria a fórmula castelhano-aragonesa, cuja união dominaria toda a linha da – já problemática – fronteira dos Pirenéus e colocaria sob maior risco o futuro do reino³¹². Como tal, o rei francês, tendo manobrado diplomaticamente em várias frentes, aguardaria pelo momento oportuno para assumir a estratégia política e seguir.

Segundo a proposta que Luís XI fizera chegar a Portugal por Olivier le Roux, o apoio na Guerra da Sucessão de Castela seria desbloqueado além-Mancha caso D. Afonso V, movendo a sua influência na Corte inglesa, conseguisse garantias para o estabelecimento de tréguas com a França. Decerto não escapava ao soberano francês como, além de possuir uma Dinastia reinante fundada com base em fortes ligações político-diplomáticas à Inglaterra, Portugal, conforme atestam estudos documentais de Luís Miguel Duarte, acompanhava o desenrolar a turbulenta Guerra das Rosas e privilegiava a manutenção das boas relações com a monarquia insular³¹³. Em 30 de Agosto de 1472, um ano após ter esmagado a rosa vermelha dos Lencastre em Tewkesbury e recuperado o trono inglês³¹⁴,

³¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 97-98.

³¹¹ Vão no sentido da ideia de que Luís XI ainda não tinha definido claramente um apoio a conceder as próprias instruções a Olivier le Roux, de meados de Abril, que ordenavam ao emissário que, cumprida a sua missão na Corte portuguesa, se informasse devidamente para saber qual dos contendores reunia, a nível militar, maior potencial de combate para o confronto que se avizinhava (SANTARÉM, Visconde de, *Ob. Cit.*, t. 3, p. 116-123).

³¹² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Ob. Cit.*, p. 98.

³¹³ DUARTE, Luís Miguel, «Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra na segunda metade do século XV». *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Actas. vol. 3 – Economia e Comércio Marítimo. Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, p. 551-561.

³¹⁴ HORROX, Rosemary, *The New Cambridge Medieval History*. Edited by Christopher Allmand. vol. 8 – c. 1415 – c. 1500. Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 482-483.

Eduardo IV, procurando cimentar a sua realeza, havia renovado as alianças anglo-lusas com D. Afonso V³¹⁵.

O monarca da Casa de York, que preparava um ataque conjunto com Carlos, o Temerário³¹⁶, acabou então por assinar um acordo de tréguas com Luís XI, em 29 de Agosto de 1475, no qual também eram abrangidos Portugal e os poderosos ducados da Bretanha e da Borgonha³¹⁷. Só conseguida esta harmonia, que assegurava o respeito pelas suas fronteiras, o rei francês assumiria a aliança com D. Afonso V (embora a viesse sempre a sujeitar à sorte das armas), conforme demonstra a sequência dos acontecimentos.

De facto, o monarca não havia perdido tempo e, em 3 de Junho de 1475, quatro dias depois do casamento e da aclamação reais, havia passado uma procuração em Plasência para investir D. Álvaro de Ataíde e o doutor João de Elvas de poderes para renovar os pactos de amizade entre os reinos de Castela e de França³¹⁸. Seria com estes emissários que, no dia 8 de Setembro, na Abadia dos Cónegos regrantes de S. Agostinho, nas imediações de Senlis, se assinou um Tratado de Liga Ofensiva entre Luís XI e D. Afonso V contra o rei de Aragão. Pelos termos do acordo, as terras conquistadas por Portugal nas províncias da Catalunha e do Rossilhão e nas ilhas da Sardenha e das Baleares seriam entregues ao rei de França, enquanto que as cidades e vilas de que Luís XI se viesse a apoderar nos reinos de Aragão e de Valência seriam posse do rei português. A este pacto de cooperação militar seguir-se-ia, no mesmo mês, um outro de cariz político e no dia 23, em Paris, o monarca francês confirmava os tratados anteriores de 1408, 1453 e 1455, e reconhecia os direitos de D. Afonso V e de D. Joana ao trono de Castela³¹⁹.

A carta que Luís XI, logo a 26 desse mês, dirige ao Papa, Sisto IV, a solicitar a dispensa canónica para a ratificação do matrimónio castelhano confirma, a nível

³¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. vol. 2, p. 306.

³¹⁶ CHEVALIER, Bernard, *The New Cambridge Medieval History*. Edited by Christopher Allmand. vol. 8 – c. 1415 – c. 1500. p. 411.

³¹⁷ Na sequência da trégua de 29 de Agosto de 1475, Luís XI, ciente do poderio dos grandes senhorios, procura reforçar as suas relações com tratados bilaterais: a 13 de Setembro ajusta, em Soleurre, tréguas de comércio de 9 anos com Carlos da Borgonha, e, em 9 de Outubro, assina em Senlis um tratado de paz perpétua, amizade e confederação com o Duque Francisco II da Bretanha (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Portugal e o reino de França (1435-1475)». In *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 98-99).

³¹⁸ SANTARÉM, Visconde de, *Ob. Cit.*, t. 3, p. 124.

³¹⁹ Pelo documento, consegue descortinar-se o considerável séquito de cavaleiros que acompanhava D. Álvaro de Ataíde e o doutor João de Elvas, tendo sido incluídos na letra do acordo na condição de testemunhas: João de Montemor, Diogo Prato, João Luís, João Álvares, Diogo Rodrigues e Estêvão Rodrigues (DAUMET, Georges, *Ob. Cit.*, p. 253-258).

documental, a estratégia que estabeleceu com D. Afonso V e D. Joana. Invocando a necessidade da promoção da paz entre os Estados cristãos, o rei francês suplicava ao Pontífice a emissão da bula de dispensa de consanguinidade entre os cônjuges. Argumentava, no âmbito familiar, não haver razões a opor-se à união: D. Afonso V era viúvo de D. Isabel desde 1455; D. Joana, por sua vez, não tinha outro apoio que lhe sustentasse os direitos reais que lhe provinham do nascimento. Mas lembrava também os êxitos militares e os serviços que este Príncipe já prestara à Igreja na conquista de várias praças marroquinas, o que seria garantia de que, uma vez no trono de Castela, não deixaria de expulsar os muçulmanos de Granada e de restituir a terra Ibérica ao senhorio de Cristo³²⁰.

Em simultâneo, era precisamente junto do último reino muçulmano ibérico que os Reis Católicos procuravam estabelecer, face às múltiplas ameaças externas e internas, um acordo diplomático que lhes assegurasse a indispensável tranquilidade na fronteira meridional. Por detrás de uma vigiada rede de fortificações que tirava estrategicamente partido do montanhoso Sul peninsular, conforme tem sido demonstrado³²¹, Granada representava ainda um importante centro comercial e cultural, com fortes ligações ao Mediterrâneo e ao Magrebe. Sentava-se no trono nasri desde 1464 Abu-I-Hassan' Ali que, beneficiando das perturbações do final do reinado de D. Henrique IV em Castela, havia conseguido um florescimento político e económico e, dando mostras desse prestígio, vinha fazendo notar o respectivo investimento bélico nalgumas incursões de vulto³²².

O arrastamento, até meados de 1475, das negociações, que não terão sido isentas de sobressaltos³²³, sugere uma notável capacidade diplomática dos muçulmanos diante do Conde de Cabra (mandatado pelos Reis Católicos, como referimos, a 30 de Janeiro). Tanto mais que, ao longo do século XV, o estabelecimento de tréguas entre Castela e Granada, que alternava com os momentos de luta, costumava resultar sistematicamente na imposição do pagamento de párias pelos cristãos³²⁴. Talvez esta dificuldade negocial explique a

³²⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Ob. Cit.*, p. 99-100.

³²¹ ARIÉ, Rachel, *El reino nasrí de Granada (1232-4192)*. Madrid, MAPFRE, 1992, p. 226-249.

³²² LADERO QUESADA, Miguel Angel, *Historia de España*. Dir. de Lara Hernández. t. 4 – De la crisis medieval al Renacimiento (siglos XIV –XV). 2ª ed.. Barcelona, Editorial Planeta, 1989, p. 322.

³²³ Segundo Luís Suárez Fernández, o monarca muçulmano não se atemorizou com os cristãos e, face a intransigências que defendia, levou a que os castelhanos advertissem Múrcia, em Março, para estar preparada para um eventual ataque granadino (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *La conquista del Trono*, p. 105).

³²⁴ LADERO QUESADA, Miguel Angel, *Ob. Cit.*, p. 312-320.

omissão da cronística castelhana quanto ao assunto que, ao invés, é esclarecido pelo estudo documental de Juan de Mata Carriazo. Apenas a 20 de Junho de 1475 D. Diego Fernández de Córdoba assinava em conjunto com o rei de Granada, no palácio da Alhambra, um ajuste de tréguas (válido por um ano) que, ao contrário do habitual, isentava os muçulmanos do pagamento das párias. Apesar daquelas cedências, a 17 de Novembro seguinte, D. Isabel e D. Fernando incumbiriam ainda uma nova embaixada, composta por Fernando de Aranda e por Pedro de Barrionueno, com o objectivo de garantir a prorrogação do acordo por mais cinco anos, cientes que estavam do valor militar granadino e da necessidade de consolidar a sua neutralização³²⁵.

³²⁵ MATA CARRIAZO, Juan de, *En la frontera de Granada*. Granada, Universidade de Granada, 2002, p. 193-236.

3.4.

DE TORO A ALCÂNTARA

Abertas as hostilidades, rapidamente a guerra alastrou aos mais diversos teatros de operações. D. Isabel e D. Fernando, para aliviar a pressão militar portuguesa em Castela, promoviam ofensivas à fronteira lusa³²⁶. Por outro lado, procurando amputar aos portugueses os proveitos do comércio ultramarino, incentivavam ataques de corso até aos mares da Guiné³²⁷. Em Castela, D. Afonso V conduzia, desde Maio de 1475, uma campanha ao redor de Zamora mas, não se internando no território de Castela como lhe solicitavam vários senhores, assistia à progressiva perda de apoiantes: o Duque de Arévalo, o Mestre de Calatrava, o Conde de Urenha e o próprio Marquês de Vilhena foram alguns dos que, procurando salvaguardar os respectivos interesses, mostravam-se permeáveis à política de perdões de D. Isabel, na viragem para 1476³²⁸. A irresoluta batalha que nesse ano se travou junto a Toro, ao final do dia 2 de Março, mau grado o bom desempenho do príncipe português, confrontara D. Afonso V com dificuldades militares. Para assegurar a Coroa de D. Henrique IV, o monarca depositava agora as esperanças na França que, na sequência de uma operação que preparava desde o ano anterior³²⁹, desencadeara até uma tímida ofensiva na fronteira biscainha, entre meados de Fevereiro e de Maio³³⁰. Como tal, e

³²⁶ Desde cedo que D. Isabel e D. Fernando promoveram ofensivas à fronteira portuguesa, conforme mostram duas cartas datadas de 20 de Junho de 1475 de Ávila. Numa, dirigiam-se a todos os súbditos prometendo as vilas e lugares portugueses a quem os conquistasse, procurando estimular as ofensivas (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 23». *Ob. Cit.*, p. 84-85). Noutra, num modelo de organização directa, indicam a escolha do Mestre de Calatrava para em breve comandar uma invasão à raia alentejana (IDEM, «Documento 25». *Ibidem*, p. 85-87).

³²⁷ Os Reis Católicos, logo em carta de 27 de Julho de 1475, dirigindo-se quer à estrutura naval do reino quer aos particulares, ordena os ataques navais aos portugueses (IDEM, «Documento 27». *Ibidem*, p. 87-89); Em 19 de Agosto seguinte, numa carta também dada em Valladolid, exigiam o quinto das mercadorias provenientes de “las dichas partes de Africa e Guinea” (IDEM, «Documento 30». *Ibidem*, p. 92-94).

³²⁸ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV.*, p. 86-92.

³²⁹ Numa carta patente dada em Tours, datada de 21 de Setembro de 1475, Luís XI, confirmando o reconhecimento da realeza de D. Afonso V em Castela, anunciava os preparativos militares que realizara no âmbito dessa aliança. Havia determinado que essas forças desencadeariam, em breve, um ataque terrestre e naval a partir da fronteira da Biscaia sob o comando de Sire d’ Albert. O monarca investia ainda o comandante de poderes para submeter todos os lugares que se opusessem ao rei português e para receber as obediências dos que se lhe mostrassem fiéis (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Apêndice documental – Documento VIII». *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 155-157).

³³⁰ LEGRAND, Théodoric, *Essai sur les différends de Fontarabie avec le Labourd du XV^{me} au XVIII^{me} siècle par Théodoric Legrand*. Paris, Imprimerie – Stéréotypie Garet, 1905. p. 6.

no reforço do tratado de aliança, terá sido sugerida ao rei de Portugal, no dizer de Fernando del Pulgar,³³¹ ou terá ele mesmo pensado numa viagem à Corte de Luís XI, segundo Rui de Pina, “crendo que o remedio e ajuda pera seu recurso, que tanto desejava, com sua yda e em sua pessoa se faria mais facil, e aynda se lhe daria maior”³³², pois só um forte e persistente ataque francês pela fronteira dos Pirinéus poderia desdobrar significativamente as forças de D. Fernando e as de seu pai, D. João II de Aragão.

Provendo as guarnições e os comandos das fortalezas que dominava, D. Afonso V deixava Castela ao fim de um ano de campanha e, acompanhado por D. Joana, partiu de Toro, no início de Junho de 1476, em direcção a Portugal³³³. Após ter projectado embarcar do Porto em direcção à Bretanha, pelo Atlântico Norte decidiu, temendo as frotas da Galiza e da Biscaia de D. Fernando, sair de Lisboa “pera o mar de Levante”. Seria nesta cidade, prestes a levantar ferro, que o monarca passou, em 27 de Agosto, uma procuração ao príncipe D. João para o governo do reino vizinho na sua ausência³³⁴, o que, aliado à inexistência de actos de retoma do governo português, levou Joaquim Veríssimo Serrão a concluir que “foi o rei de Castela quem efectuou a viagem, não propriamente D. Afonso V de Portugal”³³⁵.

Embarcando no Restelo, numa frota de dezasseis naus e cinco caravelas e acompanhado por um impressionante séquito de 2.200 pessoas, sendo que para 480 “em terra eram ordenadas encavalgadas,”³³⁶ o monarca aportaria em Lagos, faria escala em Ceuta durante alguns dias e arribaria finalmente no modesto porto de Collioure, no Rossilhão, já em meados de Setembro. “Ce pauvre Roy de Portugal, qui Estoy très-bon et

³³¹ Segundo Fernando del Pulgar, teriam sido alguns conselheiros castelhanos que, desejosos de vencer a guerra, pressionaram o rei para ir pessoalmente a França (PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXX, p. 245-247).

³³² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCIII, p. 850.

³³³ IDEM, *Ibidem*, Cap. CXCIII, p. 850.

³³⁴ Num documento datado de 27 de Agosto de 1476, de Lisboa, D. Afonso V dirige-se aos Prelados, Nobres, cavaleiros e alcaides dos concelhos dos reinos de Castela, não se tratando claramente de um acto de gestão da Coroa portuguesa. Anunciando a viagem a França, a fim de se encontrar com o seu “muy caro e amado primo hermao e aliado” Luís XI, o monarca confiava ao príncipe D. João “fazer toda guerra mal e dano aos reveis e desobedientes” e, como dizia, “abastante poder...por que sy meesmo e pollas outras pessoas que elle por ello escolher e nomear possa cõ nos outros e com cada huu de vos geral e particularmente contrautar assentar e concluir todallas cousas que entender ser compridoiras a meu serviço e da dita Raynha minha esposa.” (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Apêndice documental – Documento X». *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 159-161).

³³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 107-108.

³³⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCIV, p. 851.

juste”³³⁷, como registou Philippe de Commines, iniciaria então por terra uma viagem que só lhe traria frustração e que, como não escapou à crítica do cronista francês, os embaixadores portugueses poderiam ter evitado se houvessem apurado os verdadeiros interesses de Luís XI³³⁸. Este, movendo-se na zona central entre Lyon e Tours e cedo posto ao corrente da chegada de D. Afonso V³³⁹, parecia mais preocupado em vigiar as acções do Duque da Borgonha, com quem atravessava um período de grande tensão. Entretanto, terá certamente procurado ganhar tempo em relação ao régio visitante, conforme mostram a escolha dos itinerários e as delongas que lhe impunha³⁴⁰.

De Collioure, a comitiva real foi providenciar a sua logística a Perpignan, de onde partiu a 17 de Setembro e, num percurso acompanhado por enviados do rei francês e marcado por constantes recepções, festejos e visitas guiadas, fez caminho para Norte por Narbonne, Beziers, Montpellier, Nîmes, Lyon, Rouanne e Bourges até alcançar Tours em 10 de Novembro³⁴¹. Era véspera do padroeiro São Martinho e, a expensas da edilidade, D. Afonso V dava entrada na urbe com toda a solenidade, sob um pátio com as suas armas reais pintadas e precedido por um grupo de menestrais para, depois, a vereação lhe fazer a entrega das chaves da cidade e o aposentar condignamente³⁴². No entanto, fingindo estar longe, Luís XI fá-lo-ia ainda aguardar pelo encontro que³⁴³, conforme está documentado, ocorreria ao fim de cinco dias³⁴⁴. Gastos dois meses desde a chegada a França, D. Afonso V teria agora a oportunidade de exercer a sua diplomacia directamente.

³³⁷ COMMINES, Philippe de, *Memoires de Messire Philippe de Commines, seigneur d' Argenton, Où l' on trouve l' Histoire des Rois de France Louis XI & Charles VIII*. t. 1. Nouvelle Edition. Paris, Chez Rollin, 1747, Livre IV, Cap. VII, p. 284.

³³⁸ O cronista francês fez uma crítica aos embaixadores portugueses que haviam assinado os acordos de aliança em Setembro de 1475 pois, ao darem deles conta a D. Afonso V, não advertiram o rei dos verdadeiros propósitos de Luís XI e desse modo fizeram-no perseguir uma quimera nesta viagem: “eussent esté bien sagés ils se fussent mieux informez dès choses de deça, avant que conseiller à leur maïstre cette venue, qui tant luy porta de dommage”. (IDEM, *Ibidem*, Livre IV, Cap. VII, p. 285).

³³⁹ Conforme estudou Joaquim Veríssimo Serrão, Luís XI mantinha-se informado acerca da viagem do rei português. Após o envio de Pedro de Sousa do Porto, em meados de Julho de 1476, a anunciar a ida em breve de D. Afonso V a França, o Governador do Rossilhão, à chegada do régio visitante, logo deu parte ao monarca gaulês, conforme demonstra a que lhe escreveu em 16 de Setembro do mesmo ano (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Ob. Cit.*, p. 106-111).

³⁴⁰ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*, p. 105.

³⁴¹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCIV, p. 852.

³⁴² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Ob. Cit.*, p. 116.

³⁴³ Sabendo da aproximação de D. Afonso V, Luís XI havia saído de Tours e, simulando estar distante, encontrava-se no vizinho castelo de Pléssis. Daí, ordenando o envio de nobres à presença de D. Afonso V com mostras de apreço pela sua vinda (pagas pela Coroa), recebia informações que lhe permitiam estudar a estratégia política a debater. (IDEM, *Ibidem*, p. 116).

³⁴⁴ IDEM, «Apêndice documental – Documento Doc. XII». *Ibidem*, p. 164-165.

Na reunião que logo se realizou entre os monarcas, também atestada pela cronística portuguesa, resultaram várias determinações acerca da empresa castelhana. Faltando ainda a obtenção da dispensa apostólica, investiu-se na constituição de uma embaixada conjunta, composta pelo Conde de Penamacor, pelo Doutor João Teixeira, por Diego de Saldanha, pelo senhor de Saint-Vallier e pelo Governador do Parlamento de Grenoble que, logo partindo por terra, seriam em Roma “com grande honrra recebydos”³⁴⁵. Terá sido na sequência destes esforços que, à revelia das influências movidas pelos Reis Católicos³⁴⁶, Sisto IV conferiu a desejada canonicidade ao casamento de D. Afonso V e D. Joana, com a emissão da Bula *Romanus Pontifex*, de 3 de Fevereiro de 1477³⁴⁷. Mas, no encontro de Tours, foi também abordada a vertente militar da coligação, tendo Luís XI sujeitado agora um forte auxílio em Castela à obtenção do respeito pelas tréguas com a França da parte do seu primo Carlos, o Temerário, de quem se sentia ameaçado na zona da Lorena. No dizer de Rui de Pina, salientando as virtudes bélicas do Duque da Borgonha (bom capitão, possuía um grande exército e um valioso parque de artilharia) e no caso deste manter a paz com o seu reino, o monarca francês teria mesmo incitado o homólogo português a convidá-lo a participar na causa castelhana³⁴⁸.

Conforme concluiu Joaquim Veríssimo Serrão, “de membro de eventual aliança militar, o monarca transformara-se em mediano de uma causa estranha, procurando conciliar a estratégia centralizadora de Luís XI e a obstinação feudal de Carlos, o Temerário”³⁴⁹. D. Afonso V, porventura confiando numa capacidade diplomática favorecida pela proximidade familiar,³⁵⁰ “aparelhou sua yda ao Duque da Borgonha que era

³⁴⁵ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC VII, p. 856.

³⁴⁶ Ainda numa carta datada de 5 de Junho de 1476, D. Isabel e D. Fernando instruíam o seu embaixador em Roma, Garcia Martinez de Lerma, para que rogasse ao Papa que não concedesse a dispensa de consanguinidade para o matrimónio de D. Afonso V e D. Joana (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documento 47». In *Ob. Cit.*, p. 115-117).

³⁴⁷ AZCONA, Tarcísio de, «Apêndice de Documentos - Documento 23». *Ob. Cit.*, p. 198-199.

³⁴⁸ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC VII, p. 856.

³⁴⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Portugal e o reino de França (1435-1475)». In *Ob. Cit.*, p. 125.

³⁵⁰ Note-se que, como estudou Jacques Paviot, eram conhecidas as boas relações entre Portugal e a Borgonha ao longo do século XV, que advinham em grande medida da proximidade linhagística entre as duas Casas. Carlos, o Temerário, nascido do casamento do Duque Filipe, o Bom, e da infanta portuguesa D. Isabel (filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre) era, portanto, primo co-irmão de D. Afonso V e com este manteve tendencialmente uma assinalável afinidade diplomática. Em relação à Coroa castelhana, note-se que ainda em vida de D. Henrique IV o Duque da Borgonha acompanhava as pretensões do monarca português, conforme mostram as instruções de Abril de 1472 a uma embaixada a enviar a este reino dando conta de que “nulle chose pourroit estre plus agreable que de veoir et entendre l’onneur et accroissement dudit roy de Portugal oudit royaume de Castille”. Nesse documento, procurava alertar-se D. Afonso V para a adversidade que

em campo sobre a Cidade de Nancy em baxa Allemanha”³⁵¹. Partindo de Tours, em 17 de Novembro, sob “muyta aspereza de neves e frios incomportavees”, fazia caminho por Chalons-sur-Marne e Bar-le-Duc até se encontrar com o primo, em 29 de Dezembro. Carlos, na sequência da sua política expansionista, havia colidido com os interesses dos confederados suíços e do Duque da Lorena, que nesse preciso momento sitiava Nancy³⁵². Foi, portanto, num cenário de guerra que, segundo Rui de Pina, terá recebido e advertido o monarca português de que em Luís XI “nom havia virtude nem verdade”, referindo como já, após as promessas de Tours, havia desrespeitado as tréguas ao enviar discretamente ao seu inimigo, René II da Lorena, gente de armas e apoio financeiro. No entanto, ainda que céptico, terá manifestado a sua boa-vontade pelo respeito do estado de paz (certamente, desde que respeitado pela França). Terá sido assim que, logo em 4 Janeiro de 1477, D. Afonso V partiu em direcção a Paris, para depois dar conta da entrevista a Luís XI. Passados dois dias, era informado de uma derrota que o Duque da Lorena, à frente das tropas coligadas, impusera a Carlos³⁵³.

Já se achava em Paris no dia 10 e, de acordo com o optimismo manifestado numa carta ao Conde de Vila Real, esperava encontrar-se rapidamente com o rei de França “para lhe falar algumas cousas e lhe requerer o que a meus feitos compre”³⁵⁴. No entanto, informado das circunstâncias da morte do Temerário, conforme expressa numa epístola de 26 do mesmo mês ao Vedor da Fazenda, Gonçalo Vaz de Castelo Branco, sentia o revés do seu projecto³⁵⁵. Os acontecimentos dar-lhe-iam razão. Luís XI, que dera instruções a D. Afonso V para aguardar em Paris, parecia mais interessado em cobrar os castelos da Picardia (constituíam o Ducado da Borgonha) e só ao fim de seis meses se veio a encontrar com o régio visitante, mandado chamar a Arras. Ali permaneceu as duas primeiras semanas

encontraria no reino vizinho e concluía-se, na prática, com a proposta de uma acordo de cooperação militar, pelo qual Carlos disponibilizaria desde logo um exército de 3000 homens, além de navios de guerra, esperando equivalente força portuguesa quando solicitada. (PAVIOT, Jacques, «Documents - 3». In *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle*. Lisboa – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995. p. 523-525).

³⁵¹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC VII, p. 856.

³⁵² SCHNERB, Bertrand, «Charles the Bold and the Burgundian State». *The New Cambridge Medieval History*. vol. 8, p. 454-455.

³⁵³ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC VIII, p. 858.

³⁵⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Portugal e o reino de França (1435-1475)». *Ob. Cit.*, p. 170-172.

³⁵⁵ Na carta de 26 de Janeiro de 1477 a Gonzalo Vaz de Castelo Branco o monarca mostrava-se já desacreditado quanto ao sucesso diplomático da viagem a França: “a grande cõ justa querela e fiados conselhos doutrem me fez errar nesta derradeira parte” (IDEM, «Apêndice documental – Documento XV». *Ibidem*, p. 172-174).

de Julho, na Abadia de Saint-Vast, para um breve encontro com o rei francês, sem dele obter prontamente o que desejava. Saindo sem se despedir oficialmente, alegando a urgência na pacificação das cidades do Norte (na Picardia e na Flandres), Luís XI deixava, através do senhor de Lude, certos apontamentos quanto ao projecto castelhano em que, nas palavras de Rui de Pina, “pera discretos era crara escusa que se pedia”³⁵⁶.

Acolhido a Rouen, D. Afonso V escreveu ainda a seu sobrinho, Maximiliano de Habsburgo, filho e herdeiro do imperador Frederico III, colocando-o a par da sua situação, para logo receber mais uma desanimadora resposta, transportada pelo estribeiro Pêro Feio: o Duque de Áustria informava que as relações com o rei de França não estavam de molde a interceder por si³⁵⁷. Mandada aparelhar a frota para o regresso, encontrava-se já o monarca no porto de Honfleur quando, altamente frustrado pelos resultados da sua obra diplomática, determinou “desconfiado já de remédio leyxar este mundo e seus debates, e sem conhecido hirse a Jerusalem, onde propos servir a Deos”³⁵⁸. Assim comunicava, por cartas de 23 de Setembro, os seus desígnios ao rei de França³⁵⁹ e ao seu filho, a quem ordenava: “que vos vos intituleis logo per Rej desses Reinos de Portugal e dos Algarves”³⁶⁰.

No entanto, detectado e travado por gente do rei francês, ao fim de dois dias da sua evasão peregrina, D. Afonso V acabou por reembarcar em Saint-Vast-la-Hougue nos finais de Setembro e, depois de ancorar na ilha de Wight, chegava a Cascais em 15 de Novembro³⁶¹. Ali acorreu o Príncipe, quatro dias antes aclamado rei em Santarém, para logo lhe devolver a Coroa³⁶² e para, na associação ao governo, como notou Manuela Mendonça, se tornar “doravante o principal ajudante de seu pai”³⁶³.

Apesar das recentes adversidades, D. Afonso V recuperava o desejo de disputar o trono castelhano e, logo, reanimava o seu fulgor diplomático. Em finais de Novembro,

³⁵⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CC, p. 859.

³⁵⁷ GOMES, Saúl António, *Ob. Cit.*, p. 227.

³⁵⁸ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CC-CCII, p. 859-862.

³⁵⁹ Invocando os motivos que o levaram a defender a intervir em Castela e a justiça da causa de D. Joana, não imputava a mais leve crítica a Luís XI e, embora lamentando que então lhe houvesse concedido o apoio desejado, ainda agradecia a hospitalidade francesa. Agora, dando cumprimento a um voto que fizera após a sua viuvez, estava na altura de entregar a Coroa portuguesa ao filho e entrar em religião (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Apêndice documental – Documento XVIII». *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 177-179).

³⁶⁰ IDEM, «Apêndice documental – Documento XIX». *Ibidem*, p. 180.

³⁶¹ IDEM, «Portugal e o reino de França (1435-1475)». *Ibidem*, p. 138.

³⁶² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCIII, p. 864.

³⁶³ MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 143.

estando em Lisboa, expedia uma missão a Luís XI: face às solicitações dos senhores, cidades e vilas do seu reino de Castela, informava que se aprestava para brevemente tornar a entrar nele e que, de acordo com a aliança, contava com a sua participação no combate ao inimigo comum, D. Fernando de Aragão³⁶⁴. As indicações de Rui de Pina sugerem essa expectativa do monarca que, para o efeito, se transferiu para Montemor-o-Novo, onde passou o Verão de 1478, e dali “enviou seus recados e mensageiros a Castela, para outra vez entrar nela...para que já tinha boa disposição, com que muitos grandes se tornavam a oferecer.” Contudo, fazia já notar o cronista, D. João apercebera-se da falibilidade do apoio dos senhores castelhanos ao projecto do pai e, “por causas justas que a isso o moveram, admoestado e castigado dos enganos e pouco firmeza que neles se achou na primeira entrada, o estorvou na segunda...”³⁶⁵.

Decerto, às motivações do príncipe português não seriam alheias as acções diplomáticas dos Reis Católicos. Beneficiando do alívio militar na ausência de D. Afonso V, vinham somando sucessos na “batalha política” através de uma intensa acção governativa e de negociação no interior do reino: a aposta numa estratégia de perdões (garantia o respeito pelo património, rendas, jurisdições, títulos e honrarias), tantas vezes complementada com deslocações régias, sortia o seu efeito na mentalidade senhorial, com a consequente captação progressiva de apoiantes ao partido de D. Joana³⁶⁶. Na sequência do socorro à praça biscainha de Fuenterrabia³⁶⁷, após a Batalha de Toro, D. Fernando reforçara a fronteira pirenaica, utilizando Navarra como tampão já que, pelo acordo alcançado em Tudela, a 3 de Outubro de 1476, obteve da irmã D. Leonor a aprovação para a entrada de guarnições castelhanas nos castelos daquele reino, em troca do reconhecimento dos direitos sucessórios do seu neto, Francisco Febo³⁶⁸. Procurando neutralizar a raia sul, os Reis Católicos, mau grado algumas investidas granadinas, haviam enviado uma embaixada a Abu-l-Hassan’ Ali, em Janeiro de 1478 e, novamente sem cobrar párias, assentaram tréguas por três anos³⁶⁹. Por essa altura, negociavam já com Luís XI para, em 9 de Outubro, assinarem o Tratado de Saint-Jean-de-Luz, ratificado em Santa Maria de Guadalupe, em 10

³⁶⁴ SANTARÉM, Visconde de, *Ob. Cit.*, t. III, p. 151-154.

³⁶⁵ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCIII, p. 865.

³⁶⁶ LADERO QUESADA, Miguel Angél, *Ob. Cit.*, p. 366-368.

³⁶⁷ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXII, p. 250-251.

³⁶⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Fernando El Católico y Navarra*. Madrid, Ediciones Rialp, 1985, p. 86-88.

³⁶⁹ MATA CARRIAZO, Juan de, «Las treguas com Granada de 1475 y 1478». In *Ob. Cit.*, p. 193-236.

de Janeiro do ano seguinte: assente a paz entre a França e os seus antigos inimigos de Castela e de Aragão, o monarca gaulês reconhecera expressamente a realeza castelhana de D. Isabel, cujo marido herdaria, no primeiro mês de 1479, por morte do pai, a Coroa aragonesa³⁷⁰.

D. João, que durante a regência experimentara as dificuldades das acções bélicas e se batera com os problemas do tesouro régio, que a viagem do séquito real agravara, entendia que o conflito não era já militarmente viável³⁷¹. No entanto, para projectar a paz em condições vantajosas, tinha a convicção de que esta seria tanto melhor conseguida quanto a ameaça da guerra se mantivesse. Por isso, embora fosse contrário aos planos e aos contactos para uma nova campanha portuguesa de grande envergadura, era-lhe “importante ir cedendo a estas veleidades do pai”³⁷². De facto, como nota Andrés Bernáldez, veio a dar apoio até ao fim a uma guerra de baixa intensidade durante a qual, ainda no início de 1479, eram enviados destacamentos portugueses para o interior de Castela, como a incursão do Bispo de Évora, e se mantinham várias praças fiéis a D. Joana, como eram os casos dos castelos extremenos de Mérida, Medelín e Montachez³⁷³. Não estando seguros de ter dominado todas as facções e seguindo as movimentações que D. Afonso V parecia despertar nesta desgastante guerra, em particular as do poderoso Arcebispo de Toledo, os Reis Católicos, segundo Julieta Araújo, “compreendiam também que a única solução para o conflito estava na diplomacia”³⁷⁴.

Aproveitando esse clima de receptividade, o Príncipe D. João, “a que o negocio e cargo dos tratos de pazes e asentos das ditas pazes, per prazer d’ ElRey seu Padre foy em todo cometido”³⁷⁵, encarregou sua sogra, D. Brites, de negociar o acordo de paz com D. Isabel, sua sobrinha, porque filha da irmã do mesmo nome. Segundo a biógrafa da Duquesa de Viseu, Maria Odete Martins, “a afectividade entre ambas era por demais conhecida”³⁷⁶, e decerto terá pesado na escolha do filho de D. Afonso V que, conhecedor das capacidades da influente viúva do infante D. Fernando, procurou tirar partido das ligações familiares e das

³⁷⁰ SANTARÉM, Visconde de, *Ob. Cit.*, t. III, p. 154-155.

³⁷¹ MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal*, p. 108.

³⁷² IDEM, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*, p. 110.

³⁷³ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XLI, p. 117-120.

³⁷⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 275.

³⁷⁵ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCVI, p. 868.

³⁷⁶ MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites. Mulher de ferro. 1429-1506*. Coleção Rainhas e Infantas de Portugal. Coord. Manuela Mendonça. Vila do Conde, QuidNovi, 2011, p. 38.

boas relações existentes entre as grandes casas senhoriais portuguesas e a jovem rainha de Castela. O local da conferência foi marcado para Alcântara, na fronteira beirã. D. Isabel ali já se encontrava a 5 de Março, embora D. Brites só tenha chegado cerca de duas semanas depois. No dia 20 de Março, um sábado, tia e sobrinha, frente a frente, davam início às conversações que resultariam no Tratado das Alcáçovas-Toledo³⁷⁷.

³⁷⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, In *Isabel I, Rainha de Castela*, p. 192-193.

4.

DA BATALHA QUE TODOS QUERIAM EVITAR...

*“E assy como as batalhas do Pryncepe no desbarato fyzeram
a estas d’ElRey Dom Fernando, assy a batalha grande d’El
Rey Dom Fernando fez na d’ElRey Dom Affonso”*

(CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal de Castro. 3ª ed.. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992, Canto IV, estrofe 54, p.109).

*“Quando termina, na perspectiva europeia, a guerra
feita à maneira medieval? E como nos apercebemos dessa
mudança? Será que tudo muda repentinamente? Como numa
ópera termina um acto e inicia-se outro?”*

(VARANDAS, José, «Os exércitos medievais: continuidade e ruptura nas vésperas da conquista do Novo Mundo», *Raízes Medievais do Brasil Moderno, Actas. 2 a 5 Novembro 2007*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007, p.185).

4.1.

UMA GUERRA DE TRANSIÇÃO

O período de transição da Idade Média para a Época Moderna, em que a Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479) se inscreve, foi desde logo uma época de importantes mudanças culturais e civilizacionais, com a Renascença e a descoberta de “novos mundos” a marcarem profundamente o velho continente. Teria sido sob esse pano de fundo que, segundo Jorge Borges de Macedo, a “constituição de potências de direcção centralizada na pessoa de um rei, assistida por corpos de consulta política, foi acompanhada por uma grande capacidade bélica”³⁷⁸. O século XV, assinalado por uma alteração do equilíbrio europeu, ao ser um tempo de evoluções sensíveis para a construção dos Estados, dava mostras de um progressivo investimento nos aparelhos marciais que, cada vez mais complexos e dispendiosos, se iam tornando num pilar essencial à sua afirmação. Os poderes centrais, beneficiando do clima geral de progresso e de experimentação, estimulavam os aperfeiçoamentos na tecnologia bélica e, reformando paralela e convenientemente as estruturas militares, criavam corpos permanentes, fazendo caminho para a monopolização da força, o que já não se verificava no Ocidente desde o domínio de Roma – a “casa-mãe dos exércitos modernos”, como lhe chamou John Keegan³⁷⁹.

É neste quadro que a teoria da «Revolução Militar», que inicialmente apontava para uma mudança espectacular na arte da guerra nos finais do século XVI³⁸⁰, tem vindo a ser reformulada pela historiografia que, agarrando a ideia, vem ampliando os seus limites cronológicos e os seus conteúdos³⁸¹. A discussão continua em aberto, em parte porque “os

³⁷⁸ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de força*. 2ª ed.. Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 89.

³⁷⁹ Com a queda do Império Romano, segundo John Keegan, “No Ocidente não foi possível ressuscitar um exército capaz de preservar os restos dessa civilização tão admirada pelos seus carrascos. Tal ressurreição era na verdade impossível, pois a base de sustentação do exército, um sistema de tributação regular e equitativo...tinha sido destruída.” (KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*. Trad. Mariana Pinto dos Santos e Pedro Serras Pereira, Lisboa, Tinta-da-China, 2006, p. 369).

³⁸⁰ A teoria da «Revolução Militar» parece ter sido formulada pela primeira vez em 1955 por Michel Roberts, que considerava como grandes mudanças na arte da guerra as reformas tácticas do final do século XVI, mormente as das tropas holandesas, bem como o aumento exponencial do tamanho e do custo dos exércitos de então (DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.*, p. 347).

³⁸¹ Em traços gerais, e de acordo com a linha que temos seguido, a «Revolução Militar» é hoje discutida com base nas mudanças no panorama bélico em quatro grandes níveis: o destronar da cavalaria como núcleo

historiadores da Idade Média tardia reconhecem facilmente alguns dos seus traços³⁸². Revisões historiográficas recentes, como as dos medievalistas Luís Miguel Duarte e José Varandas, sugerem que tal evolução na forma de fazer a guerra se processou, entre continuidades e rupturas, num quadro bastante alargado e complexo, tendo mesmo questionado a adequação do conceito de «Revolução». Nesse contexto, a centúria de Quatrocentos, que aqui particularmente nos interessa, foi testemunha por excelência da coexistência das velhas concepções militares medievais com as novidades que se consolidariam na modernidade.

O fortalecimento dos reinos europeus, a que já se aludiu e as disputas que, em cada vez maior escala, protagonizaram entre si, no velho continente e mesmo frente a outros povos e civilizações, nos espaços ultramarinos em descoberta, acarretaram mudanças estruturais nas instituições militares³⁸³. Ao heterogéneo exército medieval (formado pelos corpos da guarda do rei, pelas mesnadas senhoriais, pelos contingentes das ordens militares, pelas milícias concelhias, por companhias de mercenários e, mesmo, por grupos de homiziados)³⁸⁴, juntavam-se corpos permanentes de profissionais da guerra, que dominavam o manuseamento de novas armas, as quais, pela sua especificidade, careciam de novos modelos de treino e, mesmo, de técnicos experimentados (era o caso dos

principal dos exércitos (cedendo esse lugar à infantaria), a introdução das armas de fogo (ligeiras e pesadas), o crescimento do tamanho dos exércitos e o aumento da duração das campanhas (IDEM, *Ibidem*, p. 347).

³⁸² IDEM, *Ibidem*, p. 349.

³⁸³ A evolução nas estruturas militares, cuja mudança mais acelerada ao redor século XV aqui focamos, vinha acompanhando o caminho de centralização política que as monarquias empreendiam. Procurando ao longo da baixa Idade Média imporem no território a sua autoridade sobre a dos senhores, particularmente dominante desde o desmembramento do Império Carolíngio, os reis foram instituindo lentamente cargos com funções bélicas a vários níveis para, feita a “ponte” entre o centro de poder e as periferias, diminuir a dependência militar do sistema feudal, aglutinando assim sob as suas ordens a maior parte do território possível. Olhando o caso português, mesmo tendo em conta as suas especificidades, verificamos essa tendência: com uma estrutura de comando incipiente, o jovem reino passa a contar além do alferes-mor, cuja existência remonta na Península a meados do século XI, com o condestável e o marechal desde a centúria de Trezentos para funções de topo na hierarquia militar; então, na busca de uma maior regulação no recrutamento, que procurava cada vez mais tirar partido das comunidades concelhias, tinham já sido criados os cargos de coudel-mor e de anadel-mor, com os respectivos dependentes que circulavam por todo o reino; ao nível regional, e porque se ia desenvolvendo a noção de fronteira, surgiram para assegurar a defesa do território os fronteiros-mores das comarcas e os fronteiros seus subordinados; ao nível local, reforçavam-se as funções dos alcaides-mores que, representando os monarcas com uma forte posição municipal, tinham por inerência o comando militar das praças concelhias, coadjuvados pelos alcaides-menores (MONTEIRO, João Gouveia, *ibidem*, p. 207-218).

³⁸⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 192-204.

artilheiros, tidos até como civis, desligados da hierarquia militar)³⁸⁵. Do modelo medieval de recrutamento, em que o exército era habitualmente convocado *ad hoc* para satisfazer as necessidades concretas de uma dada campanha, caminhava-se desta forma para o ressurgimento de exércitos permanentes. A própria natureza dos conflitos, com as operações militares a durarem cada vez mais, favorecia não só essa evolução temporária como, por exigirem também maior número de efectivos, transformava os exércitos viabilizando neles um crescimento progressivo que, segundo Michael Prestwich, era já expressivo em meados do século XV³⁸⁶.

No conjunto das armas combatentes, o destronar da cavalaria pesada como elemento nuclear dos exércitos em favor da infantaria, tradicionalmente apontada como uma das maiores transformações militares da modernidade, parece, no entanto, ter raízes mais antigas: a desproporção entre ambas as forças, para a qual concorria uma multiplicidade de causas, esteve em crescendo durante os séculos XIV e XV. Factores económicos, como fora o caso das crises de Trezentos, tornavam particularmente onerosa a, já de si dispendiosa, guerra a cavalo. Razões sociais, como os conflitos decorrentes do processo de centralização régia, afectavam uma arma que vinha sendo apanágio, sobretudo, da estrutura senhorial. Causas mais estritamente militares, como a maior exposição às novas armas da infantaria, fossem de choque (como o pique ou a alabarda) ou de arremesso (como o arcabuz, que se juntava ao arco e à besta), traziam novos problemas ao velho modelo de combate da cavalaria, que assim se tornava não só menos eficaz como mais vulnerável³⁸⁷. No entanto, embora os cavaleiros se tenham deparado com grandes dificuldades, até porque culturalmente o paradigma se encontrava bastante arreigado³⁸⁸, o seu valor enquanto arma

³⁸⁵ VARANDAS, José, «Os exércitos medievais: continuidade e ruptura nas vésperas da conquista do Novo Mundo», *Raízes Medievais do Brasil Moderno, Actas. 2 a 5 Novembro 2007*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 188-189.

³⁸⁶ A Guerra dos Cem Anos (1336-1453) na sua fase final, com acções prolongadas na recuperação dos últimos territórios aos ingleses e a envolverem efectivos consideráveis, registava já um contraste face às geralmente limitadas campanhas e aos exércitos numericamente restritos. Na segunda metade de Quatrocentos, segundo Michael Prestwich, os diversos conflitos por todo o Ocidente evidenciariam ainda mais essas mudanças (PRESTWICH, Michael, «Size of armies». In *The Medieval World at War*. London, Thames & Hudson, 2009, p. 200-201).

³⁸⁷ VARANDAS, José, *Ob. Cit.*, p. 187.

³⁸⁸ Acerca da resistência da cavalaria, sobretudo nobiliárquica, às evoluções na forma de fazer a guerra nos finais da Idade Média, Robert O' Connell sintetizou que: "O cavaleiro não era mais capaz de se afastar da espada e da lança do que pegar num pique e ir juntar-se à falange ressurgida. O treino nessas armas tradicionais e nos cavalos...definiam a totalidade da sua existência. Eram a base da sua instrução, o cerne da sua identidade e o principal meio que usavam para se destacarem entre os outros homens...Para o cavaleiro,

combatente não desapareceu. Segundo Luís Miguel Duarte, “a cavalaria não ia ceder o seu lugar facilmente; experimentou novas tácticas de combate, melhorou o armamento dos cavaleiros e dos cavalos e conseguiu manter-se, durante todo o século XV, como o elemento central dos melhores exércitos e, com raríssimas excepções, aquele que em última instância decidiu os combates”³⁸⁹. A sua combinação no terreno com os diferentes corpos de infantaria, como aconteceu nos exércitos borguinhões de Carlos, *o Temerário*, revelou-se bem sucedida³⁹⁰. Mesmo se olharmos cronologicamente mais à frente, veremos que a cavalaria não será olvidada e encontrará o seu espaço nos dispositivos militares de Quinhentos, através de múltiplas missões, nomeadamente: de reconhecimento, de protecção, de flagelação e, no campo de batalha, procurando explorar as abertas proporcionadas pela artilharia, espreitando flanquear as formações contrárias e atacando-as até com armas de fogo, que entretanto equiparam alguns ginetes³⁹¹.

A afirmação da infantaria, por sua vez, parece resultar de um largo período de incubação, tendo sido já apontada a Batalha de Legnano, em 1176, como um marco inicial no respectivo sucesso frente à temível cavalaria³⁹². No entanto, ao longo do século XIII reuniram-se condições evidentes para o progresso firme da arma, como a beneficiação do crescimento dos espaços urbanos e o florescimento das suas actividades: era, *a priori*, o meio do peão. Destacavam-se os progressos no seu armamento defensivo e ofensivo que, já com reflexos nos embates de Stirling Bridge (1282), Courtrai (1302) e Bannockburn (1314), se consolidariam durante a Guerra dos Cem Anos (1336-1453), na qual foi seriamente posta em causa a eficácia das impetuosas cargas a cavalo³⁹³. À besta juntava-se então o arco longo, que ingleses e galeses trouxeram para solo continental, cuja articulação com combatentes apeados, vocacionados para o choque (alguns mesmo cavaleiros), se revelou letal (sobretudo com o desenvolvimento de trabalhos de “organização do terreno”)

não havia recuo.” (O’ CONNELL, Robert, *História da Guerra: armas e homens*. Trad. Telma Costa. Lisboa, Teorema, 1995, p.127).

³⁸⁹ DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.* p. 349.

³⁹⁰ John Keegan considera um caso de sucesso do final do século XV a combinação da cavalaria com infantaria de choque, assim como com arqueiros e espingardeiros, conforme fez Carlos, *o Temerário*. Leia-se: KEEGAN, John, *Ob. Cit.* p. 430.

³⁹¹ HESPANHA, António Manuel, *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. vol. 2. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, p. 14.

³⁹² ROMANO, Ruggiero, *História Universal*. vol. 7 – As novas formas de guerra nos séculos XIV e XV. O nascimento do Mundo Moderno. Lisboa, Planeta de Agostini, 2005, p. 17-23.

³⁹³ PRESTWICH, Michael, *Ob. Cit.* p. 161-175.

frente ao modelo de combate da cavalaria, em batalhas como as de Crécy (1346), Poitiers (1356) e Azincourt (1415) e, em território português, na de Aljubarrota (1385). Ao longo do século XV, a difusão das armas de fogo portáteis (embora inicialmente bastante falíveis)³⁹⁴, que passaram a coexistir com a besta e o arco, e a vulgarização do pique³⁹⁵, a par das alabardas e de outras armas de choque, concorria para uma guerra mais sangrenta. O infante, mais barato de armar, mais fácil de treinar e socialmente mais controlável que o cavaleiro, consolidava-se enquanto elemento de apoio, por excelência, dos poderes centrais, contribuindo assim para o avolumar dos exércitos em que, dentro de pouco tempo, combateria inserido em formações características.

A propagação das armas de fogo, outro dos aspectos mais focados das inovações militares, conheceu desenvolvimentos ao longo da centúria quatrocentista, quer ao nível do já referido armamento ligeiro, quer, sobretudo, do pesado. A crescente preponderância da pólvora, em meios terrestres e navais, levaria mesmo a uma alteração de todo o *status quo* político, que ficou condicionado a uma nova relação de poder: “os que têm canhões, e os que não os possuem”³⁹⁶. Mas, o percurso da pirobalística, que datava já das primeiras décadas do século XIV³⁹⁷, iria fazer desaparecer rapidamente dos campos de batalha a

³⁹⁴ No processo de expansão das armas de fogo portáteis, ao longo do século XV, vários historiadores crêem que os primeiros corpos de espingardeiros possam ter sido besteiros. A besta, pela sua forma e pelo seu mecanismo, teria sido responsável pela adaptação às primeiras espingardas. Nessa linha, o besteiro era o combatente, por excelência, mais habilitado a empunhar uma arma de coronha e a fixá-la ao ombro, bem como a suportar aquela espécie de coice que provocava quando pressionado o gatilho. Os corpos de espingardeiros, pelo fumo e pelo estrondo que provocavam, assustavam particularmente as montadas da cavalaria adversária que, uma vez desorganizada, abria espaços que eram prontamente explorados (KEEGAN, John, *Ob. Cit.*, p. 428-429).

³⁹⁵ O pique, ou lança longa, sabe-se que era já usado pelas comunidades suíças no século XIV, as quais, pela ausência de cavaleiros, desenvolveram um modelo de combate apeado com esta arma: conseguiam, em formações cerradas, travar as cargas dos combatentes montados e, mesmo, avançar solidamente sobre o adversário. No século XV, estes piqueiros tornaram-se cada vez mais apreciados, dando provas da sua eficácia nas lutas contra os Habsburgo, garantindo a sua independência, e nas campanhas contra Carlos, o *Temerário*, destacando-se nas batalhas de Gransen (1476) e de Nancy (1477). O seu paradigma de combate seria importado por vários reinos europeus, como o próprio Sacro-Império, que criou na segunda metade de Quatrocentos um corpo de piqueiros. Parecia ressurgir o combate em falange, vindo o piqueiro a estar na base das grandes massas de infantaria nos famosos *Tercios* do século XVI, onde seria organizado em quadrados e articulado com arcabuzeiros e mosqueteiros (IDEM, *Ibidem*, p. 429-430).

³⁹⁶ VARANDAS, José, *Ob. Cit.*, p. 187.

³⁹⁷ Carlo Cipolla, que estudou o desenvolvimento da artilharia pirobalística, é peremptório ao afirmar que “Os Europeus começaram a utilizar canhões na guerra nas primeiras décadas do século XIV.” Como provas, apresenta a existência de documentos florentinos oficiais, datados de 1326, que se referem a canhões de ferro que disparavam “bolas”. O mesmo autor expõe, ainda, a existência de um manuscrito inglês, de 1327, que representa um canhão primitivo (CIPOLLA, Carlo M., «O cenário europeu». In *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)*. Trad. de Ana Mónica Faria de Carvalho. Lisboa, Gradiva, 1989, p. 21-22).

“ciência” da neurobalística? A verdade é que, fazendo fogo impreciso, devagar e a curta distância, as artilharias de diversos calibres parece terem coexistido com os velhos engenhos neurobalísticos (como o aríete, a catapulta ou o trabuco, que resistiriam a um desaparecimento abrupto), provocando inicialmente, pelo ruído e pelo fumo, um impacto maior a nível psicológico que físico³⁹⁸. A sua falibilidade advinha, em grande medida, do fabrico a partir de barras justapostas de ferro forjado que, abraçadas por cintas em tensão, do mesmo metal, provocavam fracturas e rebentamentos frequentes das armas na “cara” dos artilheiros. O fabrico da artilharia em bronze, já na última década do século XV, viria a melhorar esta situação: era, tecnicamente, mais fácil de fundir (constituindo peças únicas) e, por outro lado, estava menos sujeita à corrosão³⁹⁹.

No entanto, os canhões vinham-se afirmando progressivamente, em especial na guerra de cerco, ao porem em causa as antigas muralhas medievais, que abriam brechas e ruíam perante a energia cinética dos projecteis (primeiro de pedra e, mais tarde, de ferro), situação que levou mesmo à revisão da arte de fortificar⁴⁰⁰. Por forma a resistir aos novos desafios, a arquitectura militar passaria, ao longo do século XV, por uma fase de transição, abrindo troneiras nas muralhas e construindo plataformas para instalação de artilharia de defesa, até atingir o complexo sistema abaluartado que, de certa forma, equilibraria as operações de sítio, impondo acções mais demoradas e com mais efectivos⁴⁰¹. Nas batalhas

³⁹⁸ O ruído e o fumo que as armas pirobalísticas provocavam inicialmente faziam, segundo John Keegan, com que os soldados vissem “o misterioso poder da pólvora como algo tão volátil que não poderia ser tratado senão com distância e respeito” (KEEGAN, John, *Ob. Cit.*, p. 428). O processo químico era olhado com desconfiança pelos velhos guerreiros, que o associavam mesmo a poderes ocultos, ficando o manuseamento dos canhões a cargo dos artilheiros que, desconsiderados da elite militar, eram tidos como mestreiros civis.

³⁹⁹ O surgimento dos canhões de bronze em França, nos finais do século XV, decorreu do conhecimento do já antigo método de fabrico dos sinos das igrejas (CIPOLLA, Carlo M., *Ob. Cit.*, p. 23-24).

⁴⁰⁰ O sucesso do poder de fogo dos canhões, disparando em bateria, foi mais visível, numa primeira fase, na guerra de cerco. Este tipo de acções seriam determinantes na tomada de Constantinopla pelos Otomanos, em 1453, durante a expulsão dos ingleses das praças da Normandia e da Aquitânia, no final da Guerra dos Cem Anos, e, posteriormente, aquando da campanha de Luís XI sobre os castelos do Ducado da Borgonha, em 1477 (KEEGAN, John, *Ob. Cit.*, p. 416-417).

⁴⁰¹ O estilo abaluartado caracterizaria depois o início da modernidade na arquitectura militar que, para responder essencialmente aos desafios da artilharia pirobalística, procedeu ao abaixamento e inclinação dos muros das estruturas fortificadas, que revestiam um interior em terra, bem como ao desenvolvimento dos ângulos de tiro de defesa que, possíveis pela construção de baluartes, dariam frequentemente ao conjunto da praça-forte uma configuração poligonal. Este sistema, ainda em maturação nos finais do século XV, ao desenvolver-se exponencialmente na centúria seguinte, implicaria o cerco de perímetros cada vez maiores, em que os sitiados se viram obrigados a optar por técnicas de aproximação às muralhas mais lentas e elaboradas, para grande desgaste de ambos os contendores (HESPANHA, António Manuel, *Ob. Cit.*, p. 16).

em campo aberto, o canhão demorou mais tempo a garantir a sua eficácia⁴⁰², pois, assente em plataformas imóveis, várias vezes sem capacidade para levantar ou direccionar o tiro, tornava-se ineficaz em termos de emprego tático e mesmo embaraçoso, no caso de retirada. A artilharia de campanha só seria possível nos finais de Quatrocentos, com as peças de bronze que, mais pequenas e leves, puderam ser aplicadas sobre carretas puxadas por cavalos que, por sua vez, além de garantirem maior mobilidade e manobrabilidade, resolveram também o problema do recuo⁴⁰³.

E se, no geral, os compósitos contingentes medievais, com limitações temporárias de actuação, estavam pouco ou nada habituados a manobrar em conjunto, os exércitos cada vez maiores em campanhas mais prolongadas, com todas as diferentes armas a actuar, passariam a exigir uma disciplina de batalha mais sólida e coordenada. A complexidade crescente da manobra das tropas, que caminhava para uma autêntica coreografia de movimentos no terreno, ia muito lentamente tomando o lugar à acção da espontaneidade individual dos combatentes, numa situação que obrigava a um enquadramento mais próximo dos soldados, só possível com o adensar de chefias. Os comandantes, por seu lado, tiveram que ir reformulando os modelos táticos e, bem assim, as concepções estratégicas no planeamento das operações, que progressivamente também requeriam maiores exigências logísticas⁴⁰⁴. Nesse quadro, a tratadística militar, que vinha já aludindo ao romano Vegécio ao longo da baixa Idade Média (como foram os casos dos trabalhos de Gil de Roma, Cristina de Pisano ou de Afonso X), conheceu uma maior profusão com o Renascimento, desenvolvendo um enorme interesse pela adaptação às doutrinas dos

⁴⁰² Para a maior parte do século XV, “o uso do canhão permaneceu confinado às operações de sítio. Embora pareçam ter sido utilizados canhões na Batalha de Azincourt (1415), pouco podiam fazer no campo de batalha para além de barulho e de fumo...” (KEEGAN, John, *Ob. Cit.*, p. 416-417).

⁴⁰³ Na Primavera de 1494, Carlos VIII de França invadiu a Península Itálica com canhões de bronze fixados em carretas de madeira puxadas por cavalos. A sua surpreendente rapidez e o seu poder de destruição levaram várias cidades a apresentar a rendição sem resistirem (VARANDAS, José, *Ob. Cit.*, p. 197).

⁴⁰⁴ IDEM, *Ibidem.* p. 192-193. Segundo Nicholas Michael, era corrente em meados do século XV para um exército razoável, como o que reunia o Duque da Borgonha, as colunas em campanha fazerem-se já acompanhar com umas impressionantes mil carroças, que transportavam armamento (com destaque para as exigências da artilharia), munições, equipamento de campanha e víveres, além de inúmeras bestas de carga, que complementavam todo este esforço (MICHAEL, Nicholas, *Armies of Medieval Burgundy 1364-1477*. Oxford, Osprey Publishing, 1983, p. 5).

clássicos, nas formas de pensar e de executar a guerra, conforme sintetizaria Maquiavel na sua *Arte da Guerra*, no início do século XVI⁴⁰⁵.

A guerra, na transição para a modernidade, cada vez mais presente pela sua importância na complexa diplomacia, trazia múltiplos impactos para lá do campo estritamente marcial. O prolongamento das operações e o aumento dos exércitos, a par das sucessivas “conquistas” tecnológicas, obrigavam à reinvenção dos processos de financiamento para responder ao autêntico sorvedouro de “cabedais” em que se transformava a estrutura militar. Provavam-no, nos finais da medievalidade, os exigentes pedidos em Cortes, a sobrecarga de impostos sobre transacções comerciais ou as pesadas contribuições e empréstimos de instituições e particulares. O disparo dos custos da actividade bélica abriria caminho à expansão da fiscalidade que, imposta de forma sistemática, acabaria por impulsionar o desenvolvimento de toda uma burocratização e institucionalização do próprio aparelho estatal, o que terá levado Jean-Philippe Genêt a afirmar: “La guerre est le moteur de l’État moderne qui, avant tout, est un État de guerre”⁴⁰⁶. A economia, por seu lado, assumia progressivamente a guerra como um importante factor de crescimento, dando resposta às maiores necessidades de produção de armamento e de equipamento, individual e colectivo, no que se vieram a destacar como grandes centros as regiões da Flandres, do Sul do Sacro Império e do Norte da Península Itálica. Tem também impactos sociais a crescente necessidade de múltiplas matérias-primas (desde os componentes da pólvora aos dos metais), sobretudo em espaços rurais e o aumento e diversificação das indústrias transformadoras, nomeadamente em meios urbanos. A jusante de toda esta rede de comercialização permanente, o negócio dos transportes para satisfazer os cada vez maiores níveis de aprovisionamento de material bélico que os

⁴⁰⁵ Na entrada da Modernidade, os espaços “italiano” e castelhano-aragonês foram particularmente pródigos em tratadistas que projectavam reformas nos modelos de organização militar existentes. Na esteira de Maquiavel, que referimos, Gonçalo de Córdoba, preconizador do modelo dos célebres *Tercios*, proporcionaria através dos seus ensinamentos práticos e das suas notas a publicação do *De Re Militari*, em 1536, ao seu discípulo Diego de Salazar. Este trabalho seria secundado, no ano seguinte à sua publicação, pelo surgimento do *Instrucción y Regimento de Guerra*, de Diego de Montes, onde também se sistematizavam teoricamente essas novas formas de fazer a guerra. Veja-se: BEBIANO, Rui, *Nova Historia Militar de Portugal*. vol. 2, p. 118.; MONTEIRO, João Gouveia, *Ob. Cit.*, p. 212.; SOUSA, Luís Costa e, *A arte na guerra: a arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*. Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 53-55.

⁴⁰⁶ GENÊT, Jean-Philippe, «La genèse de l’État moderne. Les enjeux d’un programme de recherche». *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 118 (Juin 1997), p. 4.

Estados requeriam, florescia, sobretudo na sua vertente marítima, ou não fosse esta uma época de progressos e de incremento da navegação⁴⁰⁷.

Foi neste cruzamento de paradigmas na forma de combater que a Guerra Luso-Castelhana de 1475-1479 se integrou. Os vários anos do conflito pelo trono castelhano, os diversos teatros de operações e os diferentes tipos de combate permitem inserir a contendo, por um lado, no contexto mais alargado das mutações do modelo bélico ocidental e, por outro, completá-las com as respectivas especificidades. A Batalha de Toro, consagrada na historiografia como o ícone mais emblemático do confronto, é um acontecimento importante para o estudo da arte da guerra dos reinos envolvidos durante aquele período.

Para situar a peleja no espaço e no tempo, há que salientar a vocação guerreira que cada um dos contendores tinha adquirido, em função das suas necessidades operacionais e que lhes dava um cunho próprio, desde a organização e formação militares, passando pelos modelos estratégicos e táticos e, como não poderia deixar de ser, quanto ao armamento individual e colectivo. Portugal, passadas as guerras da Reconquista e as lutas frente a leoneses e castelhanos, levará a cabo no século XV diferentes tipos de combates, em teatros de operações igualmente distintos. Os portugueses pelejavam desde 1415 no Magrebe, debatiam-se, desde meados do século, com uma nova ameaça na costa da África subsaariana e apostavam já, a nível marítimo, na evolução de uma frota essencialmente à base de galés para uma força atlântica de alto bordo, na qual vinham aperfeiçoando o artilhamento das embarcações. Num século que vinha sendo pouco profícuo em campanhas em solo continental e em batalhas campais (se exceptuarmos, praticamente, as tímidas movimentações à morte de D. Duarte e a breve Batalha de Alfarrobeira), o exército português desenvolveu sobretudo os ataques anfíbios, os cercos, a defesa das praças, as escaramuças e as almogaverias pelo interior marroquino. Também os castelhanos, de certa forma, passaram um tanto ao lado dos grandes confrontos militares em campo aberto, durante o século XV. Mantinham a guerra contra o reino de Granada (conquistado em 1492), que levavam adiante na medida do possível, a qual acarretava essencialmente operações de sítio e, nalguns casos, incursões de fronteira de parte a parte. As suas forças terrestres haviam tido ainda ocasião protagonizar alguns embates de índole senhorial, como as duas pequenas batalhas de Olmedo (a primeira em 1445 e a segunda em 1467), que

⁴⁰⁷ VARANDAS, *Ob. Cit.*, p. 189-190.

marcaram a oposição à Coroa, nos agitados reinados de D. João II (1406-1454) e de D. Henrique IV (1454-1474)⁴⁰⁸.

Veremos de seguida, tendo em conta os respectivos condicionalismos, a actuação militar dos reinos ibéricos, na Guerra da Sucessão de Castela.

⁴⁰⁸ Até ao fim da Reconquista, em 1492, teria dominado um ciclo em que os confrontos campais com proporções assinaláveis eram bastante escassos. Segundo Luís Costa e Sousa, “as guerras de Granada podem ser vistas como o ponto de partida” para um outro paradigma de confronto dos próprios castelhanos (SOUSA, Luís Costa e, *Ob. Cit.*, p. 21-22).

4.2.

ANTECEDENTES

A célebre mensagem que o Marquês de Vilhena terá feito chegar, em Dezembro de 1474, à Corte portuguesa, anunciando a morte de D. Henrique IV e apelando a D. Afonso V para casar com a pequena D. Joana, aproximava o espectro da guerra com a auto-proclamada rainha D. Isabel. Prontamente reunidos em Estremoz, os conselheiros do monarca travavam acesos debates com uma corrente favorável ao projecto castelhano, defendida pelo príncipe D. João, e uma outra que se lhe opunha, tomando voz através do Duque de Guimarães e do Arcebispo de Lisboa⁴⁰⁹. Porém, mesmo sem deliberação final, o Conselho discutiu de imediato a organização bélica. O secretário régio, Álvaro Lopes de Chaves, destacou as participações do Bispo de Évora, do Prior do Crato e do Camareiro-mor, registando os pareceres “acerca das cousas de que ora o dito senhor loguo deuisse de fornecer e prouer assj pera sua ida a Castela se ouuer de ser como pera deffensão e boa guarda [sic] de seus Rejnos em caso que elle lá non haja de hir”⁴¹⁰.

Para defesa do território, previa-se a vistoria e as reparações necessárias nos castelos, costeiros e fronteiriços (aludia-se já ao seu provimento de “artelharias”), a sua coordenação por um fidalgo em cada comarca. Indicava-se igualmente a necessidade de uma rápida determinação régia quanto à responsabilidade dos restauros nas fortificações entregues a senhores ou mesmo a Ordens Religiosas Militares⁴¹¹. Advertia-se para a importância da nomeação dos fronteiros-mores, antes da decisão pela guerra, e para um levantamento das pessoas mobilizáveis, dada a “incertidão” a que induziriam então as “mortes pestelenças, desterros e homisios”⁴¹². Para equipar o exército, sugeria-se a rápida importação de impressionantes quantidades do mais diverso armamento: da Península

⁴⁰⁹ GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*. Ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Fernandes. Lisboa, Universidade Nova, 1977, Cap. XLII, p. 103-105.; PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, Cap. CLXXIII, p. 829.

⁴¹⁰ CHAVES, Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de apontamentos, 1438-1489: Códice 443 da Coleção Pombalina da B. N. L.*. Introd. e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 52.

⁴¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 52-53.

⁴¹² IDEM, *Ibidem*, p. 53-54.

Itálica, deveriam importar-se 1.000 arneses, 1.000 cobertas e 500 couraças⁴¹³; da Flandres, aconselhava-se a compra de 500 gibanetes, 500 “capacetes com suas babeiras”⁴¹⁴, 200 lanças, 200 “béstas de garrucha d’ aço”, 1.000.000 de virotões, e, confirmando a importância da pirobalística, 200 “bombardas meas”, 500 “tiros” e 160 quintais de pólvora⁴¹⁵. Pretendendo-se que “todos os grandes e pessoas de maneira” tivessem “toda sua gente bem armados” sugeria-se, como medidas de estímulo, a isenção de tributação sobre o fabrico e a comercialização de armas no reino. Quanto aos cavalos, reconhecendo a sua importância na guerra, procurava-se alargar a sua aquisição ao propor-se que os oficiais régios que os não possuíssem perdessem os respectivos cargos⁴¹⁶. No total, orçava este planeamento em dezoito contos e cento e trinta reis, pelo que, para garantir a sua exequibilidade atempada, se sugeria a breve publicação da convocatória de Cortes⁴¹⁷.

Segundo a crónica portuguesa, a chegada de Lopo de Albuquerque a Évora com as certidões de fidelidade dos apoiantes castelhanos de D. Joana, em Janeiro de 1475, foi determinante para desbloquear a decisão acerca da disputa do trono vizinho⁴¹⁸. Convencido da viabilidade da guerra, D. Afonso V “mandou logo perceber os Grandes e Senhores Prelados, Fydalgos, Cavalleiros, e jente outra de seus Rejnos”⁴¹⁹ e, dando margem para o apetrechamento do exército e para a passagem do mau tempo do Inverno, ordenava a concentração para o mês de Maio, na vila de Arronches. Daí planeava entrar em território castelhano, conforme terá comunicado aos partidários joanistas, com os quais, no dizer de

⁴¹³ Segundo o que fora discutido em Conselho, das aquisições na Península Itálica em armamento defensivo individual, sem esquecer o das montadas, metade daria entrada nos armazéns reais, para ser distribuído posteriormente, e outro tanto seria imediatamente destinado aos grandes senhores (os que reunissem mais de 30 combatentes a cavalo), “em desconto de suas tenças”. Para a compra deste material estimava-se que o rei deveria “tomar o trauto de todos os coiros de todos seus Rejnos”. Por fim, atendendo à necessidade de técnicos, sugeria-se a contratação para os armazéns reais de “dous mestres armeiros que ajam temça”, para reparação e limpeza dos arneses, e de “hum mestre ou dous de guarnecer e fazer cubertas” vindo da Península Itálica para, dada a falta desta especialidade em Portugal, ensinar também alguns no seu ofício (IDEM, *Ibidem*, p. 54-55).

⁴¹⁴ Os 500 gibanetes e os 500 capacetes com babeira destinavam-se, segundo o parecer, “a seus moradores”, indiciando que se tratavam de tropas concelhias (IDEM, *Ibidem*, p. 55-56).

⁴¹⁵ Do armamento pirobalístico a adquirir na Flandres, metade das bombardas e dos tiros, bem como cem quintais de pólvora, destinar-se-iam aos armazéns reais e o restante aos castelos de fronteira (IDEM, *Ibidem*, p. 55-56).

⁴¹⁶ A pretensão de aumentar o número de montadas de guerra, segundo a mesma proposta, deveria passar pela limitação do uso de mulas, por forma a incrementar a posse de cavalos (IDEM, *Ibidem*, p. 58-59).

⁴¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 60-61.

⁴¹⁸ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLII, p. 105.; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIII – Cap. CLXXIV, p. 830.

⁴¹⁹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIV, p. 830.

Damião de Góis, consertava o tempo e “ho caminho que hauia de leuar, pera que se apercebeçem, e juntassem com elle em lugar çerto”⁴²⁰. Entretanto, não descurando a defesa do reino, o monarca procederia, no segundo mês do ano, à renovação dos fronteirismos, atribuindo a responsabilidade do Entre Douro e Minho ao Marechal Fernando Coutinho e a do Entre o Tejo e Guadiana ao Bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, ao mesmo tempo que ia indigitando vários fronteiros particulares para territórios específicos⁴²¹.

Urgia também garantir o financiamento da pesada estrutura militar para a empresa de Castela. Na cidade de Évora, as Cortes que reuniram entre os dias 16 de Fevereiro e 5 de Março determinaram a concessão de um exigente pedido e meio, que, pelo agravo que traria aos povos, segundo os procuradores concelhios, seria cobrado ao longo de dois anos⁴²². Eram afectadas ao esforço de guerra múltiplas rendas da Coroa, nas quais o comércio ultramarino assumia já uma expressão considerável⁴²³. Recorreu-se também a avultados empréstimos que, sociologicamente, conforme estudou Maria José Ferro Tavares, destacaram o papel das comunidades judaicas, quer em contribuições colectivas, quer através de financiamentos individuais de alguns dos seus membros, mais próximos do rei⁴²⁴. Porém, como verificaremos, as fontes de recursos não ficariam por aqui.

No início de Maio, D. Afonso V e D. João encontravam-se já em Arronches. Pai e filho ali assistiram à progressiva chegada dos corpos do exército, enquanto ultimavam os preparativos militares. Em simultâneo, acertavam o exercício, ao mesmo tempo que acertam os parâmetros da regência de Portugal que, por carta patente de 12 daquele mês, foi solenemente confiada ao herdeiro do trono⁴²⁵. No dia 25, a coluna cruzou a fronteira⁴²⁶.

⁴²⁰ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLV, p. 109-110.

⁴²¹ MARQUES, José, *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 357-359.

⁴²² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. vol. 2 – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 9ª ed.. Póvoa do Varzim, Editorial Verbo, 2003, p. 231.

⁴²³ Como estudou Saul António Gomes, vários proveitos que advinham do comércio ultramarino foram alocados para sustentar a campanha de Castela, como é exemplo a carta régia de 17 de Abril de 1475, que para esse fim canalizava os 28 000 reais anuais do contrato de arrendamento do resgate das pescas do Cabo Bojador até à Pedra Galé concessionado a João Gonçalves Ribeiro, residente em Lagos (GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o “africano”*. Rio de Mouro/Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 204).

⁴²⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*. vol. 1. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 173-181.

⁴²⁵ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. XLVII, p. 112-113.

⁴²⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Ob. Cit.*, p. 92.

Marchando para Norte, faz alto em Codiceira e, depois, em Pedra Buena, de onde o Príncipe regressou ao reino. Ali se lhe reuniram as tropas do Duque de Guimarães, do Conde de Marialva e de Rui Pereira, entre outros, que haviam feito caminho pela Beira⁴²⁷.

Nesse arraial, o rei fez o *alardo* do exército português, o único de que temos conhecimento e que nos permite ter uma ideia da dimensão das forças: de acordo com Rui de Pina, Garcia de Resende e Damião de Góis, contabilizaram-se “cinco mil e seis çentos homens de caualllo, e quatorze mil de pé, afora outra gente de seruiço, pages e gente aaventureira”⁴²⁸. Tal número demonstra uma considerável capacidade de mobilização para a campanha pois, de acordo com estudos demográficos, Portugal deveria então contar com uma população que ultrapassava ligeiramente um milhão de habitantes⁴²⁹. Era, por outro lado, a prova do crescimento dos exércitos que, como regista a cronística lusa, se reflecte na extensão da logística, ao referir que todos bem armados e encavalgados, e provydos d’ artilharias, armas e tendas, e de todo ho mais que pera guerra pertencia, e tudo em grande perfeiçam⁴³⁰, merecendo destaque a “carruajem que era muyta”⁴³¹.

Pouco depois, o exército retomou a marcha, cuja ordem vale a pena observar. Seguia diante do exército Diogo de Barros que, enquanto adañ-mor, ia com alguns ginetes “por descobridores”, a fim de bater o terreno. Depois, o Marechal D. Fernando Coutinho que, nas funções de coordenação de alojamento e de abastecimento inerentes ao cargo, vinha “com guias e outra jente ordenada, por apousentador do arrayal”. Precedia Vasco Martins de Sousa Chichorro, capitão da guarda montada “dos genetes d’ ElRey em sua batalha”⁴³². Atrás, seguia o núcleo do exército com a “avamguarda del Rey”, comandada

⁴²⁷ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXVII, p. 832.

⁴²⁸ GÓIS, Damião de *Ibidem*, Cap. L, p. 117.; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXVII, p. 832; RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Ed. conforme a de 1798. Introdução de J. Veríssimo Serrão. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, Cap. IX, p. 7.

⁴²⁹ Segundo João José Alves Dias, mau grado o primeiro numeramento por todo reino se fizesse somente entre 1527 e 1532, a população portuguesa vinha mostrando sinais de mudança em relação à depressão demográfica iniciada no século XIV e, já antes de meados da centúria de Quatrocentos, dava indícios de um crescimento que se terá mantido regular até à primeira metade do século XVI, quando veio o referido censo no reinado de D. João III veio a contabilizar cerca de 1.300.000 habitantes (DIAS, João José Alves, *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. 5 – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica. Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 11-16.

⁴³⁰ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*. Cap. CLXXVII, p. 832.

⁴³¹ RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. IX, p. 7

⁴³² Note-se que este emprego do termo “batalha”, que aqui transcrevemos do texto de Rui de Pina (embora os demais cronistas portugueses e os castelhanos também utilizem o vocábulo com esta acepção), se reporta a um dado corpo de combatentes que obedecia a um dado comandante e não a um confronto em campo aberto. Essa terminologia, que utilizaremos ao longo do nosso trabalho, poderá encontrar sinónimos em designações como “esquadras”, “esquadrões”, “batalhões” ou contingentes, entre outras.

por Lopo de Albuquerque, e logo a “carryagem”, o trem de apoio com armamento, munições, vitualhas e demais parafernália logística. Seguiu-se a batalha real, com bandeiras desfraldadas, de onde D. Afonso V saía ocasionalmente e “com certos genetes andava provendo de batalha em batalha”. Às alas deste corpo destacavam-se, “huma de cada parte”, as “esquadras” de D. Afonso, Conde de Faro, de D. Henrique de Meneses, Conde de Loulé, de D. Afonso de Vasconcelos, Conde de Penela, e de D. João de Castro, Conde de Monsanto. Na retaguarda, seguia D. Fernando (Duque de Guimarães) que, repartindo as funções de Condestável com seu irmão D. João, assumia as tarefas operacionais e deixava-lhe “o officio nas Vyllas e causas judiciais”⁴³³. A organização das tropas na entrada acarretava, para além da sua operacionalidade, um efeito psicológico que deixou registo em Castela⁴³⁴. Estava-se, segundo Luís Miguel Duarte, “perante um exército maduro, comandado por um rei militarmente experiente e sabedor”⁴³⁵. De facto, havia vinte e seis anos que D. Afonso V se estreara nas armas, na Batalha de Alfarrobeira. Porém, vinha sendo sobretudo em Marrocos que desenvolvia a sua actividade bélica, de onde provinha a experiência da arte de guerrear que os comandantes e os soldados manifestariam nesta campanha⁴³⁶. Foi, portanto, naquela ordem que as tropas chegaram a Plasência onde, no dia

⁴³³ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXVII, p. 832.

⁴³⁴ Alonso de Palencia registou a passagem da poderosa hoste de D. Afonso V, enfatizando a sua opulência aquando da entrada em Castela: “Abriram a marcha as cruces de ouro e de prata, e o cântico dos hinos sagrados, em louvor do Deus dos exércitos enchia os ares (...). Incrível parecia aos que recordavam o antigo poderio lusitano que se houvessem podido reunir tão consideráveis forças. Eram muitos os vasos de prata cinzenta e abundava por tal forma a moeda de ouro e prata que o rei dispunha para as soldadas de 600.000 cruzados do valor dos florins de Veneza. Isto sem contar as riquezas dos grandes e dos opulentos cavaleiros. Em suma, os tesouros da Guiné de tal modo haviam enriquecido o rei e os seus magnates que a sua antiga soberba se tinha convertido em orgulho desenfreado.” (CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimientos Portugueses*. vol. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 1979, p. 63-64).

⁴³⁵ DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.*, p. 375.

⁴³⁶ Através das narrativas que descrevem as operações norte-africanas do reinado de D. Afonso V, constatamos as actuações de muitos combatentes que o acompanhariam na guerra pela Coroa de Castela. Pela leitura da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, em que é narrada tentativa de conquista de Tânger e a cavalgada na Serra de Benacafu em 1463-1464, podemos localizar os nomes de: Diogo de Barros; Vasco Martins Chichorro; o Marechal, D. Fernando Coutinho; o Conde de Guimarães, D. Fernando (elevado a Duque em 1470); o D. Afonso (feito Conde de Faro em 1469); D. Afonso de Vasconcelos (feito Conde de Penela em 1471); D. Henrique de Meneses (seria feito Conde de Loulé em 1471, mas então acompanhava o seu pai, D. Duarte de Meneses, Conde de Viana); D. Afonso de Vasconcelos (feito Conde de Penela em 1471); o próprio Duarte de Almeida, de quem mais à frente daremos conta, já então transportava o Pendão Real enquanto Alferes-mor. (ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978. Cap. CRIIJ-CLIIII, p. 336-352). Segundo Rui de Pina, na *Crónica do Senhor Rey Dom Affonso V*, participaram com o monarca e com o príncipe D. João na campanha que, em 1471, resultou na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger: D. Henrique de Meneses (Conde de Valença e prestes a receber o Condado de Loulé); D. Fernando (então Duque de Guimarães); o seu irmão, D. João, futuro Marquês de Montemor e Condestável; e D. João de Castro, que

29 de Maio, se realizou o casamento de D. Afonso V e D. Joana e a respectiva aclamação como reis de Leão e Castela. Embora naquela fortaleza, pertença do Duque de Arévalo, se tivessem juntado além do Marquês de Vilhena, o Conde de Ureña, entre outros partidários, o rei logo ordenou o regresso a Portugal de D. João Galvão, Bispo de Coimbra, como Fronteiro da comarca da Beira e de Pero d'Albuquerque, enquanto capitão de Sabugal e Alfaiates⁴³⁷. Não era descabido este reforço, pois D. Isabel e D. Fernando procuravam já fomentar, através de doações a particulares, os ataques à fronteira de Portugal⁴³⁸. Dando escala ao conflito, somar-se-ia a guerra naval que fomentariam, desde finais de Julho⁴³⁹, e que seria rapidamente direccionada às rotas e aos espaços ultramarinos dos portugueses, no Atlântico. Porém, era no interior do reino que se batiam há mais tempo com os levantamentos dos apoiantes de D. Joana que, aos poucos, se iam manifestando por todo o reino⁴⁴⁰. Como tal, em Abril, na expectativa da entrada portuguesa, tinham convocado a partir de Toledo o exército, dirigindo-se a “todos los grandes e cavalleros”, a “mas gente de cavallo e de pie” e, inclusive, a homiziados, para que “sirvan durante seis meses en la guerra”⁴⁴¹.

Em princípios de Junho, o epicentro das operações era ainda a região do Douro castelhano. De Plasência, o recém-aclamado monarca de Leão e Castela rumara a Arévalo⁴⁴², cabeça do Ducado do seu partidário, D. Álvaro de Stuñiga, onde se

por morte de seu pai nessa campanha lhe sucederia no Condado de Monsanto (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXII-CLXVII, p. 818-825).

⁴³⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LI, p. 118-119.

⁴³⁸ Por carta de 10 de Maio de 1475 doavam a vila portuguesa de Almeida, a conquistar, ao vizinho de Ávila Rodrigo Cortés (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, «Documentos – 21» In. *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. vol. 1. Valladolid, Gráficas Andrés Martín, 1958, p.78-82).

⁴³⁹ D. Isabel e D. Fernando expediam de Medina del Campo, a 27 de Julho de 1475, uma carta dirigida à estrutura naval do reino, desde o “almirante mayor de la mar” e seus “logares tenientes”, e a particulares, fomentando a guerra no mar com os portugueses (IDEM, «Documentos – 27». In *Ibidem*, p. 87-89).

⁴⁴⁰ Embora o epicentro dos apoiantes de D. Joana fosse a região de Zamora, onde o Duque de Arévalo e o Marquês de Vilhena contavam importantes senhorios, outras regiões manifestavam-lhe também o seu apoio: na Galiza, era o caso de Pedro Álvares de Sottomayor, na região de Toledo e de Madrid, o Mestre de Calatrava e o Arcebispo D. Afonso Carrilho, e na Andaluzia, em torno do Marquês de Cádiz. Veja-se: BÉRNALDEZ, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, Cura que fué la villa de los Palácios, y Capellan de D. Diego Deza, Arzobispo de Sevilla*. t. 1. Sevilla, Imprenta que fue de J. M. Geofrin, 1869. Cap. XI, p. 35-38; GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*. Ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Fernandes. Lisboa, Universidade Nova, 1977. Cap. LII, p. 120; PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reyes Católicos*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. vol. 1. Madrid, Espasa-Calpe, 1943. Cap. XXVIII, 94-95; Cap. XXXVII, p. 120-121.

⁴⁴¹ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, «Documentos – 20». In *Ob. Cit.*, p. 75-76.

⁴⁴² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIX, p. 833-834.

concentraram mais apoiantes castelhanos⁴⁴³. Por acordos com João de Ulhoa, um dos notáveis de Toro, que prometeu entregar-lhe a fortaleza, D. Afonso V pôs-se em marcha e conseguiu entrar na *urbe*. Porém, o castelo, sob o comando da própria mulher do alcaide Rodrigo de Ulhoa (irmão de João de Ulhoa), Maria de Ulhoa, logo ofereceu resistência. Assim teriam início os combates⁴⁴⁴.

Nesta operação, que se terá iniciado já próximo de meados de Julho⁴⁴⁵, D. Afonso V fez instalar um cerco ao castelo. Com que armas o terá atacado? Não o sabemos. Porém, cremos que se terá socorrido da artilharia pirobalística, que havia trazido de Portugal⁴⁴⁶. Como quer que tenha sido, depressa o *Africano* se viu entre dois fogos. D. Fernando de Aragão, partindo de Valladolid à frente de uma importante força (onde se contavam mesmo tropas aragonesas, sob o comando do seu irmão bastardo, D. Afonso)⁴⁴⁷ que, segundo Damião de Góis, atingia cerca de 12.000 cavaleiros e de 30.000 infantes⁴⁴⁸ (números considerados inflacionados)⁴⁴⁹, veio assentar arraial a cerca de meia légua de Toro. Porém, ainda que com superioridade numérica, o aragonês não terá atacado por o castelo estar “em todo tam percebido e com estancias tam armado, e affortalezado”⁴⁵⁰, conforme é

⁴⁴³ Segundo o cronista castelhano Bernaldez, Arévalo, onde D. Afonso V se concentrou numa fase inicial com os seus apoiantes, era “muy fuerte” e revelava-se estratégica porquanto se localizava “en el comedio del reyno” (BERNALDÉZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XVIII, p. 63). Talvez essa condição tenha facilitado a convergência de vários apoiantes castelhanos, referindo Damião de Góis que ali “se vieram pera elle muitas pessoas príncipaes de Castella” (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LIII, p. 120).

⁴⁴⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIX, p. 834.

⁴⁴⁵ Apontamos para uma data próxima de meados de Julho de 1475, pois uma carta datada de 16 desse mês, do judeu Guedaliah Ibn-Yahia, físico e astrólogo de D. Afonso V, para Isaac Abravanel, seu conselheiro político e financiador, dava conta do sucesso que estava a ser o cerco ao castelo de Toro, que dizia estar quase conquistado (STEINHARDT, Inácio, «Um documento hebraico sobre a Batalha de Toro». *Cadernos de Estudos Sefarditas*. nº 5, (2005), p. 115-134).

⁴⁴⁶ Sustentamos ainda o emprego no assédio ao castelo de Toro de artilharia pirobalística, aliás já utilizada com frequência na tomada de praças norte-africanas (a conquista de Arzila, em 1471, foi disso exemplo), em parte pelo que a descrição de Rui de Pina deixa antever. O cronista, ao mencionar que o exército que D. Fernando conduziria às imediações de Toro era “de gentes e artelharias muyto mais poderosos” que o de D. Afonso V, permite-nos deduzir pela comparação (independentemente da validade ou não da questão numérica) que o rei português ali também possuísse as armas em questão. Veja-se: PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIX, p. 834.

⁴⁴⁷ Acompanhavam ainda D. Fernando o Almirante e o Condestável de Castela, bem como importantes nobres como o Duque de Alba, o Duque de Nájera e o Conde de Haro (BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XVIII, p. 64).

⁴⁴⁸ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LIII, p. 121-122.

⁴⁴⁹ DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.*, p. 377.

⁴⁵⁰ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIX, p. 834.

corroborado pela cronística castelhana⁴⁵¹. Seguiu-se uma cortês troca de mensagens entre os dois régios comandantes, documentada entre 21 de Julho e 4 de Agosto, não se chegando a acordo para uma batalha campal ou mesmo para um duelo particular entre ambos⁴⁵². No entanto, seria a acção das tropas comandadas por D. Afonso, Conde de Faro, D. Francisco Coutinho, Conde de Marialva e dos cavaleiros hospitalários de Diogo Fernandes de Almeida, Prior do Crato, que, “de dia e de noyte”⁴⁵³, iam dar rebates no campo inimigo (tendo-se mesmo aproximado, com perigo, da posição de D. Fernando)⁴⁵⁴, a par da actividade de Pedro de Medanha, alcaide de Castro Nuño que, do lado exterior, cortava as linhas de abastecimento, que levou à retirada do aragonês para Medina del Campo⁴⁵⁵. Entretanto, o castelo de Toro defendia-se como podia dos “muitos combates e minas” e, tanto quanto sabemos, não faltou a guerra psicológica através de provocações do alto das muralhas⁴⁵⁶. Contudo, já sem esperança de socorro, acabou por se render a D. Afonso V⁴⁵⁷.

Beneficiando de um período em que os Reis Católicos se debatiam com problemas para manter de pé um exército significativo⁴⁵⁸, o *Africano* assenhorear-se-ia de Zamora após o “joanista”, João de Porras, ter aliciado o alcaide, seu genro, para “fazer vir a dyta

⁴⁵¹ Segundo Pulgar, D. Afonso V logo que chegou a Toro “puso sitio sobre la fortaleza, y mandou poner las estancias que pusieran de fuera fueron tan fortificadas, que no pudieron entrar ninguno socorro de gente en la fortaleza sin recibir gran dano” (PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XLI, p. 126-129).

⁴⁵² Na primeira carta enviada a D. Afonso V, o aragonês, não podendo socorrer o castelo de Toro nem acometer sobre os sitiados, sugere outra modalidade para o confronto: “y si vuestra real senoria, por non tener tantas gentes que puedan igualar con las suyas dexa de salir a la batalla, dize que sera contento que este debate se determine por la batalla de su real persona a la vuestra” (SESMA MUÑOZ, Angel, «Carteles de Batalla cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)». *Revista Portuguesa da História*. t. 16 (1978). (Sep Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). p. 285).

⁴⁵³ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIX, p. 834.

⁴⁵⁴ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XVIII, p. 65.

⁴⁵⁵ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LVI, p. 124-125. O cronista dá conta como a retirada de D. Fernando não foi aproveitada por D. Afonso V, já que o primeiro seguia em grande dificuldade e vulnerabilidade. A própria rainha D. Isabel, segundo Góis, ao saber do desaire do marido, ter-se-ia deslocado de Tordesilhas a Medina del Campo, onde o repreendeu e aos demais senhores “com varoil animo...do grande erro que tinham cometido, em tam vergonhosamente leuantarem ho çerquo de Toro” (GÓIS, Damião de, Cap. LVI - Cap. LVII, p. 125).

⁴⁵⁶ A citada carta de 16 de Julho de 1475, do judeu Guedalialh Ibn-Yahia para Isaac Abravanel, afirmava que os defensores do castelo teriam feito troça de D. Afonso V “dizendo que era sodomita e que a sua mulher foi possuída e bastarda e penduraram sobre o castelo, num sítio alto, um par de cornos.” (STEINHARDT, Inácio, *Ob. Cit.*, p. 116-117).

⁴⁵⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LIII, p. 120.; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXIX, p. 834.

⁴⁵⁸ É Damião de Góis que nos diz que, após a retirada de D. Fernando diante de Toro, D. Isabel tinha o tesouro esgotado, pelo que, para não sobrecarregar o reino com novos impostos, procurou recolher a prata das igrejas “que nellas nam servia ordinariamente para culto diuino” (GOIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LVII, p. 125-126).

Cidade a servyço e obediencia d'ElRey Dom Afonso”⁴⁵⁹. Ali recebido solenemente com a rainha D. Joana, sendo já aguardado pelo Arcebispo de Toledo⁴⁶⁰, veio o monarca a saber do cerco que D. Fernando impunha à cidade de Burgos, defendida sob o comando de Juan de Stuñiga (sobrinho do Duque de Arévalo). Reunido o Conselho, D. Afonso V decidiu partir, pois, nas palavras de Pulgar, “aquele socorro que le era necessário... para conseguir el efecto de su empresa”⁴⁶¹. Afinal, sendo o bastião joanista mais a Este, não se tratava de uma posição fulcral, quando havia a expectativa da entrada de Luís XI pelos Pirinéus?

Já em Arévalo, onde discutia o plano do auxílio a Burgos e fazia concentrar as forças do Marquês de Vilhena e de outros senhores, “lhes adoeção de fructas, e do viço da terra, e morreo muita gente”⁴⁶². Parecia tratar-se de uma consequência logística do crescimento dos exércitos: a dificuldade do tratamento de uma enorme quantidade de resíduos (humanos, animais e materiais), especialmente em tropas estacionadas, acarretava frequentemente este tipo de enfermidades (além do mais era Verão)⁴⁶³. Depois de muitos aconselhamentos, D. Afonso V avançou novamente no caminho de Burgos e, chegado a Peñafiel (domínio do seu partidário, Conde de Urenha)⁴⁶⁴, soube que o Conde de Benavente fora enviado por D. Isabel para Baltanás “para hazerle guerra por todas las partes”⁴⁶⁵. Decidido a dar combate, o rei dirigiu-se a esta vila, onde há conhecimento de mais um assédio: usaram-se artilharias contra os muros de Baltanás e escadas nas técnicas de aproximação; a maioria das forças sitiadas combateu apeada, mas uma pequena força de cavalaria para “segurar rebates e torvações do campo”, às ordens de D. Troilo Carrillo, filho do Arcebispo de Toledo, garantia a cobertura do cerco; do interior, os sitiados defendiam-se com espingardas e artilharias (a fortificação estaria já adaptada para a instalação da pirobálica)⁴⁶⁶. Com baixas consideráveis de parte a parte, o Conde de Benavente ter-se-á rendido ao final da tarde do mesmo dia, quando era já “hora de vespera”⁴⁶⁷.

⁴⁵⁹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LIII, p. 121.

⁴⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. LIII, p. 120-121. PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXX, p. 835.

⁴⁶¹ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XLIX, p. 156.

⁴⁶² GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXI, p. 132.

⁴⁶³ DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.*, p. 377.

⁴⁶⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXX, p. 835.

⁴⁶⁵ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. L, p. 158-159.

⁴⁶⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXX, p. 836.

⁴⁶⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXII, p. 134-135.

Ocupada e saqueada a vila de Baltanás, D. Afonso V voltou a Peñafiel e, uma vez mais, lhe sobrevinham os “porlixos conselhos”⁴⁶⁸ sobre a ida a Burgos. O rei recuaria! A cronística castelhana acentua o seu temor pelo cerco de D. Fernando de Aragão⁴⁶⁹, mas os cronistas lusos enfatizam a pressão dos seus conselheiros portugueses⁴⁷⁰. Era final de Setembro e o *Africano* retrocedia por Arévalo e Toro, pensando ir invernar em Zamora. Pelo meio, enviou o Conde de Penamacor e Rui de Melo a conquistar a pequena vila de Cantalapedra que, com relativa facilidade, parece ter sido dominada na sequência de uma escalada feita de noite. Porém, esse novo domínio vinha engrossar o esforço que obrigava o rei a dispersar tropas em guarnições em Castela⁴⁷¹.

Enquanto D. Afonso V, pela “ribera de Duero hacia su estado”, os Reis Católicos consolidavam vários pontos do território: D. Fernando, empregando artilharia pirobalística e engenhos neurobalísticos, apertava um violento cerco ao castelo de Burgos⁴⁷²; a própria D. Isabel, comandando tropas no terreno, deslocava-se a León e evitava a traição da cidade⁴⁷³; na zona de Madrid, faziam guerra aos senhorios do Conde de Ureña e do Marquês de Vilhena que, vendo-se a perder património, pediam a D. Afonso V que avançasse para o interior do reino. Segundo Pulgar, acentua-se um desencontro na estratégia a seguir pelo rei de Portugal e seus partidários, pelo que “comenzó entre él y ellos, de esto, algunas hablas de descontentamientos los unos de los otros”⁴⁷⁴. Damião de

⁴⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXI, p. 133.

⁴⁶⁹ Segundo Andrés Bernáldez, D. Afonso V “...no oso dende pasar a socorrer Burgos, porque supo de los grandes favores y grandes gentes que se allegaban y recrecian a el Rey D. Fernando, y volviöse a Arévalo, dende á Toro y Zamora...” (BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XIX, p. 67).

⁴⁷⁰ Rui de Pina escreve que o *Africano* “foy dos Portugueses aconselhado que o nom fizesse e tornousse a Arevallo jaa no fym de Setembro” (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXI, p. 636). Damião de Góis vai mais longe e aponta que “Hos Portugueses mais desejosos de verem a fim desta Guerra que cobiçosos de ha seguirem, diziam que ho Castello de Burgos nam importaua tanto porque houuesse de poer sua pessoa a tamanho risco, e ventura, que melhor lhes parecia tornarsse sua Alteza e Areuallo, ou a Çamora, ou a Touro, porque alli eram mais vezinhos a Portugal, onde cada dia poderiam ter nouasdos seus, e de suas casas, e hauer socorro do Regno com menos difficuldade quando lhes neçessario fosse” (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXIII, p. 136).

⁴⁷¹ O esforço de empenhamento de tropas em guarnições estendia-se, nos últimos tempos, não só aos castelos que tomava pela força como, de acordo com Damião de Góis, aos que lhes eram dados como garantias, conforme foi o caso da libertação do Conde de Benavente, que entregou “hos lugares de Majorca, Portel e Vilhana, nos quaes elRei dom Afonso pos seus Capitães, e gente de guerra.” (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXII, p. 135).

⁴⁷² BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XX, p. 67.

⁴⁷³ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LII, p. 164-166.

⁴⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, Cap. XLVI, p. 148-149.

Góis acrescenta que esta indefinição crescente levaria vários apoiantes joanistas, a breve trecho, a afastarem-se desta causa em defesa dos seus próprios interesses⁴⁷⁵.

D. Afonso V solicitou a presença do filho para fazer o ponto da situação da campanha. Chegava já o Príncipe à fronteira de Miranda do Douro quando Vasco Martins Sousa Chichorro, “que pasou o Doiro a nado”, o encontrou e comunicou uma nova: preparavam-lhe uma cilada na ponte de Zamora⁴⁷⁶. Em cada margem do rio existia uma torre, cujos alcaides, Francisco de Valdez e Pero de Mazariegos, haviam sido secretamente aliciados por D. Isabel⁴⁷⁷. D. Afonso V procurou submeter a torre mais próxima de Zamora com um ataque de “espingardas e tiros outros, e bestas”, mas também com recurso às tradicionais técnicas incendiárias, como “lenha pez e fogo”. Foi, porém, repellido através de virotões e tiros que, causando importantes e consideráveis baixas, o levaram a suspender o inconsequente ataque e a regressar à cidade⁴⁷⁸. Intra-muros, debatia-se a situação sob um ambiente crispado e, segundo Rui de Pina, manifestavam-se diante do rei duas tendências de opinião, que se vinham mostrando difíceis de conciliar: os castelhanos defendiam a permanência para combater as torres; os portugueses, desconfiados dos perigos que corriam em Zamora, propunham “que com a Raynha se saysse”. Assim o fez. D. Afonso V que, deixando uma guarnição na cidade, se dirigiu com D. Joana para Toro⁴⁷⁹.

Não tardou que, pactuando com os alcaides das torres da ponte, as tropas isabelinas, vindas de Vilhalpando, entrassem de noite em Zamora, pelo que a guarnição fiel a D. Afonso V se viu obrigada a recolher ao castelo⁴⁸⁰, para cujo cerco D. Fernando logo “fez vir muitas bombardas, e munições de guerra das villas vizinhas, com grande abastança de

⁴⁷⁵ De acordo com Damião de Góis, o próprio Marquês de Vilhena, figura de proa entre os apoios castelhanos de D. Afonso V, vendo “tomadas muitas villas, e castellos”, mormente pelas acções do Mestre de Santiago e do Conde de Cifuentes, escreveu ao *Africano* a incitá-lo a avançar para Madrid, que tinha na mão, pois dali criaria uma base segura de operações, já que as terras vizinhas (que eram do Mestre de Calatrava) estavam por si. O monarca, optando por outra estratégia e tendo respondido somente com promessas vãs, deu azo a que o Marquês começasse a “vacillar no seruiço delRei dom Afonso, e buscar modos honestos, e secretos pera se lançar da parte delRei dom Fernando, e da Rainha donna Isabel” (GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXIII, p. 138-140).

⁴⁷⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXIV, p. 838-839.

⁴⁷⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXVII, p. 143. PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LIII, p. 167-172.

⁴⁷⁸ Rui de Pina destaca que, no ataque à torre de Zamora, “feriram muytos Senhores pryncipaaes e Fydalgos” com tiros de espingarda, dando conta dos casos do Conde de Vila Real, de D. João de Lima, de D. Rodrigo de Castro, filho do Conde de Monsanto (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXVI, p. 840). Garcia de Resende refere que esses “rijos combates” provocaram baixas mortais com impacto, do que registou os exemplos do filho do próprio Marechal, D. Tristão Coutinho, ou de D. João de Sousa que, quando recorria escadas de assalto, o “derribarão da torre abaixo com huma viga” (RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XI, p. 9).

⁴⁷⁹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXVI, p. 840-841.

⁴⁸⁰ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *La conquista del trono*. Madrid, Ediciones Rialp, 1989, p. 148-150.

mantimentos”⁴⁸¹. Multiplicavam-se as acções bélicas naquela zona. O *Africano* foi dar vistas diante de Zamora, sem que D. Fernando saísse à liça. Retribuir-lhe-ia a “cortesia” o aragonês junto de Toro, com idêntico resultado. Então, entre as duas cidades, sucediam-se as escaramuças, numa autêntica guerra de movimentos de cavalaria. Foi o caso da acção do Conde de Penamacor e de outros nobres que, perseguindo os “corredores” mandados por D. Fernando, acabaram presos já próximo de Zamora, “donde sahio outra gente de refresco”⁴⁸².

Em suma, como sintetizou Luís Miguel Duarte, as operações do conflito vinham-se resumindo a “algumas escaramuças, alguns cercos, uns bem sucedidos e outros não e, sobretudo, muitas manobras, num incessante jogo do gato e do rato, em que os exércitos adivinham movimentos, simulam outros, montam emboscadas, ameaçam dar batalha, chegam perto, para de imediato retirarem e atraírem a perseguição dos contrários.”⁴⁸³.

⁴⁸¹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXX-LXXI, p. 148-149.

⁴⁸² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXVIII, p. 842.

⁴⁸³ DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.*, p. 376.

4.3.

A BATALHA

Sabendo do caso da traição da ponte, o príncipe regressou de Miranda do Douro à Guarda, onde reuniu Conselho. Teria noção do enfraquecimento do exército do pai, entre baixas em combate, dispersão de forças em guarnições e do regresso de muitos a Portugal; apercebia-se do afastamento de vários partidários castelhanos; e não perdera de vista que, para assegurar o êxito da aliança prometida por Luís XI, seria determinante retomar o caminho do sucesso. Nesse contexto, e num esforço extremo para o reino, determinou manter a ida pessoal a Castela com o maior auxílio militar e económico possível⁴⁸⁴.

Podemos vislumbrar como a prolongada campanha de D. Afonso V esgotava drasticamente os recursos, sendo crescentes as dificuldades de financiamento. Para além das rendas do reino e de empréstimos de particulares, D. João teve de recorrer, como escreveu Garcia de Resende, à “prata das Ygrejas e, Moesteiros”⁴⁸⁵. De acordo com o que Príncipe determinava a 15 de Dezembro de 1475, “vista a necessidade em que el Rey meu senhor he de dinheiro”⁴⁸⁶, a solução mais fácil e imediata passaria pela recolha das peças de prata dos templos para amodar com os cunhos de Castela, acção que se processou apesar da resistência dos responsáveis eclesiásticos locais⁴⁸⁷. Entregue a regência de Portugal à princesa D. Leonor e providas “as frontarias Capytaaes, Alcaydes e jente”, D. João partiu da Guarda no final de Janeiro de 1476, com o exército que ali fizera concentrar. Pulgar refere 20.000 combatentes⁴⁸⁸, mas os números parecem-nos manifestamente inflacionados.

Cruzando a fronteira por Castelo Rodrigo, o Príncipe tomou a vila de San Felices e seguiu por Ledesma que, sendo contrária, “comprou” a paz com “dinheiro, mantimento e

⁴⁸⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 841.

⁴⁸⁵ RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XII, p. 10.

⁴⁸⁶ MARQUES, José, «O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das Igrejas para custear a guerra com Castela – Apêndice N.º 1». In *Ob. Cit.*, p. 319-320.

⁴⁸⁷ Segundo o estudo documental de José Marques, só nas sés de Braga e de Coimbra, na Colegiada de Guimarães e na Confraria de S. João do Souto foram retiradas com o uso da força, entre Janeiro e Abril de 1476, cerca de 100 quilogramas de prata, contando-se entre as muitas peças artisticamente trabalhadas: castiçais, frontais, cruzeiros, imagens sacras, caldeiras, lâmpadas e navetas (IDEM, *Ibidem*, p. 305- 324).

⁴⁸⁸ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap.LX, p 195.

provysooes em abastança”⁴⁸⁹. A 9 de Fevereiro, D. João era jubilosamente recebido em Toro e logo planeou, com o pai, ir atacar o cerco ao castelo de Zamora, que D. Fernando ainda sitiava⁴⁹⁰. D. Afonso V fizera apelo aos apoiantes castelhanos, mas desta feita só temos conhecimento, de entre os principais, da comparência do Arcebispo de Toledo⁴⁹¹. Em meados do mês, deixando a cargo do Duque de Guimarães e do Conde de Vila Real a guarda da rainha D. Joana, o rei percorreria com o grosso do exército os cerca de trinta quilómetros para poente, que separavam as localidades. Quantos homens seguiam? O cronista castelhano, Andrés Bernáldez, o único que indica números concretos, refere 3.500 cavaleiros e 5.000 peões, soma que, atendendo ao evoluir da guerra, não nos custa a crer que andasse próxima da realidade⁴⁹².

As forças acamparam do lado oposto a Zamora, na margem sul do Douro, próximo do Convento de S. Francisco, onde D. Afonso V e D. João se instalaram. Não podendo desalojar o inimigo das suas posições ou socorrer directamente o castelo, o exército fortificou o arraial com “cavas e baluartes” para combater as torres da ponte⁴⁹³. Tratava-se, segundo o relato do marido de D. Isabel, de “mantas fuertes que traia fechadas para aquello, é detrás dellas assento su artilheria, com la qual comenzó luego á tirar”⁴⁹⁴. Porém, o impasse manteve-se cerca de duas semanas tornando-se, à ausência de um confronto efectivo, numa “batalha logística”. Promoveu-se ainda um encontro entre representantes das duas partes, no meio do rio Douro, mas dele não resultou qualquer acordo. No entanto, as baixas causadas no exército de D. Afonso V pelas “muitas chuvas, frios e neues”⁴⁹⁵ ou por “lhe falecerem os mantimentos, e lhe não poderem vir”⁴⁹⁶, quando D. Isabel trabalhava por cortar as linhas de abastecimento⁴⁹⁷, terão feito o rei decidir-se pelo regresso a Toro.

⁴⁸⁹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXVII, p. 841-842.

⁴⁹⁰ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *La conquista del trono*, p. 153.

⁴⁹¹ Damião de Góis refere que, ao afastamento do Marquês de Vilhena, somava-se já o do Duque de Arévalo pois, uma vez tomado em Janeiro o castelo de Burgos, o seu filho D. Pedro de Stuñiga promovia já conversações com D. Isabel com vista à concórdia face à família (GÓIS, Damião de, Cap. LXXIV, p. 156-157).

⁴⁹² BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 73.

⁴⁹³ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXIX, p. 843.

⁴⁹⁴ SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, Pedro, «Batalla de Toro». In *Coleccion de Documentos Inéditos para La Historia de España*. t. 13. Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, 1848, p. 396-397.

⁴⁹⁵ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXXVI, p. 160.

⁴⁹⁶ RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XIII, p. 11.

⁴⁹⁷ Segundo Fernando del Pulgar, D. Isabel tinha enviado 1.000 cavaleiros com o Duque D. Afonso, irmão de D. Fernando, a Fonte Sabugo, a fim de cortarem as linhas de abastecimento do exército português, que

Era o dia 1 de Março de 1476. De madrugada, levantado o arraial, o monarca tomou caminho pela via paralela ao rio, com os elementos mais lentos do exército, o trem de apoio, a “artelharia e jente de pee”⁴⁹⁸, seguido pouco depois pelo Príncipe que, na retaguarda, comandava o grosso da cavalaria⁴⁹⁹. Pela manhã, D. Fernando terá sido avisado pelas vigias da ponte da saída do inimigo e preparara-se para fazer sair o grosso das suas tropas. Logo se depararia com dificuldades no escoamento: além da estreiteza da ponte de Zamora, tiveram ainda que passar os “obstáculos” que constituíam as obras defensivas dos antigos sitiados⁵⁰⁰. Para compensar a perda de tempo, o aragonês enviou na frente “çiertos caballeros que mando escaramuçar com los portugueses”⁵⁰¹, embora, consciente do perigo em que poderia resultar a desordem e a precipitação dos mais adiantados, logo tenha feito seguir Diogo de Cáceres com 200 ginetes para os conter e enquadrar devidamente⁵⁰².

Transposto o rio, sabemos da disposição das tropas que o marido de D. Isabel determinara. Tomaria lugar ao centro, a batalha do monarca, “con algunos caualleros sus criados, y otros continuos del palácio real”⁵⁰³, além das forças enviadas da Galiza pelo Conde de Lemos e pelas tropas concelhias que, entre outras localidades, provinham das cidades de Salamanca, Zamora, Ciudad Rodrigo, Medina del Campo, Valladolid e Olmedo. À direita seguiriam “seis esquadras de gente”, respectivamente comandadas por D. Álvaro de Mendonza, D. Afonso de Fonseca, senhor de Coca e Alahejos, Pedro de Guzmão, “Bernal frances”, Pedro de Velasco e Vasco de Vivero.⁵⁰⁴ À esquerda, do lado do rio, ordenaram-se as “quatro alas grandes”⁵⁰⁵, constituídas pelas forças do Cardeal, D. Pedro de Mendonza, do Duque de Alba, D. Garcia de Toledo, do Marquês de Astorga, embora comandadas por D. Garcia Osório, e do Almirante e tio do rei, D. Afonso Enriquez. A peonagem, também de acordo com Damião de Góis, é mencionada no meio destas

provinham das localidades vizinhas de Toro, Castro Nuño e Siete Iglesias (PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LX, p. 198).

⁴⁹⁸ PEREIRA, Gabriel, «Descrição da Batalha de Toro». In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 369.

⁴⁹⁹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 73.

⁵⁰⁰ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 208. SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, Pedro, «Batalla de Toro». *Ob. Cit.*, p. 397.

⁵⁰¹ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 208.

⁵⁰² GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXVI, p. 160.

⁵⁰³ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 208.

⁵⁰⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 208-209.

⁵⁰⁵ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXVI, p. 161.

batalhas⁵⁰⁶. Que efectivos teria a hoste de D. Fernando? O único cronista que escreveu números concretos foi, uma vez mais, Andrés Bernáldez: 2.500 cavaleiros e 5.000 peões⁵⁰⁷. As cifras, *grosso modum*, não se deverão distanciar da dimensão dos exércitos, mas, apesar de impossível de as atingir com exactidão, parece-nos pouco provável que as forças de D. Afonso V fossem mais numerosas que as do Príncipe aragonês, tanto mais que este vinha sendo sucessivas vezes reforçado desde que entrou em Zamora e surgia agora acompanhado por importantes nobres e por altos titulares de cargos militares. Neste tema, há que considerar que a crónica portuguesa e castelhana e os relatos do confronto do futuro D. João II e de D. Fernando dão a entender a medida que lhes é, respectivamente, mais conveniente⁵⁰⁸.

A hoste comandada pelo marido de D. Isabel teria alcançado o inimigo já a uma légua de Toro, tendo gasto na “perseguição” quase todo o dia (note-se que no início de Março, embora se aproxime o equinócio da Primavera, as noites ainda ocupam a maioria das 24 horas)⁵⁰⁹. Segundo as fontes, D. Fernando fizera alto ao chegar à base de uma pequena serra, a nascente da qual já se encontrava o exército joanista, e hesitava em dar combate, pois além do cansaço das tropas, segundo o relato do próprio, “era ya casi puesto el sol” e havia ainda que vencer a linha de alturas⁵¹⁰. De acordo com Fernando del Pulgar, o Conselho que fizera reunir estava dividido. No entanto, segundo o mesmo cronista, o Cardeal terá sido a voz mais opositora ao regresso imediato a Zamora e chamara atenção para o óbvio: os exércitos ainda não se haviam avistado frente-a-frente e o retorno sem se

⁵⁰⁶ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 208-209.

⁵⁰⁷ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 74.

⁵⁰⁸ A crónica portuguesa dará como a entender, como se verá na batalha através das descrições de Rui de Pina, Garcia de Resende e Damião de Góis, uma superioridade numérica castelhana. O facto de nunca se referir a números concretos poderá significar que a diferença não fosse assim abissal e, como tal, digna de ser registada. D. João, no relato da batalha que fará assentar em 1482, dirá que o inimigo tinha vantagem de “bem VII centas ou VIII centas lanças” (PEREIRA, Gabriel, «Descrição da Batalha de Toro». In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 158). Já D. Fernando, sem especificar, referiu que a vantagem numérica estava com os portugueses: “era mas gente en número que la que conmigo estava” (SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, «Batalla de Toro». In *Ob. Cit.*, p. 397.). Bastante parco, o cronista castelhano Fernando del Pulgar referiu somente que “habia poca diferencia de la gente de caballo del un exército al outro.” (PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 211).

⁵⁰⁹ SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, «Batalla de Toro». In *Ob. Cit.*, p. 398.

⁵¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 398.

dispor ao combate não permitiria a D. Fernando clamar vitória⁵¹¹. Subindo às elevações, teria avistado as tropas inimigas e insistia que retroceder colocaria a honra em causa⁵¹².

O Príncipe aragonês, anuindo, deu ordem para passar a serra. Da sua perspectiva, estendia-se para nascente, conforme descreveu Oliveira Martins, uma vasta planície na direcção de Toro⁵¹³. Eram os campos de Pelayo Gonzalez, pequena aldeia que ali ficava próxima⁵¹⁴. No entanto, uma cadeia montanhosa, a sul, e o Douro, a norte, balizavam o terreno em pouco mais de mil metros, tanto mais que nessa altura, conforme descreveu D. Fernando, o rio se apresentava particularmente caudaloso⁵¹⁵. Parecia tratar-se de uma escolha de D. João: sabendo da aproximação do inimigo (o Príncipe deveria manter escaramuçadores que vinham no contacto com os do exército adversário, conforme nos é sugerido pelo recontro ocorrido já próximo da serra e de que resultou o ferimento do Conde de Loulé, o qual teve de ser recolhido a Toro)⁵¹⁶, terá procurado esperá-lo num terreno em que podia tirar partido de dois obstáculos naturais. Só isso dá sentido a que o príncipe tenha mandado avisar o rei, que seguia mais à frente, o qual logo terá regressado⁵¹⁷.

O combate precipitava-se. O exército joanista, estando “ElRey Dom Fernando já muy cerca, e chegarse com muita pressa”, não terá demorado muito tempo a dispor-se tacticamente. Rui de Pina, referindo em traços largos a organização de D. Afonso V e D. João, aponta que “fizeram logo de toda a gente nom mais de duas batalhas”⁵¹⁸. Já Damião de Góis desenvolve a ordem do dispositivo de forma mais detalhada. Ao centro, na vanguarda da batalha real, encontravam-se alguns cavaleiros castelhanos, comandados por Rui Pereira e, logo, o Conde de Faro, D. Afonso, com a sua gente. À direita, tomavam posição o Arcebispo de Toledo com as suas tropas, seguido pelas forças do Duque de Guimarães e do Conde de Vila Real, os quais haviam permanecido em Toro e, por fim a peonagem, repartida em quatro fracções que, à semelhança da de D. Fernando, seguia “toda

⁵¹¹ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 210-211.

⁵¹² MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*. Colecção Batalhas de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, Quidnovi, 2006, p. 96.

⁵¹³ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *O Príncipe Perfeito*. Introdução e notas de Henrique de Barros Gomes. Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1954, p. 1-2.

⁵¹⁴ SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, IN «Batalla de Toro». *Ob. Cit.*, p. 398.

⁵¹⁵ Segundo D. Fernando de Aragão, por acção das chuvas de Inverno, “el rio iba tan crecido que en él non se fallaba vado alguno” (IDEM, *Ibidem*, p. 397).

⁵¹⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC, p. 844.

⁵¹⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXVI, p. 162.; PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC, p. 844.; RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XIII, p. 11.

⁵¹⁸ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC, p. 844;

posta da banda do rio”. Dada a sua especificação à parte dos restantes corpos combatentes, inclusivé dos demais peões que portavam armas de arremesso ou de propulsão, não constituiriam estes infantes uma força vocacionada para a luta de choque? O seu armamento, de qualquer forma, permanece uma incógnita. A esquerda do exército, mais afastada, era comandada pelo príncipe D. João que, com o Bispo de Évora, trazia “muitos besteiros, e espingardeiros”, cuja conjugação de armas foi também reforçada pela descrição de D. Fernando⁵¹⁹. O filho de D. Afonso V, ao ver um rápido afastamento de uma das seis “esquadras” que tinha pela frente, tomou igual procedimento para não ser flanqueado e mandou distanciar um corpo para o sopé da serra, cujo comando atribuiu a D. Pedro de Meneses, o qual tinha sob as suas ordens Fernão Martins Mascarenhas, seu capitão de ginetes, Gonçalo Vaz de Castelo Branco e Rui de Sousa. Na retaguarda do exército, comandava uma força de reserva D. João de Castro, Conde de Monsanto⁵²⁰. D. Fernando de Aragão, tanto quanto podemos notar, não terá alterado o grosso da disposição das suas gentes e, após ditar as últimas ordens, ao contrário dos régios comandantes seus opositores, iria tomar lugar numa pequena elevação à retaguarda⁵²¹.

Era já crepúsculo e caía uma chuva miúdinha⁵²². De forma célere, registam-se as praxes da guerra. Os comandantes fazem as respectivas arengas às tropas; surgem os reis de armas a desafiar o inimigo para a batalha; por fim, as trombetas dariam o sinal do início do confronto e ter-se-ão ainda ouvido os gritos portugueses por S. Jorge e os castelhanos por Santiago⁵²³. A esquerda do exército, “de menos jente, e porém cortesaã e mui limpa”⁵²⁴, comandada pelo príncipe D. João (tinha estandarte próprio, portado pelo seu Alferes Lourenço de Faria)⁵²⁵ avança sobre as seis alas castelhanas, posicionadas do lado da serra. A acção inicial dos besteiros e dos espingardeiros, que logo terá provocado um dano considerável nos castelhanos⁵²⁶, foi seguida por uma eficaz carga em bloco da cavalaria

⁵¹⁹ SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, «Batalla de Toro». In *Ob. Cit.*, p. 398.

⁵²⁰ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXVII, p. 163.

⁵²¹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC, p. 844.

⁵²² BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 75.; GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 845.

⁵²³ MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 99.

⁵²⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXC, p. 844.

⁵²⁵ A par do Alferes de D. João, é-nos referida a presença sob o comando do príncipe de Jorge Correia, Comendador do Pinheiro e, portanto, destacado membro da Ordem de Cristo. Nesta base, não será possível que tenham participado na batalha forças das ordens monástico-militares? Acresce que, à data, o próprio príncipe era já Mestre de duas dessas ordens (Avis e Santiago), pelo que não será de excluir a presença destes corpos (IDEM, *Ibidem*, Cap. CXCI, p. 845).

⁵²⁶ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 212.

(estes ataques, num primeiro momento, far-se-iam de lança em riste)⁵²⁷ que parece ter batido o inimigo que, desordenado, não tardou a pôr-se em fuga⁵²⁸. À direita do Príncipe, o grosso do exército, sob o comando de D. Afonso V, confronta-se com a força mais abundante do adversário, que transportava o estandarte de D. Fernando. Segundo Rui de Pina, o factor numérico parece ter sido determinante para as dificuldades dos “joanistas”, tendo as tropas fernandinas logo rompido e causado alguns mortos. O ataque parece ter sido precedido de uma “gram soma d’espingardeiros” e, pela explicação do cronista, podemos perceber mais detalhadamente o impacto das armas de fogo: ao referir que “ao romper fizeram com seus tiros fronteiros devydar, e enfiar [paralisar de medo] os cavalos” sugere que, mais que um danos físicos, parece terem sido os efeitos sonoros e visuais a provocar consequências efectivas, ao espantar as montadas e desordenar as forças de D. Afonso V. Garcia de Resende confirma esta acção das espingardas: “fizerão grande dano aos cavalos”⁵²⁹. Porém, ter-se-á ainda dado violento choque, provocado pelo corpo da bandeira real e pelos quatro “batalhões” dos grandes senhores⁵³⁰, destacando-se o sucesso da força comandada pelo Duque de Alba⁵³¹. Salienta-se a quantidade e qualidade das forças, em particular a “muyta, e muy grossa gente d’armas encubertados”, provavelmente os cavaleiros cobertos de armadura e com cavalos protegidos, conforme já se usava àquele tempo e os “genetes”, designados à parte, porventura armados de forma mais ligeira. Pelo meio registam-se, entre as narrativas, os estrondos da artilharia, mas cremos que a sua presença no campo de batalha terá sido residual⁵³².

De acordo com Fernando del Pulgar, o combate entre as batalhas reais terá durado cerca de uma hora, com resultado relativamente indefinido⁵³³. Mas, como quer que tenha sido, parece certo que estava dado o golpe de misericórdia nas forças de D. Afonso V. O

⁵²⁷ Segundo Fernando del Pulgar, as cargas de cavalaria ter-se-ão feito de lança em riste. Depois, no combate próximo, dá a entender que os ginetes recorriam também as espadas: “y quebradas las lanzas vinieron al combate de las espadas” (IDEM, *Ibidem*, Cap. LXIV, p. 213).

⁵²⁸ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 845.

⁵²⁹ RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XIII, p. 13.

⁵³⁰ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 212-213.

⁵³¹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 74.

⁵³² Sabemos já que os exércitos português e castelhano possuíam estas armas. No entanto, a Batalha de Toro, dada a precipitação com que parece ter ocorrido (e dado o adiantar do dia), não terá sido propícia a que de antemão se tenha andado a assestar no campo as artilharias, para mais com as limitações de mobilidade que ainda as caracterizava. O cronista Fernando del Pulgar regista, no entanto, o uso da artilharia pelas forças do príncipe D. João (PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 212-214).

⁵³³ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXIV, p. 212-213.

combate corria mal à sua peonagem, que era desbaratada e encurralada contra o rio, onde vários combatentes encontraram a morte por afogamento. Quanto ao corpo comandado pelo Príncipe, “em que avia menos gente, e de que nam havia vista nem recado”, o rei tê-lo-á julgado perdido⁵³⁴. A visibilidade também já não seria a melhor. O próprio estandarte real, após terem decepado Duarte de Almeida, era tomado pelo adversário. D. Afonso V, assistindo à desorganização das forças senhoriais que o acompanhavam, que cediam e retiravam frequentemente, e “vendo já diante antresy e a ponte de Touro muyta gente contraira”⁵³⁵, temeu o pior. Possivelmente por conselho de Pedro Álvares de Souto-Maior, futuro Conde de Caminha “e per outros que o sempre acompanhavam”⁵³⁶, o rei determinou deixar o campo com uma pequena escolta e foi acolher-se naquela noite ao castelo vizinho de Castro Nuño, onde o alcaide Pedro Medaña o recebeu. Do outro lado da refrega, decerto observando o avanço do Príncipe na perseguição às seis alas da sua direita e não conseguindo descortinar o que se passava ao certo na batalha real, D. Fernando encomendou o comando das forças ao Duque de Alba e ao Cardeal e abandonou o local com destino a Zamora⁵³⁷.

D. João terá então suspenso a perseguição que movia, por ver o inimigo reunir a sua gente e, evitando ser surpreendido por um golpe de mão, fez as suas forças regressar ao campo. No rescaldo, quando já se recolhiam os feridos, ocorreram pequenos recontros entre alguns que saíam a “arremesar as lanças”⁵³⁸, sucedendo-se a prisão do velho Conde de Alva de Liste, D. Henrique Enriquez, por D. Vasco Coutinho. Doutra escaramuça resultou a recuperação do estandarte real português, pelo escudeiro Gonçalo Pires, que “a tomou a hum Souto-Mayor Castelhana que a levava, e o prendeo sobre sua menagem”⁵³⁹. Porém, os comandantes recorriam já aos instrumentos sonoros, fazendo tocar “trombetas e atabalues”⁵⁴⁰ e, de acordo com o discurso do próprio Príncipe, ao acendimento de fogueiras: anoitecera rapidamente sobre o campo⁵⁴¹. D. João, “em hum corpo çarrado...

⁵³⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 846.

⁵³⁵ IDEM, *Ibidem*, Cap. CXCI, p. 846.

⁵³⁶ IDEM, *Ibidem*, Cap. CXCI, p. 846.

⁵³⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXVIII, p. 167.; PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXIV, p. 215.

⁵³⁸ PEREIRA, Gabriel, «Descrição da Batalha de Toro». In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 158.

⁵³⁹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 847.

⁵⁴⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. CXCI, p. 846.

⁵⁴¹ PEREIRA, Gabriel, «Descrição da Batalha de Toro». In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 158.

atras da sua bandeira”⁵⁴², terá mesmo conseguido recuperar vários dos que haviam combatido junto da batalha de seu pai, como fora o caso do Arcebispo de Toledo, consituindo uma “gruessa batalla de caballeros á una parte encima de un cabezo”⁵⁴³. Segundo os cronistas, os contendores reagrupavam tão próximo que ouviam o que se dizia do lado oposto⁵⁴⁴. Contudo, as forças já não se envolveram em novo recontro, pois, como escreveu Damião de Góis, “ha noite era tam scura”⁵⁴⁵ que, como acentuou Fernando del Pulgar, “ni veian ni se conocian unos a otros”⁵⁴⁶. Já sem rei no campo, o Duque de Alba e o Cardeal, dado o adiantado da hora e distância de Zamora, não arriscaram qualquer ataque e fizeram as forças regressar àquela base⁵⁴⁷. Também sem monarca na hoste estava o Príncipe, que não sabia do paradeiro do pai. Aconselhado pelo Arcebispo de Toledo a não permanecer três dias no campo, em sinal de vitória, mas somente três horas, D. João, no dia seguinte, com “bandeiras despregadas se foi a caminho de Touro”⁵⁴⁸ e, segundo Rui de Pina, “com repouso e regradada ordenança”⁵⁴⁹.

Em termos de rescaldo, percepção dos mortos, feridos e prisioneiros desta curta batalha, que se precipitara ao final do dia, não se afigura fácil fazê-lo. As crónicas castelhanas, ora apontam que na hoste de D. Fernando se deram “algunos muertos e feridos”, mas “mucho mas portugueses”⁵⁵⁰, conforme escreveu Pulgar, ora referem que “ovo mucho poco daño de muerte de hombres”, como escreveu Andrés Bernáldez, que aponta para os portugueses um quadro de 1.200 mortos (entre os que tombaram em combate ou se afogaram no Douro)⁵⁵¹. A cronística portuguesa, salientando o desbarato provocado pelo Príncipe, acaba por ser bastante omissa quanto à mortandade ou aos ferimentos no campo (embora assumam que se recolhiam estes últimos).

Creemos que as baixas não terão sido significativas nem muito díspares entre os dois exércitos: o tempo da batalha não foi longo, a desigualdade teria provocado outro resultado ou afectado a operacionalidade dos exércitos. A ter acontecido uma mortandade de certa

⁵⁴² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 846.

⁵⁴³ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 74.

⁵⁴⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 847.

⁵⁴⁵ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXIX, p. 169.

⁵⁴⁶ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XLIV, p. 215.

⁵⁴⁷ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXIX, p. 169. PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XLIV, p. 215.

⁵⁴⁸ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXIX, p. 170.

⁵⁴⁹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 848.

⁵⁵⁰ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. XLIV, p. 215.

⁵⁵¹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIII, p. 75.

dimensão, não escapariam a uns e outros cronistas os nomes das vítimas mais proeminentes, como foi o caso dos prisioneiros. Quanto a esses capturados, acreditamos, por idênticas razões, que não terão constituído um grupo significativo, para além dos que pelas narrativas temos conhecimento, os quais recordamos: do exército “joanista”, o Alferes Duarte de Almeida, também mutilado; das forças de D. Fernando, o Conde de Alva de Liste, que era afinal tio de D. Fernando e, de forma muito vaga, um “Souto-Mayor Castelhana”, a quem se recuperou o pendão real de D. Afonso V. No entanto, o resultado final da batalha tornou-se, desde logo, objecto da construção política do êxito. D. Fernando, que abandonara o campo e chegara a Zamora sem saber do resultado do confronto, logo começou a dar conhecimento ao reino do regresso “com vitória e mucha alegria á esta cibdad” e, relatando a batalha a seu jeito⁵⁵², encomendava em agradecimento “publicas é devotas procesiones, dando graacias e loores á nuestro Señor, é á la bien aventurada madre suya”⁵⁵³.

De Portugal, responderia D. João II que, em 1482, sabendo da manutenção destas celebrações em Castela, procurou não ser ultrapassado na propaganda. “Por quanto as cousas notavees e dignas de grande memoria especialmente aquellas que sam feitas pelos grandes rex e príncipes devem ser manifestas a todos”⁵⁵⁴, justificava o então monarca, fazia também escrever a peleja de forma claramente parcial⁵⁵⁵ para anualmente, no dia da efeméride, assim se narrar nas homilias e se realizar “sollene precissom” de louvor aos patronos de Portugal, que o haviam conduzido à vitória: Nosso Senhor, Virgem Maria, S. Jorge e S. Cristóvão⁵⁵⁶.

⁵⁵² D. Fernando, na carta que faz escrever à cidade de Baeza na madrugada de 2 Março de 1476, descreve de forma altamente parcial a Batalha de Toro: sinteticamente, sem grandes pormenores do desenrolar do confronto, expõe uma tremenda vitória de inspiração divina sobre as tropas portuguesas, nas quais omite habilmente prestação das forças do príncipe D. João (SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, «Batalla de Toro». In *Ob. Cit.*, p. 396-400).

⁵⁵³ IDEM, *Ibidem*, p. 399-400.

⁵⁵⁴ PEREIRA, Gabriel, «Descrição da Batalha de Toro». *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 369-370.

⁵⁵⁵ A narrativa da Batalha de Toro de D. João II, mandada escrever durante um Conselho reunido em Viana do Alvaro a 12 de Março de 1482, centra-se na sua acção, pela qual assume um enorme protagonismo ao conduzir na linha da frente os seus homens a uma vitória espectacular. Ao invés, em relação às forças de D. Afonso V, nada mais adianta que acometera sobre as gentes de D. Fernando (IDEM, «Descrição da Batalha de Toro». In *Ibidem*, p. 369-370).

⁵⁵⁶ IDEM, «Procissão commemorativa da Batalha de Toro». In *Ibidem*, p. 369-370.

4.4.

CONSEQUÊNCIAS

Após a batalha, o que sucede aos dois exércitos? Em Zamora, D. Fernando continuou o assédio ao castelo e, aparentemente sem novas tentativas de socorro aos sitiados, viria a conquistá-lo ao fim de pouco mais de duas semanas de combates, a 19 de Março⁵⁵⁷. Em Toro, onde chegou sob escolta enviada pelo filho na manhã do dia 2 daquele mês, D. Afonso V parecia continuar a acreditar no sucesso das armas e, aparentemente, também as suas forças se mantinham operacionais⁵⁵⁸.

Regressava D. João a Portugal, indo já “ter a Pascoa a Miranda do Douro”, e já o *Africano* desencadeava uma luta de movimentos em torno das suas posições⁵⁵⁹. Sabendo que D. Fernando instalara um primeiro cerco sobre Cantalapiedra, de imediato enviou os seus “corredores que foram dar no arrayal” dos sitiados, quase aprisionando o Príncipe aragonês. Pouco depois, mais uma vez privilegiando o recurso a uma força ligeira, terá ido “aforrado com soos myl lanças sem carriagens” montar uma cilada sobre D. Isabel, à saída de Madrigal, a qual também não resultaria por, no dizer de Rui de Pina, “avyso secreto que a Raynha d’ alguma pessoa do arrayal d’ ElRey Dom Affonso recebera”, acabando por não sair da vila na data em que se previa⁵⁶⁰. O rei português, obrigando à dispersão de tropas inimigas em redor das suas bases no Douro, desencadeou ainda várias razias a castelos e povoações da zona de Salamanca⁵⁶¹. No fundo e por algum tempo, como já notou Luís Miguel Duarte, “a guerra voltou ao que era antes”⁵⁶².

D. Afonso V, ainda que “mais quomo capitam fronteiro”⁵⁶³, conforme registou Damião de Góis, manteve-se em Castela até Junho de 1476. Não estaria à espera da entrada no reino dos soldados franceses que atacavam a fronteira da Biscaia? De facto, durara até sensivelmente essa altura a ofensiva comandada por Sire d’ Albert, com início na época da

⁵⁵⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *La conquista del trono*, p. 158.

⁵⁵⁸ MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 102.

⁵⁵⁹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCII, p. 848-849.

⁵⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. CXCII, p. 848-849.

⁵⁶¹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXXVII, p. 180.

⁵⁶² DUARTE, Luís Miguel, *Ob. Cit.*, p. 389.

⁵⁶³ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXXVII, p. 180.

ida de D. João a Toro, tendo as tropas francesas passado a fronteira pirenaica. No entanto, após tomarem e pilharem pequenos lugares, ficaram detidas no assédio a Fuenterrabia, fortaleza-chave para a penetração em Castela. Aí, o exército de Luís XI teve de se bater com os reforços que chegaram ao inimigo, comandados pelo Conde de Salinas, D. Diogo Sarmento, sendo obrigado a levantar o cerco à praça e a regressar a França, aparentemente sem reorganizar uma nova invasão⁵⁶⁴. Reacção do rei gaulês à falta de um efectivo êxito de D. Afonso V? Certo é que o *Africano*, que dirigira uma inconsequente campanha, via também fragilizar-se a sua base de apoio castelhana, com o afastamento de muitos senhores que, acautelando os respectivos interesses, cediam à política de perdões dos futuros Reis Católicos. Só até Setembro, segundo Luís Suárez Fernández, reconciliaram-se com os monarcas: o Duque de Arévalo, o Conde de Urenha, o Mestre de Calatrava e o próprio Marquês de Vilhena⁵⁶⁵.

Mas D. Afonso V mantinha de pé a chama da guerra e continuava a colocar toda a esperança num auxílio enérgico da França. Talvez por isso, decidiu deslocar-se à Corte de Luís XI. Para tanto se encaminhou para Portugal, com a rainha D. Joana, vindo já passar a festa do Corpo de Deus a Miranda do Douro. Contudo, mostrando como não descurava as bases durienses, sustentáculo da sua realeza em Castela, “leixou nas outras fortalezas jente e Capitaaes de recado, e em Touro jente de guarniçom”, comandada pelo Conde de Marialva, D. Francisco Coutinho⁵⁶⁶. O rei partiria de Lisboa ao cabo de dois meses, nos fins de Agosto, enquanto o Príncipe “na entrada de Janeiro se foy logo antre Tejo e Odiana, donde mandou continuar a guerra contra Castella”⁵⁶⁷. Continuava assim a luta que seu pai iniciara ao entrar no reino vizinho.

Entretanto, D. Isabel e D. Fernando davam sequência a um objectivo inicial, isto é, promoviam os confrontos fronteiriços que, segundo Humberto Baquero Moreno, se destinavam a enfraquecer a operacionalidade do exército português⁵⁶⁸. Para tanto, ordenavam, como fizeram por carta de 20 de Junho de 1475 a D. Afonso de Cardenas, que

⁵⁶⁴ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXIV, p. 76-77.; GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LXXI, p. 151.

⁵⁶⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Historia de España*. vol. 7 – Los Trastámara y los Reyes Católicos. Coord. Angel Montenegro Duque. Madrid, Editorial Gredos, 1985, p. 221-222.

⁵⁶⁶ D. Afonso V, decido a cimentar a sua posição em Castela, promoveu antes da sua partida para Portugal o casamento de D. Francisco Coutinho com D. Maria d’ Ulhoa, filha do recém-falecido alcaide de Toro (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCIII, p. 850).

⁵⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. CCI, p. 860.

⁵⁶⁸ MORENO, Humberto Baquero, «Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos». In *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. Série 2, vol. 10 (Porto, 1993), p. 106.

se fizesse guerra “a fuego e sangre, entrando en el dicho reyno de Portugal e tomando e devastando e destruyendo qualesquier villas e lugares”⁵⁶⁹. E é certo que esses confrontos se estenderam ao longo de uma considerável superfície de fronteira, do Minho ao Algarve⁵⁷⁰. Na Galiza, o castelhano Pedro Alvarez de Sotomayor tomou as praças de Tui e de Baiona para D. Afonso V, que as manteve até ao fim da guerra⁵⁷¹. Na raia alentejana, temos notícia das conquistas castelhanas de Ouguela, em Junho de 1475 e, no início de 1476, de Arronches e de Alegrete, por D. Afonso de Monroy⁵⁷², bem como da queda de Noudar às mãos de Martim de Sepúlveda⁵⁷³. Neste teatro de operações a acção do Príncipe, incumbido do governo de Portugal na ausência do pai, foi efectiva. Por exemplo, recuperou Ouguela “com a mais jente de pée e cavallo que foy possível” e, escreve o cronista, “com algumas artelharias”, reafirmando o seu espaço na guerra de cerco⁵⁷⁴.

Feito também Regente de Castela durante a viagem de D. Afonso V a França, D. João não descurou, pois, as acções bélicas na fronteira, onde podemos observar os mais diversos tipos de operações militares em torno da tomada de praças. Em Fevereiro de 1477, aproximou-se do castelo de Alegrete que, segundo Garcia de Resende, se encontrava bem abastecido de víveres⁵⁷⁵. Recorrendo, uma vez mais, ao assédio, obteve a rendição da vila ao fim de um combate em que se registaram “dano e mortes” para ambos os contendores⁵⁷⁶. Mas nem sempre o Príncipe teve de recorrer a acções violentas para recuperar praças. Nesse mesmo ano, estabeleceu negociações com Martim de Sepúlveda, que ainda ocupava Noudar e, “per concerto o trouxe a seu servyço com promessas que lhe fez”⁵⁷⁷. No ano seguinte, D. João utilizou um outro estratagema ardiloso face ao levantamento do alcaide de Moura, Lopo Vaz de Castel-Branco, que tomou voz por D. Isabel: fez entrar na vila João Palha, Mem Palha, Diogo Gil e Rui Gil, naturais de Évora, dissimulando que fugiam da sua justiça. Contudo, uma vez acolhidos pelo alcaide, assassinaram-no e permitiram a entrada

⁵⁶⁹ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, «Documentos – 25». In *Ob. Cit.*, p. 85-87.

⁵⁷⁰ MORENO, Humberto Baquero, «Documento n.º 2». In «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478». *Sep «Anais»*. 2ª Série. vol. 25. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1971, p. 316.

⁵⁷¹ GÓIS, Damião de, *Ob. Cit.*, Cap. LII, p. 120.

⁵⁷² MORENO, Humberto Baquero, *Ob. Cit.*, p. 107-109.

⁵⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 110.

⁵⁷⁴ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CLXXXIII, p. 838.

⁵⁷⁵ RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XV, p. 16.

⁵⁷⁶ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCI, p. 860.

⁵⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, Cap. CCI, p. 861.

do Príncipe que, num golpe de mão, “segurou a Vylla e a fortelleza”⁵⁷⁸. Entretanto, do outro lado da fronteira, tinha o regente conseguido, através do castelhano Pedro Pantoja, os castelos de Zagala e de Pedra Buena, que eram parte do Mestrado de Alcântara, onde logo colocou os seus alcaides e guarnições⁵⁷⁹.

Neste contexto ofensivo, registam-se também penetrações consideráveis em território luso, as tais “grandes cabalgadas de Portugal” sobre que escreve Andrés Bernáldez⁵⁸⁰. Numa delas, em 1477, o Mestre de Santiago terá ido mesmo “correr as portas Deuora” e, no regresso a Castela, terá sido surpreendido na zona de Mourão por D. Diogo de Castro, o qual, com cerca de 150 lanças, lhe caiu sobre a retaguarda e fez vários cativos⁵⁸¹. Essas operações de grande mobilidade levavam a cabo uma mútua luta de desgaste, de saque e de pilhagem, em que eram “robados muchos ganados, bestias e prisioneros”⁵⁸². De tudo ficaram profundas cicatrizes económico-sociais, em especial na região do Alentejo. Para aliviar os problemas daí decorrentes, D. Afonso V viria a isentar do pagamento de várias rendas uma quantidade considerável de povoações, em virtude dos ataques sofridos ao longo da guerra com Castela⁵⁸³.

Mas, para além da fronteira terrestre, uma outra frente se mantinha activa por estes anos e dava maior dimensão à guerra: o Atlântico. Desde o primeiro momento da campanha afonsina em Castela que D. Isabel e D. Fernando tinham entendido a importância de um ataque sistemático nessa zona. Por isso, logo em finais de Julho de 1475, iniciaram um processo conducente a efectivos ataques no mar, dando autorizações várias, nomeadamente a particulares, para armarem contra os portugueses “naos e carracas e galeras e fustas e

⁵⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, Cap. CCIV, p. 865-866.

⁵⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, Cap. CCI, p. 861.

⁵⁸⁰ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXVII, p. 81.

⁵⁸¹ RESENDE, Garcia de, *Ob. Cit.*, Cap. XVI, p. 17-18.

⁵⁸² PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXXXIV, p. 290.

⁵⁸³ Por uma carta datada de 24 de Maio de 1480, D. Afonso V isentava do pagamento de rendas e de outros encargos com base nos ataques a várias povoações que terão sido significativamente afectadas. O monarca aludia aos “muytos trabalhos, fadigas, perdas e daptos aos moradores e lauradores” e salientava como os moradores, muitas vezes aprisionados pelo inimigo, não podiam “laurar nem semear e se semeauam nom colhiam”. Fica uma ideia do considerável alcance que o conflito produziu pela quantidade de terras que, por este documento, beneficiaram desta decisão do monarca: Serpa, Moura, Mourão, Monsaraz, Terena, Alandroal, Juromenha, Vila Viçosa, Borba, Olivença, Redondo, Elvas, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Montalvão, Assumar, Monforte, Sabugal e Santo Estêvão. Veja-se: MORENO, Humberto Baquero, «Documento n.º 2». In «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478». *Sep «Anais»*. 2ª Série. vol. 25. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1971. p. 322-323.

caravelas”⁵⁸⁴. A 19 do mês seguinte, anunciavam ao reino os alvos para a prática dessa lide: reclamavam os direitos às partes de África e da Guiné, desrespeitando o monopólio português a Sul do Bojador, reconhecido pela Bula *Romanus Pontifex* de 1455⁵⁸⁵, e estabeleciam as condições de navegação a esses seus pretensos domínios, bem como a cobrança dos quintos reais sobre os resgates conseguidos⁵⁸⁶. Os jovens monarcas pensavam atacar o adversário, que recentemente alcançara já o Cabo de Santa Catarina (1474), nos mercados que estabelecera ao longo da África Subsaariana, a fim de lhe subtrair as lucrativas fontes de rendimentos que lhe permitiam sustentar a guerra em Castela. Dessas riquezas destacavam especificamente as sobejamente cobiçadas: “oro e escravos e manegueta”⁵⁸⁷.

Foi neste contexto que rapidamente se desenvolveu uma guerra naval e de curso, que atingiu a costa de Arguim, o arquipélago de Cabo Verde⁵⁸⁸ e o golfo da Guiné. Até ao final do conflito, conforme estudou Manuela Mendonça, os futuros Reis Católicos emitiram um total de dezassete autorizações para armarem embarcações aos mares da costa africana, sendo que cada uma delas se destinava a um número indeterminado de viagens⁵⁸⁹. Face a esta intensidade de ameaças, podemos compreender as enérgicas respostas do Príncipe D. João, a quem o pai confiara os negócios guineenses, emitindo frequentemente cartas de curso e de represálias, ao ponto de, já em 20 de Junho de 1478, prescindir do quinto dos apresamentos em favor de todos os que “quiserem armar navios ou caravelas...enquanto assim andarem de armada”⁵⁹⁰. Neste contexto, deixamos uma interrogação: sendo a caravela latina, como sustentou Francisco Contente Domingues, a embarcação por excelência utilizada para navegar ao longo da costa africana, e dado que a mesma poderia

⁵⁸⁴ D. Isabel e D. Fernando expediam de Medina del Campo, a 27 de Julho de 1475, uma carta dirigida desde o “almirante mayor de la mar” e seus “logares tenientes”, bem como a particulares, fomentando a guerra no mar com Portugal, na qual as cidades da Andaluzia de Sevilha e Cádiz, pela sua vocação e localização, seriam bases de preparação por excelência. Clarificava-se, no mesmo documento, que o quinto do apresado reverteria para a Coroa. Veja-se: TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, «Documentos – 27». In *Ob. Cit.*, p. 87-89.

⁵⁸⁵ COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o infante*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009. p. 345.

⁵⁸⁶ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, «Documentos – 31». In *Ob. Cit.*, p. 95-97.

⁵⁸⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 95-97.

⁵⁸⁸ Note-se que D. Isabel, por carta de 28 de Março de 1476, ao conceder de licença a António Martin Neto para armar embarcações à conquista de territórios portugueses faz-lhe a doação da ilha de Santiago, em Cabo Verde. Pouco depois, sabemos que a ilha é atacada pelas tropas castelhanas e D. Fernando assume efectivamente a soberania da ilha em 6 de Junho de 1477 (CORTESÃO, Jaime, *Ob. Cit.*, p. 66).

⁵⁸⁹ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*, p. 87-89.

⁵⁹⁰ CORTESÃO, Jaime, *Ob. Cit.*, p. 67.

ser equipada com peças de pequeno calibre (como “falcões”), qual terá sido o papel da artilharia a bordo, neste conflito⁵⁹¹?

Enquanto as forças se confrontavam no mar, em terra a peleja continuava acesa. Regressado ao reino, depois de quinze meses de viagem, D. Afonso V, chegado a Cascais em 15 de Novembro de 1477, parecia determinado a preparar uma nova campanha em Castela. Para tanto, no Verão de 1478, transferia-se para a zona de Montemor-o-Novo e de Évora e daí contactava os seus partidários castelhanos. Contudo, a falta de apoio senhorial encontrada, a que se somava a postura evasiva de Luís XI (até que em 9 de Outubro assinava o Tratado de S. Jean de Luz com D. Isabel e D. Fernando...), não eram de molde a garantir esperanças para a causa de D. Joana. Por outro lado, o Príncipe português mostrava-se claramente contrário a uma outra operação de envergadura, comandada pelo pai⁵⁹². Além de Rui de Pina, também o cronista castelhano Fernando del Pulgar atesta a atitude de D. João⁵⁹³. De facto, o filho de D. Afonso V não dava sinais de querer retomar as grandes ofensivas. Tomara já contacto com a realidade social portuguesa; era conhecedor das dificuldades de manutenção nas suas diversas frentes; sabia quanto a guerra exauria o tesouro do reino e, porventura, já não acreditava na viabilidade do projecto que inicialmente o entusiasmara⁵⁹⁴. Ainda assim, não deixou de apoiar o pai nalgumas acções bélicas pontuais que, pressionando o adversário, permitiram a Portugal chegar numa posição confortável às negociações do tratado de paz.

Em Castela, D. Isabel e D. Fernando vinham desenvolvendo uma guerra de cercos para recuperar as posições sob obediência de D. Afonso V. Ao longo desse processo, mau grado o uso frequente da artilharia pirobalística (que continuava a coexistir com as velhas técnicas de assalto), notamos uma assinalável resistência na defesa. Ao longo da segunda

⁵⁹¹ DOMINGUES, Francisco Contente, *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 221-222.; IDEM, *Os navios do Mar Oceano. Teoria e Empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 259-265.

⁵⁹² PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCIII, p. 865.

⁵⁹³ De acordo com Fernando del Pulgar, quando D. Afonso V projectou de novo entrar em Castela “el principe su fijo, e otros algunos caballeros de sy reyno le retraian dello” (PULGAR, Fernando del, Cap. XCIX, p. 351).

⁵⁹⁴ Em 1477, D. João presidiu às Cortes que reuniram em Montemor-o-Novo, entre Janeiro a Março durante as quais foi já patente a crise. O abatimento das rendas do reino era de tal ordem que, sobretudo pela carência de moeda, o príncipe teve de convocar um Conselho para o Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro em 20 de Abril. A delicadeza da situação motivou a convocatória de novas Cortes, reunidas em Santarém no final desse ano e, dada a chegada de D. Afonso V, transferidas para Lisboa, onde se veio a pedir um gigantesco empréstimo para a guerra de 60.000.000 de reais (SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Historia de Portugal*, p. 233-234).

metade de 1476 e na primeira de 1477, D. Fernando empenhou-se nos combates na zona do Douro onde, a par da conquista de Siete Iglesias, Cubillas e S. Critovão, se destacam o cerco de onze meses a Castro Nuño, “en que la combatieron com las lombardas”⁵⁹⁵, o sítio de cinco meses a Toro (em que ainda se recorreu à neurobalística dos velhos “yngenios”)⁵⁹⁶ e, mesmo, o que instalaram à pequena fortaleza de Cantalapedra, que resistiu dois meses⁵⁹⁷. Neste último ano, no interior do reino, o castelo de Madrid era posto a cerco sob as ordens do Duque do Infantado, D. Diego Hurtado de Mendoza, situação que só se resolveria com o recurso às antigas técnicas da minagem das muralhas⁵⁹⁸. Por esta altura, e durante quase todo o ano de 1478, D. Isabel e D. Fernando estacionavam na Andaluzia onde, entre outras acções, se evidenciou o sítio à praça de Utrera que, apesar de combatida com “lombardas grandes é otros tiros medianos”, suportou quatro meses o ataque⁵⁹⁹. Os jovens reis, em Setembro, abandonavam Sevilha em direcção à Estremadura. Era essa a zona onde então se encontrava a principal resistência à sua realeza. Nessa região, o Mestre de Alcântara, D. Afonso de Monroy, detinha Montachez, Zagala e Pedra Buena, entre outros castelos, enquanto que a Condessa de Medelín, D. Beatriz Pacheco, contava ainda, além da cabeça do Condado, com Mérida e Montachez⁶⁰⁰.

O confronto luso-castelhano carecia de uma solução diplomática. No início de 1479, a um mês de se iniciarem as negociações de paz em Alcântara, um contingente português de reforço respondia ao apelo da Condessa de Medelín. O Bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, acompanhado pelo irmão, D. João de Meneses e por Diogo Lopes de Sousa, comandava uma força que, segundo Rui de Pina, andava pelos 700 cavaleiros “sem alguns de pée de pelleja”⁶⁰¹, partindo com o objectivo de reforçar Mérida. Porém, ao chegar a Albuera, foi surpreendido por idêntica força do Mestre de Santiago, D. Afonso de Cárdenas, que o bateu num breve recontro em campo aberto e o aprisionou⁶⁰². Em meados do ano anterior, uma frota castelhana de 35 caravelas partira da Andaluzia, com destino à

⁵⁹⁵ BERNÁDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXVIII, p. 81.

⁵⁹⁶ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXXXII, p. 285.

⁵⁹⁷ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXV, p. 78.

⁵⁹⁸ PULGAR, Fernando del, *Ob. Cit.*, Cap. LXXIV, p. 227-230.

⁵⁹⁹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Ob. Cit.*, Cap. XXXI, p. 90.

⁶⁰⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. XXXVII, p. 104-107.

⁶⁰¹ PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CCV, p. 866-867.

⁶⁰² PULGAR, Fernando del, Cap. CVII, p. 371-377.

Mina⁶⁰³, sob o comando de Boscon e Covides. Ali havia carregado ouro e, por esta época, começava a viagem de regresso. Em resposta, uma armada lusa capturou a totalidade das embarcações e, apreendendo os seus tripulantes e a valiosa carga, conduziu todo o espólio a Portugal⁶⁰⁴. Eram os últimos “fumos” do braço-de-ferro luso-castelhano. A 4 de Setembro, assinar-se-ia, na vila das Alcáçovas, o Tratado que encerrava este longo conflito.

⁶⁰³ IDEM, *Ibidem*, Cap. CVIII, p. 377-378.

⁶⁰⁴ Segundo Jaime Cortesão, esta operação de captura de 35 embarcações castelhanas e a condução da sua totalidade a Portugal pressuporia um maior número de embarcações lusas e o seu melhor armamento, num reino em que a artilharia a bordo vinha sendo particularmente desenvolvida (CORTESÃO, Jaime, *Ob. Cit.*, p. 69).

5.

IMPACTOS

“Por quanto para quitar los muchos males e daños que se avian resçibido y se esperauan seguir de las guerras...fueron tractadas pases.”

(TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos – 166». *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. vol. 1. Valladolid, Gráficas Andrés Martin, 1958. p. 327-328.)

“De singular importância, o Tratado das Alcáçovas, embora possa parecer apenas um modo de pôr fim a um conflito de vitória dúbia, encerra...significativos projectos políticos tanto por parte de Portugal como de Castela.”

(MENDONÇA, Manuela, *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Colibri, 2004, p. 21)

5.1.

NO TRILHO DA PAZ

Passados quatro anos de guerra, o desejo mútuo de concórdia entre Portugal e Castela iria colocar um ponto final na disputa do Trono deixado por D. Henrique IV. A paz luso-castelhana construir-se-ia por etapas e, aparentemente, sem referências a vencedores ou a vencidos. Preparava-se um novo ciclo político nos destinos dos reinos.

Na reunião no castelo de Alcântara, em finais de Março de 1479, D. Isabel e a sua tia D. Brites, Duquesa de Viseu, haviam estabelecido as bases do entendimento que seria formalizado entre as respectivas Coroas. Em 2 de Julho, em Trujillo, a jovem rainha de Castela passava uma procuração ao doutor Rodrigo Maldonado, membro do seu Conselho, para “tractar, platicar todas las cosas...sobre que son las dichas guerras, e discussyiones e diferencias”⁶⁰⁵ com o rei de Portugal e, conforme expressava abertamente no documento, com o príncipe herdeiro⁶⁰⁶, o qual vinha assumindo um destacado papel em todo este processo diplomático⁶⁰⁷. Nesse Verão, as derradeiras negociações decorreriam em território português e, a 19 de Agosto, em Évora, seria a vez de D. Afonso V e de D. João nomearem seu procurador D. João da Silveira, Barão do Alvito⁶⁰⁸.

Chega o dia 4 de Setembro de 1479 e, finalmente, os dois representantes da diplomacia portuguesa e castelhana reúnem-se na vila alentejana de Alcáçovas. Nas casas da Duquesa D. Brites, D. João da Silveira e o doutor Rodrigo Maldonado assinam e juram sobre os Evangelhos e o sinal da Cruz o clausulado de extensos documentos, que seriam ratificados em Toledo por D. Isabel e D. Fernando, em 6 de Março do ano seguinte. Estava-se, afinal, na presença de um complexo tratado que transcendia as causas imediatas do conflito. Compreendia quatro acordos diferentes em que, embora interdependentes, cada qual resolvia problemas específicos: o primeiro determinava as condições para a paz e

605 TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos – 166». In *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. vol. 1. Valladolid, Gráficas Andrés Martín, 1958, p. 287.

606 IDEM, «Documentos – 132». In *Ibidem*, p. 209.

607 D. Isabel ordenava ao doutor Rodrigo Maldonado, através de instruções concedidas em Agosto de 1479, que os trabalhos diplomáticos fossem discutidos diante do príncipe D. João: “que no negocie sy no con el príncipe en persona” (IDEM, «Documentos -144». In *Ibidem*, p. 217).

608 IDEM, «Documentos – 159». In *Ibidem*, p. 244.

consignava o fim da guerra; o segundo acautelava o futuro de D. Joana; o terceiro estabelecia as “Terçarias de Moura”; o quarto, por fim, designava as condições em que seriam perdoados os nobres que haviam servido D. Afonso V durante a guerra⁶⁰⁹.

Partindo do Tratado, procuraremos encontrar o seu alcance nos reinos ibéricos, mormente nos que foram directamente envolvidos, mas também a dimensão ultramarina que acarretou e, por fim, as ressonâncias que conseguiu produzir na Cristandade Ocidental.

⁶⁰⁹ MENDONÇA, Manuela, *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Colibri, 2004. p. 22-28.; ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquías medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*. La Coruña, Universidade da Coruña, 1999, p. 152-163.

5.2.

AS CONSEQUÊNCIAS NOS REINOS IBÉRICOS

Em 1479, segundo Rui de Pina, havia em Portugal e em Castela “de gente, armas, e cavallos, e principalmente de dinheiro, que he o sustancial nervo da guerra, manifestas necesydades”⁶¹⁰. Desta forma, o cronista passava uma ideia dos profundos impactos sociais e económicos que as esgotantes acções bélicas da contenda produziram nas duas Coroas, ao ponto desses motivos, na sua narrativa, terem presidido à recíproca procura da conciliação. Certo é que o Tratado das Alcáçovas-Toledo marcava uma mudança nas relações dos ex-contendores. Mas de que forma se solucionou o conflito e que consequências acarretou?

Pelo primeiro acordo, retomava-se a paz perpétua assinada em 1431 em Medina del Campo, mas com vários ajustamentos⁶¹¹. D. Afonso V renunciava, a par de D. Joana, às pretensões sobre Leão e Castela, ao passo que D. Isabel e D. Fernando se obrigavam a não mais se denominarem reis de Portugal, conforme haviam feito em jeito de retaliação. O monarca português e o seu herdeiro, por um lado, e os futuros Reis Católicos, por outro, comprometeram-se a devolver, em trinta dias sobre a publicação das pazes, “todas las çibdades, villas e logares e fortalezas”⁶¹² expugnadas desde o início do conflito, fazendo ambos os reinos tornar às anteriores configurações territoriais na Península. Em idêntico período, os ex-contendores assumiriam a libertação mútua de prisioneiros feitos durante a guerra⁶¹³. Para ambas as partes, estabelecera-se que na raia fizessem “derribar...todas las fortalezas que nuevamente se han fecho e edificado”⁶¹⁴, o que comprova a construção de fortificações (cuja tipologia, localização e número ignoramos) durante o conflito. Mas Portugal e Castela precaviam-se, ainda, face aos perigos oriundos da vertente marítima. Sequelas da pirataria ou do corso que haviam incentivado? Certo é que ambos os soberanos

⁶¹⁰ PINA, Rui de, «Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V». In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977. Cap. CCVI, p. 867.

⁶¹¹ MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 22.

⁶¹² Note-se que os jovens reis de Castela pelo Tratado assinado nas Alcáçovas se dispunham mesmo a devolver dentro de 90 dias à Coroa portuguesa, para a posse do príncipe D. João, a vila aragonesa de Alcolea (antigo senhorio de D. Afonso V, que por sua vez herdara de sua mãe D. Leonor de Aragão). Veja-se: TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos – 165». In *Ob. Cit.*, p. 273.

⁶¹³ IDEM, «Documentos – 165». In *Ibidem*, p. 274.

⁶¹⁴ IDEM, «Documentos – 165». In *Ibidem*, p. 276.

assumiram mutuamente as apreensões e o respectivo envio para os reinos de origem de autores de “robos, fuerças e tomadias en las costas, prayas, puertos, abras e mares de una e de outra parte”⁶¹⁵. Seria, pois, acerca do mar, que deste diploma sairia um acordo luso-castelhano quanto à repartição do Atlântico, conforme analisaremos mais à frente.

Porém, para encerrar a guerra, impunha-se outra questão. Que futuro determinar a D. Joana? Havia sido, afinal, móbil de todo o conflito e os termos do tratado eram agora bastante precisos ao determinar que “non sea llamada nin yntitulada de aqui adelante reyna nin princesa nin infante, e ella aya de dexar el titulo de reyna de Castilla e de Leon”⁶¹⁶. Não esqueçamos que “La muchacha”⁶¹⁷, como frequentemente a designavam os seus rivais castelhanos, continuava a ser a expressão viva da fragilidade em que assentava o poder real de D. Isabel⁶¹⁸ e, além do mais, encontrava-se na posse da Coroa portuguesa que, decerto procurando salvaguardar a honra do reino, não entregava a jovem, então já com 17 anos. Até que ponto não terá sido utilizada nas negociações pelo reino de D. Afonso V, enquanto “arma de pressão”?

Como quer que tenha sido, os futuros Reis Católicos ter-se-ão preocupado em neutralizar a ameaça à sua legitimidade e, nas negociações, haviam-se formulado, no segundo acordo do tratado, duas propostas para o destino da filha de D. Henrique IV: casaria com o Príncipe das Astúrias, D. João (então com 1 ano de idade), ou entraria em religião⁶¹⁹. No primeiro caso, D. Joana teria de aguardar, sob custódia da Duquesa de Viseu, até 1492 para que o herdeiro do Trono de Castela atingisse os 14 anos e pudesse contrair matrimónio. Face a essa situação, de acordo com o seu biógrafo, Tarcísio de Azcona, a *Excelente Senhora* (como passaria a ser conhecida em Portugal) tomou uma rápida decisão e, dois meses depois das assinaturas nas Alcáçovas, trocava já as sedas e os

⁶¹⁵ IDEM, «Documentos – 165». In *Ibidem*, p. 276.

⁶¹⁶ IDEM, «Documentos – 166». In *Ibidem*, p. 294.

⁶¹⁷ IDEM, «Documentos – 144». In *Ibidem*, p. 216

⁶¹⁸ Decerto o tempo não apagava de todo a polémica do processo de chegada ao trono castelhano por D. Isabel. Se pelo Pacto de Toros de Guisando de 1468 D. Henrique IV lhe concedeu os direitos de sucessão, o seu casamento à revelia do irmão no ano seguinte com D. Fernando de Aragão violava o estabelecido no acordo, conforme o monarca formalizou em Val de Lozoya, não tendo ficado provado qualquer acto oficial que repusesse a sua legitimidade ao Trono (conforme descrevemos no segundo capítulo deste trabalho).

⁶¹⁹ Aceites as propostas de D. Isabel, a hipótese de entrada em religião foi completamente deixada à vontade de D. Joana: “si la dicha señora doña Juana...quisiera ser monja, que lo pueda ser”. No entanto, a diplomacia portuguesa terá condicionado as escolhas dos conventos pois, de acordo com as hipóteses apresentadas, todos se localizavam em território luso: “Santa Clara de Coynbra o en Santa Clara de Santaren o en Santa Maria de la Concepcion de Beja o en el monesterio de Ihesu de Aveiro o en el Saluador de Lisboa” (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos – 166». In *Ob. Cit.*, p. 300).

brocados pelo hábito de religiosa⁶²⁰. Em 15 de Novembro de 1480, cumprido um ano de noviciado, tomaria votos Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, numa cerimónia presenciada pelo próprio príncipe D. João e por Frei Hermano de Talavera, confessor da rainha D. Isabel, enviado para se certificar do acto⁶²¹. De facto, a permanência de D. Joana em território português não terá deixado de constituir um “trunfo” que D. Afonso V e D. João detinham diante dos futuros Reis Católicos pois, em qualquer momento, se as circunstâncias o exigissem, o que os impediria de novamente a fazerem levantar por rainha de Castela^{622?}

Mas se da guerra saía anulado o matrimónio da filha de D. Henrique IV, logo outro enlace se estabeleceria entre as duas monarquias, através do terceiro acordo do Tratado das Alcáçovas-Toledo. Negociou-se o casamento de D. Afonso (com 4 anos de idade à data do acordo), filho único dos príncipes portugueses, D. João e D. Leonor, com a filha mais velha de D. Isabel e D. Fernando, também Isabel (com mais 5 anos que o infante português). Mas até que os infantes subissem juntos ao altar, só possível quando o neto de D. Afonso V atingisse os 14 anos, estabelecia-se que deveriam ser criados juntos, em Portugal, em zona de fronteira com o reino vizinho, sob a tutela da Duquesa D. Brites⁶²³ (confirmando, uma vez mais, uma grande comunhão de interesses entre a Casa de Viseu e a rainha da Castela). Para tanto se estabelecia um compromisso mútuo e de garantias recíprocas de segurança, que ficaria conhecido por “Terçarias de Moura”. Foi nesta vila do Ducado de Beja, próxima da fronteira, que se veio a estipular a residência para os infantes e onde, em Janeiro de

⁶²⁰ AZCONA, Tarcísio de, *Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja 1462-1530*. Madrid, Fundación Universitaria Española, 1998, p. 73-79.

⁶²¹ MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites. Mulher de ferro. 1429-1506*. Coleção Rainhas e Infantas de Portugal. Coord. Manuela Mendonça. Vila do Conde, QuidNovi, 2011, p. 41-45.

⁶²² Esta hipótese foi já avançada por Manuela Mendonça (MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 25). Reforça-a a preocupação constante que D. Isabel e de D. Fernando demonstrariam em relação à pessoa de D. Joana. Segundo Tarcísio de Azcona, os embaixadores castelhanos enviariam aos seus soberanos, nos tempos próximos, constantes relatórios a dar conta do seu estado, através dos quais, face a qualquer saída do Convento da filha de D. Henrique IV, se dava motivo bastante para apressar a contestação dos futuros Reis Católicos em Portugal e no Papado por incumprimento do estabelecido no Tratado das Alcáçovas-Toledo (AZCONA, Tarcísio de, *Ob. Cit.*, p. 82-86).

⁶²³ A Duquesa de Viseu, D. Brites, segundo o estabelecido no Tratado das Alcáçovas-Toledo, deveria enviar como penhor das Terçarias o seu filho mais velho, D. Diogo, para junto dos futuros Reis Católicos onde, um ano depois, seria substituído pelo irmão mais novo, D. Manuel. Contudo, a doença do primeiro levou a que, em 1481, fosse o segundo a seguir para a Corte de D. Isabel e D. Fernando (MARTINS, Maria Odete Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 49-50).

1481, já se encontravam⁶²⁴. No acordo fixou-se um pesado dote de 106.676 dobras (dois terços das quais em ouro)⁶²⁵ para a pequena D. Isabel, o que permitia a Portugal diminuir o saldo negativo causado pela guerra. As arras, do lado de D. Afonso, eram manifestamente inferiores, no valor de 7.777 dobras de ouro⁶²⁶. Entretanto, o regime das “Terçarias de Moura” seria anulado em 1483, por acordo de D. João II com os futuros Reis Católicos. Mantida a perspectiva de casamento, a mesma seria posteriormente renegociada, celebrando-se o matrimónio em Setembro de 1490, na cidade de Évora⁶²⁷. Os monarcas castelhanos, jurado que estava D. João, Príncipe das Astúrias (o único varão do régio casal), estariam desde o princípio tranquilos quanto à sucessão. Ainda assim, até que ponto o matrimónio assente nas Alcáçovas não vinha permitindo à Coroa portuguesa alimentar o sonho da união ibérica^{628?}

Para garantir o restabelecimento de paz entre Portugal e Castela ficara ainda consagrado, num quarto acordo do tratado, o perdão aos castelhanos que haviam servido D. Afonso V na guerra. Fará sentido que tenha sido a Coroa portuguesa a exigir que os seus antigos apoiantes não saíssem lesados do conflito, mas também não deixaria de servir os interesses políticos dos futuros Reis Católicos, desejosos de anular as divisões internas que marcaram a sua agitada chegada ao Trono. Assim sendo, como que dando mostras da grandeza da sua alma, os jovens monarcas haviam promulgado uma carta de perdão geral, em Junho de 1479, que passava pela restituição de títulos, ofícios, cargos, privilégios, rendas e terras aos que tivessem seguido o partido de D. Joana e estivessem dispostos a acatar a sua realeza. Esse princípio global ficaria consagrado no tratado lavrado a 4 de

⁶²⁴ BRAGA, Paulo Drummond, *O Príncipe D. Afonso, Filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*. Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 48-43.

⁶²⁵ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos -167». In *Ob. Cit.*, p. 335-336.

⁶²⁶ IDEM, Luís, «Documentos -167». In *Ibidem*, p. 337.

⁶²⁷ Note-se que o casamento de D. Isabel e do infante D. Afonso acabaria por ter uma duração bastante curta, já que a infanta castelhana acabaria por enviuar com a trágica morte de D. Afonso, ocorrida próxima de Santarém em Julho de 1491 (*História de Portugal*. vol. 2 – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 9ª ed.. Póvoa do Varzim, Editorial Verbo, 2003, p. 113-114).

⁶²⁸ Note-se que D. Isabel, por ser a filha mais velha dos Reis Católicos, não era uma hipótese longínqua quanto à sucessão da Coroa castelhana, já que do casamento de seus pais D. João era o único varão nascido. Subido ao trono de Portugal em 1495, o próprio rei D. Manuel I apressar-se-ia em contrair matrimónio com a mesma infanta, o qual se viria celebrar em 1497, ano em que ocorre a morte do Príncipe das Astúrias. Em 1498, deslocou-se o régio casal a Castela para ser jurado herdeiro do Trono. Seria em Saragoça que a já Princesa das Astúrias haveria de falecer na sequência do parto, deixando em torno do recém-nascido D. Miguel da Paz uma efémera esperança de consumação da União Ibérica, uma vez que este morreria com dois anos de idade (DIAS, João José Alves et [al.], *Nova História de Portugal*. vol. 5 – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 716-718).

Setembro, no qual ficaram também algumas disposições relativas ao perdão especial (discriminando os bens a que teriam direito) a conceder à Condessa de Medelin, a Afonso de Monroy e a Afonso de Portocarrero⁶²⁹. Mas este acordo seria controverso e, embora sem levar a qualquer ruptura diplomática, daria azo a uma interessante medição de forças entre os monarcas portugueses e castelhanos nos anos que se seguiram.

Na sequência das decisões tomadas nas Cortes de Toledo de 1480, de que é exemplo o corte das rendas concedidas aos senhores depois de 1464, os nobres que haviam apoiado o monarca português sentiram-se injustiçados face às garantias estabelecidas, meses antes, no acordo. Desde logo, D. Afonso V procurou intervir, para reivindicar o que fora estipulado para os senhores que o haviam seguido. Depois da sua morte, seria a vez do seu sucessor manter essa postura diplomática, frente à intransigência de D. Isabel e de D. Fernando. O braço-de-ferro culminaria quando estes, pelos anos de 1483-1485, passaram também a exigir a devolução de bens e honras aos seus parentes das Casas Ducais de Bragança e de Viseu (cujos líderes haviam sido executados), pretensão igualmente negada pelo rei português, que ainda reclamava a satisfação da promessa de 1479. As mútuas exigências não foram satisfeitas, mas permitiram um equilíbrio nas relações entre as duas Coroas quando, respectivamente, impunham o seu modelo político centralizador⁶³⁰.

O Tratado das Alcáçovas-Toledo, além de regular as relações luso-castelhanas, acarretou significativas repercussões políticas nas demais monarquias peninsulares. No ano em que foi assinada a paz, em 19 de Janeiro de 1479, havia falecido em Barcelona D. João II, sendo que o seu filho, D. Fernando, já rei da Sicília e consorte de Castela, conforme registou Andrés Bernáldez, “fué allá é fizo hacer las honras é obsequias...é recibió los reinos de Aragon, Valencia, é Condado de Cataluña con todas las islas á ello anexas”⁶³¹. De facto, o reconhecimento da realeza castelhana de D. Isabel, mediante a cedência de D. Afonso V de Portugal, permitiria então que se consumasse pacificamente a união das Coroas de Castela e de Aragão⁶³².

⁶²⁹ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, «Documentos -172». In *Ob. Cit.*, p.370.

⁶³⁰ MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 27-41.

⁶³¹ BERNÁLDEZ, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, Cura que fué la villa de los Palácios, y Capellan de D. Diego Deza, Arzobispo de Sevilla*. t. 1. Sevilla, Imprenta que fue de J. M. Geofrin, 1869, Cap. XLII, p. 120.

⁶³² LADERO QUESADA, Miguel Ángel, «La España de los Reyes Católicos». In *Historia de España*. Dir. de Lara Hernández. t. 4 – De la crisis medieval al Renacimiento (siglos XIV –XV). 2ª ed.. Barcelona, Editorial Planeta, 1989, p. 369-370.

O fim da guerra com D. Afonso V permitiria também aos jovens monarcas uma nova relação com a pequena monarquia de Navarra. Na sequência do Tratado de Tudela (2 de Outubro de 1476), pelo qual havia já conseguido a colocação de tropas castelhanas ao redor de Pamplona e a nomeação de alcaides e de vários oficiais no interior do reino navarro, o príncipe aragonês vinha ampliando a sua ingerência política. Negociava-se a paz com Portugal e D. Fernando, em 26 de Março de 1479, ordenava o destacamento de forças para a fronteira de Navarra⁶³³. A morte de D. João II de Aragão, e o curto reinado da sua meia-irmã, D. Leonor (não chegou a um mês, dado que falecera a 12 de Fevereiro de 1479), levou o marido de D. Isabel a declarar-se protector do seu sobrinho-neto, Francisco Febo, num processo que, como estudou Luís Suárez Fernández, culminaria na incorporação de Navarra na Coroa de Castela, em 1512⁶³⁴.

Em relação à monarquia granadina, viviam-se tréguas de três anos (estabelecidas em Janeiro de 1478) quando se assinou a concórdia com o rei português, em 4 de Setembro de 1479. Não deixa de ser sintomático que, liberto dessa frente de luta, dois meses depois (20 de Novembro de 1479) D. Fernando se dirija ao Papa a suplicar a ampliação das indulgências de conquista das Canárias para Granada⁶³⁵. A partir de então, as escaramuças foram-se nitidamente multiplicando com os muçulmanos, mormente na zona de Cádiz, aumentando igualmente a captura de prisioneiros e de mercadorias. Nas Cortes de Toledo de 1480 os jovens monarcas anunciariam a emergência da conquista do último bastião islâmico peninsular como uma prioridade no seu projecto político⁶³⁶. Em 1492, ao fim de dez anos de sistemáticas campanhas militares, os Reis Católicos dominariam finalmente o reino de Granada⁶³⁷.

⁶³³ TORRE, António de la, «Documentos – 14». In *Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Católicos*. Vol. 1. Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1949-1966, p. 13-14.

⁶³⁴ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Isabel I, Rainha de Castela*. Trad. de Ana Doolin. Coimbra, Edições Tenacitas, 2008, p. 165-169.

⁶³⁵ TORRE, António de la, «Documentos – 64». In *Ob. Cit.*, p. 50-51.

⁶³⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *El tiempo de la Guerra de Granada*. Madrid, Ediciones Rialp, 1989, p. 78-82.

⁶³⁷ IDEM, *Isabel I, Rainha de Castela*, p. 279-284.

5.3.

A DIVISÃO DO ATLÂNTICO E AS SEQUELAS NA EXPANSÃO

O Tratado de Alcáçovas-Toledo, como já referimos, consignava, no seu primeiro acordo, a repartição de terras extra-peninsulares e a definição de áreas de influência no Atlântico, tendo mesmo sido objecto de negociações os espaços ainda indefinidos. De facto, a guerra pelo Trono de D. Henrique IV havia-se estendido ao oceano e a territórios ultramarinos e, mais do que nunca, alertara para a necessidade da regulamentação das respectivas posses pelas as duas Coroas.

Não era nova a rivalidade luso-castelhana no Atlântico. Remontava ao reinado de D. Afonso IV de Portugal a controvérsia pela posse das ilhas Canárias. Estas ilhas eram, desde os finais do século XIII, alvo de expedições (não se conhecendo o regresso dos participantes), como a dos irmãos Vivaldi ou do Lançarote Malocello. O próprio rei português, em 1341, patrocinou ali uma primeira viagem (comandada por Angiolino de Corbizzi e Niccoloso de Reccho). No ano seguinte, verificaram-se já diversas navegações ao arquipélago por catalães e maiorquinos, mas a polémica estalaria quando o Papa Clemente VI, em 1344, entregou posse das Canárias directamente a D. Luís de Lacerda, apressando-se os monarcas português e castelhano a esclarecer a respectiva titularidade⁶³⁸. No espaço de um ano, D. Afonso IV fundamentava os seus direitos com a primazia da descoberta e com a proximidade geográfica, ao passo que Afonso XI procurava fazer valer o facto de se considerar o herdeiro universal dos Visigodos, aos quais, segundo o próprio, aquelas ilhas haviam pertencido. D. Luís de Lacerda nunca tomou posse das Canárias, mas a rivalidade manter-se-ia entre os dois reinos. No século XV, a controvérsia reacendeu-se, sobretudo por acção do infante D. Henrique, o *Navegador*, que tentou apoderar-se das ilhas através de expedições, como a de 1424, sob o comando de D. Fernando de Castro, e a de 1427, chefiada por António Gonçalves da Câmara, ambas mal sucedidas, devido à

⁶³⁸ LAGARTO, Mariana, «Canárias, Ilhas». *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. Direcção de Luís de Albuquerque. Coordenação de Francisco Contento Domingues. vol. 1. [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994, p. 187-189.

resistência local. Não abrindo mão das suas pretensões, D. João II de Castela conseguiria, durante o Concílio de Basileia, que Eugénio IV lhe concedesse a bula “*Romani Pontificis*”, a 6 de Novembro de 1436. Por ela revogava uma anterior, concedida havia mês e meio, que avalizava o direito de conquista das Canárias pelos portugueses⁶³⁹. A legitimidade da titularidade sobre o arquipélago era agora reconhecida aos castelhanos, mas o Duque de Viseu não desistira da sua ambição e os seus homens passaram a pilhar as caravelas castelhanas que se dirigiram ou regressavam do arquipélago e, em 1448, comprou a Maciot Bettencourt os direitos sobre a ilha de Lançarote (acabando o governador português ali colocado, Antão Gonçalves, por ser expulso dois anos depois). Em 1455, D. Henrique IV de Castela, por força dos acordos de casamento com D. Joana de Portugal, doaria aos condes de Atouguia e Vila Real o senhorio das ilhas Canária, Tenerife e Ferro, o qual seria depois transferido para o infante D. Fernando. D. Afonso V faria uma derradeira tentativa para legitimar o arquipélago junto da Santa Sé, mas, perante a reclamação dos antigos donatários, os seus esforços saíam frustrados em 1468⁶⁴⁰.

No entanto, os avanços para Sul, na costa africana, a par das dificuldades de implantação nas Canárias, pareciam determinar já o abrandamento das acções portuguesas sobre as Canárias. Abriam-se novos horizontes! Em 1441, Nuno Tristão havia chegado à Guiné; em 1445, Dinis Dias passara o Cabo Verde e, no ano seguinte, Álvaro Fernandes alcançaria o Cabo Roxo. Os novos espaços da costa subsaariana abertos aos portugueses, de onde começavam a chegar o ouro, os escravos, o marfim e a malagueta, apresentavam-se mais prometedores que as velhas ilhas disputadas. Entretanto, D. João II de Castela passaria a defender que também lhe pertencia a conquista da Guiné, o que foi rejeitado por D. Afonso V. Afinal, tal como os portugueses haviam reclamado o Atlântico próximo, agora os castelhanos reclamavam o caminho do Atlântico Sul. O Papa Nicolau V, pela Bula “*Romanus Pontifex*”, de 8 de Janeiro de 1455, consagraria a Portugal a exclusividade de navegação e conquista a Sul do Cabo Bojador⁶⁴¹. Foi retomando esta polémica que os futuros Reis Católicos, quando as caravelas portuguesas haviam já contornado todo o Golfo

⁶³⁹ MENDONÇA, Manuela, *Guerra Luso-Castelhana. Século XV*. Colecção Batalhas de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, Quidnovi, 2006, p. 114-115.

⁶⁴⁰ LAGARTO, Mariana, «Canárias, Ilhas». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 187-189.

⁶⁴¹ PEREIRA, Margarida Esteves, «Nicolau V». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Direcção de Luís de Albuquerque. Coordenação de Francisco Contento Domingues. vol. 2. [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994, p. 800-801.

da Guiné e atingido o Cabo de Santa Catarina (1474), procuraram assumir os direitos de conquista e puseram em causa o monopólio reconhecido à Coroa vizinha, legitimando as autorizações para as navegações àquelas águas e os resgates naquelas terras. Era a reacção de D. Isabel e D. Fernando, em 1475, às pretensões da Coroa castelhana por D. Afonso V⁶⁴².

Neste contexto, chegada a hora de assinar a paz, impunha-se mais que nunca, a Portugal e a Castela, definir os respectivos espaços atlânticos. Pelo Tratado das Alcáçovas, D. Afonso V e o príncipe D. João renunciavam à velha pretensão sobre o arquipélago das Canárias em favor de Castela,⁶⁴³ a quem reconheciam também o senhorio do trecho litoral africano fronteiriço àquelas ilhas⁶⁴⁴. Em contrapartida, D. Isabel e D. Fernando reconheciam à monarquia portuguesa, também “por si e por sus subçesores”, o direito de conquista sobre o reino de Fez, permitindo o desenvolvimento futuro da política expansionista com cariz cruzadístico, tão impulsionada por D. Afonso V; a posse dos arquipélagos dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde e de São Tomé; o direito exclusivo sobre todas as ilhas e terras descobertas ou por descobrir, com o respectivo comércio e pescarias, a partir de um paralelo imaginário a Sul das Canárias, que passava aproximadamente pelo Cabo Bojador⁶⁴⁵. Aparentemente, cada uma das partes havia procurado salvaguardar o que lhes pareceria mais interessante. Contudo, num futuro próximo, as sequelas da expansão ibérica obrigariam a um reajuste do acordo.

A Portugal parecia interessar a salvaguarda de um precioso caminho: o do Atlântico Sul. Pouco depois da ratificação do convénio em Toledo, D. Afonso V aprovava, por carta régia de 6 de Abril de 1480, poderes ao Príncipe, com vista à elaboração de um regimento que cometesse aos capitães das suas caravelas o apresamento de todas as embarcações estrangeiras que violassem a linha de demarcação e o lançamento das respectivas tripulações ao mar⁶⁴⁶. Subido ao trono em 1481, D. João II desenvolveria uma política de consolidação de posições estratégicas (caso da feitoria da Mina) e de exploração da costa

⁶⁴² MENDONÇA, Manuela, *Ob. Cit.*, p. 115-116.

⁶⁴³ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, TORRE, «Documentos – 165». In *Ob. Cit.*, p. 279.

⁶⁴⁴ ROMERO PORTILLA, Paz, *Ob. Cit.*, p.161.

⁶⁴⁵ Os soberanos castelhanos comprometiam-se a interditar a zona de soberania portuguesa a quaisquer viagens de comércio ou de corso à zona de exclusivo lusitano por parte de navios de súbditos seus ou de estrangeiro residentes nos seus reinos e a punir os eventuais infractores (TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, TORRE, «Documentos – 165». In *Ob. Cit.*, p. 278-280).

⁶⁴⁶ COUTO, Jorge, *A construção do Brasil*. 2ª ed.. Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 122

africana, tendo, ao fim de sete anos de governo, conseguido descobrir a comunicabilidade entre os oceanos Atlântico e Índico, através da passagem do Cabo da Boa Esperança, por Bartolomeu Dias (1488). Era claro o projecto joanino de alcançar a Índia pela circum-navegação de África; preparando-o, no ano anterior (1487) havia já expedido uma missão por terra (Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã) para colher informações sobre reinos do Índico⁶⁴⁷.

A aposta numa rota pelo Cabo secundarizava as opções que defendiam a via do Atlântico Ocidental e iria ceder involuntariamente a Castela a rota do Poente. Cristóvão Colombo encontrar-se-ia em Lisboa quando, em Dezembro de 1488, Bartolomeu Dias regressou com a notícia do feito da passagem do antigo Cabo das Tormentas. Nisto via agora o navegar negada a hipótese de um patrocínio régio à sua tese de alcançar a Índia a navegar para Ocidente. Talvez tenha sido esse o motivo que o levou a oferecer os seus préstimos aos Reis Católicos. Porém, só obteria o desejado apoio depois da conquista de Granada. Em 3 de Agosto de 1492 Colombo partia do porto de Palos, no comando de uma pequena frota de três embarcações. Da sua viagem resultaria a descoberta de algumas ilhas das Bahamas e da Antilhas, consideradas pelo navegador como pertença a um enorme arquipélago próximo da Ásia e que constituiriam um avanço da sua ilha principal, o Cipango. No regresso, Cristóvão Colombo aportaria a Lisboa e, no decurso da audiência régia de 9 de Março de 1493, D. João II comunicar-lhe-ia que as terras por si encontradas se situavam, de acordo com o estabelecido há catorze anos, numa latitude de soberania portuguesa⁶⁴⁸.

Neste contexto, tenhamos em conta que foi a força da letra do Tratado das Alcáçovas-Toledo que possibilitou ao rei português abrir uma nova “batalha diplomática” com os Reis Católicos. Perante a intransigência de D. Isabel e D. Fernando em abrir mão das descobertas colombianas, resultaria uma longa disputa, que viria a ter o seu epílogo na assinatura de um novo tratado. De facto, em 7 de Junho de 1494, os procuradores de D. João II de Portugal, Rui de Sousa, João de Sousa e Aires da Silva, e os dos futuros Reis Católicos, D. Enrique Enriquez, D. Gutierre de Cárdenas e doutor Rodrigo Maldonado assinavam, na vila de castelhana de Tordesilhas, um acordo que reformava as anteriores

⁶⁴⁷ LISBOA, João Luís, «João II, D.». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. vol. 1, p. 556-557.

⁶⁴⁸ CARRASCO, Carlos, «Colombo, Cristóvão». *Ibidem*, vol. 1, p. 258-259.

divisões atlânticas entre as duas Coroas. Por este, conforme estudou Francisco Contente Domingues, a repartição das esferas de influência e expansão das potências peninsulares seria determinada por uma linha divisória, de pólo a pólo, à distância de 370 léguas a Poente do arquipélago de Cabo Verde, como tanto insistira o *Príncipe Perfeito*. A parte Ocidental de tudo o que estivesse descoberto ou se viesse a descobrir, pertenceria a Castela; do mesmo modo, tudo o que estivesse na parte Oriental seria pertença de Portugal. Estavam então criadas as bases para a expansão de ambas as Coroas: assegurava-se a expansão castelhano-aragonesa na América. Portugal tinha aberto um longo espaço no Atlântico sul que lhe garantia, além da costa africana, o desejado encontro do caminho para a Índia, percorrido por Vasco da Gama em 1498. Em relação às “Terras de Vera Cruz”, onde Pedro Álvares Cabral aportaria em 1500, subsiste a velha dúvida do seu eventual conhecimento pelo rei de Portugal à data do Tratado de Tordesilhas⁶⁴⁹.

⁶⁴⁹ DOMINGUES, Francisco Contente, «Tordesilhas, Tratado de». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. vol. 2, p. 1039-1043.

5.4.

AS RESSONÂNCIAS NA CRISTANDADE OCIDENTAL

Finda a guerra, que eco terá provocado o Tratado das Alcáçovas-Toledo na Cristandade? Os acordos incidiam directamente nas Coroas de D. Afonso V e dos futuros Reis Católicos e, aparentemente, não se pretendiam consequências imediatas sobre outros reinos, repúblicas, senhorios ou mesmo no Papado ou no Império. Cremos, no entanto, que, não na letra do acordo, mas no seu processamento e nos efeitos que produziu, se registaram algumas sequelas no espaço da Cristandade Ocidental.

Em primeira instância, cremos que causava impressões directas no Papado, que procuremos interpretar. Sisto IV tivera já uma significativa presença, durante a guerra em torno da concessão da bula de dispensa canónica a D. Afonso V. Fora, por um lado, alvo das influências luso-francesas e, por outro, das pressões castelhanas, aragonesas e, segundo Rui de Pina, dos napolitanos (dada a aliança entre Fernando I de Nápoles, casado com uma irmã de D. Fernando, e D. João II de Aragão)⁶⁵⁰. Não se mostrara activamente empenhado na vitória de um ou de outro partido. Como tal, chegado o momento do estabelecimento da paz não haveria, em princípio, razão para excluir o Pontífice do processo negocial por questões de partidarismo. No entanto, a sua participação limitar-se-ia à ratificação, através da concessão da bula “*Aeterni Patris*”, 21 de Junho de 1480⁶⁵¹, do tratado já assinado nas Alcáçovas e ratificado em Toledo. Somos então levados a formular uma breve questão: poderá ler-se na exclusão papal das negociações um sintoma de “batalha política” do poder temporal face ao poder espiritual?

Pelo que pudemos descortinar, as negociações de paz e o estabelecimento do acordo ocorreram de forma bilateral entre as monarquias portuguesa e castelhana. Tendo estado em confronto dois velhos reinos vassallos da Santa Sé, ambos com motivações cruzadísticas actuais, seria normal o Pontífice procurar exercer o seu tradicional papel de arbitragem na mediação e no estabelecimento das pazes entre as Coroas. Mas outra situação nos leva a

⁶⁵⁰ Segundo Rui de Pina, alguns dos embaixadores procuraram apoiar a causa de D. Isabel junto do Papa chegava “por parte d’ElRey Dom Fernando de Napolles, por ser casado com humma Irmaã d’ElRey Dom Fernando de Castella” (PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCIX, p. 858).

⁶⁵¹ PORTILLA, Paz Romero, *Ob. Cit.*, p. 162-163.

acreditar no premeditado afastamento de Sisto IV deste processo diplomático. De facto, parece-nos particularmente flagrante ter sido deixado à margem de um pacto que envolveu a definição da posse sobre o Atlântico e a de territórios ultramarinos que, até então, eram temas cujo domínio vinha sendo alvo da regulação papal. Cremos aí mesmo ter encontrado uma resposta: porventura, ambos os monarcas terão preferido negociar entre si, de acordo com os respectivos interesses, o que lhes terá permitido a partilha atlântica de forma ampla, sem estar sujeitos a quaisquer limitações que lhes poderiam chegar pelo Papa, nomeadamente através da inclusão de outros reinos, potencialmente interessados.

Quanto à França de Luís XI, que havia voltado as costas à aliança com D. Afonso V e assinado o Tratado de Saint-Jean-de-Luz com D. Isabel e D. Fernando, em 9 de Outubro de 1478, cremos que deverá ter beneficiado com o tratado assinado nas Alcáçovas. De facto, contemplando a paridade luso-castelhana à saída do confronto, cremos que o tratado acabou por ser, de certa forma, favorável à política francesa de manutenção do Rossilhão, na medida em que lhe permitia exercer alguma pressão sobre os jovens monarcas de Castela e Aragão. Nessa linha se poderá enquadrar o tratado de aliança que Carlos VIII (sucessor de Luís XI) celebrou com D. João II de Portugal, ao fim de poucos anos, em 7 de Janeiro de 1485⁶⁵². Estas manobras diplomáticas terão contribuído para a não cedência, no imediato, do cobiçado território pirenaico que, a par da Sardenha, somente seria entregue aos futuros Reis Católicos pelo Tratado de Barcelona, de 13 de Janeiro de 1493. Então, o rei de França pensou usá-los como moeda de troca face à garantia inicial da neutralidade de D. Isabel e D. Fernando na Península Itálica, para onde já projectava as suas ambições expansionistas⁶⁵³.

Mas cremos que, a breve trecho, o tratado assinado entre Portugal e Castela em 1479 ecoaria na diplomacia da Cristandade Ocidental, pela vertente atlântica que regulava. Com o objectivo de ampliar o reconhecimento internacional de domínio português no Atlântico Sul, para onde investia em viagens de exploração, D. João II procurou reforçar as suas alianças de cariz marítimo além-mancha, onde, segundo Jorge Couto, então se

⁶⁵² SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das relações políticas, e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portugueza athe aos nossos dias ordenado, e composto pelo 2.º Visconde de Santarem*. t. 3. Lisboa, Impressão Régia, 1843, p. 158-159

⁶⁵³ CHEVALIER, Bernard, *The New Cambridge Medieval History*. Edited by Christopher Allmand. vol. 8 – c. 1415 – c. 1500. Cambridge, Cambridge University Press, 1998. p. 413.

encontrava a potência dominante do Atlântico Norte, a Inglaterra⁶⁵⁴. De facto, desde o início do seu reinado que o *Príncipe Perfeito* parecia encarar esse reino como um importante parceiro para a segurança das suas navegações e, logo em 1482, enviava a Eduardo IV uma embaixada chefiada por Rui de Sousa. Visava ela a confirmação das antigas alianças, mas também, no imediato, se destinava a inviabilizar uma armada que o Duque de Medina-Sidónia preparava no reino insular, com destino à Guiné⁶⁵⁵. Na sequência da Guerra das Duas Rosas, que culminou na Batalha de Bosworth, a 22 de Agosto de 1485, a Casa de York era afastada do trono inglês pelos Tudor, com a vitória de Henrique VII, com o qual depressa D. João II procurou também estabelecer as melhores relações diplomáticas. Não terá sido sem motivo que, em 2 de Maio de 1489, o velho Tratado de Windsor era uma vez mais confirmado e, na cidade de Beja, o rei português recebia a Ordem da Jarreteira das mãos dos embaixadores ingleses⁶⁵⁶.

Seria também pela sua dimensão oceânica e ultramarina que o Tratado das Alcáçovas-Toledo dera um contributo inicial para as grandes repercussões entre as unidades políticas Ocidentais que, a mais longo prazo, se fizeram sentir. O acordo entre os reinos português e castelhano-aragonês pressupunha a percepção do Atlântico e dos territórios do ultramar, descobertos e a descobrir, como que num senhorio, a repartir entre ambos. O que as Coroas haviam formalizado e depois seria sancionado pela Santa Sé, era um direito que se estendia geograficamente de forma considerável e se distanciava do velho princípio do “mar territorial”, que reconhecia aos diversos reinos, ao longo da Idade Média, o domínio e a regulação sobre as águas litorais adjacentes aos respectivos territórios⁶⁵⁷. O acordo assinado em 4 de Setembro de 1479, segundo António Vasconcelos de Saldanha, dava um passo decisivo, depois reformulado no Tratado de Tordesilhas, em 1494, para a construção da doutrina do *mare clausum*, que se consubstanciaria à escala planetária nos reinados de D. João III e de Carlos V: então, cumprida a circum-navegação, assinavam o

⁶⁵⁴ COUTO, Jorge, *Ob. Cit.*, p. 123.

⁶⁵⁵ SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das relações políticas, e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o principio da Monarchia Portugueza athe aos nossos dias ordenado, e composto pelo 2.º Visconde de Santarem*. t. 14. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1865, p. 214-215.

⁶⁵⁶ FONSECA, Luís Adão, *D. João II*. Rio de Mouro/Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005. p. 158-159.

⁶⁵⁷ SALDANHA, António Vasconcelos de, «Clausum, Mare». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 2, p. 685.

Tratado de Saragoça, em 1529 (determinava-se o contra-meridiano no Oceano Pacífico, complementando a divisão entre os dois reinos, em 1494)⁶⁵⁸.

Por tudo isso, os alvares da modernidade seriam marcados pela contestação, que se levantaria ao longo da primeira metade do século XVI, por várias potências ocidentais, contra a filosofia do *mare clausum*, na medida em que condicionava as respectivas navegações. A França, sob o governo de Francisco I, seria um dos reinos que mais questionaria e agiria contra aquela doutrina, que consagrava um senhorio global luso-castelhano sobre o mar. Nunca tendo efectivado uma ruptura diplomática com Portugal, o rei de França promoveria, no entanto, por volta de 1530, o corso e a pirataria contra os barcos portugueses, encorajando igualmente expedições a territórios lusos ultramarinos, ao longo da costa africana.⁶⁵⁹ Essa actividade seria já o prenúncio dos ataques que, na demanda dos rendosos lucros orientais que chegavam ao velho continente, os ingleses⁶⁶⁰ e os holandeses haveriam de cometer contra as rotas e os territórios atlânticos luso-castelhanos, na segunda metade da centúria, sinal da força do imparável processo de globalização⁶⁶¹.

⁶⁵⁸ IDEM, «Clausum, Mare», *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 2, p. 685-686

⁶⁵⁹ LÁZARO, Alice, «FRANÇA, Relações de Portugal com a». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 434.

⁶⁶⁰ PEREIRA, Jorge Costa, «Inglaterra, Relações de Portugal com a». *Ibidem*, p. 534.

⁶⁶¹ DIAS, João José Alves et [al.], *Ob. Cit.*, p. 734.

CONCLUSÃO

O velho “Sonho Ibérico” veio com a Guerra Luso-Castelhana de 1475-1479 marcar na Península um momento alto na charneira da Idade Média para a Idade Moderna. cremos, nesse âmbito, ter ficado mais esclarecidos sobre as dimensões políticas e militares que, muito para além da Batalha de Toro, envolveram os reinos de Portugal e de Castela na disputa do Trono deixado vago por D. Henrique IV. Contudo, para lá do nosso modesto contributo, fica um “mar” de vazios, dúvidas e incertezas, que oxalá desperte novos “nautas” dispostos a “desbravá-lo”.

Julgamos, ainda assim, ter compreendido a memória que herdámos dos acontecimentos de Toro. Resulta claro que despontou de um interessante somatório de interpretações da historiografia portuguesa e espanhola. Aliás, como é possível avaliar pelo conspecto historiográfico, podemos até estabelecer um paralelismo entre ambas. Deparámo-nos com a situação ao alcançarmos o século XIX, tão marcado pelas correntes romântica e positivista, em que parecia existir nos dois países o “fermento” cultural necessário para despertar um forte interesse na abordagem deste combate em campo aberto dos finais dos tempos medievos. A forma heróica e gloriosa como os autores portugueses e espanhóis interpretavam as antigas fontes dava azo a que uns e outros, agora de forma intelectual, continuassem a combater em torno da Batalha de Toro em torno da reivindicação da vitória⁶⁶². A batalha parecia, de facto, ter-se tornado no ponto de honra da Guerra da Sucessão de Castela e, no século XX, o pendor nacionalista dos regimes totalitários português e espanhol favoreceram a construção da memória vitoriosa: em Espanha, Toro era o êxito que abria caminho à realeza dos Reis Católicos; em Portugal, não menos se escrevia em contrário, elevando até à condição de herói nacional a figura do decepado Duarte de Almeida, particularmente utilizado como exemplo de sacrifício e entrega total pela Pátria durante aquando do rebentamento das guerras coloniais. Afinal até que ponto, mesmo que inconscientemente, não somos ainda tributários destas construções?

Contudo, cremos que a abertura dos regimes políticos e o desenvolvimento das correntes historiográficas, como foi o caso da Escola dos *Annales*, tem sido determinante

⁶⁶² BARATA, António Francisco, *A Batalha de Toro*. Barcelos, Typografia da Aurora do Cavado, 1896, p. 9.

para a observação dos acontecimentos a partir de uma perspectiva mais global e com uma interpretação mais crítica. Nas últimas décadas, em Espanha, tem-se estudado a Batalha de uma forma mais ampla e, mesmo, optado por valorizar as demais operações em território castelhano que a envolveram, renovação de que Luís Suárez Fernández tem sido rosto. Em Portugal, também a historiografia que se vem debruçando sobre o conflito se vem afastando da estrita polémica em torno vitória de D. Fernando ou de D. João na batalha campal: no âmbito da história militar, Luís Miguel Duarte veio reavaliar a campanha portuguesa no seu todo; do ponto de vista político, Manuela Mendonça investigou já a “acção de retaguarda” do Príncipe português na regência; e na perspectiva da diplomacia, Joaquim Veríssimo Serrão deu nos últimos anos um contributo ao investigar a acção de D. Afonso V no panorama internacional. Assim se tem, de um e de outro lado da fronteira, vindo a fazer luz sobre aspectos menos conhecidos e contribuindo para a desmitificação do conflito.

Quanto ao projecto político da união ibérica, que percorreu a medievalidade peninsular, tenhamos em conta que resultou na Guerra da Sucessão de Castela através das ligações matrimoniais das Casas Reais de Avis e de Trastâmara. A política de casamentos luso-castelhanos reatada em meados do século XV, após um hiato que durava desde a Crise de 1383-1385, foi de molde a estabelecer uma relação de proximidade entre as Coroas, de sobremaneira visível entre D. Henrique IV de Castela e D. Afonso V de Portugal. A partir de 1464, o rei castelhano apresenta ao homólogo e cunhado português sucessivas propostas de casamento com infantas castelhanas. Teremos compreendido porque o fazia: pensava conseguir o apoio para se conseguir impor no plano interno.

Acontecia que por esse tempo, no interior de ambos os reinos, o poder neo-senhorial desafiava consideravelmente a autoridade régia. Em Portugal, a nobreza que rodeava D. Afonso V condicionava-o no seu exercício de poder, conforme vimos na oposição às sucessivas propostas de casamentos castelhanos. Porém, em Castela, D. Henrique IV foi deposto em efígie e desobedecido pela facção senhorial que procurava manter velhas prerrogativas socioeconómicas feudais. Caracterizavam esses bandos a natureza volátil com que os seus membros alternavam ora a favor ora contra a vontade do rei. Este período, que culmina na eclosão da guerra à morte do monarca em 1474, pode ser visto como um interessante “barómetro” da força dos potentados senhoriais nas vésperas de reinados de

cunho tão centralizador como seriam o de D. João II, em Portugal, e o dos Reis Católicos, em Castela-Aragão.

Constituído o partido de D. Joana em torno de D. Afonso V e o de D. Isabel na órbita aragonesa, por via de seu marido D. Fernando, o jogo diplomático da guerra que deflagra já em 1475 influenciaria o xadrez político peninsular e de além-Pirinéus. Por meio de embaixadas, pelas quais eram já visíveis as praxes e formalismos nas suas actuações, os futuros Reis Católicos negociaram nas mais diversas frentes ibéricas: garantido o apoio aragonês do pai de D. Fernando, negociaram tréguas com Granada e, inclusivamente, um acordo de cooperação com Navarra. D. Afonso V, por sua vez, procurou atrair os interesses da França de Luís XI, uma vez que disputava o Condado do Rossilhão com o reino de Aragão, na perspectiva de um ataque militar pelos Pirenéus e no apoio à concessão da bula de dispensa para garantir a canonicidade do casamento com D. Joana.

Talvez aí tenha residido uma das maiores debilidades da política externa de D. Afonso V, que o fez deslocar-se a França entre 1476 e 1477. O monarca português não percebeu como Luis XI subalternizava, em qualquer das circunstâncias, os compromissos assumidos no exterior com as necessidades da sua política interna. O Papa, Sisto IV, concederia a importante bula, mas o auxílio militar desejado não chegaria a Portugal. O rei de França era já o modelo do monarca centralizador, que desenvolvia a sua actuação no campo interno e externo pela via das negociações, parecendo mais determinado em submeter o Duque da Borgonha e manter a posse do Rossilhão que a honrar os compromissos assinados. A prova, em 1478, seria a celebração do Tratado de Saint-Jean-de-Luz com D. Isabel e D. Fernando, rude golpe nas aspirações de D. Afonso V ao Trono de D. Henrique IV.

Quanto à observação militar do conflito, tenhamos que se tratou de facto, de uma guerra de transição entre as velhas concepções medievais e as novidades bélicas dos alvares da modernidade. Observa-se o crescimento numérico dos exércitos visíveis em alardo, as assinaláveis importações de armamento e o esforço financeiro para custear as forças. Mas, também, vemos como os espingardeiros são ainda acompanhados pelos besteiros e como a cavalaria desempenha um papel determinante no seio daqueles exércitos.

A campanha de D. Afonso V em Castela, onde entrou em Maio de 1475, ficaria operacionalmente marcada por acções de cerco e de escaramuças. Que influência não teria aqui a experiência guerreira do Norte de África no exército português?

O rei havia consolidado o domínio de posições na zona do Douro, mas tardava em internar-se no interior de Castela, conforme lhe pediam vários dos senhores seus apoiantes que, progressivamente, começavam a distanciar-se. Foi nesse contexto que, no dia 1 de Março de 1476, entre Zamora e Toro se deu o célebre confronto em campo aberto. Não cremos, contudo, que o combate que acabou por se precipitar e que ocorreu ao final do dia tenha sido militarmente decisivo. Talvez a construção política da sua memória tenha ajudado a pensar o contrário. A guerra não havia ficado sentenciada e, a prová-lo, cremos que estão mais três anos de guerra com operações nos mais diversos espaços: em Castela, portugueses e castelhanos mantinham praças e guerreavam ao redor delas; na fronteira luso-castelhana continuavam as entradas e a tomada de castelos; no Atlântico, até aos mares da Guiné, desenvolvia-se uma guerra naval que duraria até à assinatura das pazes.

O Tratado das Alcáçovas-Toledo, assinado em Alcáçovas a 4 de Setembro de 1479 e ratificado em Toledo em 6 de Março de 1480, ilustrava a indecisão militar da guerra ao não referenciar vencedores nem vencidos. D. Afonso V e D. João (este último cada vez mais influente na manobra político-diplomática portuguesa) renunciaram à Coroa de Castela em favor de D. Isabel e D. Fernando, ratificando as antigas pazes perpétuas de 1431. Os jovens monarcas puderam, agora unidas as Coroas de Castela e de Aragão, começar por exercer o seu protectorado sobre o reino de Navarra e, a breve trecho, desenvolver o seu projecto de conquista de Granada.

Quanto a Portugal, a paz parecia conservar uma ténue esperança da união dos reinos na forte relação negociada com vista ao casamento entre o infante D. Afonso e a infanta D. Isabel, filha mais velha dos Reis Católicos. Mais longe, e pela primeira vez, estes reinos ibéricos repartiram áreas de influência no Mar-Oceano e nos espaços ultramarinos em descoberta, possibilitando a defesa do Atlântico Sul para o reino Ocidental da Península.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas:

BERNALDÉZ, Andres,

Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, Cura que fué la villa de los Palácios, y Capellan de D. Diego Deza, Arzobispo de Sevilla. t. 1. Sevilla, Imprenta que fue de J. M. Geofrin, 1869.

CHAVES, Álvaro Lopes de

Livro de apontamentos, 1438-1489: Códice 443 da Colecção Pombalina da B. N. L.. Introd. e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

FARO, Jorge de

Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios documentais. Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.

GOIS, Damião de

Chronica do Príncipe Dom Ioam. Ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Fernandes. Lisboa, Universidade Nova, 1977.

SESMA MUÑOZ, Angel

«Carteles de Batalla cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)». *Revista Portuguesa da História.* t. 16 (1978). (Sep Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares)

PEREIRA, Gabriel

Documentos Históricos da Cidade de Évora. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

PINA, Rui de

Crónicas de Rui de Pina. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977.

PULGAR, Fernando del

Crónica de los Reyes Católicos. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. vol. 1. Madrid, Espasa-Calpe, 1943.

RESENDE, Garcia de

Crónica de D. João II e Miscelânea. Ed. conforme a de 1798. Introdução de J. Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

SALVÁ, Miguel; SAINZ DE BARANDA, Pedro

Colección de Documentos Inéditos para La Historia de España. t. 13. Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, 1848.

STEINHARDT, Inácio

«Um documento hebraico sobre a Batalha de Toro». *Cadernos de Estudos Sefarditas*. nº 5, (2005), p. 115-134.

TORRE, António de la,

Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Católicos. vol. 1º. Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1949-1966.

TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos. vol. 1. Valladolid, Gráficas Andrés Martín, 1958.

VALERA, Diego de

Memorial de Diversas Hazañas. Crónica de Enrique IV, ordenada por Mosén Diego de Valera. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, Espasa-Calpe, 1941.

ZURARA, Gomes Eanes,

Crónica do Conde D. Duarte de Meneses. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

Dicionários e Obras de Referência:

ALMEIDA, Fortunato de

Curso de História de Portugal. 9ª ed.. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

ALLMAND, Christopher, [et al.]

The New Cambridge Medieval History. Ed. Christopher Allmand. Vol. 8 – c. 1415 – c. 1500. Cambridge, Cambridge University Press, 1998

CAMÕES, Luís de,

Os Lusíadas. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal de Castro. 3ª ed. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992.

CAPDEFERRO, Marcelo

Otra Historia de Cataluña. Barcelona, Editorial Acervo, 1985.

CHAGAS, Manuel Pinheiro

História de Portugal Popular e Ilustrada. 3ª ed.. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1899.

COMELLAS, José Luís

Historia de España Moderna y Contemporânea (1474-1975). 2ª ed.. Madrid, Ediciones Rialp, 1978.

CORTESÃO, Jaime

História dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, Círculo de Leitores, 1978-1979. 3 vols.

CRUZ, Maria Augusta Lima [et al.]

História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

DIAS, João José Alves [et al.]

Nova História de Portugal. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. 5 – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica. Lisboa, Editorial Presença, 1998.

DÍAZ-PLAJA, Fernando

Otra Historia de España. Barcelona, Plaja & Janes Editores, 1972.

Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses. Direcção de Luís de Albuquerque. Coordenação de Francisco Contente Domingues. 2 vol. [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994.

DOMINGUEZ ORTIZ, António

Historia de España Alfaguara. vol. 3 – El Antiguo Régimen: Los Reyes Católicos y los Austrias. Madrid, Alianza Editorial, 1981.

DUFOURQ, Charles E.; GAUTIER-DALCHÉ, Jean

Historia Económica y Social de la España Cristiana. Barcelona, Ediciones «El Albir», 1983.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel

Historia de España. Dir. de Lara Hernández. t. 4 – De la crisis medieval al Renacimiento (siglos XIV –XV). 2ª ed.. Barcelona, Editorial Planeta, 1989.

LE GOFF, Jacques

A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa, Editorial Estampa, 1983. 2 vol.

LIVERMORE, Harold

A History of Spain. 2.nd ed. London, George Allen & Unwin Ltd., 1968.

MARQUES, António Henrique de Oliveira,

História de Portugal. 7ª ed.. Lisboa, Palas Editores, 1977.

MARQUES, António H. de Oliveira, [et al.]

Nova História de Portugal. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. 4 – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa, Editorial Presença, 1987.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira

História de Portugal. 16ª ed.. Lisboa, Guimarães Editores, 1972.

MATOS, Gastão de Melo de, [et al.]

Dicionário de História de Portugal. Porto, Figueirinhas, 1979.

MATOSO, José, [et al.]

História de Portugal. Dir. de José Matoso. vol. 2. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MIJARES, José Luís

Civilización Española. Madrid, Editora Nacional, 1968.

MORENO, Humberto Baquero

História de Portugal. Dir. de José Hermano Saraiva. vol. 3. Lisboa, Publicações Alfa, 1983.

PÉREZ, Joseph

Historia de España. Dir. Manuel Tuñón de Lara. vol. 5 – La frustración de un Império (1476-1714). Barcelona, Editorial Labor, 1980.

PÉREZ DE BUSTAMANTE, Ciríaco

Compendio de Historia de España. Madrid, Atlas, 1963.

RAMOS, Rui [et al.]

História de Portugal. Coord. Rui Ramos. 3ª ed.. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

RIBEIRO, Ângelo

História de Portugal. Dir. literária de Damião Peres. vol. 3. Barcelos, Portucalense Editora, 1931.

ROMANO, Ruggiero, [et al]

As novas formas de guerra nos séculos XIV e XV. O nascimento do Mundo Moderno. Lisboa, Planeta de Agostini, 2005.

RUAS, Henrique Barrilaro [et al.]

História de Portugal. Dir. de João Medina. vol. 4 - O mar sem fim. A aventura. Alfragide, Ediclube, 2004.

SCHAEFER, Henrique

História de Portugal – Desde a fundação a monarquia até à Revolução de 1820 – Vertida fiel, integral e directamente por F. de Assis Lopes. Continuada sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. P. Sampayo. vol. 2. Porto, Escriptorio da Empreza Editora, 1893.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal. vol. 2 – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 9ª ed.. Póvoa do Varzim, Editorial Verbo, 2003.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, [et al.]

História de Portugal. Coord. Rui Ramos. 3ª ed.. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

SOUSA, Manuel de Faria e

História del Reyno de Portugal. Amberes, Juan Bautista Verdussen, 1730.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis

Historia General de España y América. t. 5 – Los Trastámara y la Unidad Española (1369-1517). Madrid, Editones Rialp, 1981.

IDEM

Historia de España. vol. 7 – Los Trastámara y los Reyes Católicos. Coord. Angel Montenegro Duque. Madrid, Editorial Gredos, 1985.

VICENS I VIVES, Jaime

Història de Catalunya. vol. 5 – El segle XV – Els Trastàmars. Barcelona, Cupsa Editorial/Editorial Planeta, 1979.

IDEM

Historia General Moderna: del Renacimiento a la crisis del siglo XX. vol. 1 - Siglos XV-XVIII. [Barcelona], Vicens-Vives, [1982].

Estudos:

ÁGOSTON, Gábor

The medieval world at war. London, Thames & Hudson, 2009.

ARAÚJO, Julieta

Portugal e Castela na Idade Média. Lisboa, Edições Colibri, 2009.

ARIÉ, Rachel

El reino nasrí de Granada: 1232-1492. Madrid, Mapfre, 1992.

ASTON, Margaret

O Século XV. Lisboa, Verbo, 1968.

AZCONA, Tarcísio de

Juana de Castilla, mal llamada la Betraneja (1462-1530). Madrid, Fundacion Universitária Española, 1998.

BARATA, António Francisco

A Batalha de Toro. Barcellos, Typografia da Aurora do Cavado, 1896.

Idem

A Batalha de Toro. Évora, Minerva Eborense, 1896.

BARBOSA, Pedro Gomes

Reconquista Cristã: séculos IX a XII. Lisboa, Esquilo, 2008.

BATALHA, Pedro

Moedas de Toro: estudo das Moedas d' El Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela, e Leão. 2ª ed.. Lisboa, [s. n.], 1935.

BEBIANO, Rui,

A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa: séculos XVI-XVIII. Coimbra, Minerva, 2000.

BERGSTRÖM, Magnus,

«As sombras dum sonho de glória – A Batalha de Toro». *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Série 3, nº 9 (Mar. 1958).

BRAGA, Paulo Drumond

O Príncipe D. Afonso, Filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz. Lisboa, Edições Colibri, 2008.

CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel,

Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad. Madrid, Sílex Ediciones, 2006.

CERQUEIRA, Manuel

«Os Porta-Bandeira, sua tradição». *Jornal do Exército*. Ano 1, nº 2 (Fevereiro, 1960).

CIPOLLA, Carlo M.

Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700). trad. de Ana Mónica Faria de Carvalho. Lisboa, Gradiva, 1989.

COSTA, João Paulo Oliveira e

Henrique, o infante. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

COUTO, Jorge,

A construção do Brasil. 2ª ed.. Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

DAUMET, Georges,

Étude sur l' alliance de la France et de la Castille au XIV e e tau XU e siècles. Paris, Librairie Émile Bouillon, 1898.

DE NERVO, Baron

Isabelle La Catholique, Reine d'Espagne, sa vie, son temps, son règne. 1451-1504. Paris, Michel Lévy Frères, Éditeurs, 1874.

DEL ARCO, Ricardo

Fernando el Católico, artífice de la España Imperial. Zaragoza, Editorial Heraldo de Aragón, 1939.

DÉLUMEAU, Jean

A Civilização do Renascimento. Lisboa, Edições 70, 2004.

«Duarte de Almeida, o Decechado». *Jornal do Exército.* Ano 3, nº 28 (Abr. 1962).

DUARTE, Luís Miguel,

Guerra pela Independência. 1383-1389. Batalhas da História de Portugal. Lisboa, QuidNovi, 2006

EDWARDS, John,

The Spain of the Catholic Monarchs 1474-1520. Oxford, Blackwell Publishing, 2002.

ESPÍRITO-SANTO, Gabriel,

«Estado, Nação e Instituição Militar». *Revista Militar.* n.º 2971 (Dez. 2007).

FARIA, António Machado de

Gonçalo Pires Bandeira. Herói da Batalha de Toro. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1959.

FARINHA, António Dias

Os Portugueses em Marrocos. 2ª ed., revista. Lisboa, Instituto Camões, 2002.

FONSECA, Luís Adão da,

D. João II. Rio de Mouro/Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

FREITAS, Isabel Vaz de,

D. Joana, a Excelente Senhora 1462-1530. Coleção Rainhas e Infantas de Portugal. Coord. de Manuela Mendonça. Vila do Conde, Quidnovi, 2011

GARCIA Y GARCIA DE CASTRO, Rafael

Virtudes de la Reina Católica. Madrid, Conselho Superior de Investigaciones Cientificas, 1961.

GERBET, Marie-Claude

Las noblezas españolas en la Edad Media. Siglos XI-XV. Madrid, Alianza Editorial, 1997.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés

Fernando el Católico. Barcelona, Labor, 1941.

GODINHO, Vitorino Magalhães

A Expansão Quatrocentista Portuguesa. 2ª ed.. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2008.

GOMES, Saúl António

D. Afonso V, o “africano”. Rio de Mouro/Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

HILGARTH, J. N.

Los Reyes Católicos 1474-1516. Barcelona, Ediciones Grijalbo, 1984.

KEEGAN, John

Uma História da Guerra. Trad. Mariana Pinto dos Santos e Pedro Serras Pereira. Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel

Andalucía en torno a 1492. Madrid, Editorial MAPFRE, 1992.

LAPA, Manuel Rodrigues

D. Afonso V e o Príncipe D. João – Ensaio sobre uma Regência. Guimarães, Typografia Minerva Vimaranesense, 1925.

LÁZARO, Alice

Cavaleiros de Santiago, Senhores de Lagoalva. Os Anhaias. Leiria, Imagens & Letras, 2006-2007. 2 vol.

LEGRAND, Théodoric,

Essai sur les différends de Fontarabie avec le Labourd du XV^{me} au XVIII^{me} siècle par Théodoric Legrand. Paris, Imprimerie – Stéréotypie Garet, 1905.

LOUSADA, Abílio Pires [et al.]

«Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português». *Jornal do Exército*. Ano 50, nº 583 (Ab. 2009).

MACEDO, Jorge Borges de

História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de força. 2.^a ed.. Lisboa, *Tribuna da História*, 2006.

MARQUES, Alfredo Pinheiro

Vida e Obra do “Príncipe Perfeito” Dom João II. Figueira da Foz, Centro de Estudos do Mar e das Navegações: Mira, Câmara Municipal de Mira, 1997.

MARQUES, José

Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

MARTELO, David

A Dinastia de Avis e a Construção da União Ibérica. Lisboa, Edições Sílabo, 2005.

MARTÍN MARTÍN, José Luís

«La frontera hispano-portuguesa en la guerra, en la paz y el comercio». *Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial.* Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira

O Príncipe Perfeito. Introdução e notas de Henrique de Barros Gomes. Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1954.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira

História do Exército Português. Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.

MARTINS, Maria Odete Sequeira,

D. Brites. Mulher de ferro. 1429-1506. Coleção Rainhas e Infantas de Portugal. Coord. Manuela Mendonça. Vila do Conde, QuidNovi, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes,

De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.

MATOS, Sérgio Campos

História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939). Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

MENDONÇA, António Pedro Lopes de

«A Batalha de Toro». *Annaes das Sciencias e Lettras*. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858.

MENDONÇA, Manuela

As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média. Lisboa, Colibri, 2004.

IDEM

D. João II. Um percurso humano e político nas Origens da Modernidade em Portugal. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

IDEM

D. Jorge da Costa. “Cardeal de Alpedrinha”. [Lisboa], Edições Colibri, 1991.

IDEM

Guerra Luso-Castelhana, Século XV. Coleção Batalhas da História de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Matosinhos, Quidnovi, 2006.

MICHAEL, Nicholas

Armies of Medieval Burgundy: 1364-1477. Oxford, Osprey Publishing, 1983.

MONTEIRO, João Gouveia

Aljubarrota, 1385. A Batalha Real. Coleção Batalhas de Portugal. Lisboa, Tribuna da História, 2003.

IDEM

Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média. Viseu, Palimage Editores, 2001

MORENO, Humberto Baquero

«A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478». *Sep «Anais»*. 2ª Série. vol. 25. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1971.

IDEM

«Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos». *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. Série 2, vol. 10 (Porto, 1993).

IDEM, e FREITAS, Isabel Vaz de

A Corte de D. Afonso V. O Tempo e os Homens. Gijón, Ediciones Trea, 2006.

Nova História Militar de Portugal. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003-2004. 5 vol.

O'CONNELL, Robert

História da Guerra: armas e homens. Trad. Telma Costa. Lisboa, Teorema, 1995.

PIMENTEL, Alberto

Rainha sem Reino (Estudo Histórico do Século XV). Porto, Barros & Filha, Editores, 1887.

ROMERO PORTILLA, Paz

Dos monarquías medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479). La Coruña, Universidade da Coruña, 1999.

PRESCOTT, William H.

Historia del Reinado de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel. Madrid, Imp. De M. Rivedenyra, 1845-1846. 2. t.

RAU, Virgínia

Estudos de História Medieval. Lisboa, Editorial Presença, 1986.

REIS, Maria de Fátima

Campanhas no Norte de África. Conquista de Marrocos (1415-1450). Coleção Batalhas da História de Portugal. Dir. Manuela Mendonça. Lisboa, QuidNovi, 2006.

SANTARÉM, Visconde de,

Quadro Elementar das relações políticas, e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portugueza athe aos nossos dias ordenado, e composto pelo 2.º Visconde de Santarem. t. 1. Lisboa, Impressão Régia, 1828.

IDEM

Quadro Elementar das relações políticas, e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portugueza athe aos nossos dias ordenado, e composto pelo 2.º Visconde de Santarem. t. 3. Lisboa, Impressão Régia, 1843.

IDEM

Quadro Elementar das relações políticas, e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portugueza athe aos nossos dias ordenado, e composto pelo 2.º Visconde de Santarem. t. 14. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1865.

SELVAGEM, Carlos

Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal: Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

A historiografia portuguesa. vol. 1. Lisboa, Editorial Verbo, 1972.

IDEM

Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481). Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975.

IDEM

«Portugal e Castela no século XV». *Actas. O Tempo Histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005.

SILVA, Manuel Teles da

Vida e Feitos de D. João II de Manuel Telles da Silva, Marquês de Alegrete. Introdução, tradução e notas de Miguel Pinto de Meneses. [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

SOLA CASTAÑO, Emílio

Los Reyes Católicos. Madrid, Ediciones Anaya, 1988.

SOUSA, Luís Costa e,

A arte na guerra: a arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos. Lisboa, Tribuna da História, 2008

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís,

El tiempo de la Guerra de Granada. Madrid, Ediciones Rialp, 1989

IDEM

Fernando, el Católico. Barcelona, Ariel, 2004.

IDEM

Fernando El Católico y Navarra. Madrid, Ediciones Rialp, 1985,

IDEM

Isabel I, Rainha de Castela. Trad. de Ana Doolin. Coimbra, Edições Tenacitas, 2008.

IDEM

Los Reyes Católicos. La conquista del trono. Madrid, Ediciones Rialp, 1989.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro,

Os Judeus em Portugal no século XV. vol. 1. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982.

VAL, Maria Isabel del

Isabel La Católica, Princesa (1468-1474). Valladolid, Instituto “Isabel La Católica de Historia Eclesiástica, 1974.

Idem

«Isabel La Católica. Una princesa “portuguesa”». *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento.* Actas do Colóquio 2, 3 e 4 de Maio de 2005.

VARANDAS, José

«Os exércitos medievais: continuidade e ruptura nas vésperas da conquista do Novo Mundo». *Actas. Raízes Medievais do Brasil Moderno.* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007.

VASCONCELLOS, Alberto Osório de,

«A Batalha de Toro». In *Batalhas dos Portuguezes.* Lisboa, Editores C. S. Afra & Comp.^a, [s.d.].

VENTURA, Margarida Garcez,

«A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro: opções senhoriais nas vésperas de um estado centralizado». *Anais da Academia Portuguesa da História.* 2004. (Sep. do *Symmvs Philologvs Necnon Verborvm Imperator.* Colectânea de Estudos de Homenagem ao académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º Aniversário).

IDEM

Guerra da Definição das Fronteiras 1096-1297. Batalhas da História de Portugal.
Lisboa. QuidNovi, 2006. p. 45-72

VIGÓN, Jorge

El Ejército de los Reyes Católicos. Madrid, Editora Nacional, 1968.

VITERBO, Sousa

A batalha de Touro: alguns dados e documentos para a sua monographia histórica.
Lisboa, Typographia Universal, 1900.

WILKE, Carsten L.

História dos Judeus Portugueses. Lisboa, Edições 70, 2009.

WISE, Terence

The Wars of the Roses. Oxford, Osprey Publishing, 2000.